ISSN 1646-7027

Loures MUNICIPAL

BOLETIM DE DELIBERAÇÕES E DESPACHOS

Edição Especial n.º 9
28 de setembro de 2026

SUMÁRIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOURES

Loures MUNICIPAL
BOLETIM DE DELIBERAÇÕES E DESPACHOS

DIRETOR: Presidente da Câmara Municipal de Loures,
Dr. Ricardo Jorge Colaço Leão

PERIODICIDADE: Quinzenal

PROPRIEDADE: Município de Loures

EDIÇÃO ELETRÓNICA

DEPÓSITO LEGAL n.º 148950/00

ISSN 1646-7027

COORDENAÇÃO, ELABORAÇÃO, LAYOUT E PAGINAÇÃO: Área Loures Municipal – Boletim de Deliberações e Despachos

Correspondência relativa ao Loures Municipal – Boletim de Deliberações e Despachos deve ser dirigida a:

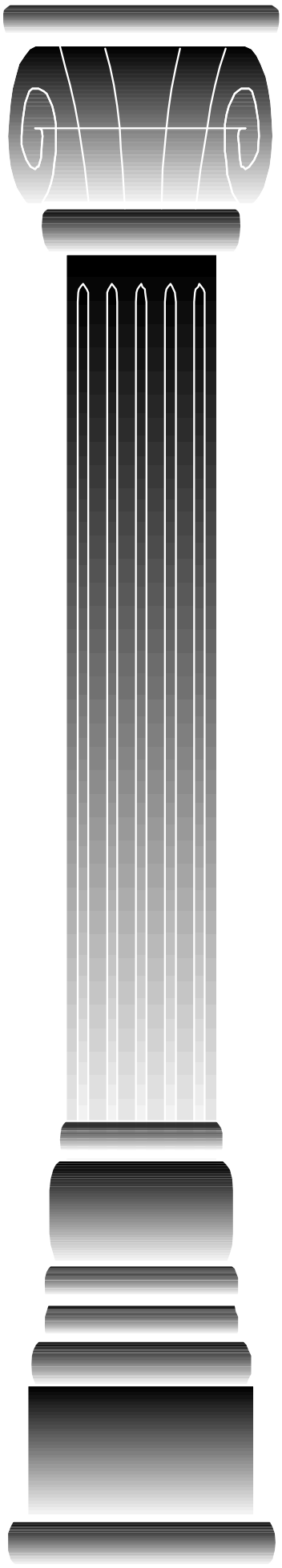
CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES - LOURES MUNICIPAL - BOLETIM DE DELIBERAÇÕES E DESPACHOS - RUA FREDERICO TARRÉ, n.º 5 – 1º, 2670 - 435 LOURES

TELEFONE: 21 115 15 82 - E-MAIL: loures.municipal@cm-loures.pt

Disponível on-line no site oficial da Câmara Municipal de Loures: **http://www.cm-loures.pt**

conforme
NOVO ACORDO
ORTOGRÁFICO

Resolução do Conselho de Ministros n.º 8/2011
Diário da República, 1.ª série, n.º 17, de 25 de janeiro de 2011



ÍNDICE

Pág.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

1.ª Reunião – 4.ª Sessão Ordinária **5**

ANEXOS ÀS PROPOSTAS DE DELIBERAÇÃO:

— N.º 399/2026
— N.º 408/2026
— N.º 497/2026
— N.º 498/2026
— N.º 526/2026



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

1.ª Reunião - 4.ª Sessão Ordinária realizada em 24 de setembro de 2026

DELIBERAÇÕES

ATAS

ATA DA 2.ª REUNIÃO DA 2.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOURES, REALIZADA EM 07.05.2026 (Ata nº 13)

(Aprovada por unanimidade, não tendo participado na votação os Representantes que não estiveram presentes na reunião a que respeita a ata)

ATA DA 7.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOURES, REALIZADA EM 11.06.2026 (Ata nº 14)

(Aprovada por unanimidade, não tendo participado na votação os Representantes que não estiveram presentes na reunião a que respeita a ata)

ATA DA 1.ª REUNIÃO DA 3.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOURES, REALIZADA EM 24.06.2026 (Ata nº 15)

(Aprovada por unanimidade, não tendo participado na votação os Representantes que não estiveram presentes na reunião a que respeita a ata)

ATA DA 2.ª REUNIÃO DA 3.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOURES, REALIZADA EM 02.07.2026 (Ata nº 16)

(Aprovada por unanimidade, não tendo participado na votação os Representantes que não estiveram presentes na reunião a que respeita a ata)

PROPOSTAS

VOTO DE PESAR APRESENTADO PELO GRUPO DE REPRESENTANTES DA CDU – COLIGAÇÃO UNITÁRIA DEMOCRÁTICA

VOTO DE PESAR

PELO FALECIMENTO DE AIRES LUIZ FERREIRA

Aires Luiz Ferreira nasceu a 20 de dezembro de 1932, na aldeia de Aroeiras, em Vila Cã, concelho de Pombal. Órfão desde os três meses, cresceu numa família camponesa de nove irmãos, começando a trabalhar aos seis anos.

Em 1957 casou com Olinda Fernandes Carrasqueira. Pequenos agricultores, vieram para Lisboa com as suas duas filhas em busca de melhores condições de vida. Trabalhou na construção civil e, posteriormente, na Companhia Portuguesa de Trefilaria, em Sacavém, onde permaneceu até à reforma, em 1993. No Catujal, onde se radicou, manteve sempre a sua dedicação à agricultura e, graças aos conhecimentos de enfermagem adquiridos durante o Serviço Militar, ajudava gratuitamente quem necessitava.

Após o 25 de Abril de 1974, envolveu-se ativamente na melhoria das condições de vida das populações do Catujal e de Unhos, participando na criação e dinamização de vária comissões de moradores e proprietários, numa localidade onde tudo faltava, e de diversas estruturas associativas.

Desde 1982, integrou o executivo da Junta de Freguesia de Unhos, eleito pela APU, enquanto militante do PCP, assumindo posteriormente a presidência da Junta, cargo que exerceu entre 1985 e 1989. Durante o seu mandato como Presidente, promoveu melhorias nas condições de vida das populações e acompanhou a concretização de importantes equipamentos, como o Parque Desportivo 1.º de Maio e a Escola Básica do Alto do Moinho.

Foi também sócio da Cooperativa A Sacavenense, cofundador e dirigente da

Associação Pomba da Paz e da Associação Recreativa e Musical 1.º de Maio, contribuindo para a construção da sede desta última.

Teve ainda um papel relevante no processo de aquisição dos terrenos do Casal dos Migarrilhos, onde viriam a ser construídos equipamentos fundamentais para a população, como a Escola Básica do Catujal, o pavilhão desportivo da Escola do Alto do Moinho, o Parque do Planalto e o Centro de Saúde do Catujal, cuja concretização acompanhou enquanto membro da Comissão de Utentes.

Com o avançar da idade, afastou-se progressivamente da vida pública, dedicando-se à família e à sua horta, mantendo sempre a ligação à terra que marcou a sua vida.

Aires Luiz Ferreira faleceu a 19 de agosto de 2026, deixando uma vida marcada pelo trabalho, pela dedicação à família, pela paixão pela agricultura e por uma profunda intervenção cívica, associativa e comunitária, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento e melhoria das condições de vida das populações de Catujal e Unhos. Partiu um homem bom, sério, honesto, trabalhador e altruísta, sendo este exemplo o melhor legado que nos deixa.

Assim, os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Loures propõem que:

a) A Assembleia Municipal manifeste o seu pesar pelo falecimento de Aires Luiz Ferreira, observando um minuto de silêncio em sua memória.
   Sendo aprovado, o presente voto deverá ser remetido à sua família, ao Partido Comunista Português e à Associação Pomba da Paz IPSS.

Loures, 24 de setembro de 2026

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Loures

(…)

(Aprovado por unanimidade. Foi cumprido um minuto de silêncio em memória do falecido)

VOTO DE PESAR APRESENTADO PELO GRUPO DE REPRESENTANTES DA CDU – COLIGAÇÃO UNITÁRIA DEMOCRÁTICA

VOTO DE PESAR

PELO FALECIMENTO DE DOMINGOS FÉLIX CONCEIÇÃO PINHO

Faleceu Domingos Félix Conceição Pinho, natural e residente em Santa Iria de Azóia, no concelho de Loures, dirigente sindical e homem profundamente ligado à defesa dos trabalhadores e dos seus direitos.

Nascido em 1944, Félix Pinho iniciou desde muito jovem a sua intervenção cívica e política, influenciado pelo seu pai, operário e simpatizante comunista. Aos 18 anos tornou-se militante do Partido Comunista Português e iniciou a sua participação no movimento sindical, nomeadamente no Sindicato dos Metalúrgicos.

Durante o regime fascista, a sua intervenção política e sindical valeu-lhe a perseguição pelas autoridades, tendo estado preso na cadeia de Caxias, entre 1971 e 1973.

Com o 25 de Abril de 1974, continuou a dedicar grande parte da sua vida à atividade sindical, assumindo responsabilidades dirigentes e participando ativamente na organização e mobilização dos trabalhadores. Ao longo de várias décadas, desempenhou funções de dirigente sindical, nomeadamente na União dos Sindicatos de Lisboa, contribuindo para a defesa dos direitos laborais e das conquistas sociais alcançadas após a Revolução de Abril.

A sua intervenção ficou marcada pela dedicação, pela solidariedade e pela firmeza das suas convicções, mantendo uma participação persistente na defesa dos trabalhadores, da valorização do trabalho e de melhores condições de vida.

Nos últimos anos empenhou-se na atividade da URAP - União dos Resistentes Antifascistas, sendo um dos dinamizadores do Núcleo de Loures desta associação.

Domingos Félix Conceição Pinho deixa, assim, uma marca na história do movimento sindical português e, de forma particular, na comunidade de Santa Iria de Azóia e no concelho de Loures, onde nasceu, viveu e desenvolveu parte significativa da sua intervenção cívica e sindical.

Assim, a Assembleia Municipal de Loures, reunida em sessão delibera:

a) manifestar o seu pesar pelo falecimento de Domingos Félix Conceição Pinho, expressando à sua família, amigos, camaradas e companheiros de intervenção sindical as mais sentidas condolências;

Sendo aprovado, o presente voto deverá ser remetido à sua família, ao Partido Comunista Português, à CGTP-IN e à URAP.

Loures, 24 de setembro de 2026

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Loures

(…)

(Aprovado por unanimidade. Foi cumprido um minuto de silêncio em memória do falecido)

VOTO DE PESAR APRESENTADO PELO GRUPO DE REPRESENTANTES DA CDU – COLIGAÇÃO UNITÁRIA DEMOCRÁTICA

VOTO DE PESAR

PELO FALECIMENTO DE JORGE PALMA

Jorge Palma, nascido em Lisboa em 1950, foi uma das figuras maiores da música e da cultura portuguesas, deixando um legado artístico de extraordinária importância e um conjunto de canções que atravessaram gerações e se inscreveram profundamente no imaginário coletivo do nosso país;

Compositor, letrista, intérprete e pianista, Jorge Palma construiu, ao longo de décadas, uma obra marcada por uma singular capacidade de traduzir em música e palavra os sentimentos, as fragilidades, os sonhos e as contradições da condição humana;
A sua obra artística esteve igualmente ligada aos valores da liberdade, da democracia e da justiça social, valores que assumiram particular significado no seu percurso pessoal e artístico;

Aos 23 anos, Jorge Palma partiu para o exílio na Dinamarca, procurando escapar à Guerra Colonial, regressando a Portugal após o 25 de Abril de 1974, acontecimento que abriu ao país o caminho da liberdade e da democracia;

Ao longo da sua carreira, deu voz a algumas das mais marcantes canções da música portuguesa, entre as quais “Estrela do Mar”, “Deixa-me Rir”, “Frágil”, “Bairro do Amor”, “Dá-me Lume”, “Portugal, Portugal”, “Na Terra dos Sonhos” e “Encosta-te a Mim”, entre muitas outras;

Jorge Palma colaborou com numerosos artistas e autores da música e da cultura portuguesas, contribuindo para uma obra plural e de grande riqueza, que permanece como referência para sucessivas gerações;

Manteve também uma relação particularmente próxima com iniciativas culturais de participação popular, a solo ou integrado em diferentes projetos musicais;
Em abril de 2026, recebeu um Prémio Carreira, ocasião em que voltou a afirmar publicamente a importância dos valores de Abril e a defender a valorização do Serviço Nacional de Saúde e dos seus profissionais;

A sua morte constitui uma perda profunda para a cultura portuguesa e para todos aqueles que, através das suas canções, encontraram palavras para celebrar o amor, enfrentar a adversidade, afirmar a liberdade e imaginar um futuro melhor;

Assim, a Assembleia Municipal de Loures delibera:

a) manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de Jorge Palma, apresentando à sua família, amigos e a todos os que com ele partilharam a vida e o percurso artístico as mais sentidas condolências;

b) reconhecer o extraordinário contributo de Jorge Palma para a música e para a cultura portuguesas, valorizando o legado artístico que deixa às gerações presentes e futuras;

c) saudar a sua obra e o seu percurso enquanto artista profundamente ligado aos valores da liberdade, da democracia e da cultura, que constituem parte essencial da história contemporânea de Portugal;

d) guardar um minuto de silêncio em sua memória;

Dar conhecimento deste voto à família de Jorge Palma.

Loures, 24 de setembro de 2026

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Loures

(…)

(Aprovado por unanimidade. Foi cumprido um minuto de silêncio em memória do falecido)

VOTO DE SAUDAÇÃO APRESENTADO PELO GRUPO DE REPRESENTANTES DO PS – PARTIDO SOCIALISTA

VOTO DE SAUDAÇÃO

PELA REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA GASPAR CORREIA

A Educação é um dos principais pilares de uma sociedade democrática, inclusiva e preparada para o futuro. Garantir uma escola pública de qualidade significa não apenas assegurar condições adequadas para ensinar e aprender, mas também proporcionar às crianças e jovens espaços dignos, seguros e modernos, capazes de acompanhar as exigências educativas do presente e de responder às necessidades das comunidades onde se inserem.

É neste contexto que a Bancada do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Loures assinala e saúda a requalificação da Escola Básica Gaspar Correia, na Portela, uma intervenção estrutural há muito desejada pela respetiva comunidade educativa.

Durante muitos anos, sucessivas gerações de alunos, famílias, professores e trabalhadores não docentes conviveram com instalações que necessitavam de uma intervenção profunda. A concretização desta obra representa, por isso, mais do que a simples recuperação física de um edifício. Representa a concretização de uma legítima aspiração da comunidade e a valorização da Escola Pública no concelho de Loures.

Em 4 de setembro de 2024, a Câmara Municipal de Loures aprovou a adjudicação da empreitada de beneficiação da Escola Básica Gaspar Correia, com um investimento previsto de 7.361.803,82 euros, um prazo de execução de 355 dias e conclusão então prevista para o segundo trimestre de 2026.

Estamos, assim, perante um investimento público de dimensão muito significativa, que traduz uma aposta concreta na qualificação do parque escolar do concelho e, acima de tudo, na criação de melhores condições para toda a comunidade educativa.

Uma escola não é apenas um edifício.

É o lugar onde se aprende, onde se cresce, onde se formam cidadãos e onde se constroem projetos de vida. É também um espaço de encontro entre alunos, professores, trabalhadores não docentes e famílias, assumindo um papel determinante na coesão e identidade das comunidades locais.

É, por isso, particularmente relevante ver chegar à sua fase final uma intervenção desta dimensão na Escola Básica Gaspar Correia, colocando termo a uma longa espera e permitindo devolver à comunidade educativa uma escola profundamente renovada e preparada para os desafios das próximas décadas.

Uma obra desta natureza implica também constrangimentos e exige capacidade de adaptação. Durante o período de intervenção, foi necessário compatibilizar a execução dos trabalhos com a atividade educativa, exigindo esforço, compreensão e colaboração por parte daqueles que diariamente dão vida à escola.

Importa, por isso, reconhecer os alunos, professores, pessoal não docente, direção, pais e encarregados de educação e toda a comunidade educativa da Escola Básica Gaspar Correia, pela resiliência, compreensão e capacidade de adaptação demonstradas ao longo deste processo.

Importa igualmente reconhecer a determinação de todos aqueles que, ao longo dos anos, reivindicaram e defenderam a necessidade desta intervenção, mantendo viva uma aspiração legítima da comunidade da Portela.

A concretização desta obra demonstra ainda a importância de uma política pública de Educação que não se limite à resposta imediata aos problemas, mas que seja capaz de investir de forma estruturada e duradoura na qualidade das infraestruturas educativas.

Cada euro investido numa escola é um investimento nas gerações presentes e futuras.

É um investimento na igualdade de oportunidades.

É um investimento na qualificação e valorização do território.

E é, sobretudo, um investimento no futuro do concelho de Loures.

A requalificação da Escola Básica Gaspar Correia representa, assim, uma conquista para a comunidade educativa da Portela, mas constitui igualmente um motivo de satisfação para todo o Município de Loures.

Assim, a Assembleia Municipal de Loures, reunida na 4ª Sessão Ordinária, delibera:

1. Saudar a requalificação da Escola Básica Gaspar Correia e a entrada da respetiva intervenção na sua fase final, reconhecendo a importância desta obra para a melhoria das condições de ensino e aprendizagem e para a valorização da Escola Pública no concelho de Loures;

2. Reconhecer a importância do investimento público superior a 7,3 milhões de euros realizado na requalificação da Escola Básica Gaspar Correia, bem como o contributo de todas as entidades envolvidas na concretização da intervenção;

3. Saudar toda a comunidade educativa da Escola Básica Gaspar Correia, nomeadamente os alunos, professores, trabalhadores não docentes, direção, pais e encarregados de educação, pela resiliência, compreensão e capacidade de adaptação demonstradas durante o período de execução da obra;

4. Reafirmar a importância da continuidade do investimento na modernização e qualificação do parque escolar do concelho de Loures, garantindo a todas as crianças e jovens condições dignas, modernas, inclusivas e adequadas para aprender e crescer;

5. Congratular-se com esta importante conquista para a Portela e para o concelho de Loures, fazendo votos para que a renovada Escola Básica Gaspar Correia continue a ser, durante muitas gerações, um espaço de aprendizagem, inclusão, cidadania e construção de futuro.

Nesse sentido, os Deputados Municipais do Partido Socialista, no contexto da 4.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Loures, propõem a aprovação deste voto de Saudação, e remeter às seguintes entidades:

- Ministério da Educação, Ciência e Inovação;
- Câmara Municipal de Loures;
- Junta de Freguesia de Moscavide e Portela;
- Direção da Escola Básica Gaspar Correia;
- Agrupamento de Escolas de Portela e Moscavide;
- Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica Gaspar Correia;
- À comunidade educativa da Escola Básica Gaspar Correia, para conhecimento;
- CCDR-LVT;
- Estrutura de Missão "Recuperar Portugal".

Os Eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Loures

(…)

(Aprovado por unanimidade)

MOÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO DE REPRESENTANTES DO PPD/PSD – PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

MOÇÃO

POR UMA MOBILIDADE SEGURA, INCLUSIVA E SUSTENTÁVEL NO CONCELHO DE LOURES

Considerando que:

A mobilidade constitui uma condição essencial para o pleno exercício da cidadania, permitindo o acesso das populações à educação, à saúde, ao emprego, ao comércio, à cultura, ao desporto e aos restantes serviços e equipamentos públicos;

O concelho de Loures apresenta uma significativa diversidade territorial e populacional, com diferentes realidades e necessidades de mobilidade, que exigem respostas adaptadas às características de cada freguesia e das respetivas populações;

A mobilidade deve ser encarada numa perspetiva integrada, articulando o transporte público, a circulação pedonal, a bicicleta e outros modos de mobilidade suave, a segurança rodoviária e a acessibilidade universal;

Entre os dias 16 e 22 de setembro de 2026 decorreu a Semana Europeia da Mobilidade, subordinada ao tema "Mobilidade para Todos – Justiça entre Gerações", iniciativa que promove a reflexão e a adoção de formas de deslocação mais sustentáveis, seguras, acessíveis e inclusivas;

O Município de Loures tem vindo a desenvolver iniciativas no domínio da mobilidade sustentável, designadamente através do Plano de Mobilidade e Transportes e de projetos dirigidos à mobilidade escolar;

O Plano de Mobilidade e Transportes do Município de Loures estabelece uma estratégia global de gestão da mobilidade e dos transportes no concelho, com um horizonte de atuação até 2030, assumindo como visão uma mobilidade multimodal e sustentável que responda às

necessidades de acessibilidade das pessoas e dos agentes económicos;
A promoção de uma mobilidade segura e acessível deve prestar particular atenção às crianças e jovens, às pessoas idosas, às pessoas com deficiência ou mobilidade condicionada e a todos aqueles que, por diferentes razões, dependem em maior medida dos transportes públicos ou dos modos pedonais;

A segurança dos percursos pedonais, nomeadamente nos acessos aos estabelecimentos de ensino, unidades de saúde, equipamentos sociais e desportivos, interfaces de transporte e zonas de comércio e serviços, constitui um fator determinante para a segurança, autonomia e qualidade de vida das populações;

O projeto municipal "Como vou para a escola?" permite caracterizar e acompanhar os hábitos de mobilidade dos alunos do concelho, contribuindo para a identificação de tendências e para a definição de estratégias que promovam deslocações mais seguras e sustentáveis;

A proximidade das Juntas de Freguesia, das escolas, das associações e das populações ao território permite identificar necessidades e constrangimentos concretos à mobilidade que nem sempre são suficientemente evidenciados através de indicadores de âmbito municipal;

A melhoria das condições de mobilidade não depende exclusivamente da construção de novas infraestruturas, podendo resultar igualmente de intervenções de menor dimensão, mas com impacto significativo na vida quotidiana das populações, nomeadamente ao nível dos passeios, atravessamentos pedonais, sinalização, iluminação, eliminação de barreiras arquitetónicas e condições de acesso às paragens de transporte público.

- Face Ao exposto, os Eleitos do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Loures propõem que a Assembleia Municipal de Loures delibere:

    1. Que o Executivo assuma como uma das suas prioridades políticas a identificação e resolução dos principais constrangimentos à mobilidade pedonal, à acessibilidade universal e à segurança rodoviária no concelho de Loures, em articulação com as Juntas de Freguesia e tendo em consideração as necessidades específicas de cada território;

    2. Defender a elaboração de um plano municipal de intervenção nos percursos pedonais prioritários, com identificação das intervenções necessárias, estimativa de custos e calendarização da sua execução, com especial incidência nos acessos a estabelecimentos de ensino, unidades de saúde, equipamentos sociais e desportivos e interfaces de transporte;

    3. Requerer uma resposta concreta aos problemas de acessibilidade no espaço público, através da definição de prioridades e metas de intervenção para a eliminação de barreiras arquitetónicas, a requalificação de passeios e passadeiras e a melhoria das condições de acesso às paragens de transporte público;

    4. Assumir a segurança dos percursos escolares como uma prioridade da política municipal de mobilidade, promovendo a identificação dos locais de maior risco e a definição de medidas concretas para a sua correção, em articulação com as entidades competentes;

    5. Defender a utilização dos dados do projeto municipal «Como vou para a escola?» na definição e concretização de medidas de mobilidade escolar, garantindo que a informação recolhida contribui para a identificação de necessidades e para o planeamento das intervenções;

    6. Requerer a definição de indicadores de acompanhamento da política municipal de mobilidade, que permitam avaliar os resultados alcançados, identificar atrasos na execução das medidas previstas e acompanhar a evolução das condições de mobilidade no concelho;

    7. Solicitar à Câmara Municipal de Loures a apresentação, até ao final do primeiro semestre de 2027, de um plano calendarizado de intervenção em matéria de mobilidade pedonal, acessibilidade universal e segurança dos percursos escolares, com identificação das prioridades, das medidas previstas e dos respetivos prazos de execução;

    8. Dar conhecimento da presente moção à Câmara Municipal de Loures, às Juntas de Freguesia do concelho, às entidades responsáveis pelo transporte público e às organizações representativas da comunidade escolar, social e associativa do concelho.

Loures, 24 de setembro de 2026

Os eleitos do Partido Social Democrata

na Assembleia Municipal de Loures

(…)

(Aprovada por unanimidade)

PROPOSTA N.º 5/2026/AM – PARA APROVAR A REVISÃO E UNIFORMIZAÇÃO DO REGIME DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS AOS GRUPOS POLÍTICOS COM REPRESENTAÇÃO NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOURES

Considerando que:

1. No âmbito da aprovação da Proposta n.º 652/2025, deliberada em reunião da Câmara Municipal de Loures, realizada em 19 de novembro de 2025, foi estabelecido o regime relativo aos recursos e apoios a disponibilizar aos gabinetes dos Vereadores, conforme documento que se anexa;

2. A Mesa da Assembleia Municipal recebeu uma proposta apresentada pelo Partido CHEGA, igualmente anexa, visando a uniformização do regime aplicável aos recursos e apoios disponibilizados aos grupos políticos com representação na Assembleia Municipal de Loures, com o regime adotado pela Câmara Municipal através da Proposta n.º 652/2025.

Nestes termos, ao abrigo das competências previstas na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Loures delibera proceder às alterações propostas, apresentadas pelo partido CHEGA.

Loures, 11 de setembro de 2026

P'la Mesa da Assembleia Municipal de Loures
A Presidente

(…)

(Aprovada por maioria com os votos a favor do Grupo de Representantes do PS – Partido Socialista, do Grupo de Representantes do CHEGA e do Grupo de Representantes do PPD/PSD – Partido Social Democrata e as abstenções do Grupo de Representantes da CDU – Coligação Democrática Unitária, da Representante do BE - Bloco Esquerda e do Representante da IL – INICIATIVA LIBERAL)

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº. 399/2026 - PARA APROVAR A ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL DE 2026 DA CÂMARA MUNICIPAL

(Deliberação ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual)

(Aprovada na 16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Loures, realizada em 2026.07.02)

Considerando que:

A. O Mapa de Pessoal é um instrumento de gestão de recursos humanos, regulado pela Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;

B. A proposta de Mapa de Pessoal tem em conta as atividades a desenvolver pelas unidades orgânicas previstas e os recursos financeiros disponíveis;

C. O Orçamento Municipal e o Mapa de Pessoal para o ano de 2026 foram aprovados na 4.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal, realizada a 15 de janeiro de 2026, e na 3.ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, realizada a 22 de janeiro de 2026;

D. O Decreto-Lei n.º 93/2021, de 9 de novembro, procede à fixação de um suplemento remuneratório com fundamento no exercício de funções em condições de penosidade e insalubridade, por trabalhadores integrados na carreira geral de assistente operacional que desempenhem as funções identificadas no seu artigo 2.º, de que resulte comprovada sobrecarga funcional que potencie o aumento da probabilidade de ocorrência de lesão ou um risco potencial agravado de degradação do estado de saúde;

E. Foram atualizadas, pela Câmara Municipal, as funções que preenchem os requisitos de penosidade e insalubridade;

F. Nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei supramencionado, devem ser identificados e justificados no Mapa de Pessoal, os postos de trabalho cuja caracterização implica o exercício de funções que preenchem os requisitos de penosidade e insalubridade definidos pela Câmara Municipal;

G. Esta identificação implica uma alteração ao Mapa de Pessoal aprovado para o ano de 2026;

H. A distribuição dos postos de trabalho, segundo as diferentes modalidades de vinculação, ficará expressa da seguinte forma, que inclui ajustes no Mapa de Pessoal sem aumento do número de postos de trabalho, de forma a assegurar o normal funcionamento dos serviços:

Vínculo de Emprego Público	Não ocupados	ocupados	Total
Designação em Comissão de Serviço	87	6	93
Contrato de Trabalho por Tempo Indeterminado	677	2940	3617
Contrato de Trabalho por Tempo determinado/determinável	0	3	3
Total	764	2949	3713

Tenho a honra de propor:

Que a Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido no artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, delibere submeter à Assembleia Municipal a aprovação da alteração do Mapa de Pessoal de 2026 em anexo à presente proposta e da qual faz parte integrante.

Loures, 25 de junho de 2026

(…)

(Aprovada por maioria com os votos a favor do Grupo de Representantes do PS – Partido Socialista, do Grupo de Representantes do PPD/PSD – Partido Social Democrata e do Grupo de Representantes da CDU – Coligação Democrática Unitária, as abstenções da Representante do BE - Bloco Esquerda e do Representante da IL – INICIATIVA LIBERAL e os votos contra do Grupo de Representantes do CHEGA)

NOTA DA REDAÇÃO: O Mapa de Pessoal de 2026 (Alteração), está disponibilizado em Anexo nas páginas finais da presente edição.

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº. 408/2026 - PARA APROVAR A DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DOS SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DOS MUNICÍPIOS DE LOURES E ODIVELAS (SIMAR), CONSTANTE DA PROPOSTA Nº 215/2026, RELATIVA À 1ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DOS SIMAR DE 2026

(Deliberação ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual)

(Aprovada na 16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Loures, realizada em 2026.07.02)

Considerando que:

A. Na sequência da aprovação da Prestação de Contas de 2025 dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas (SIMAR) e, consequentemente, do Saldo para Gerência seguinte de Operações Orçamentais no valor de 708.525,44€, o Conselho de Administração dos SIMAR aprovou, na sua reunião 11.ª reunião ordinária, de 16 de junho de 2026, através da Proposta n.º 215/2026, a 1.ª Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais de 2026, nos termos do NCP 26 do SNC-AP e nos termos do 8.3.1 do POCAL;

B. A referida 1.ª Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais de 2026 decorre da necessidade de, em termos de gestão orçamental, proceder ao reajustamento de rubricas da despesa, designadamente para fazer face aos aumentos da tarifa de tratamento de Resíduos Urbanos para 2026 pela Valorsul (27,80%) e ao reforço das rubricas de ações de investimento destinadas a empreitadas de abastecimento de águas e de equipamentos para o laboratório;

C. Esta 1.ª Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais de 2026 tem por base a integração do Saldo de Gerência – Execução Orçamental de 2025, traduzindo-se num reforço das despesas correntes em 524.525,44€ e das despesas de capital em 184.000,00€;

D. Se encontra cumprida a regra do equilíbrio orçamental definida pelo artigo 40.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação;

Tenho a honra de propor:

A Câmara Municipal de Loures delibere, ao abrigo da alínea c) e d) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, todas do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e nos termos do ponto 8.3.1 do POCAL (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua atual redação e da Norma Contabilidade Pública e Relato Orçamental – NCP 26 do SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua atual redação, aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal

de Loures, a 1.ª Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais de 2026 dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos dos Municípios de Loures e Odivelas (SIMAR), com base na integração do Saldo de Gerência – Execução Orçamental de 2025, no montante de 708.525,44€, nos termos da Proposta de Deliberação n.º 215/2026 (I/13188/2026).

Loures, 24 de junho de 2026

(…)

(Aprovada por maioria com os votos a favor do Grupo de Representantes do PS – Partido Socialista e do Grupo de Representantes do PPD/PSD – Partido Social Democrata, as abstenções da Representante do BE - Bloco Esquerda e do Representante da IL – INICIATIVA LIBERAL e os votos contra do Grupo de Representantes da CDU – Coligação Democrática Unitária e do Grupo de Representantes do CHEGA)

NOTA DA REDAÇÃO: A documentação relativa à 1.ª Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais de 2026 dos SIMAR – Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos dos Municípios de Loures e Odivelas, está disponibilizada em Anexo nas páginas finais da presente edição.

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº. 497/2026 - PARA APROVAR: - O RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO; A PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO DA RESERVA NATURAL LOCAL DO PAUL DAS CANICEIRAS

(Deliberação ao abrigo da alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual)

(Aprovada na 18.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Loures, realizada em 2026.07.30)

Considerando que:

A. O Paul das Caniceiras, cumpre os pressupostos constantes do regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade para ser classificado como área protegida de âmbito local;

B. A definição da tipologia "Reserva Natural", de acordo com o n.º 1, do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, na sua redação atual, é a que se adequa ao Paul das Caniceiras: *"Entende-se por reserva natural uma área que contenha características ecológicas, geológicas e fisiográficas, ou outro tipo de atributos com valor cientifico, ecológico ou educativo, e que não se encontre habitada de forma permanente ou significativa"*;

C. Esta classificação irá privilegiar a proteção e valorização dos recursos e dos sistemas naturais, salvaguardando a biodiversidade do local bem como a preservação dos valores paisagísticos, culturais e sociais, cumprindo com o disposto no artigo 18.º, do Decreto-Lei n.º 142/2008 de 24 de julho;

D. São objetivos específicos da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras:

- A conservação da natureza e da biodiversidade e a valorização do património natural e paisagístico da RNLPC como pressupostos de um desenvolvimento sustentável;
- A promoção das atividades de educação ambiental como pressuposto de uma relação mais harmoniosa entre o homem e o ambiente;
- A promoção da investigação cientifica indispensável ao conhecimento dos valores naturais em presença, numa perspetiva de educação ambiental;
- Promoção da monitorização de espécies e habitats e dos processos hidrológicos, biofísicos, climáticos, geológicos e ecológicos e socioeconómicos mais relevantes no contexto da RNLPC;
- A criação de áreas de recreio ao nível local, promovendo o repouso e atividades ao ar livre, em equilíbrio com os valores naturais salvaguardados;
- A proteção dos valores naturais existentes, assegurando que as gerações futuras terão oportunidade de desfrutar e compreender o valor das zonas que permaneceram pouco alteradas pela atividade humana durante um prolongado período de tempo;
- A execução das ações necessárias para a manutenção e recuperação das espécies, dos habitats e dos geossítios em estado de conservação favorável;
- O condicionamento da visitação a um regime que garanta níveis mínimos de perturbação do ambiente natural;

- O fomento e a adoção de boas práticas quer dos habitantes locais (usos do solo) quer nos visitantes (pisoteio, perturbação de espécies, poluição) num contexto de valorização da paisagem;

- A limitação da utilização dos recursos, assegurando a manutenção dos atributos e das qualidades naturais essenciais da área objeto de classificação;

- Promoção de uma gestão integrada e participativa da área da Reserva Natural.

E. A Câmara Municipal de Loures, aprovou na sua 4.ª reunião ordinária, realizada em 15 de janeiro de 2026, a proposta n.º 20/2026 relativa à abertura de consulta pública para a classificação da área protegida de âmbito local denominada Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras, assim como do seu Projeto de Regulamento, tendo a Proposta de deliberação sido publicitada no Boletim Municipal de Deliberações e Despachos, Edição n.º 1, de 19 de janeiro de 2026 e através de Aviso (extrato) n.º 3069/2026/2 na 2.ª série do Diário da República e Edital n.º 112/2026, de 28 de julho;

F. Decorreu a consulta pública pelo prazo 30 dias úteis para a recolha de sugestões e contributos. Tendo terminado o prazo no dia 6 de abril, verificou-se que não foram rececionados quaisquer sugestões ou contributos para a elaboração da proposta de classificação da Área Protegida de Âmbito Local denominada Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras;

G. "Os Municípios podem classificar áreas protegidas de âmbito regional ou local nos termos previstos nos números seguintes" conforme previsto no artigo 15.º do DL 142/2008 de 24 de julho (Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade), sendo a Câmara Municipal o órgão competente para *"Assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, a classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal*" conforme disposto na alínea t) do n.º 1 do artigo 33 do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual;

Tenho a honra de propor:

Que a Câmara Municipal, na qualidade de órgão competente para a classificação das áreas protegidas de âmbito regional ou local (artigo 15.º do DL 142/2008 de 24 de julho) e para a classificação do património natural, conforme disposto na alínea t) do n.º 1, do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ainda do n.º 2, alínea k), do artigo 25.º do diploma referido, delibere,

1. Aprovar o Relatório de Ponderação da Proposta de Classificação da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras;

2. Aprovar a versão final da Proposta de Classificação da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras, para submissão à aprovação da Assembleia Municipal.

Loures, 21 de julho de 2026

(…)

(Aprovada por unanimidade)

NOTA DA REDAÇÃO: O Relatório de Ponderação e a Proposta de Classificação da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras, estão disponibilizados em Anexo nas páginas finais da presente edição.

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº. 498/2026 - PARA APROVAR: - O RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO; - A PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DA RESERVA NATURAL LOCAL DO PAUL DAS CANICEIRAS

(Deliberação ao abrigo da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual)

(Aprovada na 18.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Loures, realizada em 2026.07.30)

Considerando que:

A. Nos termos da proposta n.º 134/2025, aprovada na 84.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Loures realizada em 19 de fevereiro de 2025, foi aprovado o início do procedimento de elaboração do Regulamento Municipal da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras, para efeitos de participação procedimental de eventuais interessados e apresentação de contributos para elaboração do Regulamento;

B. Do cumprimento do disposto no artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo não resultou a constituição de interessados nem a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento, no seguimento da publicação do Aviso afixado entre 07 e 20 de março de 2025, no site institucional do Município e afixado na União das Freguesias de Santo Antão e São Julião do Tojal;

C. Nesta sequência, prosseguiu-se com a elaboração do respetivo projeto de regulamento, que foi objeto de aprovação nos termos da proposta n.º 20/2026 aprovado na 4.ª Reunião ordinária de Câmara Municipal de Loures, realizada em 15 de janeiro de 2026; tendo a Proposta de deliberação sido publicitada no Boletim Municipal de Deliberações e Despachos, Edição n.º 1, de 19 de janeiro de 2026 e na 2ª série do Diário da República através de Aviso n.º 3069/2026/2, de 12 de fevereiro e Edital n.º 112/2026, de 19 de fevereiro;

D. Nos termos do n.º 1, do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, atento o número elevado e indeterminado de interessados, foi o projeto de regulamento objeto de consulta pública pelo prazo de 30 dias, conforme publicação na 2.ª série do Diário da República, através de Aviso n.º 3069/2026/2, de 12 de fevereiro e Edital n.º 112/2026, afixado entre, 19 de fevereiro e 6 de abril de 2026.

E. Aberto e concluído o período de consulta pública do projeto de regulamento, foi registada a receção de contributos formais, conforme anexo, os quais foram objeto de ponderação e análise e expressos no relatório de ponderação em anexo;

F. O eventual acolhimento, parcial, dos contributos rececionados implica aprovação de uma versão final do Regulamento, nos termos das alterações registadas em relatório de ponderação em anexo.

Tenho a honra de propor:

Que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, do artigo 23.º, da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º e das alíneas k e t) do n.º 1 do artigo 33.º, todos do anexo aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como, do disposto nos artigos 99.º, 135.º e n.º 2 do artigo 136.º, todos do Código do Procedimento Administrativo,

1. Aprovar o Relatório de Ponderação em anexo;

2. Aprovar a versão final, em anexo, do Regulamento Municipal da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras, para submissão à aprovação da Assembleia Municipal.

Loures, 21 de julho de 2026

(…)

(Aprovada por unanimidade)

NOTA DA REDAÇÃO: O Relatório de Ponderação e a Proposta de Regulamento Municipal da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras, estão disponibilizados em Anexo nas páginas finais da presente edição.

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº. 499/2026 - PARA APROVAR: - O INÍCIO, TIPO E PEÇAS DO PROCEDIMENTO; - A NOMEAÇÃO DO JÚRI E DO GESTOR CONTRATO; - A REPARTIÇÃO DE ENCARGOS; REFERENTE AO PROCEDIMENTO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE MONITORIZAÇÃO DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, VISANDO UMA GESTÃO EFICIENTE DE RECURSOS NA PROMOÇÃO DA ECONOMIA CIRCULAR E DA DESCARBONIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

(Deliberação ao abrigo do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, repristinado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril, da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCP) e da alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º e da alínea f), do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual) e dos artigos 16.º, n.º 1, alínea c), 17.º, 18.º, 20.º, n.º1, alínea a), 36.º, 38.º, 48.º-A, 47.º, 67.º a 69.º, 290.º-A e 474.º, n.º3, alínea c) todos do Código dos Contratos Públicos)

(Aprovada na 18.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Loures, realizada em 2026.07.30)

Considerando que:

A. Através da informação n.º 90/DES/SEEAC/ACS, datada de 21 de maio de 2026, com o registo em Webdoc E/88603/2026, com Despacho de concordância do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Loures, datado de 25 de maio de 2026, através da informação sob o registo em Webdoc E/92471/2026, datada de 28 de maio de 2026, bem como através de informações sob o registo em Webdoc E/92471/2026, e pelas razões constantes de

tais informações, foi manifestada a necessidade de instrução e lançamento de um procedimento aquisitivo, com vista à celebração de um contrato de aquisição de serviços para o desenvolvimento de um Projeto de Monitorização de Indicadores de Sustentabilidade Ambiental, com recurso a soluções tecnológicas integradas, a implementar em 6 zonas piloto do Concelho, visando uma gestão eficiente de recursos na promoção da economia circular e da descarbonização do território;

B. A necessidade em causa, conforme decorre das informações referidas no ponto anterior, e em súmula, prende-se com o seguinte:
"O projeto de monitorização de indicadores de sustentabilidade ambiental fundamenta-se na necessidade estratégica de transitar para um modelo de economia circular, reduzindo o impacte ambiental e promovendo a reintrodução de materiais na economia.
A iniciativa encontra-se alinhada com o Pacto Ecológico Europeu, com a Lei de Bases do Clima e com o Plano de Ação Climática de Loures, em particular a Medida 4 – Prevenção na produção e Gestão da Separação de Resíduos, contribuindo para o aumento da recolha seletiva e valorização de resíduos, no âmbito da Ação 4.1 – Projeto de Indicadores de Sustentabilidade Ambiental.
(…) O projeto contribui para cidades mais inteligentes, eficientes e resilientes através da implementação de sistemas IoT de gestão de resíduos, promovendo uma utilização mais eficiente dos recursos urbanos e a redução do impacto ambiental das operações de recolha.
(…) O projeto promove a eficiência na utilização de recursos através da digitalização e otimização dos sistemas de recolha de resíduos, reduzindo deslocações desnecessárias e aumentando a eficiência operacional.
(…) O projeto contribui diretamente para a mitigação das alterações climáticas através da redução das emissões associadas às operações de recolha de resíduos.
A utilização de rotas dinâmicas baseadas em dados em tempo real provenientes de sensores IoT permite reduzir deslocações desnecessárias, diminuindo o consumo de combustíveis fósseis e a pegada de carbono do sistema urbano.
(…) A vertente tecnológica constitui um pilar essencial do projeto, recorrendo a sensores inteligentes e à Internet das Coisas (IoT) para garantir monitorização permanente e em tempo real da deposição de resíduos.
Esta abordagem permite a transição de percursos de recolha fixos para percursos dinâmicos ajustados ao nível real de enchimento dos equipamentos, otimizando a eficiência energética e reduzindo significativamente a pegada de carbono.
O projeto integra ainda a monitorização dos processos de reciclagem e separação de resíduos, incluindo a gestão das operações de recolha, manutenção de equipamentos e controlo de acessos aos contentores.
(…) O projeto constitui uma solução integrada e pioneira para a promoção da economia circular no Município de Loures, contribuindo para a neutralidade carbónica e para o aumento das taxas de recolha seletiva.
A sua implementação baseia-se em estratégias experimentais em zonas piloto, considerados laboratórios de inovação e avaliação de impacte comportamental.";

C. Em cumprimento do disposto no n.º 2, do artigo 46.º-A do CCP, o fundamento para a não contratação por lotes, com base no mencionado pelo serviço requisitante, é o seguinte:
"(…) o serviço de monitorização dos indicadores de sustentabilidade ambiental está dependente do prévio fornecimento e instalação das unidades de monitorização e da recolha dos resíduos neles depositados. Conforme resulta das cláusulas técnicas constantes na Parte II do Caderno de Encargos, para que o serviço de monitorização possa ser prestado é necessária a instalação de sensores nos equipamentos de deposição de resíduos que têm de ser recolhidos. Os dados obtidos pelas unidades de monitorização são transmitidos a uma plataforma que procede à gestão desses dados e que assim permite a análise, a evolução quantitativa das recolhas, o cálculo de emissão de carbono e a evolução do desempenho da sustentabilidade do projeto – cfr. cláusula 32.ª do Caderno de Encargos. Os diferentes tipos de prestações contratuais integram-se, assim, num processo unitário e autónomo na medida em que a plataforma de gestão através da qual é prestado o serviço de monitorização depende dos dados obtidos pelos sensores e controlo de acessos instalados nos equipamentos de deposição, que constituem as unidades de monitorização, as quais têm de ser compatíveis com a dita plataforma de gestão. As diversas prestações contratuais configuram-se não só técnica e funcionalmente incindíveis, como, a serem contratadas em separado e autonomamente algumas delas, tal separação causaria graves inconvenientes para o Município de Loures e colocaria em causa o desiderato que se propõe alcançar com o contrato a celebrar. ";

D. Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 47.º do CCP, o preço base indicado foi fixado pelo serviço requisitante, serviço esse que apresentou o seguinte fundamento:
"O procedimento tem um valor estimado de 5.500.000,00€ (acrescido de IVA, à taxa legal em vigor, se devido), sendo este o valor considerado adequado, com base em consulta preliminar ao mercado. Foram consultadas as empresas Prezero, Rede Ambiente, Suma, FCC Environment e Ecoambiente,(…).";
Ainda respeitante ao preço base do procedimento e à consulta preliminar ao mercado que lhe está relacionada, veio o serviço requisitante dizer o seguinte: "Com vista a ser dado cumprimento ao disposto no n.º 3, do artigo 47.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), dá-se conta de que para efeitos de determinação do preço base do procedimento, e tendo presente o quadro de prestações contratuais a serem satisfeitas pelo eventual futuro cocontratante, o Município de Loures procedeu a uma consulta preliminar ao mercado, mediante realização de consulta informal a esse mesmo mercado, nos termos previstos e permitidos pelo artigo 35.º-A, do CCP, tendo sido consultadas as entidades Prezero, Rede Ambiente, Suma, FCC Environment e Ecoambiente.
A aludida consulta informal, às cinco supramencionadas entidades, foi efetuada por email, com o mesmo teor para todas, email esse no qual era solicitado às referidas entidades que proporcionassem contributos em matéria de preços, com o fito de se alcançar uma formulação adequada do preço base a fixar para o procedimento em causa.
Com efeito, conforme anunciado no email, o Município de Loures tinha como propósito, por via da consulta preliminar, auscultar o maior número possível de potenciais interessados/concorrentes com experiência no âmbito do objeto do contrato pretendido celebrar, de forma a auxiliar na fixação do preço base adequado do contrato, em ordem a assegurar que o preço base que viesse a ser fixado proporcionasse, desde logo, e no que concerne ao preço global, condições de garantia de apresentação de propostas por parte dos potenciais interessados/concorrentes.
De molde a consubstanciar o contributo das entidades consultadas, foi remetida, em anexo ao email, informação de suporte relativamente aos aspetos essenciais que integram o caderno de encargos do procedimento.
Das suprarreferidas entidades consultadas, quatro delas responderam ao Município de Loures. Uma entidade respondeu, mas não apresentou qualquer referência de preço tido como adequado para o procedimento e das restantes três que responderam, foram indicados como referência de preço apropriado o montante de €5.429.400,00, o montante de €5.329.975,00 e o montante de €6.000.000,00, tendo o Município de Loures concluído pela adequabilidade objetiva da fixação do preço base do procedimento no montante de €5.500.000,00, conforme consta do Caderno de Encargos.
Ora, uma vez que foi realizada uma consulta preliminar ao mercado, mediante realização de consulta informal a esse mesmo mercado, nos termos previstos no artigo 35.º-A, do CCP, e com vista a assegurar a previsão do disposto nos números 2 a 4 do antedito artigo, o Município de Loures, enquanto entidade adjudicante, deve ter por adequado estabelecer um prazo para apresentação de propostas por parte dos concorrentes em 45 dias, não obstante, e de antemão, poder validamente considerar que o prazo a fixar no número de 30 dias para apresentação de propostas se mostraria adequado e suficiente.";

E. Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do Código dos Contratos Públicos) bem como do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pela entidade adjudicatária com a execução do contrato a celebrar, estimado em 5.500.000,00€ (cinco milhões e quinhentos mil euros), se mostra adequado adotar o procedimento do tipo concurso público, com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, tudo em conformidade, designadamente, com o previsto nos artigos 16.º, n.º 1, alínea c), 17.º, 18.º, 20.º, n.º 1, alínea a), 36.º, 38.º, 46.º-A, 47.º, 67.º a 69.º, 290.º-A e 474.º, n.º 3, alínea c), todos do Código dos Contratos Públicos, na sua versão atual;

F. O órgão competente para contratar, autorizar a despesa, escolher o procedimento, aprovar os documentos pré-contratuais (Programa do Concurso e Caderno de Encargos), designar o júri e o gestor do contrato, aprovar a minuta de contrato, bem como para quaisquer outros atos inerentes ao procedimento aquisitivo em apreço, é a Câmara Municipal, em razão do dito preço contratual estimado em 5.500.000,00€ (cinco milhões e quinhentos mil euros), a que deverá acrescer o IVA à taxa legal em vigor, se devido, tudo à luz do disposto, designadamente, na alínea f), n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no artigo 18.º do Decreto-

Lei n.º 197/99, de 8 de junho, (repristinado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11/04), e nos artigos 16.º, n.º 1, alínea c), 17.º, 18.º, 20.º, n.º 1, alínea a), 36.º, 38.º, 46.º-A, 47.º, 67.º a 69.º, 290.º-A e 474.º, n.º 3, alínea c), todos do Código dos Contratos Públicos, na sua versão atual;

G. O contrato terá início de produção de efeitos no primeiro dia útil após a obtenção do Visto de Tribunal de Contas e terá um período de vigência de 64 meses contados do início de produção de efeitos. Os primeiros 4 meses serão para implementação dos meios associados ao processo de monitorização, sendo os restantes 60 meses dedicados à operação de monitorização de indicadores de gestão.
O prazo contratual proposto pelo serviço requisitante, encontra-se fundamentado nos seguintes termos: "O prazo contratual de 64 meses decorre diretamente da natureza e ciclo de vida funcional da infraestrutura tecnológica a implementar, sendo o período necessário para assegurar a sua instalação, integração, estabilização, exploração e avaliação operacional em contexto real.
A fase inicial do contrato implica calibração, integração sistémica e estabilização dos equipamentos e da plataforma tecnológica, condição indispensável à fiabilidade dos dados e à correta operação da infraestrutura. Segue-se uma fase de exploração contínua, necessária à recolha de informação representativa e estatisticamente consistente para efeitos de monitorização e avaliação de indicadores ambientais.
Sendo um projeto de natureza experimental e demonstradora, o horizonte temporal de 64 meses é estruturalmente necessário para garantir a validade técnica dos resultados, a robustez dos indicadores produzidos e a avaliação comparável da eficácia da metodologia implementada ao longo do tempo.
Refira-se ainda que a opção por este horizonte temporal e a respetiva fundamentação já foram oportunamente objeto de esclarecimento no âmbito do procedimento anterior submetido a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, tendo sido a respetiva justificação técnica apreciada no contexto do modelo contratual então analisado, o que reforça a consistência e coerência da solução agora adotada.
O prazo adotado não configura uma extensão artificial da prestação contratual, mas sim o período tecnicamente adequado ao funcionamento e exploração de uma infraestrutura tecnológica municipal, assegurando a sua estabilidade operacional e a produção de resultados verificáveis e úteis para a decisão pública.
Assim, o prazo contratual corresponde ao ciclo mínimo necessário para a implementação, consolidação e exploração da infraestrutura tecnológica objeto do procedimento.";

H. Tendo presente a previsão do n.º 3, do artigo 36.º do CCP, e porque o preço base do procedimento se lhe subsume, o serviço requisitante apresentou fundamento de que ao procedimento em apreço se aplica a previsão do n.º 4 desse mesmo artigo 36.º do CCP, o que fez nos seguintes termos: "O presente procedimento tem por objeto a implementação e disponibilização de uma infraestrutura tecnológica integrada de monitorização e análise de indicadores de sustentabilidade ambiental no Município de Loures.
A solução a contratar consiste na instalação e integração de equipamentos de monitorização, sensores inteligentes (IoT), sistemas de controlo de acessos e plataforma digital de recolha, tratamento e análise de dados, constituindo uma infraestrutura tecnológica municipal destinada à produção contínua de informação e indicadores ambientais.
A infraestrutura será implementada em zonas piloto através da instalação de unidades de monitorização e integração de sensores em equipamentos existentes, permitindo a recolha sistemática de dados relevantes para a avaliação de políticas públicas ambientais.
O contrato apresenta natureza unitária e funcionalmente integrada, sendo todas as prestações previstas orientadas para a instalação, disponibilização e operacionalização da infraestrutura tecnológica. As atividades de manutenção, monitorização, gestão operacional, comunicação e tratamento de dados assumem natureza acessória e instrumental, indispensáveis ao funcionamento da infraestrutura.
O resultado económico e funcional predominante da contratação consiste na disponibilização ao Município de uma infraestrutura tecnológica de monitorização ambiental, apta à produção de indicadores estruturados de suporte à decisão pública.
Assim, considerando que o objeto principal do contrato consiste na implementação de uma infraestrutura tecnológica e de equipamentos, conclui-se que o procedimento se enquadra no n.º 4 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos, relativo a infraestruturas e equipamentos.";

I. Se afigura necessário repartir o montante económico estimado do contrato de

5.500.000,00€ (cinco milhões e quinhentos mil euros), pelos anos 2027 a 2032, este assunto carece de ser deliberado pela Assembleia Municipal, nos termos do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho;

J. Foi verificado, nesta data, que a despesa do Município de Loures será suportada pela rubrica 0504 020225 2023 A 136, conforme a proposta de cabimento n.º 2914/2026, datada de 12 de junho de 2026.

Tenho a honra de propor:

Que a Câmara Municipal de Loures delibere, ao abrigo do disposto no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, repristinado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril, nos artigos 16.º, n.º 1, alínea c), 17.º, 18.º, 20.º, n.º 1, alínea a), 36.º, 38.º, 46.º-A, 47.º, 67.º a 69.º, 290.º-A e 474.º, n.º 3, alínea c), todos do CCP e no artigo 33.º, n.º 1, alínea f) do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

1. Aprovar o programa do concurso e o caderno de encargos enquanto peças do procedimento, que se anexam;

2. Aprovar o proposto no documento sob o título "proposta de autorização para início e tipo de procedimento, para nomeação de júri e nomeação do gestor do contrato", que se anexa;

3. Remeter o presente assunto a reunião da Assembleia Municipal para efeitos de autorização da repartição de encargos do montante total de 5.500.000,00€ (cinco milhões e quinhentos mil euros) pelos anos 2027 a 2032, nos termos do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho.

Loures, 14 de julho de 2026

(…)

(Aprovada por maioria com os votos a favor do Grupo de Representantes do PS – Partido Socialista, do Grupo de Representantes do PPD/PSD – Partido Social Democrata e do Representante da IL – INICIATIVA LIBERAL, as abstenções do Grupo de Representantes do CHEGA e os votos contra do Grupo de Representantes da CDU – Coligação Democrática Unitária e da Representante do BE - Bloco Esquerda)

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº. 515/2026 - PARA APROVAR A NÃO ADJUDICAÇÃO DO EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO, A EXTINÇÃO DO PROCEDIMENTO E A REVOGAÇÃO DA RESPETIVA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA, NO ÂMBITO DO INVESTIMENTO "CONJUNTO HABITACIONAL TERRAÇOS DA PONTE II"

(Deliberação ao abrigo da alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual e dos artigos 49.º e 51.º, ambos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual)

(Aprovada na 19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Loures, realizada em 2026.09.03)

Considerando que:

A. Na 3.ª sessão ordinária da Assembleia Municipal de Loures, realizada no dia 24 de junho de 2026, sob proposta da Câmara Municipal de Loures deliberada na sua 15.ª reunião ordinária, realizada no dia 18 de junho de 2026, foi aprovada a proposta de deliberação n.º 374/2026 referente à autorização prévia para financiamento do investimento "Conjunto Habitacional Terraços da Ponte II", por um empréstimo de médio e longo prazo até ao montante de 11.000.000,00€ (onze milhões de euros), com um prazo global de 50 anos (600 meses), um prazo de utilização de 3 anos (36 meses), em cumprimento do estipulado no n.º 10 do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, e um prazo de amortização de 47 anos (564 meses);

B. Na 18.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Loures, realizada no dia 30 de julho de 2026, foi aprovada a proposta de deliberação n.º 467/2026 referente à abertura do procedimento para contratação do empréstimo supra mencionado, nas condições supra descritas e constantes na ficha técnica anexada à citada proposta de deliberação;

C. Em cumprimento da deliberação mencionada no considerando anterior, foram consultadas, através de convite, as 7 instituições bancárias constantes na referida proposta de deliberação – Caixa de Crédito Agrícola, Caixa Geral de Depósitos, S.A., Banco Santander Totta, S.A., Novo Banco, S.A., Banco Comercial Português, S.A - Millennium BCP, Banco Português de Investimento, S.A. e Banco Montepio;

D. A única proposta rececionada foi a da Caixa Geral de Depósitos, S.A. e a mesma não se encontrava conforme ao solicitado no convite, na medida em que o prazo global do empréstimo apresentado na proposta daquela instituição bancária era inferior a 50 anos, não cumprindo, portanto, o prazo global deliberado pelos órgãos municipais e, consequentemente, o período de amortização de 47 anos também constante no referido ofício e igualmente deliberado, conforme ata da Comissão de Análise das Propostas de 14 de agosto de 2026, junta em anexo;

E. O projeto de decisão da Comissão de Análise das Propostas constante da ata mencionada no considerando anterior, de exclusão da proposta da Caixa Geral de Depósitos, S.A., por incumprimento das condições do empréstimo exigidas quanto ao prazo global e ao período de amortização, constantes na ficha técnica do convite enviado às várias entidades supra identificadas, bem como de não adjudicação e extinção do respetivo procedimento foi submetido a audiência de interessados, na forma escrita, não tendo o único interessado colocado objeções ao mesmo;

F. A Comissão de Análise das Propostas, em 24 de agosto de 2026, reiterou a sua decisão tomada em 14 de agosto de 2026, conforme ata junta em anexo;

Tenho a honra de propor:

Que a Câmara Municipal de Loures delibere e submeta a deliberação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea f) do n.º 1 do artigo 25º ambos do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece, entre outros, o regime jurídico das autarquias locais, em conjugação com o disposto no artigo 49.º e no artigo 51.º ambos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, supra já identificada, e ao abrigo do DL n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que aprova o Código do Procedimento Administrativo, a não adjudicação, à Caixa Geral de Depósitos, S.A., do empréstimo de médio e longo prazo para financiamento do investimento "Conjunto Habitacional Terraços da Ponte II", até ao montante de 11.000.000,00€ (onze milhões de euros), com um prazo global de 50 anos (600 meses), com um prazo de utilização de 3 anos (36 meses), em cumprimento do estipulado no n.º 10 do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e um prazo de amortização de 47 anos (564 meses), e, consequentemente, a extinção do respetivo procedimento cuja abertura e condições foram deliberadas na 18.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Loures, realizada no dia 30 de julho de 2026 (proposta de deliberação n.º 467/2026), de acordo com o proposto pela Comissão de Análise das Propostas, e a revogação da autorização prévia deliberada na 15.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Loures, realizada no dia 18 de junho de 2026, e na a 3.ª sessão ordinária da Assembleia Municipal de Loures, realizada no dia 24 de junho de 2026, constante na proposta de deliberação n.º 374/2026, referente ao financiamento do investimento "Conjunto Habitacional Terraços da Ponte II" por um empréstimo de médio e longo prazo, até ao montante de 11.000.000,00€ (onze milhões de euros), com um prazo global de 50 anos (600 meses), um prazo de utilização de 3 anos (36 meses), em cumprimento do estipulado no n.º 10 do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e um prazo de amortização de 47 anos (564 meses).

Loures, 27 de agosto de 2026

(…)

(Aprovada por maioria com os votos a favor do Grupo de Representantes do PS – Partido Socialista, do Grupo de Representantes do PPD/PSD – Partido Social Democrata, do Grupo de Representantes da CDU – Coligação Democrática Unitária, da Representante do BE - Bloco Esquerda e do Representante da IL – INICIATIVA LIBERAL e as abstenções do Grupo de Representantes do CHEGA)

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº. 516/2026 - PARA APROVAR A NÃO ADJUDICAÇÃO DO EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO, A EXTINÇÃO DO PROCEDIMENTO E A REVOGAÇÃO DA RESPETIVA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA, NO ÂMBITO DO INVESTIMENTO "CONJUNTO HABITACIONAL MONTACHIQUE"

(Deliberação ao abrigo da alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual e dos artigos 49.º e 51.º, ambos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual)

(Aprovada na 19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Loures, realizada em 2026.09.03)

Considerando que:

A. Na 3.ª sessão ordinária da Assembleia Municipal de Loures, realizada no dia 24 de junho de 2026, sob proposta da Câmara Municipal de Loures deliberada na sua 15.ª reunião ordinária, realizada no dia 18 de junho

de 2026, foi aprovada a proposta de deliberação n.º 375/2026 referente à autorização prévia para financiamento do investimento "Conjunto Habitacional Montachique", por um empréstimo de médio e longo prazo até ao montante de 11.650.000,00€ (onze milhões, seiscentos e cinquenta mil euros), com um prazo global de 50 anos (600 meses), um prazo de utilização de 3 anos (36 meses), em cumprimento do estipulado no n.º 10 do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, e um prazo de amortização de 47 anos (564 meses);

B. Na 18.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Loures, realizada no dia 30 de julho de 2026, foi aprovada a proposta de deliberação n.º 468/2026 referente à abertura do procedimento para contratação do empréstimo supramencionado, nas condições supra descritas e constantes na ficha técnica anexada à citada proposta de deliberação;

C. Em cumprimento da deliberação mencionada no considerando anterior, foram consultadas, através de convite, as 7 instituições bancárias constantes na referida proposta de deliberação – Caixa de Crédito Agrícola, Caixa Geral de Depósitos, S.A., Banco Santander Totta, S.A., Novo Banco, S.A., Banco Comercial Português, S.A - Millennium BCP, Banco Português de Investimento, S.A. e Banco Montepio;

D. A única proposta rececionada foi a da Caixa Geral de Depósitos, S.A. e a mesma não se encontrava conforme ao solicitado no convite, na medida em que o prazo global do empréstimo apresentado na proposta daquela instituição bancária era inferior a 50 anos, não cumprindo, portanto, o prazo global deliberado pelos órgãos municipais e, consequentemente, o período de amortização de 47 anos também constante no referido ofício e igualmente deliberado, conforme ata da Comissão de Análise das Propostas de 24 de agosto de 2026, junta em anexo;

E. O projeto de decisão da Comissão de Análise das Propostas constante da ata mencionada no considerando anterior, de exclusão da proposta da Caixa Geral de Depósitos, S.A., por incumprimento das condições do empréstimo exigidas quanto ao prazo global e ao período de amortização, constantes na ficha técnica do convite enviado às várias entidades supra identificadas, bem como de não adjudicação e extinção do respetivo procedimento foi submetido a audiência de interessados, na forma escrita, não tendo o único interessado colocado objeções ao mesmo;

F. A Comissão de Análise das Propostas, em 24 de agosto de 2026, reiterou a sua decisão tomada em 14 de agosto de 2026, conforme ata junta em anexo.

Tenho a honra de propor:

Que a Câmara Municipal de Loures delibere e submeta a deliberação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea f) do n.º 1 do artigo 25º ambos do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece, entre outros, o regime jurídico das autarquias locais, em conjugação com o disposto no artigo 49.º e no artigo 51.º ambos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, supra já identificada, e ao abrigo do DL n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que aprova o Código do Procedimento Administrativo, a não adjudicação, à Caixa Geral de Depósitos, S.A., do empréstimo de médio e longo prazo para financiamento do investimento "Conjunto Habitacional Montachique", até ao montante de 11.650.000,00€ (onze milhões, seiscentos e cinquenta euros), e, consequentemente, a extinção do respetivo procedimento cuja abertura e condições foram deliberadas na 18.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Loures, realizada no dia 30 de julho de 2026 (proposta de deliberação n.º 468/2026), de acordo com o proposto pela Comissão de Análise das Propostas, e a revogação da autorização prévia deliberada na 15.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Loures , realizada no dia 18 de junho de 2026, e na a 3.ª sessão ordinária da Assembleia Municipal de Loures, realizada no dia 24 de junho de 2026, constante na proposta de deliberação n.º 375/2026.

Loures, 28 de agosto de 2026

(…)

(Aprovada por maioria com os votos a favor do Grupo de Representantes do PS – Partido Socialista, do Grupo de Representantes do PPD/PSD – Partido Social Democrata, do Grupo de Representantes da CDU – Coligação Democrática Unitária, da Representante do BE - Bloco Esquerda e do Representante da IL – INICIATIVA LIBERAL e as abstenções do Grupo de Representantes do CHEGA)

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº. 517/2026 - PARA APROVAR: - A ASSUNÇÃO DE ENCARGOS PLURIANUAIS; - A ADJUDICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A MÉDIO E LONGO PRAZO, REFERENTE AO INVESTIMENTO "UNIDADE SAÚDE FAMILIAR DA BOBADELA"

(Deliberação ao abrigo da alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual e dos artigos 49.º e 51.º, ambos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual)

(Aprovada na 19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Loures, realizada em 2026.09.03)

Considerando que:

A. Na 18.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Loures, realizada no dia 30 de julho de 2026, foi autorizada e aprovada, nos termos do n.º 5 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais e do n.º 4 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, entre outros, a abertura do procedimento para contratação de um empréstimo destinado ao financiamento do investimento "Unidade Saúde Familiar Bobadela", até ao montante de 1.500.000,00€ (um milhão e quinhentos mil euros), pelo prazo de 20 anos (240 meses), nos termos da proposta de deliberação n.º 460/2026 (anexo I);

B. Foram consultadas, através de convite, enviado via *e-mail* em 04 de agosto de 2026, as sete instituições bancárias constantes na proposta de deliberação n.º 460/2026, melhor identificada no ponto supra – Caixa de Crédito Agrícola, Caixa Geral de Depósitos, S.A., Banco Santander Totta, S.A., Novo Banco, S.A., Banco Comercial Português, S.A - Millennium BCP, Banco Português de Investimento, S.A. e Banco Montepio - tendo as condições constantes da ficha técnica, junta como anexo à proposta de deliberação n.º 460/2026, sido reproduzidas nos mencionados convites (anexo II);

C. Das instituições bancárias convidadas não apresentaram proposta o Banco Montepio e o Novo Banco, S.A.;

D. A Comissão de Análise das Propostas, em 17 de agosto de 2026, com base no critério de adjudicação "taxa de juro, incluindo o *spread*, mais baixa", propôs que a adjudicação do empréstimo de médio e longo prazo até ao valor de 1.500.000,00€ (um milhão e quinhentos mil euros), versado na presente proposta de deliberação, fosse efetuada à Caixa de Crédito Agrícola, nas condições que se destacam (anexo III):

- Montante: até ao limite máximo de 1.500.000,00€ (um milhão e quinhentos mil euros);
- Prazo global: 20 anos (240 meses);
- Prazo de utilização: 36 meses, com início após visto do Tribunal de Contas;
- Pagamento de juros: semestral e postecipadamente;
- Taxa de juro: Euribor a 6 meses, acrescida de um *spread* de 0,14%;
- Prazo de amortização: 17 anos (204 meses). A primeira amortização de capital terá de ocorrer de forma que não seja excedido o prazo máximo de utilização/carência de 36 meses;
- Comissões: isento;

E. Procedeu-se à audiência escrita dos interessados - Caixa Geral de Depósitos, S.A., Banco Português de Investimento, S.A., Caixa de Crédito Agrícola, Banco Comercial Português, S.A - Millennium BCP e Banco Santander Totta, S.A. - nos termos do Código do Procedimento Administrativo;

F. No âmbito da audiência de interessados, nenhuma das instituições bancárias colocou objeções ao projeto de decisão remetido;

G. A Comissão de Análise das Propostas propôs a adjudicação da contratação do empréstimo de médio e longo prazo, à Caixa de Crédito Agrícola nas condições descritas na ata da reunião da mencionada Comissão, realizada em 24 de agosto de 2026, destacando-se (anexo IV):

- Montante: até ao limite máximo de 1.500.000,00€ (um milhão e quinhentos mil euros);
- Prazo global: 20 anos (240 meses);
- Prazo de utilização: 36 meses, com início após visto do Tribunal de Contas;
- Pagamento de juros: semestral e postecipadamente;
- Taxa de juro: Euribor a 6 meses, acrescida de um *spread* de 0,14%;
- Prazo de amortização: 17 anos (204 meses). A primeira amortização de capital terá de ocorrer de forma que não seja

excedido o prazo máximo de utilização/carência de 36 meses;

- Comissões: isento;

H. Atendendo ao disposto na redação do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 123.º da Lei n.º 73-A/2025, de 30 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para o ano de 2026, o Município de Loures dispõe de capacidade para a contratação deste empréstimo de médio e longo prazo, conforme demonstrado no mapa que constitui o anexo V da presente proposta de deliberação;

I. De acordo com a alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, supra identificada, compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara, autorizar a contratação de empréstimos, devendo, em cumprimento do estipulado no n.º 4 deste mesmo preceito legal e do n.º 5 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, também supra identificada, o pedido de autorização à assembleia ser acompanhado de demonstração de consulta, e informação sobre as condições praticadas quando esta tiver sido prestada, em, pelo menos, três instituições autorizadas por lei a conceder crédito, bem como de mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município;

J. Nos termos do n.º 6 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os contratos de empréstimo de médio e longo prazos, cujos efeitos da celebração se mantenham ao longo de dois ou mais mandatos, têm de ser objeto de aprovação por maioria absoluta dos membros da assembleia municipal em efetividade de funções;

Tenho a honra de propor:

Que a Câmara Municipal de Loures delibere, submeter a deliberação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea f) do n.º 1 do artigo 25º ambos do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o disposto no artigo 49.º e no artigo 51.º, ambos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro:

1. A autorização da assunção dos encargos plurianuais resultantes da adjudicação do empréstimo de médio e longo prazo versado na presente proposta de deliberação, ao abrigo da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro que aprova a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) e do DL n.º 127/2012, de 21 de junho, que contempla os procedimentos necessários à aplicação da LCPA, nos termos do plano de amortização (previsional) constante da ata da reunião da Comissão de Análise das Propostas datada de 17 de agosto de 2026, (indexante EURIBOR a 6 meses/360 dias a julho de 2026 – 2,647%), conforme quadro infra:

UNIDADE SAUDE FAMILIAR BOBADELA				
1.500.000,00				
2027	2028	2029	2030	seguintes
41.805,00	41.805,00	84.662,14	125.727,64	1.686.757,71
1.980.757,50				

2. A adjudicação, efetuada com base no procedimento de consulta desenvolvido, da contratação do empréstimo de médio e longo prazo, à Caixa de Crédito Agrícola para financiamento do investimento "Unidade Saúde Familiar Bobadela", designadamente, nas seguintes condições:
   - Montante: até ao limite máximo de 1.500.000,00€ (um milhão e quinhentos mil euros);
   - Prazo global: 20 anos (240 meses);
   - Prazo de utilização: 36 meses, com início após visto do Tribunal de Contas;
   - Pagamento de juros: semestral e postecipadamente;
   - Taxa de juro: Euribor a 6 meses, acrescida de um *spread* de 0,14%;
   - Prazo de amortização: 17 anos (204 meses). A primeira amortização de capital terá de ocorrer de forma a que não seja excedido o prazo máximo de utilização/carência de 36 meses;
   - Comissões: isento.

Loures, 27 de agosto de 2026

(…)

(Aprovada por maioria com os votos a favor do Grupo de Representantes do PS – Partido Socialista, do Grupo de Representantes do CHEGA, do Grupo de Representantes do PPD/PSD – Partido Social Democrata, do Grupo de Representantes da CDU – Coligação Democrática Unitária e da Representante do BE - Bloco Esquerda e o voto contra do Representante da IL – INICIATIVA LIBERAL)

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº. 518/2026 - PARA APROVAR: - A ASSUNÇÃO DE ENCARGOS PLURIANUAIS; - A ADJUDICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A MÉDIO E LONGO PRAZO, REFERENTE AO INVESTIMENTO "CASTELO PIRESCOUXE"

(Deliberação ao abrigo da alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual e dos artigos 49.º e 51.º, ambos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual)

(Aprovada na 19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Loures, realizada em 2026.09.03)

Considerando que:

A. Na 18.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Loures, realizada no dia 30 de julho de 2026, foi autorizada e aprovada, nos termos do n.º 5 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais e do n.º 4 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, entre outros, a abertura do procedimento para contratação de um empréstimo destinado ao financiamento do investimento "Castelo Pirescouxe", até ao montante de 2.000.000,00€ (dois milhões de euros), pelo prazo de 20 anos (240 meses), nos termos da proposta de deliberação n.º 461/2026 (anexo I);

B. Foram consultadas, através de convite, enviado via *e-mail* em 05 de agosto de 2026, as sete instituições bancárias constantes na proposta de deliberação n.º 461/2026, melhor identificada no ponto supra – Caixa de Crédito Agrícola, Caixa Geral de Depósitos, S.A., Banco Santander Totta, S.A., Novo Banco, S.A., Banco Comercial Português, S.A - Millennium BCP, Banco Português de Investimento, S.A. e Banco Montepio - tendo as condições constantes da ficha técnica, junta como anexo à proposta de deliberação n.º 461/2026, sido reproduzidas nos mencionados convites (anexo II);

C. Das instituições bancárias convidadas não apresentaram proposta o Novo Banco, S.A e o Banco Montepio;

D. A Comissão de Análise das Propostas, em 18 de agosto de 2026, com base no critério de adjudicação "taxa de juro, incluindo o *spread*, mais baixa", propôs que a adjudicação do empréstimo de médio e longo prazo até ao valor de 2.000.000,00€ (dois milhões de euros), versado na presente proposta de deliberação, fosse efetuada à Caixa de Crédito Agrícola, nas condições que se destacam (anexo III):

- Montante: até ao limite máximo de 2.000.000,00€ (dois milhões de euros);
- Prazo global: 20 anos (240 meses);
- Prazo de utilização: 36 meses, com início após visto do Tribunal de Contas;
- Pagamento de juros: semestral e postecipadamente;
- Taxa de juro: Euribor a 6 meses, acrescida de um *spread* de 0,14%;
- Prazo de amortização: 17 anos (204 meses). A primeira amortização de capital terá de ocorrer de forma que não seja excedido o prazo máximo de utilização/carência de 36 meses;
- Comissões: isento;

E. Procedeu-se à audiência escrita dos interessados - Caixa Geral de Depósitos, S.A., Banco Português de Investimento, S.A., Caixa de Crédito Agrícola, Banco Comercial Português, S.A - Millennium BCP e Banco Santander Totta, S.A. nos termos do Código do Procedimento Administrativo;

F. No âmbito da audiência de interessados, nenhuma das instituições bancárias colocou objeções ao projeto de decisão remetido;

G. A Comissão de Análise das Propostas propôs a adjudicação da contratação do empréstimo de médio e longo prazo, à Caixa de Crédito Agrícola nas condições descritas na ata da reunião da mencionada Comissão, realizada em 24 de agosto de 2026, destacando-se (anexo IV):

- Montante: até ao limite máximo de 2.000.000,00€ (dois milhões de euros);
- Prazo global: 20 anos (240 meses);
- Prazo de utilização: 36 meses, com início após visto do Tribunal de Contas;
- Pagamento de juros: semestral e postecipadamente;
- Taxa de juro: Euribor a 6 meses, acrescida de um *spread* de 0,14%;
- Prazo de amortização: 17 anos (204 meses). A primeira amortização de capital terá de ocorrer de forma que não seja excedido o prazo máximo de utilização/carência de 36 meses;
- Comissões: isento;

H. Atendendo ao disposto na redação do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 123.º da Lei n.º 73-A/2025, de 30 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para o ano de 2026, o Município de Loures dispõe de capacidade para a contratação deste empréstimo de médio e longo prazo, conforme demonstrado no mapa que constitui o anexo V da presente proposta de deliberação;

I. De acordo com a alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, supra identificada, compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara, autorizar a contratação de empréstimos, devendo, em cumprimento do estipulado no n.º 4 deste mesmo preceito legal e do n.º 5 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, também supra identificada, o pedido de autorização à assembleia ser acompanhado de demonstração de consulta, e informação sobre as condições praticadas quando esta tiver sido prestada, em, pelo menos, três instituições autorizadas por lei a conceder crédito, bem como de mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município;

J. Nos termos do n.º 6 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os contratos de empréstimo de médio e longo prazos, cujos efeitos da celebração se mantenham ao longo de dois ou mais mandatos, têm de ser objeto de aprovação por maioria absoluta dos membros da assembleia municipal em efetividade de funções;

Tenho a honra de propor:

Que a Câmara Municipal de Loures delibere, submeter a deliberação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea f) do n.º 1 do artigo 25º ambos do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o disposto no artigo 49.º e no artigo 51.º, ambos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro:

1. A autorização da assunção dos encargos plurianuais resultantes da adjudicação do empréstimo de médio e longo prazo versado na presente proposta de deliberação, ao abrigo da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro que aprova a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) e do DL n.º 127/2012, de 21 de junho, que contempla os procedimentos necessários à aplicação da LCPA, nos termos do plano de amortização (previsional) constante da ata da reunião da Comissão de Análise das Propostas datada de *(colocar a data da Ata que tenha o plano de amortização)*, (indexante EURIBOR a 6 meses/360 dias a julho de 2026 – 2,647%), conforme quadro infra:

CASTELO PIRESCOUXE				
2.000.000,00				
2027	2028	2029	2030	seguintes
55.740,00	55.740,00	112.882,86	167.636,86	2.249.010,29
2.641.010,00				

2. A adjudicação, efetuada com base no procedimento de consulta desenvolvido, da contratação do empréstimo de médio e longo prazo, à Caixa de Crédito Agrícola para financiamento do investimento "Castelo Pirescouxe", designadamente, nas seguintes condições:

- Montante: até ao limite máximo de 2.000.000,00€ (dois milhões de euros);
- Prazo global: 20 anos (240 meses);
- Prazo de utilização: 36 meses, com início após visto do Tribunal de Contas;
- Pagamento de juros: semestral e postecipadamente;
- Taxa de juro: Euribor a 6 meses, acrescida de um *spread* de 0,14%;
- Prazo de amortização: 17 anos (204 meses). A primeira amortização de capital terá de ocorrer de forma a que não seja excedido o prazo máximo de utilização/carência de 36 meses;
- Comissões: isento.

Loures, 28 de agosto de 2026

(…)

(Aprovada por maioria com os votos a favor do Grupo de Representantes do PS – Partido Socialista, do Grupo de Representantes do PPD/PSD – Partido Social Democrata, do Grupo de Representantes da CDU – Coligação Democrática Unitária e da Representante do BE - Bloco Esquerda, as abstenções do Grupo de Representantes do CHEGA e o voto contra do Representante da IL – INICIATIVA LIBERAL)

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº. 519/2026 - PARA APROVAR: - A ASSUNÇÃO DE ENCARGOS PLURIANUAIS; - A ADJUDICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A MÉDIO E LONGO PRAZO, REFERENTE AO INVESTIMENTO "QUARTEL DA GNR DE BUCELAS"

(Deliberação ao abrigo da alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual e dos artigos 49.º e 51.º, ambos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual)

(Aprovada na 19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Loures, realizada em 2026.09.03)

Considerando que:

A. Na 18.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Loures, realizada no dia 30 de julho de 2026, foi autorizada e aprovada, nos termos do n.º 5 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais e do n.º 4 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, entre outros, a abertura do procedimento para contratação de um empréstimo destinado ao financiamento do investimento "Quartel da GNR Bucelas", até ao montante de 2.200.000,00€ (dois milhões e duzentos mil euros), pelo prazo de 20 anos (240 meses), nos termos da proposta de deliberação n.º 462/2026 (anexo I);

B. Foram consultadas, através de convite, enviado via *e-mail* em 05 de agosto de 2026, as sete instituições bancárias constantes na proposta de deliberação n.º 462/2026, melhor identificada no ponto supra – Caixa de Crédito Agrícola, Caixa Geral de Depósitos, S.A., Banco Santander Totta, S.A., Novo Banco, S.A., Banco Comercial Português, S.A - Millennium BCP, Banco Português de Investimento, S.A. e Banco Montepio tendo as condições constantes da ficha técnica, junta como anexo à proposta de deliberação n.º 462/2026, sido reproduzidas nos mencionados convites (anexo II);

C. Das instituições bancárias convidadas não apresentaram proposta o Novo Banco, S.A. e o Banco Montepio;

D. A Comissão de Análise das Propostas, em 18 de agosto de 2026, com base no critério de adjudicação "taxa de juro, incluindo o *spread*, mais baixa", propôs que a adjudicação do empréstimo de médio e longo prazo até ao valor de 2.200.000,00€ (dois milhões e duzentos mil euros), versado na presente proposta de deliberação, fosse efetuada à Caixa de Crédito Agrícola, nas condições que se destacam (anexo III):

- Montante: até ao limite máximo de 2.200.000,00€ (dois milhões e duzentos mil euros)
- Prazo global: 20 anos (240 meses);
- Prazo de utilização: 36 meses, com início após visto do Tribunal de Contas;
- Pagamento de juros: semestral e postecipadamente;
- Taxa de juro: Euribor a 6 meses, acrescida de um *spread* de 0,14%;
- Prazo de amortização: 17 anos (204 meses). A primeira amortização de capital terá de ocorrer de forma que não seja excedido o prazo máximo de utilização/carência de 36 meses;
- Comissões: isento;

E. Procedeu-se à audiência escrita dos interessados - Caixa Geral de Depósitos, S.A., Banco Português de Investimento, S.A., Caixa de Crédito Agrícola, Banco Comercial Português, S.A - Millennium BCP e o Banco Santander Totta, S.A. nos termos do Código do Procedimento Administrativo;

F. No âmbito da audiência de interessados, nenhuma das instituições bancárias colocou objeções ao projeto de decisão remetido;

G. A Comissão de Análise das Propostas propôs a adjudicação da contratação do empréstimo de médio e longo prazo, à Caixa de Crédito Agrícola nas condições descritas na ata da reunião da mencionada Comissão, realizada em 24 de agosto de 2026, destacando-se (anexo IV):

- Montante: até ao limite máximo de 2.200.000,00€ (dois milhões e duzentos mil euros);
- Prazo global: 20 anos (240 meses);
- Prazo de utilização: 36 meses, com início após visto do Tribunal de Contas;
- Pagamento de juros: semestral e postecipadamente;
- Taxa de juro: Euribor a 6 meses, acrescida de um *spread* de 0,14%;
- Prazo de amortização: 17 anos (204 meses). A primeira amortização de capital terá de ocorrer de forma que não seja

excedido o prazo máximo de utilização/carência de 36 meses;

- Comissões: isento;

H. Atendendo ao disposto na redação do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 123.º da Lei n.º 73-A/2025, de 30 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para o ano de 2026, o Município de Loures dispõe de capacidade para a contratação deste empréstimo de médio e longo prazo, conforme demonstrado no mapa que constitui o anexo V da presente proposta de deliberação;

I. De acordo com a alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, supra identificada, compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara, autorizar a contratação de empréstimos, devendo, em cumprimento do estipulado no n.º 4 deste mesmo preceito legal e do n.º 5 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, também supra identificada, o pedido de autorização à assembleia ser acompanhado de demonstração de consulta, e informação sobre as condições praticadas quando esta tiver sido prestada, em, pelo menos, três instituições autorizadas por lei a conceder crédito, bem como de mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município;

J. Nos termos do n.º 6 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os contratos de empréstimo de médio e longo prazos, cujos efeitos da celebração se mantenham ao longo de dois ou mais mandatos, têm de ser objeto de aprovação por maioria absoluta dos membros da assembleia municipal em efetividade de funções;

Tenho a honra de propor:

Que a Câmara Municipal de Loures delibere, submeter a deliberação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea f) do n.º 1 do artigo 25º ambos do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o disposto no artigo 49.º e no artigo 51.º, ambos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro:

1. A autorização da assunção dos encargos plurianuais resultantes da adjudicação do empréstimo de médio e longo prazo versado na presente proposta de deliberação, ao abrigo da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro que aprova a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) e do DL n.º 127/2012, de 21 de junho, que contempla os procedimentos necessários à aplicação da LCPA, nos termos do plano de amortização (previsional) constante da ata da reunião da Comissão de Análise das Propostas datada de 18 de agosto de 2026, (indexante EURIBOR a 6 meses/360 dias a julho de 2026 – 2,647%), conforme quadro infra:

QUARTEL DA GNR BUCELAS				
2.200.000,00				
2027	2028	2029	2030	seguintes
61.314,00	61.314,00	124.171,14	184.400,54	2.473.911,31
2.905.111,00				

2. A adjudicação, efetuada com base no procedimento de consulta desenvolvido, da contratação do empréstimo de médio e longo prazo, à Caixa de Crédito Agrícola para financiamento do investimento "Quartel da GNR Bucelas", designadamente, nas seguintes condições:

   - Montante: até ao limite máximo de 2.200.000,00€ (dois milhões e duzentos mil euros);
   - Prazo global: 20 anos (240 meses);
   - Prazo de utilização: 36 meses, com início após visto do Tribunal de Contas;
   - Pagamento de juros: semestral e postecipadamente;
   - Taxa de juro: Euribor a 6 meses, acrescida de um *spread* de 0,14%;
   - Prazo de amortização: 17 anos (204 meses). A primeira amortização de capital terá de ocorrer de forma a que não seja excedido o prazo máximo de utilização/carência de 36 meses;
   - Comissões: isento;

Loures, 28 de agosto de 2026

(…)

(Aprovada por maioria com os votos a favor do Grupo de Representantes do PS – Partido Socialista, do Grupo de Representantes do CHEGA e do Grupo de Representantes do PPD/PSD – Partido Social Democrata, as abstenções do Grupo de Representantes da CDU – Coligação Democrática Unitária e da Representante do BE - Bloco Esquerda e o voto contra do Representante da IL – INICIATIVA LIBERAL)

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº. 520/2026 - PARA APROVAR: - A ASSUNÇÃO DE ENCARGOS PLURIANUAIS; - A ADJUDICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A MÉDIO E LONGO PRAZO, REFERENTE AO INVESTIMENTO "CENTRO VETERINÁRIO MUNICIPAL (CRO)"

(Deliberação ao abrigo da alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual e dos artigos 49.º e 51.º, ambos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual)

(Aprovada na 19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Loures, realizada em 2026.09.03)

Considerando que:

A. Na 18.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Loures, realizada no dia 30 de julho de 2026, foi autorizada e aprovada, nos termos do n.º 5 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais e do n.º 4 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, entre outros, a abertura do procedimento para contratação de um empréstimo destinado ao financiamento do investimento "Centro Veterinário Municipal (CRO)", até ao montante de 2.500.000,00€ (dois milhões e quinhentos mil euros), pelo prazo de 20 anos (240 meses), nos termos da proposta de deliberação n.º 463/2026 (anexo I);

B. Foram consultadas, através de convite, enviado via *e-mail* em 05 de agosto de 2026, as sete instituições bancárias constantes na proposta de deliberação n.º 463/2026, melhor identificada no ponto supra – Caixa de Crédito Agrícola, Caixa Geral de Depósitos, S.A., Banco Santander Totta, S.A., Novo Banco, S.A., Banco Comercial Português, S.A - Millennium BCP, Banco Português de Investimento, S.A. e Banco Montepio - tendo as condições constantes da ficha técnica, junta como anexo à proposta de deliberação n.º 463/2026, sido reproduzidas nos mencionados convites (anexo II);

C. Das instituições bancárias convidadas não apresentaram proposta o Novo Banco, S.A. e o Banco Montepio;

D. A Comissão de Análise das Propostas, em 18 de agosto de 2026, com base no critério de adjudicação "taxa de juro, incluindo o *spread*, mais baixa", propôs que a adjudicação do empréstimo de médio e longo prazo até ao valor de 2.500.000,00€ (dois milhões e quinhentos mil euros), versado na presente proposta de deliberação, fosse efetuada à Caixa de Crédito Agrícola, nas condições que se destacam (anexo III):

- Montante: até ao limite máximo de 2.500.000,00€ (dois milhões e quinhentos mil euros);
- Prazo global: 20 anos (240 meses);
- Prazo de utilização: 36 meses, com início após visto do Tribunal de Contas;
- Pagamento de juros: semestral e postecipadamente;
- Taxa de juro: Euribor a 6 meses, acrescida de um *spread* de 0,14%;
- Prazo de amortização: 17 anos (204 meses). A primeira amortização de capital terá de ocorrer de forma que não seja excedido o prazo máximo de utilização/carência de 36 meses;
- Comissões: isento;

E. Procedeu-se à audiência escrita dos interessados - Caixa Geral de Depósitos, S.A., Banco Português de Investimento, S.A., Caixa de Crédito Agrícola, Banco Comercial Português, S.A - Millennium BCP e Banco Santander Totta, S.A. nos termos do Código do Procedimento Administrativo;

F. No âmbito da audiência de interessados, nenhuma das instituições bancárias colocou objeções ao projeto de decisão remetido;

G. A Comissão de Análise das Propostas propôs a adjudicação da contratação do empréstimo de médio e longo prazo, à Caixa de Crédito Agrícola nas condições descritas na ata da reunião da mencionada Comissão, realizada em 24 de agosto de 2026, destacando-se (anexo IV):

- Montante: até ao limite máximo de 2.500.000,00€ (dois milhões e quinhentos mil euros);
- Prazo global: 20 anos (240 meses);
- Prazo de utilização: 36 meses, com início após visto do Tribunal de Contas;
- Pagamento de juros: semestral e postecipadamente;
- Taxa de juro: Euribor a 6 meses, acrescida de um *spread* de 0,14%;
- Prazo de amortização: 17 anos (204 meses). A primeira amortização de capital terá de ocorrer de forma que não seja

excedido o prazo máximo de utilização/carência de 36 meses;

- Comissões: isento;

H. Atendendo ao disposto na redação do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 123.º da Lei n.º 73-A/2025, de 30 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para o ano de 2026, o Município de Loures dispõe de capacidade para a contratação deste empréstimo de médio e longo prazo, conforme demonstrado no mapa que constitui o anexo V da presente proposta de deliberação;

I. De acordo com a alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, supra identificada, compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara, autorizar a contratação de empréstimos, devendo, em cumprimento do estipulado no n.º 4 deste mesmo preceito legal e do n.º 5 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, também supra identificada, o pedido de autorização à assembleia ser acompanhado de demonstração de consulta, e informação sobre as condições praticadas quando esta tiver sido prestada, em, pelo menos, três instituições autorizadas por lei a conceder crédito, bem como de mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município;

J. Nos termos do n.º 6 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os contratos de empréstimo de médio e longo prazos, cujos efeitos da celebração se mantenham ao longo de dois ou mais mandatos, têm de ser objeto de aprovação por maioria absoluta dos membros da assembleia municipal em efetividade de funções;

Tenho a honra de propor:

Que a Câmara Municipal de Loures delibere, submeter a deliberação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea f) do n.º 1 do artigo 25º ambos do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o disposto no artigo 49.º e no artigo 51.º, ambos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro:

1. A autorização da assunção dos encargos plurianuais resultantes da adjudicação do empréstimo de médio e longo prazo versado na presente proposta de deliberação, ao abrigo da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro que aprova a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) e do DL n.º 127/2012, de 21 de junho, que contempla os procedimentos necessários à aplicação da LCPA, nos termos do plano de amortização (previsional) constante da ata da reunião da Comissão de Análise das Propostas datada de 18 de agosto de 2026, (indexante EURIBOR a 6 meses/360 dias a julho de 2026 – 2,647%), conforme quadro infra:

CENTRO VETERINÁRIO MUNICIPAL				
2.500.000,00				
2027	2028	2029	2030	seguintes
69.675,00	69.675,00	141.103,57	209.546,07	2.811.262,86
3.301.262,50				

2. A adjudicação, efetuada com base no procedimento de consulta desenvolvido, da contratação do empréstimo de médio e longo prazo, à Caixa de Crédito Agrícola para financiamento do investimento "Centro Veterinário Municipal (CRO)", designadamente, nas seguintes condições:

- Montante: até ao limite máximo de 2.500.000,00€ (dois milhões e quinhentos mil euros);
- Prazo global: 20 anos (240 meses);
- Prazo de utilização: 36 meses, com início após visto do Tribunal de Contas;
- Pagamento de juros: semestral e postecipadamente;
- Taxa de juro: Euribor a 6 meses, acrescida de um *spread* de 0,14%;
- Prazo de amortização: 17 anos (204 meses). A primeira amortização de capital terá de ocorrer de forma a que não seja excedido o prazo máximo de utilização/carência de 36 meses;
- Comissões: isento.

Loures, 28 de agosto de 2026

(…)

(Aprovada por maioria com os votos a favor do Grupo de Representantes do PS – Partido Socialista, do Grupo de Representantes do CHEGA, do Grupo de Representantes do PPD/PSD – Partido Social Democrata, do Grupo de Representantes da CDU – Coligação Democrática Unitária e da Representante do BE - Bloco Esquerda e o voto contra do Representante da IL – INICIATIVA LIBERAL)

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº. 521/2026 - PARA APROVAR: - A ASSUNÇÃO DE ENCARGOS PLURIANUAIS; - A ADJUDICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A MÉDIO E LONGO PRAZO, REFERENTE AO INVESTIMENTO "ESCOLA BÁSICA Nº 2 LOURES (MEALHADA"

(Deliberação ao abrigo da alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual e dos artigos 49.º e 51.º, ambos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual)

(Aprovada na 19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Loures, realizada em 2026.09.03)

Considerando que:

A. Na 18.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Loures, realizada no dia 30 de julho de 2026, foi autorizada e aprovada, nos termos do n.º 5 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais e do n.º 4 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, entre outros, a abertura do procedimento para contratação de um empréstimo destinado ao financiamento do investimento "Escola Básica n.º 2 de Loures (Mealhada)", até ao montante de 4.400.000,00€ (quatro milhões e quatrocentos mil euros), pelo prazo de 20 anos (240 meses), nos termos da proposta de deliberação n.º 464/2026 (anexo I);

B. Foram consultadas, através de convite, enviado via *e-mail* em 05 de agosto de 2026, as sete instituições bancárias constantes na proposta de deliberação n.º 464/2026, melhor identificada no ponto supra – Caixa de Crédito Agrícola, Caixa Geral de Depósitos, S.A., Banco Santander Totta, S.A., Novo Banco, S.A., Banco Comercial Português, S.A - Millennium BCP, Banco Português de Investimento, S.A. e Banco Montepio - tendo as condições constantes da ficha técnica, junta como anexo à proposta de deliberação n.º 464/2026, sido reproduzidas nos mencionados convites (anexo II);

C. Das instituições bancárias convidadas não apresentaram proposta o Novo Banco, S.A e o Banco Montepio;

D. A Comissão de Análise das Propostas, em 18 de agosto de 2026, com base no critério de adjudicação "taxa de juro, incluindo o *spread*, mais baixa", propôs que a adjudicação do empréstimo de médio e longo prazo até ao valor de 4.400.000,00€ (quatro milhões e quatrocentos mil euros), versado na presente proposta de deliberação, fosse efetuada à Caixa de Crédito Agrícola, nas condições que se destacam (anexo III):

- Montante: até ao limite máximo de 4.400.000,00€ (quatro milhões e quatrocentos mil euros)
- Prazo global: 20 anos (240 meses);
- Prazo de utilização: 36 meses, com início após visto do Tribunal de Contas;
- Pagamento de juros: semestral e postecipadamente;
- Taxa de juro: Euribor a 6 meses, acrescida de um *spread* de 0,14%;
- Prazo de amortização: 17 anos (204 meses). A primeira amortização de capital terá de ocorrer de forma que não seja excedido o prazo máximo de utilização/carência de 36 meses;
- Comissões: isento;

E. Procedeu-se à audiência escrita dos interessados - Caixa Geral de Depósitos, S.A., Banco Português de Investimento, S.A., Caixa de Crédito Agrícola, Banco Comercial Português, S.A - Millennium BCP e Banco Santander Totta, S.A. nos termos do Código do Procedimento Administrativo;

F. No âmbito da audiência de interessados, nenhuma das instituições bancárias colocou objeções ao projeto de decisão remetido;

G. A Comissão de Análise das Propostas propôs a adjudicação da contratação do empréstimo de médio e longo prazo, à Caixa de Crédito Agrícola nas condições descritas na ata da reunião da mencionada Comissão, realizada em 24 de agosto de 2026, destacando-se (anexo IV):

- Montante: até ao limite máximo de 4.400.000,00€ (quatro milhões e quatrocentos mil euros);
- Prazo global: 20 anos (240 meses);
- Prazo de utilização: 36 meses, com início após visto do Tribunal de Contas;
- Pagamento de juros: semestral e postecipadamente;
- Taxa de juro: Euribor a 6 meses, acrescida de um *spread* de 0,14%;
- Prazo de amortização: 17 anos (204 meses). A primeira amortização de capital

terá de ocorrer de forma que não seja excedido o prazo máximo de utilização/carência de 36 meses;

- Comissões: isento;

H. Atendendo ao disposto na redação do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 123.º da Lei n.º 73-A/2025, de 30 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para o ano de 2026, o Município de Loures dispõe de capacidade para a contratação deste empréstimo de médio e longo prazo, conforme demonstrado no mapa que constitui o anexo V da presente proposta de deliberação;

I. De acordo com a alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, supra identificada, compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara, autorizar a contratação de empréstimos, devendo, em cumprimento do estipulado no n.º 4 deste mesmo preceito legal e do n.º 5 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, também supra identificada, o pedido de autorização à assembleia ser acompanhado de demonstração de consulta, e informação sobre as condições praticadas quando esta tiver sido prestada, em, pelo menos, três instituições autorizadas por lei a conceder crédito, bem como de mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município;

J. Nos termos do n.º 6 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os contratos de empréstimo de médio e longo prazos, cujos efeitos da celebração se mantenham ao longo de dois ou mais mandatos, têm de ser objeto de aprovação por maioria absoluta dos membros da assembleia municipal em efetividade de funções;

Tenho a honra de propor:

Que a Câmara Municipal de Loures delibere, submeter a deliberação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea f) do n.º 1 do artigo 25º ambos do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o disposto no artigo 49.º e no artigo 51.º, ambos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro:

1. A autorização da assunção dos encargos plurianuais resultantes da adjudicação do empréstimo de médio e longo prazo versado na presente proposta de deliberação, ao abrigo da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro que aprova a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) e do DL n.º 127/2012, de 21 de junho, que contempla os procedimentos necessários à aplicação da LCPA, nos termos do plano de amortização (previsional) constante da ata da reunião da Comissão de Análise das Propostas datada de 18 de agosto de 2026, (indexante EURIBOR a 6 meses/360 dias a julho de 2026 – 2,647%), conforme quadro infra:

ESCOLA N.2 LOURES (MEALHADA)				
4.400.000,00				
2027	2028	2029	2030	seguintes
122.628,00	122.628,00	248.342,29	368.801,09	4.947.822,63
5.810.222,00				

2. A adjudicação, efetuada com base no procedimento de consulta desenvolvido, da contratação do empréstimo de médio e longo prazo, à Caixa de Crédito Agrícola para financiamento do investimento "Escola Básica n.º 2 de Loures (Mealhada)", designadamente, nas seguintes condições:

- Montante: até ao limite máximo de 4.400.000,00€ (quatro milhões e quatrocentos mil euros);
- Prazo global: 20 anos (240 meses);
- Prazo de utilização: 36 meses, com início após visto do Tribunal de Contas;
- Pagamento de juros: semestral e postecipadamente;
- Taxa de juro: Euribor a 6 meses, acrescida de um *spread* de 0,14%;
- Prazo de amortização: 17 anos (204 meses). A primeira amortização de capital terá de ocorrer de forma a que não seja excedido o prazo máximo de utilização/carência de 36 meses;
- Comissões: isento.

Loures, 28 de agosto de 2026

(…)

(Aprovada por maioria com os votos a favor do Grupo de Representantes do PS – Partido Socialista, do Grupo de Representantes do CHEGA, do Grupo de Representantes do PPD/PSD – Partido Social Democrata e do Grupo de Representantes da CDU – Coligação Democrática Unitária, as abstenções da Representante do BE - Bloco Esquerda e o voto contra do Representante da IL – INICIATIVA LIBERAL)

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº. 522/2026 - PARA APROVAR: - A ASSUNÇÃO DE ENCARGOS PLURIANUAIS; - A ADJUDICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A MÉDIO E LONGO PRAZO, REFERENTE AO INVESTIMENTO "ADAPTAÇÃO DAS RUAS DO INTERIOR DA BOBADELA À SAÍDA DA A1"

(Deliberação ao abrigo da alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual e dos artigos 49.º e 51.º, ambos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual)

(Aprovada na 19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Loures, realizada em 2026.09.03)

Considerando que:

A. Na 18.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Loures, realizada no dia 30 de julho de 2026, foi autorizada e aprovada, nos termos do n.º 5 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais e do n.º 4 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, entre outros, a abertura do procedimento para contratação de um empréstimo destinado ao financiamento do investimento "Adaptação das Ruas do Interior da Bobadela à Saída da A1", até ao montante de 6.500.000,00€ (seis milhões e quinhentos mil euros), pelo prazo de 20 anos (240 meses), nos termos da proposta de deliberação n.º 465/2026 (anexo I);

B. Foram consultadas, através de convite, enviado via *e-mail* em 05 de agosto de 2026, as sete instituições bancárias constantes na proposta de deliberação n.º 465/2026, melhor identificada no ponto supra – Caixa de Crédito Agrícola, Caixa Geral de Depósitos, S.A., Banco Santander Totta, S.A., Novo Banco, S.A., Banco Comercial Português, S.A - Millennium BCP, Banco Português de Investimento, S.A. e Banco Montepio - tendo as condições constantes da ficha técnica, junta como anexo à proposta de deliberação n.º 465/2026, sido reproduzidas nos mencionados convites (anexo II);

C. Das instituições bancárias convidadas não apresentaram proposta o Novo Banco, S.A e o Banco Montepio;

D. A Comissão de Análise das Propostas, em 18 de agosto de 2026, com base no critério de adjudicação "taxa de juro, incluindo o *spread*, mais baixa", propôs que a adjudicação do empréstimo de médio e longo prazo até ao valor de 6.500.000,00€ (seis milhões e quinhentos mil euros), versado na presente proposta de deliberação, fosse efetuada à Caixa de Crédito Agrícola, nas condições que se destacam (anexo III):

- Montante: até ao limite máximo de 6.500.000,00€ (seis milhões e quinhentos mil euros);
- Prazo global: 20 anos (240 meses);
- Prazo de utilização: 36 meses, com início após visto do Tribunal de Contas;
- Pagamento de juros: semestral e postecipadamente;
- Taxa de juro: Euribor a 6 meses, acrescida de um *spread* de 0,14%;
- Prazo de amortização: 17 anos (204 meses). A primeira amortização de capital terá de ocorrer de forma que não seja excedido o prazo máximo de utilização/carência de 36 meses;
- Comissões: isento;

E. Procedeu-se à audiência escrita dos interessados - Caixa Geral de Depósitos, S.A., Banco Português de Investimento, S.A., Caixa de Crédito Agrícola, Banco Comercial Português, S.A - Millennium BCP e Banco Santander Totta, S.A. - nos termos do Código do Procedimento Administrativo;

F. No âmbito da audiência de interessados, nenhuma das instituições bancárias colocou objeções ao projeto de decisão remetido;

G. A Comissão de Análise das Propostas propôs a adjudicação da contratação do empréstimo de médio e longo prazo, à Caixa de Crédito Agrícola nas condições descritas na ata da reunião da mencionada Comissão, realizada em 24 de agosto de 2026, destacando-se (anexo IV):

- Montante: até ao limite máximo de 6.500.000,00€ (seis milhões e quinhentos mil euros);
- Prazo global: 20 anos (240 meses);
- Prazo de utilização: 36 meses, com início após visto do Tribunal de Contas;
- Pagamento de juros: semestral e postecipadamente;
- Taxa de juro: Euribor a 6 meses, acrescida de um *spread* de 0,14%;

- Prazo de amortização: 17 anos (204 meses). A primeira amortização de capital terá de ocorrer de forma que não seja excedido o prazo máximo de utilização/carência de 36 meses;
- Comissões: isento;

H. Atendendo ao disposto na redação do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 123.º da Lei n.º 73-A/2025, de 30 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para o ano de 2026, o Município de Loures dispõe de capacidade para a contratação deste empréstimo de médio e longo prazo, conforme demonstrado no mapa que constitui o anexo V da presente proposta de deliberação;

I. De acordo com a alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, supra identificada, compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara, autorizar a contratação de empréstimos, devendo, em cumprimento do estipulado no n.º 4 deste mesmo preceito legal e do n.º 5 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, também supra identificada, o pedido de autorização à assembleia ser acompanhado de demonstração de consulta, e informação sobre as condições praticadas quando esta tiver sido prestada, em, pelo menos, três instituições autorizadas por lei a conceder crédito, bem como de mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município;

J. Nos termos do n.º 6 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os contratos de empréstimo de médio e longo prazos, cujos efeitos da celebração se mantenham ao longo de dois ou mais mandatos, têm de ser objeto de aprovação por maioria absoluta dos membros da assembleia municipal em efetividade de funções;

Tenho a honra de propor:

Que a Câmara Municipal de Loures delibere, submeter a deliberação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea f) do n.º 1 do artigo 25º ambos do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o disposto no artigo 49.º e no artigo 51.º, ambos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro:

1. A autorização da assunção dos encargos plurianuais resultantes da adjudicação do empréstimo de médio e longo prazo versado na presente proposta de deliberação, ao abrigo da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro que aprova a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) e do DL n.º 127/2012, de 21 de junho, que contempla os procedimentos necessários à aplicação da LCPA, nos termos do plano de amortização (previsional) constante da ata da reunião da Comissão de Análise das Propostas datada de 18 de agosto de 2026, (indexante EURIBOR a 6 meses/360 dias a julho de 2026 – 2,647%), conforme quadro infra:

SAIDA A1				
6.500.000,00				
2027	2028	2029	2030	seguintes
181.155,00	181.155,00	366.869,29	544.819,79	7.309.283,43
8.583.282,50				

2. A adjudicação, efetuada com base no procedimento de consulta desenvolvido, da contratação do empréstimo de médio e longo prazo, à Caixa de Crédito Agrícola para financiamento do investimento "Adaptação das Ruas do Interior da Bobadela à Saída da A1", designadamente, nas seguintes condições:

- Montante: até ao limite máximo de 6.500.000,00€ (seis milhões e quinhentos mil euros);
- Prazo global: 20 anos (240 meses);
- Prazo de utilização: 36 meses, com início após visto do Tribunal de Contas;
- Pagamento de juros: semestral e postecipadamente;
- Taxa de juro: Euribor a 6 meses, acrescida de um *spread* de 0,14%;
- Prazo de amortização: 17 anos (204 meses). A primeira amortização de capital terá de ocorrer de forma a que não seja excedido o prazo máximo de utilização/carência de 36 meses;
- Comissões: isento.

Loures, 28 de agosto de 2026

(…)

(Aprovada por maioria com os votos a favor do Grupo de Representantes do PS – Partido Socialista, do Grupo de Representantes do CHEGA e do Grupo de Representantes do PPD/PSD – Partido Social Democrata, as abstenções do Grupo de Representantes da CDU – Coligação Democrática Unitária e da Representante do BE - Bloco Esquerda, e o

voto contra do Representante da IL – INICIATIVA LIBERAL)

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº. 523/2026 - PARA APROVAR: - A ASSUNÇÃO DE ENCARGOS PLURIANUAIS; - A ADJUDICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A MÉDIO E LONGO PRAZO, REFERENTE AO INVESTIMENTO "VARIANTE A BUCELAS"

(Deliberação ao abrigo da alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual e dos artigos 49.º e 51.º, ambos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual)

(Aprovada na 19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Loures, realizada em 2026.09.03)

Considerando que:

A. Na 18.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Loures, realizada no dia 30 de julho de 2026, foi autorizada e aprovada, nos termos do n.º 5 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais e do n.º 4 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, entre outros, a abertura do procedimento para contratação de um empréstimo destinado ao financiamento do investimento "Variante a Bucelas", até ao montante de 7.800.000,00€ (sete milhões e oitocentos mil euros), pelo prazo de 20 anos (240 meses), nos termos da proposta de deliberação n.º 466/2026 (anexo I);

B. Foram consultadas, através de convite, enviado via *e-mail* em 05 de agosto de 2026, as sete instituições bancárias constantes na proposta de deliberação n.º 466/2026, melhor identificada no ponto supra – Caixa de Crédito Agrícola, Caixa Geral de Depósitos, S.A., Banco Santander Totta, S.A., Novo Banco, S.A., Banco Comercial Português, S.A - Millennium BCP, Banco Português de Investimento, S.A. e Banco Montepio - tendo as condições constantes da ficha técnica, junta como anexo à proposta de deliberação n.º 466/2026, sido reproduzidas nos mencionados convites (anexo II);

C. Das instituições bancárias convidadas não apresentaram proposta o Novo Banco, S.A. e o Banco Montepio;

D. A Comissão de Análise das Propostas, em 18 de agosto de 2026, com base no critério de adjudicação "taxa de juro, incluindo o *spread*, mais baixa", propôs que a adjudicação do empréstimo de médio e longo prazo até ao valor de 7.800.000,00€ (sete milhões e oitocentos mil euros), versado na presente proposta de deliberação, fosse efetuada à Caixa de Crédito Agrícola, nas condições que se destacam (anexo III):

- Montante: até ao limite máximo de 7.800.000,00€ (sete milhões e oitocentos mil euros);
- Prazo global: 20 anos (240 meses);
- Prazo de utilização: 36 meses, com início após visto do Tribunal de Contas;
- Pagamento de juros: semestral e postecipadamente;
- Taxa de juro: Euribor a 6 meses, acrescida de um *spread* de 0,14%;
- Prazo de amortização: 17 anos (204 meses). A primeira amortização de capital terá de ocorrer de forma que não seja excedido o prazo máximo de utilização/carência de 36 meses;
- Comissões: isento;

E. Procedeu-se à audiência escrita dos interessados - Caixa Geral de Depósitos, S.A., Banco Português de Investimento, S.A., Caixa de Crédito Agrícola, Banco Comercial Português, S.A - Millennium BCP e Banco Santander Totta, S.A. - nos termos do Código do Procedimento Administrativo;

F. No âmbito da audiência de interessados, nenhuma das instituições bancárias colocou objeções ao projeto de decisão remetido;

G. A Comissão de Análise das Propostas propôs a adjudicação da contratação do empréstimo de médio e longo prazo, à Caixa de Crédito Agrícola nas condições descritas na ata da reunião da mencionada Comissão, realizada em 24 de agosto de 2026, destacando-se (anexo IV):

- Montante: até ao limite máximo de 7.800.000,00€ (sete milhões e oitocentos mil euros);
- Prazo global: 20 anos (240 meses);
- Prazo de utilização: 36 meses, com início após visto do Tribunal de Contas;
- Pagamento de juros: semestral e postecipadamente;

- Taxa de juro: Euribor a 6 meses, acrescida de um *spread* de 0,14%;
- Prazo de amortização: 17 anos (204 meses). A primeira amortização de capital terá de ocorrer de forma que não seja excedido o prazo máximo de utilização/carência de 36 meses;
- Comissões: isento;

H. Atendendo ao disposto na redação do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 123.º da Lei n.º 73-A/2025, de 30 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para o ano de 2026, o Município de Loures dispõe de capacidade para a contratação deste empréstimo de médio e longo prazo, conforme demonstrado no mapa que constitui o anexo V da presente proposta de deliberação;

I. De acordo com a alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, supra identificada, compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara, autorizar a contratação de empréstimos, devendo, em cumprimento do estipulado no n.º 4 deste mesmo preceito legal e do n.º 5 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, também supra identificada, o pedido de autorização à assembleia ser acompanhado de demonstração de consulta, e informação sobre as condições praticadas quando esta tiver sido prestada, em, pelo menos, três instituições autorizadas por lei a conceder crédito, bem como de mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município;

J. Nos termos do n.º 6 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os contratos de empréstimo de médio e longo prazos, cujos efeitos da celebração se mantenham ao longo de dois ou mais mandatos, têm de ser objeto de aprovação por maioria absoluta dos membros da assembleia municipal em efetividade de funções;

Tenho a honra de propor:

Que a Câmara Municipal de Loures delibere, submeter a deliberação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea f) do n.º 1 do artigo 25º ambos do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o disposto no artigo 49.º e no artigo 51.º, ambos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro:

1. A autorização da assunção dos encargos plurianuais resultantes da adjudicação do empréstimo de médio e longo prazo versado na presente proposta de deliberação, ao abrigo da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro que aprova a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) e do DL n.º 127/2012, de 21 de junho, que contempla os procedimentos necessários à aplicação da LCPA, nos termos do plano de amortização (previsional) constante da ata da reunião da Comissão de Análise das Propostas datada de 18 de agosto, (indexante EURIBOR a 6 meses/360 dias a julho de 2026 – 2,647%), conforme quadro infra:

VARIANTE A BUCELAS				
7.800.000,00				
2027	2028	2029	2030	seguintes
217.386,00	217.386,00	440.243,14	653.783,74	8.771.140,11
10.299.939,00				

2. A adjudicação, efetuada com base no procedimento de consulta desenvolvido, da contratação do empréstimo de médio e longo prazo, à Caixa de Crédito Agrícola para financiamento do investimento "Variante a Bucelas", designadamente, nas seguintes condições:

   - Montante: até ao limite máximo de 7.800.000,00€ (sete milhões e oitocentos mil euros);
   - Prazo global: 20 anos (240 meses);
   - Prazo de utilização: 36 meses, com início após visto do Tribunal de Contas;
   - Pagamento de juros: semestral e postecipadamente;
   - Taxa de juro: Euribor a 6 meses, acrescida de um *spread* de 0,14%;
   - Prazo de amortização: 17 anos (204 meses). A primeira amortização de capital terá de ocorrer de forma a que não seja excedido o prazo máximo de utilização/carência de 36 meses;
   - Comissões: isento.

Loures, 28 de agosto de 2026

(…)

(Aprovada por maioria com os votos a favor do Grupo de Representantes do PS – Partido Socialista, do Grupo de Representantes do CHEGA e do Grupo de Representantes do PPD/PSD – Partido Social Democrata, as abstenções do Grupo de Representantes da CDU – Coligação Democrática Unitária e da Representante do BE - Bloco Esquerda, e o

voto contra do Representante da IL – INICIATIVA LIBERAL)

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº. 524/2026 - PARA APROVAR A AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO "CONJUNTO HABITACIONAL TERRAÇOS DA PONTE II", ATRAVÉS DE UM EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO

(Deliberação ao abrigo do artigo 51.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual)

(Aprovada na 19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Loures, realizada em 2026.09.03)

Considerando que:

A. Na 3.ª sessão ordinária da Assembleia Municipal de Loures, realizada no dia 24 de junho de 2026, sob proposta da Câmara Municipal de Loures deliberada na sua 15.ª reunião ordinária, realizada no dia 18 de junho de 2026, foi aprovada a proposta de deliberação n.º 374/2026 referente à autorização prévia para financiamento do investimento "Conjunto Habitacional Terraços da Ponte II", por um empréstimo de médio e longo prazo até ao montante de 11.000.000,00€ (onze milhões de euros), com um prazo global de 50 anos (600 meses), um prazo de utilização de 3 anos (36 meses), em cumprimento do estipulado no n.º 10 do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, e um prazo de amortização de 47 anos (564 meses);

B. Na 18.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Loures, realizada no dia 30 de julho de 2026, foi aprovada a proposta de deliberação n.º 467/2026 referente à abertura do procedimento para contratação do empréstimo supramencionado, nas condições supra descritas e constantes na ficha técnica anexada à citada proposta de deliberação;

C. Em cumprimento da deliberação mencionada no considerando anterior, foram consultadas, através de convite, as 7 instituições bancárias constantes na referida proposta de deliberação – Caixa de Crédito Agrícola, Caixa Geral de Depósitos, S.A., Banco Santander Totta, S.A., Novo Banco, S.A., Banco Comercial Português, S.A - Millennium BCP, Banco Português de Investimento, S.A. e Banco Montepio;

D. A única proposta rececionada foi a da Caixa Geral de Depósitos, S.A. e a mesma não se encontrava conforme ao solicitado no convite, na medida em que o prazo global do empréstimo apresentado na proposta daquela instituição bancária era inferior a 50 anos, não cumprindo, portanto, o prazo global deliberado pelos órgãos municipais e, consequentemente, o período de amortização de 47 anos também constante no referido ofício e igualmente deliberado;

E. Mantem-se a necessidade de concretização, quer para a melhoria da qualidade de vida da população do concelho de Loures, quer para a coesão social e territorial, do investimento "Conjunto Habitacional Terraços da Ponte II" previsto no Plano Plurianual de Investimentos, integrado nas Grandes Opções do Plano para os anos 2026/2030, com o código PPI 2026 I 32 e com um valor de 15.977.719,00€ (quinze milhões, novecentos e setenta e sete mil e setecentos e dezanove euros), discriminado no quadro que constitui o anexo I da presente proposta de deliberação;

F. A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, designadamente o seu capítulo V, permite que os municípios contraiam empréstimos junto de quaisquer instituições autorizadas por lei a conceder crédito e que os empréstimos de médio e longo prazo possam ser contraídos para aplicação em investimentos;

G. Nos termos do n.º 2 do artigo 49.º conjugado com o n.º 7 do artigo 51.º ambos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os empréstimos de médio e longo prazo devem ter uma maturidade adequada à natureza das operações a financiar, devendo esta ser superior a um ano e não exceder a vida útil do respetivo investimento, nem ultrapassar o prazo de 50 anos, no caso de empréstimos para construção de habitação ou intervenções de reabilitação urbana destinadas a arrendamento, bem como para recuperação do parque habitacional degradado da titularidade dos municípios;

H. Face à natureza do investimento constante no anexo I da presente proposta de deliberação e ao exposto nos considerandos supra relativamente ao prazo global de 50 anos, o empréstimo de médio e longo prazo que consubstancie o financiamento do mesmo deverá ter uma duração de 30 anos;

I. Assim, urge a contratação de um empréstimo de médio e longo prazo, até ao montante de 11.000.000,00€ (onze milhões de euros) e

com um prazo global de 30 anos, para financiamento do investimento supra identificado;

J. De acordo com o estipulado no n.º 2 do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 setembro, os investimentos a financiar por um empréstimo de médio e longo prazo, caso ultrapassem 10% das despesas de investimento previstas no orçamento do exercício, são submetidos, independentemente da sua inclusão no Plano Plurianual de Atividades, a discussão e a autorização prévia da assembleia municipal;

K. O investimento a financiar pelo empréstimo aqui em causa ultrapassa 10% das despesas de investimento previstas no orçamento do exercício;

L. O investimento plasmado na presente proposta de deliberação foi objeto de uma candidatura, submetida ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), mas ainda sem aprovação, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência "Investimento RE-C02-i01 – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação", podendo vir a ser abrangido pelo regime excecional de subvenção até 60%;

M. O "Conjunto Habitacional Terraços da Ponte II", integra a Estratégia Local de Habitação do Município de Loures, aprovada em 2021 e alterada em 2023 e em 2024 visando ampliar as modalidades de soluções habitacionais e alargar a possibilidade de candidatura das Freguesias;

N. A estratégia municipal estabelece como principais prioridades a resolução das situações de precariedade habitacional, a requalificação do parque habitacional municipal e o reforço da oferta pública de habitação, designadamente através da construção de novos empreendimentos, assumindo o projeto Terraços da Ponte II particular relevância para a concretização da política municipal de habitação, pois a sua execução permitirá ampliar a oferta habitacional pública, contribuindo simultaneamente para os objetivos de coesão social e para a concretização do direito de acesso a uma habitação adequada;

O. A concretização desta intervenção encontra-se igualmente enquadrada pelo Acordo de Colaboração celebrado entre o Município de Loures e o IHRU, sendo este um instrumento que formaliza as soluções habitacionais previstas na Estratégia Local de Habitação e a respetiva implementação ao abrigo do Programa 1.º Direito;

P. Portanto, a construção do "Conjunto Habitacional dos Terraços da Ponte II" encontra-se expressamente prevista na Estratégia Local de Habitação do Município Loures, integrando o conjunto de soluções habitacionais programadas pelo Município, representando a sua concretização uma das principais operações previstas para a execução referida Estratégia que ao priorizar a resolução das situações de habitação precária, a melhoria do parque habitacional municipal e o aumento da oferta pública de habitação é um programa municipal de acesso à habitação;

Q. Foi solicitado o entendimento da Direção Geral das Autarquias Locais sobre a possibilidade do financiamento da construção do investimento "Conjunto Habitacional Terraços da Ponte II" ser excecionado do cálculo da dívida total, por força do n.º 2 e da alínea b) do n.º 1 ambos do artigo 118.º da Lei n.º 73-A/2025, de 30 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para o ano de 2026, tendo aquela Direção Geral concluído: "… caso os investimentos pretendidos se enquadrem na Estratégia Local de Habitação, aprovada pelo Município de Loures, visando, como referido, a melhoria do parque habitacional municipal e o aumento da oferta pública de habitação através da construção de novos empreendimentos, configurando um programa municipal de acesso à habitação e de apoio ao arrendamento urbano, o respetivo financiamento poderá ser excecionado do cálculo da dívida total, referido no n.º 1 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 03/09, por força da alínea b) do n.º 1 e do n.º 2, ambos do art.º 118.º da LOE/2026, sendo certo que essa situação estará dependente da obtenção do visto por parte do Tribunal de Contas";

R. Atendendo ao supra exposto, nos termos do n.º 2 e da alínea b) do n.º 1 ambos do artigo 118.º da Lei n.º 73-A/2025, de 30 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para o ano de 2026, o presente empréstimo poderá não ser considerado para efeitos de apuramento da dívida total do Município;

S. Contudo, mesmo que assim não se entenda, face ao disposto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, conjugado com o n.º 1 do artigo 123.º da Lei n.º 73-A/2025, de 30 de dezembro, que aprova o Orçamento do

Estado para o ano de 2026, o Município de Loures dispõe de capacidade para a contratação deste empréstimo de médio e longo prazo, conforme demonstrado no mapa que constitui o anexo II da presente proposta de deliberação;

T. No processo para a contratação do empréstimo de médio e longo prazo aqui versado serão observados os trâmites legais impostos, designadamente a consulta a pelo menos três instituições autorizadas por lei a conceder crédito e a competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, para autorizar a adjudicação do mesmo.

Tenho a honra de propor:

Que a Câmara Municipal de Loures, nos termos do n.º 2 do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, conjugado com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece, entre outros, o regime jurídico das autarquias locais, delibere submeter, à Assembleia Municipal de Loures, para discussão e autorização prévia do financiamento, do investimento "Conjunto Habitacional Terraços da Ponte II", por um empréstimo de médio e longo prazo, nas seguintes condições:

a) Montante: até 11.000.000,00€ (onze milhões de euros);
b) Prazo global: 30 anos (360 meses);
c) Prazo de utilização: 3 anos (36 meses) (n.º 10 do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro);
d) Prazo de amortização: 27 anos (324 meses).

Loures, 28 de agosto de 2026

(…)

(Aprovada por maioria com os votos a favor do Grupo de Representantes do PS – Partido Socialista, do Grupo de Representantes do CHEGA, do Grupo de Representantes do PPD/PSD – Partido Social Democrata, do Grupo de Representantes da CDU – Coligação Democrática Unitária e da Representante do BE - Bloco Esquerda e a abstenção do Representante da IL – INICIATIVA LIBERAL)

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº. 525/2026 - PARA APROVAR A AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO "CONJUNTO HABITACIONAL MONTACHIQUE", ATRAVÉS DE UM EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO

(Deliberação ao abrigo do artigo 51.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual)

(Aprovada na 19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Loures, realizada em 2026.09.03)

Considerando que:

A. Na 3.ª sessão ordinária da Assembleia Municipal de Loures, realizada no dia 24 de junho de 2026, sob proposta da Câmara Municipal de Loures deliberada na sua 15.ª reunião ordinária, realizada no dia 18 de junho de 2026, foi aprovada a proposta de deliberação n.º 375/2026 referente à autorização prévia para financiamento do investimento "Conjunto Habitacional Montachique", por um empréstimo de médio e longo prazo até ao montante de 11.650.000,00€ (onze milhões, seiscentos e cinquenta mil euros), com um prazo global de 50 anos (600 meses), um prazo de utilização de 3 anos (36 meses), em cumprimento do estipulado no n.º 10 do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, e um prazo de amortização de 47 anos (564 meses);

B. Na 18.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Loures, realizada no dia 30 de julho de 2026, foi aprovada a proposta de deliberação n.º 468/2026 referente à abertura do procedimento para contratação do empréstimo supramencionado, nas condições supra descritas e constantes na ficha técnica anexada à citada proposta de deliberação;

C. Em cumprimento da deliberação mencionada no considerando anterior, foram consultadas, através de convite, as 7 instituições bancárias constantes na referida proposta de deliberação – Caixa de Crédito Agrícola, Caixa Geral de Depósitos, S.A., Banco Santander Totta, S.A., Novo Banco, S.A., Banco Comercial Português, S.A - Millennium BCP, Banco Português de Investimento, S.A. e Banco Montepio;

D. A única proposta rececionada foi a da Caixa Geral de Depósitos, S.A. e a mesma não se encontrava conforme ao solicitado no convite, na medida em que o prazo global do empréstimo apresentado na proposta daquela

instituição bancária era inferior a 50 anos, não cumprindo, portanto, o prazo global deliberado pelos órgãos municipais e, consequentemente, o período de amortização de 47 anos também constante no referido ofício e igualmente deliberado;

E. Mantem-se a necessidade de concretização, quer para a melhoria da qualidade de vida da população do concelho de Loures, quer para a coesão social e territorial, do investimento "Conjunto Habitacional Montachique" previsto no Plano Plurianual de Investimentos, integrado nas Grandes Opções do Plano para os anos 2026/2030, com o código PPI 2026 I 31 e com um valor de 16.657.079,00€ (dezasseis milhões, seiscentos e cinquenta e sete mil e setenta e nove euros), discriminado no quadro que constitui o anexo I da presente proposta de deliberação;

F. A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, designadamente o seu capítulo V, permite que os municípios contraiam empréstimos junto de quaisquer instituições autorizadas por lei a conceder crédito e que os empréstimos de médio e longo prazo possam ser contraídos para aplicação em investimentos;

G. Nos termos do n.º 2 do artigo 49.º conjugado com o n.º 7 do artigo 51.º ambos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os empréstimos de médio e longo prazo devem ter uma maturidade adequada à natureza das operações a financiar, devendo esta ser superior a um ano e não exceder a vida útil do respetivo investimento, nem ultrapassar o prazo de 50 anos, no caso de empréstimos para construção de habitação ou intervenções de reabilitação urbana destinadas a arrendamento, bem como para recuperação do parque habitacional degradado da titularidade dos municípios;

H. Face à natureza do investimento constante no anexo I da presente proposta de deliberação e ao exposto nos considerandos supra relativamente ao prazo global de 50 anos, o empréstimo de médio e longo prazo que consubstancie o financiamento do mesmo deverá ter uma duração de 30 anos;

I. Assim, urge a contratação de um empréstimo de médio e longo prazo, até ao montante de 11.650.000,00€ (onze milhões, seiscentos e cinquenta mil euros) e com um prazo global de 30 anos, para financiamento do investimento supra identificado;

J. De acordo com o estipulado no n.º 2 do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 setembro, os investimentos a financiar por um empréstimo de médio e longo prazo, caso ultrapassem 10% das despesas de investimento previstas no orçamento do exercício, são submetidos, independentemente da sua inclusão no Plano Plurianual de Atividades, a discussão e a autorização prévia da assembleia municipal;

K. O investimento a financiar pelo empréstimo aqui em causa ultrapassa 10% das despesas de investimento previstas no orçamento do exercício;

L. O investimento plasmado na presente proposta de deliberação foi objeto de uma candidatura, submetida ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), mas ainda sem aprovação, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência "Investimento RE-C02-i01 – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação", podendo vir a ser abrangido pelo regime excecional de subvenção até 60%;

M. O "Conjunto Habitacional Montachique", integra a Estratégia Local de Habitação do Município de Loures, aprovada em 2021 e alterada em 2023 e em 2024 visando ampliar as modalidades de soluções habitacionais e alargar a possibilidade de candidatura das Freguesias;

N. A estratégia municipal estabelece como principais prioridades a resolução das situações de precariedade habitacional, a requalificação do parque habitacional municipal e o reforço da oferta pública de habitação, designadamente através da construção de novos empreendimentos, assumindo o projeto "Conjunto Habitacional Montachique" particular relevância para a concretização da política municipal de habitação, pois a sua execução permitirá ampliar a oferta habitacional pública, contribuindo simultaneamente para os objetivos de coesão social e para a concretização do direito de acesso a uma habitação adequada;

O. A concretização desta intervenção encontra-se igualmente enquadrada pelo Acordo de Colaboração celebrado entre o Município de Loures e o IHRU, sendo este um instrumento que formaliza as soluções habitacionais previstas na Estratégia Local de Habitação e a respetiva implementação ao abrigo do Programa 1.º Direito;

P. Portanto, a construção do "Conjunto Habitacional Montachique" encontra-se expressamente prevista na Estratégia Local de Habitação do Município Loures, integrando o conjunto de soluções habitacionais programadas pelo Município, representando a sua concretização uma das principais operações previstas para a execução referida Estratégia que ao priorizar a resolução das situações de habitação precária, a melhoria do parque habitacional municipal e o aumento da oferta pública de habitação é um programa municipal de acesso à habitação;

Q. Foi solicitado o entendimento da Direção Geral das Autarquias Locais sobre a possibilidade do financiamento da construção do investimento "Conjunto Habitacional Montachique" ser excecionado do cálculo da dívida total, por força do n.º 2 e da alínea b) do n.º 1 ambos do artigo 118.º da Lei n.º 73-A/2025, de 30 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para o ano de 2026, tendo aquela Direção Geral concluído: "… caso os investimentos pretendidos se enquadrem na Estratégia Local de Habitação, aprovada pelo Município de Loures, visando, como referido, a melhoria do parque habitacional municipal e o aumento da oferta pública de habitação através da construção de novos empreendimentos, configurando um programa municipal de acesso à habitação e de apoio ao arrendamento urbano, o respetivo financiamento poderá ser excecionado do cálculo da dívida total, referido no n.º 1 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 03/09, por força da alínea b) do n.º 1 e do n.º 2, ambos do art.º 118.º da LOE/2026, sendo certo que essa situação estará dependente da obtenção do visto por parte do Tribunal de Contas";

R. Atendendo ao supra exposto, nos termos do n.º 2 e da alínea b) do n.º 1 ambos do artigo 118.º da Lei n.º 73-A/2025, de 30 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para o ano de 2026, o presente empréstimo poderá não ser considerado para efeitos de apuramento da dívida total do Município;

S. Contudo, mesmo que assim não se entenda, face ao disposto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, conjugado com o n.º 1 do artigo 123.º da Lei n.º 73-A/2025, de 30 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para o ano de 2026, o Município de Loures dispõe de capacidade para a contratação deste empréstimo de médio e longo prazo, conforme demonstrado no mapa que constitui o anexo II da presente proposta de deliberação;

T. No processo para a contratação do empréstimo de médio e longo prazo aqui versado serão observados os trâmites legais impostos, designadamente a consulta a pelo menos três instituições autorizadas por lei a conceder crédito e a competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, para autorizar a adjudicação do mesmo.

Tenho a honra de propor:

Que a Câmara Municipal de Loures, nos termos do n.º 2 do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, conjugado com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece, entre outros, o regime jurídico das autarquias locais, delibere submeter, à Assembleia Municipal de Loures, para discussão e autorização prévia do financiamento, do investimento "Conjunto Habitacional Montachique", por um empréstimo de médio e longo prazo, nas seguintes condições:

a) Montante: até 11.650.000,00€ (onze milhões, seiscentos e cinquenta mil euros);
b) Prazo global: 30 anos (360 meses);
c) Prazo de utilização: 3 anos (36 meses) (n.º 10 do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro);
d) Prazo de amortização: 27 anos (324 meses).

Loures, 28 de agosto de 2026

(…)

(Aprovada por maioria com os votos a favor do Grupo de Representantes do PS – Partido Socialista, do Grupo de Representantes do PPD/PSD – Partido Social Democrata, do Grupo de Representantes da CDU – Coligação Democrática Unitária e da Representante do BE - Bloco Esquerda e as abstenções do Grupo de Representantes do CHEGA e do Representante da IL – INICIATIVA LIBERAL)

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº. 526/2026 - PARA APROVAR O PROJETO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DA TAXA MUNICÍPAL TURÍSTICA DE LOURES

(Deliberação ao abrigo da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual)

(Aprovada na 19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Loures, realizada em 2026.09.03)

Considerando que:

A. Na sequência da deliberação da Câmara Municipal de Loures, tomada na sua 2.ª reunião ordinária, realizada em 4 de dezembro de 2025, e publicitada no Boletim de Deliberações e Despachos "Loures Municipal" n.º 21 de 16 de dezembro de 2025, foi aprovada a proposta de deliberação n.º 726/2025 referente ao início do procedimento para a elaboração do projeto de alteração ao Regulamento da Taxa Municipal Turística de Loures;

B. No cumprimento da deliberação do órgão executivo do Município de Loures supra melhor identificada, o início do procedimento, cujo objeto era a alteração ao Regulamento de Taxa Municipal Turística de Loures, foi publicitado, através do Edital n.º 2/2026, na página da internet do Município de Loures; bem como, designadamente, no edifício "Paços do Concelho" da Câmara Municipal de Loures, no edifício da Assembleia Municipal de Loures "Palácio dos Marqueses da Praia e de Monforte" e nas Juntas de Freguesia do concelho de Loures;

C. A publicitação do supra mencionado Edital na página da internet do Município de Loures ocorreu no dia 6 de janeiro de 2026. Pelo que, o prazo ali fixado para a constituição como interessados, visando a apresentação de contributos para a elaboração do citado projeto de alteração, decorreu até 20 de janeiro do mesmo ano. Não tendo sido rececionada qualquer constituição ou contributo neste âmbito;

D. No cumprimento da deliberação da Câmara Municipal de Loures (proposta de deliberação n.º 321/2026), tomada na sua 13.ª reunião ordinária, realizada em 21 de maio de 2026 e publicitada no Boletim de Deliberações e Despachos "Loures Municipal" n.º 10 de 26 de maio de 2026, foi submetido a consulta pública, o projeto de alteração ao Regulamento da Taxa Municipal Turística de Loures anexado à citada deliberação, pelo prazo de 30 dias úteis a contar da sua publicação em Diário da República;

E. Através do Edital n.º 252/2026, a consulta pública sobre o projeto de alteração ao Regulamento da Taxa Municipal Turística de Loures, foi publicitada na página da internet do Município de Loures, no edifício "Paços do Concelho" da Câmara Municipal de Loures, no edifício da Assembleia Municipal de Loures "Palácio dos Marqueses da Praia e de Monforte" e nas Juntas de Freguesia do concelho de Loures;

F. A versada consulta pública foi ainda anunciada no jornal "Público"; bem como, publicada na 2.ª série do Diário da República n.º 110, de 9 de junho de 2026, através do Aviso n.º 14257/2026/2;

G. Nos termos do artigo 101.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e da deliberação da Câmara Municipal de Loures melhor identificada no ponto D da presente proposta de deliberação, o período da consulta pública referente ao projeto de alteração ao Regulamento da Taxa Municipal Turística de Loures decorreu pelo prazo de 30 dias úteis, contados a seguir à data da publicação, no Diário da República, do Aviso de abertura da presente consulta pública, e terminou em 22 de julho de 2026;

H. Não foram rececionadas quaisquer sugestões ou pronúncias no âmbito da consulta pública em apreço;

I. Não tendo sido apresentados quaisquer contributos ou comentários ao projeto de alteração ao Regulamento da Taxa Municipal Turística de Loures, junto em anexo à proposta de deliberação n.º 321/2026, urge submeter o mesmo a deliberação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal de Loures;

Tenho a honra de propor:

Que a Câmara Municipal de Loures delibere, ao abrigo das alíneas k) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º todas do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação vigente, que, entre outros, estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, submeter, à aprovação da Assembleia Municipal de Loures, o projeto de alteração ao Regulamento da Taxa Municipal Turística de Loures, junto em anexo à presente proposta de deliberação e que dela faz parte integrante.

Loures, 28 de agosto de 2026

(…)

(Aprovada por maioria com os votos a favor do Grupo de Representantes do PS – Partido Socialista, do Grupo de Representantes do PPD/PSD – Partido Social Democrata e da Representante do BE - Bloco Esquerda, as abstenções do Grupo de Representantes da CDU – Coligação Democrática Unitária e do Representante da IL – INICIATIVA LIBERAL e os votos contra do Grupo de Representantes do CHEGA)

NOTA DA REDAÇÃO: O Projeto de Alteração ao Regulamento da Taxa Municipal Turística de Loures, está disponibilizado em Anexo nas páginas finais da presente edição.

ANEXO À PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO N.º 399/2026

MAPA DE PESSOAL 2026

(ALTERAÇÃO)

Unidade Orgânica	Atribuições/Competências/Atividades	Cargo/Carreira/Categoria	Área de Formação Académica/ Área Funcional	Comissão de Serviço		CTFP por Tempo Indeterminado		Resolutivo
				não ocupado	ocupado	não ocupado	ocupado	ocupado
Gabinete de Apoio à Presidência (GAP)	As previstas no artigo 129.º do ROSMLRS	Técnico superior	Antropologia				2	
			Arquitetura				1	
			Licenciatura em Direito				1	
		Assistente técnico	Administrativo				8	
		Assistente operacional	-			1		
			Motorista				3	
			Motorista de Ligeiros				1	
		Especialista de sistemas e tecnologias de informação b)	-				1	
Gabinete de Apoio à Presidência (GAP) Total						**1**	**17**	
Gabinete de Apoio à Vereação (GAV)	As previstas no artigo 130.º do ROSMLRS	Técnico superior	Administração Pública				2	
			Ciência Política			1	1	
			Comunicação			1		
			Geografia				1	
			Gestão			1	1	
			Gestão de Recursos Humanos				1	
			Licenciatura em Direito			2	4	
			Licenciatura em Gestão			1		
			Línguas e Literaturas Modernas				1	
			Psicologia				3	
			Sociologia				1	
			Línguas, Literaturas e Culturas				1	
			Gestão e Administração Pública				1	
			Ciências Políticas e Cidadania				1	
		Coordenador técnico da carreira de assistente técnico	-			1	1	
		Assistente técnico	Administrativo				21	
		Assistente operacional	-			1		
Gabinete de Apoio à Vereação (GAV) Total						**8**	**40**	
Equipa Multidisciplinar do Contrato Local de Segurança (EMCLS)	As previstas nos artigos 41.º e 115.º do ROSMLRS	Chefe de Equipa	-	1				
		Técnico superior	Antropologia			1		
			Serviço e Política Social			1		
		Assistente técnico	-			1		
		Assistente operacional	-			6		
Equipa Multidisciplinar do Contrato Local de Segurança (EMCLS) Total				**1**		**9**		
Equipa Multidisciplinar de Desenvolvimento Local (EMDL)	As previstas nos artigos 41.º e 117.º do ROSMLRS	Chefe de Equipa	-		1			
		Técnico superior	Engenharia Agronómica				1	
			Engenharia do Ambiente				1	
			Geografia				1	
			Licenciatura em Engenharia Química				1	
		Coordenador técnico da carreira de assistente técnico	-				1	
		Assistente técnico	Administrativo			6	4	
Equipa Multidisciplinar de Desenvolvimento Local (EMDL) Total					**1**	**6**	**9**	
Divisão de Energia e Sustentabilidade (DES)	As previstas nos artigos 36.º e 118.º do ROSMLRS e no artigo 15.º do Estatuto do Pessoal Dirigente das Câmaras Municipais	Direção intermédia 2º grau	-	1				
	As previstas nos artigos 36.º e 118.º do ROSMLRS	Técnico superior	Biologia				1	
			Ecologia			1		
			Engenharia do Ambiente			2	6	
			Engenharia Eletrotécnica			2		
			Engenharia Zootécnica				1	
			Ergonomia				1	
			Gestão				1	
			Licenciatura em Educação Básica				1	
			Relações Públicas				1	

			Educação e Sensibilização Ambiental				1		
Divisão de Energia e Sustentabilidade (DES) Total				**1**		**8**	**18**		
Divisão de Economia e Inovação (DEI)	As previstas nos artigos 36.º e 119º do ROSMLRS e no artigo 15.º do Estatuto do Pessoal Dirigente das Câmaras Municipais	Direção intermédia 2º grau	-	1					
	As previstas nos artigos 36.º e 119º do ROSMLRS	Técnico superior	Ciências da Comunicação				1		
			Ciências da Educação				1		
			Educação			1			
			Educação Social			1			
			Engenharia Alimentar			1			
			Engenharia do Ambiente				1		
			Geografia				1		
			Gestão			2	2		
			Psicologia				1		
			Serviço e Política Social				1		
			Marketing e Comunicação			1			
			Geografia e Planeamento Regional			1			
			Economia ou Ciências Económicas e Empresariais			1			
		Assistente técnico	Administrativo			1	6		
		Especialista de sistemas e tecnologias de informação b)	-				1		
Divisão de Economia e Inovação (DEI) Total				**1**		**9**	**15**		
Divisão de Inovação, Tecnologia e Comunicações (DITC)	As previstas nos artigos 36.º e 120.º do ROSMLRS e no artigo 15.º do Estatuto do Pessoal Dirigente das Câmaras Municipais	Direção intermédia 2º grau	-	1					
	As previstas nos artigos 36.º e 120.º do ROSMLRS	Técnico superior	Educação Social			1			
		Assistente técnico	-				1		
			Administrativo				3		
		Especialista de sistemas e tecnologias de informação b)	-				5		
		Especialista de sistemas e tecnologias de informação b) c)	-				1		
		Técnico de sistemas e tecnologias de informação b)	-			5	10		
		Técnico de sistemas e tecnologias de informação b) c)	-				2		
Divisão de Inovação, Tecnologia e Comunicações (DITC) Total				**1**		**6**	**22**		
Divisão de Turismo (DT)	As previstas nos artigos 36.º e 121.º do ROSMLRS e no artigo 15.º do Estatuto do Pessoal Dirigente das Câmaras Municipais	Direção intermédia 2º grau	-	1					
	As previstas nos artigos 36.º e 121.º do ROSMLRS	Técnico superior	Ciências da Comunicação				1		
			Gestão Hoteleira				1		
			Relações Públicas				1		
			Turismo				2		
			Gestão Turística ou Turismo			2			
			Licenciatura em Gestão Turística				1		
		Assistente técnico	Administrativo/Atendimento				3		
Divisão de Turismo (DT) Total				**1**		**2**	**9**		
Divisão do Património Cultural e Bibliotecas (DPCB)	As previstas nos artigos 36.º e 122.º do ROSMLRS e no artigo 15.º do Estatuto do Pessoal Dirigente das Câmaras Municipais	Direção intermédia 2º grau	-	1					
		Direção intermédia 3º grau	-	2					
	As previstas nos artigos 36.º e 122.º do ROSMLRS	Técnico superior	Animação Cultural				1		
			Animação Sociocultural				1		
			Antropologia				4		
			Arqueologia				3		

			Educação				1	
			Educação de Infância				1	
			Educação Social				1	
			História			1	12	
			Licenciatura em Artes Decorativas				1	
			Licenciatura em Educação Básica			1	1	
		Técnico superior	Licenciatura em Estudos Artísticos				2	
			Licenciatura em História				1	
			Turismo				2	
Divisão do Património Cultural e Bibliotecas (DPCB)	As previstas nos artigos 36.º e 122.º do ROSMLRS		Licenciatura em Animação Sociocultural				2	
			Licenciatura em Relações Internacionais			1		
			Licenciatura em Ciências da Educação				1	
			História e Arqueologia				2	
			Biblioteconomia, Arquivística e Ciências da Informação			1	1	
			Licenciatura em História de Arte				2	
			Licenciatura em Ciências da Comunicação			1		
		Assistente técnico	-			2	30	
			Administrativo				5	
			Arqueologia			1		
			Atendimento			1	2	
		Assistente técnico a)	Atendimento			1	6	
		Assistente operacional	-				1	
			Auxiliar administrativo				1	
Divisão do Património Cultural e Bibliotecas (DPCB) Total				**3**		**10**	**98**	
Unidade de Auditoria Interna (UAI)	As previstas nos artigos 37.º e 125.º do ROSMLRS e no artigo 15.º do Estatuto do Pessoal Dirigente das Câmaras Municipais	Direção intermédia 3º grau	-	1				
	As previstas nos artigos 37.º e 125.º do ROSMLRS	Técnico superior	Contabilidade, Fiscalidade e Auditoria			1	1	
			Gestão				2	
			Licenciatura em Direito				1	
		Assistente técnico	Administrativo				1	
Unidade de Auditoria Interna (UAI) Total				**1**		**1**	**5**	
Divisão de Apoio Jurídico (DAJ)	As previstas nos artigos 36.º e 126.º-A do ROSMLRS e no artigo 15.º do Estatuto do Pessoal Dirigente das Câmaras Municipais	Direção intermédia 2º grau	-	1				
		Direção intermédia 3º grau	-	3				
	As previstas nos artigos 36.º e 126.º-A do ROSMLRS	Técnico superior	Licenciatura em Direito			5	3	
		Assistente técnico	Administrativo			2	4	
Divisão de Apoio Jurídico (DAJ) Total				**4**		**7**	**7**	
Unidade de Protocolo e Relações Institucionais (UPRI)	As prevista nos artigos 37.º e 128.º do ROSMLRS e no artigo 15.º do Estatuto do Pessoal Dirigente das Câmaras Municipais	Direção intermédia 3º grau	-	1				
	As prevista nos artigos 37.º e 128.º do ROSMLRS	Técnico superior	Ciências Sociais			1	2	
			Licenciatura em Direito				1	
			Relações Internacionais				1	
			Relações Públicas				1	
			Ciências Políticas e Cidadania			1		
		Assistente técnico	Administrativo			1	1	
Unidade de Protocolo e Relações Institucionais (UPRI) Total				**1**		**3**	**6**	
Direção Municipal Administrativa e Financeira (DMAF)	As previstas nos artigos 34.º e 42.º do ROSMLRS e no artigo 15.º do Estatuto do Pessoal Dirigente das Câmaras Municipais	Direção superior 1º grau	-	1				
	As previstas nos artigos 34.º e 42.º do ROSMLRS	Assistente técnico	-			2		
Direção Municipal Administrativa e Financeira (DMAF) Total				**1**		**2**		
Departamento de Administração Geral (DAG)	As Previstas nos artigos 35.º e 60.º do ROSMLRS e no artigo 15.º do Estatuto do Pessoal Dirigente das Câmaras Municipais	Direção intermédia 1º grau	-	1				
		Direção intermédia 2º grau	-	2				
			Animação Cultural				1	
			Arquivo e Documentação				4	

Departamento de Administração Geral (DAG)	As previstas nos artigos 35.º e 60.º do ROSMLRS	Técnico superior	Licenciatura em Gestão e Administração Pública ou Licenciatura em Gestão Autárquica			1		
			Biblioteconomia, Arquivística e Ciências da Informação			2		
			Estudos Clássicos				1	
		Assistente técnico	-			1	13	
			Administrativo			9	19	
			Administrativo/Atendimento				3	
		Assistente técnico a)	Atendimento				2	
		Encarregado operacional da carreira de assistente operacional	-				3	
		Assistente operacional	-			10	34	
		Educador de infância b)	-				1	
Departamento de Administração Geral (DAG) Total				**3**		**24**	**93**	
Departamento de Governação e Transferência de Competências (DGTC)	As Previstas nos artigos 35.º e 63.º do ROSMLRS e no artigo 15.º do Estatuto do Pessoal Dirigente das Câmaras Municipais	Direção intermédia 1º grau	-	1				
		Direção intermédia 2º grau	-	1				
		Direção intermédia 3º grau	-	1				
	As previstas nos artigos 35.º e 63.º do ROSMLRS	Técnico superior	Ciências Sociais				1	
			Economia				3	
			Educação				1	
			Geografia			1		
			Gestão			2	3	
			Licenciatura em Direito			1		
			Marketing e Publicidade				1	
			Relações Públicas e Comunicação Empresarial			1		
			Serviço e Política Social				1	
			Sociologia				1	
			Informática			1		
		Assistente técnico	Administrativo			1	2	
		Assistente operacional	-			1		
Departamento de Governação e Transferência de Competências (DGTC) Total				**3**		**8**	**13**	
Departamento de Marca, Atendimento e Comunicação (DMAC)	As previstas nos artigos 35.º e 43.º do ROSMLRS e no artigo 15.º do Estatuto do Pessoal Dirigente das Câmaras Municipais	Direção intermédia 1º grau	-	1				
		Direção intermédia 2º grau	-	2				
	As previstas nos artigos 35.º e 43.º do ROSMLRS	Técnico superior	Antropologia				2	
			Artes Plásticas				1	
			Ciências da Comunicação			1	6	
			Ciências Sociais			1	2	
			Comunicação			1		
			Design			2	5	
			Educação de Infância				1	
			Educação Social				1	
			Engenharia Alimentar				1	
			Gestão				1	
			Licenciatura em Filosofia				1	
			Línguas e Literaturas Clássicas				1	
			Línguas e Literaturas Modernas				1	
			Marketing e Publicidade			1	3	
			Relações Públicas				4	
			Sociologia				1	
			Relações Públicas e Publicidade			1		
			Jornalismo, Ciências da Comunicação ou Comunicação Social			1		
			Licenciatura em Comunicação Empresarial				1	
			Línguas, Literaturas e Culturas				1	
			Marketing				1	

			-			4	21	
		Assistente técnico	Administrativo			1	4	
			Administrativo/Atendimento				1	
			Atendimento			3	7	
			Design				1	
Departamento de Marca, Atendimento e Comunicação (DMAC)	As previstas nos artigos 35.º e 43.º do ROSMLRS		Telefonista				5	
		Assistente técnico a)	Atendimento			2	9	
		Encarregado geral operacional da carreira de assistente operacional	-				1	
		Encarregado operacional da carreira de assistente operacional	-				1	
		Assistente operacional	-			2	8	
			Atendimento				3	
			Telefonista				2	
Departamento de Marca, Atendimento e Comunicação (DMAC) Total				**3**		**25**	**100**	
	As previstas nos artigos 35.º e 46.º do ROSMLRS e no artigo 15.º do Estatuto do Pessoal Dirigente das Câmaras Municipais	Direção intermédia 1º grau	-	1				
		Direção intermédia 2º grau	-	3	1			
		Direção intermédia 3º grau	-	2				
	As previstas nos artigos 35.º e 46.º do ROSMLRS	Técnico superior	Administração Pública			1	1	
			Ciências da Educação			1		
			Ciências Sociais				3	
			Dietética e Nutrição			1	1	
			Economia				1	
			Educação de Infância				4	
			Engenharia do Ambiente				1	
			Ergonomia			1		
			Gestão			1	4	
			Gestão de Recursos Humanos			1	4	
			Gestão Hoteleira				1	
			Licenciatura em Direito				3	
			Línguas e Literaturas Modernas				1	
			Psicologia			1	6	
			Serviço e Política Social			1	3	
			Sociologia				2	
			Licenciatura em Enfermagem			1	3	
			Gestão e Administração Pública				1	
			Proteção Civil			1		
			Saúde e segurança no trabalho			1	3	
		Coordenador técnico da carreira de assistente técnico	-				4	
		Assistente técnico	Administrativo			7	47	
			Administrativo/Atendimento			1	5	
		Assistente técnico a)	Administrativo/Atendimento				1	
		Encarregado operacional da carreira de assistente operacional	-				1	
		Assistente operacional	-				2	
			Auxiliar administrativo				11	
			Auxiliar de ação educativa			2	10	
			Cozinha			4	19	
Departamento de Recursos Humanos (DRH) Total				**6**	**1**	**25**	**142**	
	As previstas nos artigos 35.º e 53.º do ROSMLRS e no artigo 15.º do Estatuto do Pessoal Dirigente das Câmaras Municipais	Direção intermédia 1º grau	-	1				
		Direção intermédia 2º grau	-	3	1			
		Direção intermédia 3º grau	-	2				
Departamento Financeiro e Controlo de Gestão (DFCG)	As previstas nos artigos 35.º e 53.º do ROSMLRS	Técnico superior	Arquitetura			1		
			Assessoria de Administração				1	
			Ciências Sociais			2	2	
			Contabilidade, Fiscalidade e Auditoria			1	5	
			Geografia				1	
			Gestão			5	5	
			Licenciatura em Direito				8	

				Gestão Turística e Hoteleira			1		
				Licenciatura em Solicitadoria			1		
				Licenciatura em Planeamento e Gestão do Território			1		
nicipal	Departamento Financeiro e Controlo de Gestão (DFCG)	As previstas nos artigos 35.º e 53.º do ROSMLRS	Coordenador técnico da carreira de assistente técnico	-				5	
iva e			Coordenador técnico da carreira de assistente técnico a)	-				1	
DMAF)			Assistente técnico	Administrativo			8	44	
				Faturação/Verificação Contabilística				1	
			Assistente técnico a)	Administrativo			3	3	
			Assistente operacional	-			2	1	
				Auxiliar administrativo				1	
	Departamento Financeiro e Controlo de Gestão (DFCG) Total				**6**	**1**	**27**	**84**	
	Direção Municipal de Ambiente e Território (DMAT)	As previstas nos artigos 34.º e 66.º do ROSMLRS e no artigo 15.º do Estatuto do Pessoal Dirigente das Câmaras Municipais	Direção superior 1º grau	-	1				
		As previstas nos artigos 34.º e 66.º do ROSMLRS	Assistente técnico	-			1		
	Direção Municipal de Ambiente e Território (DMAT) Total				**1**		**1**		
	Departamento de Ambiente (DA)	As previstas nos artigos 35.º e 67.º do ROSMLRS e no artigo 15.º do Estatuto do Pessoal Dirigente das Câmaras Municipais	Direção intermédia 1º grau	-	1				
			Direção intermédia 2º grau	-	1	1			
			Direção intermédia 3º grau	-	1				
		As previstas nos artigos 35.º e 67.º do ROSMLRS	Técnico superior	Agronomia				2	
				Antropologia			1		
				Arquitetura				1	
				Arquitetura Paisagista			1	3	
				Biologia			1		
				Ciências Sociais				1	
				Engenharia Agronómica			1		
				Engenharia Civil				1	
				Engenharia do Ambiente			1	2	
				Engenharia Geográfica				1	
				Engenharia Zootécnica				1	
				Geografia			1	5	
				Geologia				1	
				Gestão				1	
				História				1	
				Licenciatura em Direito			1	1	
				Licenciatura em Engenharia Civil			2		
				Sociologia				2	
				Engenharia Florestal e dos Recursos Naturais				2	
				Licenciatura em Engenharia Florestal			1		
				Engenharia Florestal				1	
				Licenciatura em Energias Renováveis e Ambiente			1		
			Coordenador técnico da carreira de assistente técnico	-				1	
			Assistente técnico	Administrativo			6	14	
				Sistemas de Informação Geográfica				1	
			Assistente técnico a)	Administrativo			1	6	
			Encarregado geral operacional da carreira de assistente operacional e)	-				1	
			Encarregado operacional da carreira de assistente operacional	-			1	2	
			Encarregado operacional da carreira de assistente operacional e)	-				3	
			Assistente operacional	-			2	3	

		Montachique						
		Encarregado de brigadas e serviços de limpeza b) e)	-				3	
Departamento de Ambiente (DA) Total				**3**	**1**	**45**	**137**	
Departamento de Gestão e Reconversão Urbanística (DGRU)	As previstas nos artigos 35.º e 79.º do ROSMLRS e no artigo 15.º do Estatuto do Pessoal Dirigente das Câmaras Municipais	Direção intermédia 1º grau	-	1				
		Direção intermédia 2º grau	-	3				
		Direção intermédia 3º grau	-	4				
	As previstas nos artigos 35.º e 79.º do ROSMLRS	Técnico superior	Administração Pública				1	
			Arquitetura				26	
			Ciências Sociais				1	
			Engenharia Civil			5	4	
			Geografia				2	
			Licenciatura em Direito			2	8	
			Licenciatura em Engenharia Civil				2	
			Licenciatura em Arquitetura			6	7	
		Assistente técnico	-				7	
			Administrativo			3	21	
			Atendimento			1	5	
			Desenhador			2	4	
		Assistente técnico a)	Administrativo				1	
			Atendimento				3	
		Assistente operacional	-				2	
			Reprografia				2	
Departamento de Gestão e Reconversão Urbanística (DGRU) Total				**8**		**19**	**96**	
Departamento de Logística, Transportes e Oficinas (DLTO)	As previstas nos artigos 35.º e 72.º do ROSMLRS e no artigo 15.º do Estatuto do Pessoal Dirigente das Câmaras Municipais	Direção intermédia 1º grau	-	1				
		Direção intermédia 2º grau	-	2				
		Direção intermédia 3º grau	-	1				
	As previstas nos artigos 35.º e 72.º do ROSMLRS	Técnico superior	Engenharia Mecânica			1		
			Licenciatura em Ciências Sociais			1		
			Gestão de Transportes e Logística				2	
		Coordenador técnico da carreira de assistente técnico	-				1	
		Assistente técnico	-				2	
			Administrativo			1	12	
		Encarregado geral operacional da carreira de assistente operacional	-				1	
		Encarregado operacional da carreira de assistente operacional	-			1	3	
		Assistente operacional	-			1	4	
			Bate-chapa			2		
			Carregador			4	12	
			Eletricista Auto			2	2	
			Mecânico			2	2	
			Motorista de Ligeiros			2	20	
			Motorista de ligeiros - transporte coletivo de crianças			6	7	
			Motorista de pesados			2	3	
			Motorista de transportes coletivos			7	12	
			Motorista/Operador de máquinas			3		
			Pintor Auto				2	
			Serralheiro Mecânico				2	
			Vulcanizador			1		
			Ajudante de motorista				2	
			Auxiliar de armazém			1	4	
			Lubrificador/Lavador de Viaturas			1	11	
		Assistente operacional e)	Condutor de cilindros e pavimentadora				2	
			Condutor de máquinas pesadas e veículos especiais			2	17	
Departamento de Logística, Transportes e Oficinas (DLTO) Total				**4**		**40**	**123**	
Departamento de Obras Municipais	As previstas nos artigos 35.º e 87.º do ROSMLRS	Direção intermédia 1º grau	-	1				

				Ciências Sociais					
				Economia			1	1	
				Engenharia Civil			3	20	
				Engenharia da Proteção Civil				1	
				Engenharia de Máquinas				1	
				Engenharia de Minas				1	
				Engenharia Eletrotécnica			4	3	1
				Engenharia Geográfica				1	
				Engenharia Mecânica			3	2	
				Geografia			2	1	
				Gestão				2	
				Gestão Hoteleira				1	
				Licenciatura em Arquitetura			3	3	
				Licenciatura em Direito			1	2	
				Licenciatura em Engenharia Civil				3	
				Licenciatura em Gestão				1	
				Solicitadoria				1	
				Urbanismo				1	
				Gestão e Administração Pública				1	
				Engenharia Física Tecnológica			1		
				Licenciatura em Energias Renováveis e Ambiente			1		
				Ciência de Dados			1		
				Arquitetura e Urbanismo			1		
			Coordenador técnico da carreira de assistente técnico	-			1		
			Assistente técnico	-			2	24	
				Administrativo				3	
				Desenhador			1		
				Medidor Orçamentista			3	1	
				Topógrafo			2	3	
			Encarregado operacional da carreira de assistente operacional	-				4	
			Encarregado operacional da carreira de assistente operacional e)	-				1	
			Assistente operacional	-			1	1	
				Calceteiro			1	1	
				Cantoneiro de arruamentos				2	
				Carpinteiro de limpos			1	6	
				Eletricista			2	3	
				Estofador			1	2	
				Pedreiro			3	7	
				Pintor			3	4	
				Porta Miras			2	1	
			Assistente operacional e)	Asfaltador			2	5	
				Canalizador			1	4	
			Chefe de serviços de limpeza b)	-				1	
nicipal de Território	Departamento de Obras Municipais (DOM)	As previstas nos artigos 35.º e 87.º do ROSMLRS							
Departamento de Obras Municipais (DOM) Total					**8**		**50**	**132**	**1**
		As previstas nos artigos 35.º e 76.º do ROSMLRS e no artigo 15.º do Estatuto do Pessoal Dirigente das Câmaras Municipais	Direção intermédia 1º grau	-	1				
			Direção intermédia 2º grau	-	2				
	Departamento de Planeamento Urbano (DPU)	As previstas nos artigos 35.º e 76.º do ROSMLRS	Técnico superior	Arquitetura			3	7	
				Arquitetura Paisagista			2	2	
				Engenharia Civil			1	3	
				Engenharia do Território				1	
				Geografia			1	2	
				História				1	
				Licenciatura em Direito				2	
				Sociologia				1	
				Urbanismo				1	

	As previstas nos artigos 34.º e 95.º do ROSMLRS		Licenciatura em Direito			1		
		Assistente técnico	Administrativo			2		
Direção Municipal de Coesão Social (DMCS) Total				**1**		**4**		
	As previstas nos artigos 35.º e 96.º do ROSMLRS e no artigo 15.º do Estatuto do Pessoal Dirigente das Câmaras Municipais	Direção intermédia 1º grau	-		1			
		Direção intermédia 2º grau	-	4				
		Direção intermédia 3º grau	-	1				
		Direção intermédia 4º grau	-	1				
	As previstas nos artigos 35.º e 96.º do ROSMLRS	Técnico superior	Animação Cultural				1	
			Animação Sociocultural			1	2	
			Antropologia				1	
			Arquivo e Documentação				1	
			Artes Plásticas				2	
			Ciências da Comunicação			1	2	
			Ciências Sociais			1	3	
			Conservação e Restauro			1		
			Desporto			1	3	
			Dietética e Nutrição				1	
			Educação Básica				1	
			Educação de Infância				1	
			Gestão				3	
			Gestão Hoteleira				1	
			Licenciatura em Direito				2	
			Licenciatura em Gestão do Desporto ou na área de Ciências do Desporto				4	
			Motricidade Humana				1	
			Psicologia			1	3	
			Relações Públicas				2	
			Serviço e Política Social			1	3	
			Sociologia			1	3	
			Licenciatura em Animação Sociocultural			1		
			Licenciatura em Ciências Sociais				1	
			Investigação Social Aplicada				1	
			Educação e Formação				1	
			Licenciatura em Ciências da Arquitetura				1	
			Gestão de Marketing				1	
			Técnicas Audiovisuais e Produção dos Media			1		
			História da Arte			1	1	
			Licenciatura em Artes Visuais ou História da Arte			1		
			Reabilitação Psicomotora			1		
		Assistente técnico	-			7	14	
			Administrativo			1	15	
		Encarregado operacional da carreira de assistente operacional	-				1	
		Assistente operacional	-			1	5	
			Auxiliar de pavilhões			5	26	
			Auxiliar de Centro de Saúde			11	4	2
Departamento de Cultura, Desporto, Juventude e Saúde (DCDJS) Total				**6**	**1**	**38**	**111**	**2**
	As previstas nos artigos 35.º e 103.º do ROSMLRS e no artigo 15.º do Estatuto do Pessoal Dirigente das Câmaras Municipais	Direção intermédia 1º grau	-	1				
		Direção intermédia 2º grau	-	3				
	As previstas nos artigos 35.º e 103.º do ROSMLRS	Técnico superior	Animação Sociocultural				2	
			Ciências da Comunicação				1	
			Ciências Sociais			1	6	
			Design				1	
			Desporto				1	
			Dietética e Nutrição				2	
			Educação			1	2	
			Educação Básica				1	

			Relações Internacionais				2	
		Técnico superior	Serviço e Política Social			3	12	
			Sociologia				4	
			Teatro e Educação				1	
			Licenciatura em Arquitetura				1	
			Gestão Autárquica				1	
			Design de Equipamento			1		
			Tecnologia, Segurança e Qualidade Alimentar			1		
Departamento de Educação (DE)	As previstas nos artigos 35.º e 103.º do ROSMLRS	Coordenador técnico da carreira de assistente técnico	-			1	18	
		Assistente técnico	-				2	
			Administrativo			27	148	
			Administrativo/Atendimento			1	3	
		Assistente técnico a)	Administrativo/Atendimento				14	
		Encarregado operacional da carreira de assistente operacional	-				20	
		Assistente operacional	-				3	
			Auxiliar de ação educativa			92	975	
			Cozinha			7	9	
			Auxiliar de pavilhões			11	22	
			Auxiliar de transporte escolar			2	19	
		Chefe de serviços de administração escolar b)	-				1	
Departamento de Educação (DE) Total				**4**		**154**	**1294**	
	As previstas nos artigos 35.º e 111.º do ROSMLRS e no artigo 15.º do Estatuto do Pessoal Dirigente	Direção intermédia 1º grau	-	1				
		Direção intermédia 2º grau	-	3				
nicipal de ial (DMCS)		Técnico superior	Antropologia				1	
			Arquitetura				2	
			Ciências Sociais			2		
			Educação de Infância				1	
			Engenharia Civil				3	
			Geografia				1	
			Gestão				1	
			Licenciatura em Direito			1	4	
			Licenciatura em Engenharia Civil			2		
			Serviço e Política Social			3	14	
			Sociologia				3	
			Licenciatura em Arquitetura				1	
			Gestão e Administração Pública			1		
			Licenciatura em Educação Social			1		
			Planeamento e Gestão do Território			1		
Departamento de Habitação (DH)	As previstas nos artigos 35.º e 111.º do ROSMLRS		Licenciatura em Sociologia			1		
		Coordenador técnico da carreira de assistente técnico	-			1		
		Assistente técnico	Administrativo				17	
			Administrativo/Atendimento			3	15	
		Encarregado operacional da carreira de assistente operacional	-				1	
		Assistente operacional	-				1	
			Atendimento			1		
			Cantoneiro de arruamentos			1	2	
			Carpinteiro de limpos			1	2	
			Eletricista				1	
			Pedreiro			3	4	
			Pintor			2		
		Assistente operacional e)	Canalizador			1	2	
		Fiscal b)	-			1	5	
Departamento de Habitação (DH) Total				**4**		**26**	**81**	
Departamento de Igualdade e	As previstas nos artigos 35.º e 107.º do ROSMLRS	Direção intermédia 1º grau	-	1				

				Ciências Sociais				1	8	
				Comunicação Empresarial e Relações Públicas					1	
				Desporto					1	
				Educação de Infância					1	
				Educação Social					5	
			Técnico superior	Licenciatura em Direito				1	2	
				Psicologia				1	18	
				Segurança Social					2	
				Serviço e Política Social				3	33	
				Sociologia				2	5	
				Licenciatura em Ciências da Educação					1	
				Licenciatura em Educação e Formação de Adultos				1		
				Serviço e Política Social ou Educação Social				1		
			Assistente técnico	-					4	
				Administrativo				1	11	
				Administrativo/Atendimento					14	
			Assistente técnico a)	-					4	
			Assistente operacional	-				2	5	
nicipal de	Departamento de Igualdade e Desenvolvimento Social (DIDS)	As previstas nos artigos 35.º e 107.º do ROSMLRS								
ial (DMCS)										
	Departamento de Igualdade e Desenvolvimento Social (DIDS) Total				**4**			**15**	**120**	
		As previstas no artigo 131.º do ROSMLRS e no artigo 15.º do Estatuto do Pessoal Dirigente das Câmaras Municipais	Direção intermédia 1º grau	De acordo com o n.º 2 do artigo 5.º da Resolução do Conselho de Ministros n.º 14/2010, de 11 de fevereiro.	1					
			Direção intermédia 2º grau	De acordo com o n.º 3 do artigo 5.º da Resolução do Conselho de Ministros n.º 14/2010, de 11 de fevereiro.	2					
		As previstas no artigo 131.º do ROSMLRS	Técnico superior	Artes Plásticas					1	
				Ciências Sociais					2	
				Educação Básica					1	
				Licenciatura em Direito				1	8	
				Marketing, Publicidade e Relações Públicas					1	
	Serviço da Polícia Municipal de Loures (SPML)		Assistente técnico	Administrativo				2	3	
			Assistente técnico a)	Administrativo/Atendimento				3	12	
			Assistente operacional	-				3	5	
			Agente graduado principal da carreira de polícia municipal a) b)	-					2	
			Agente graduado da carreira de polícia municipal a) b)	-				12		
			Graduado coordenador da carreira de polícia municipal a) b)	-				2		
			Agente municipal de 1.ª classe da carreira de polícia municipal a) b)	-				18	12	
			Agente municipal de 2.ª classe da carreira de polícia municipal a) b)	-				21	28	
			Fiscal b)	-				11	1	
	Serviço da Polícia Municipal de Loures (SPML) Total				**3**			**73**	**76**	
		As previstas no artigo 134.º do ROSMLRS e no artigo 15.º-A da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro	Coordenador Municipal de Proteção Civil	-		1				
	Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC)	As previstas no artigo 134.º do ROSMLRS	Técnico superior	Ciências da Educação					1	
				Ciências Sociais					1	
				Engenharia da Proteção Civil				1	3	
				Geografia					1	
				Geologia					1	
				Sociologia					1	
			Assistente técnico	-				2	9	
			Assistente operacional	-				1	3	

			Engenharia de Produção Animal				1	
		Técnico superior	Gestão				1	
			Licenciatura em Medicina Veterinária			1	3	
			Saúde Ambiental				1	
Divisão de Bem-estar Animal (DBA)	As previstas nos artigos 36.º e 141.º do ROSMLRS		Licenciatura em Engenharia Alimentar				1	
		Técnico superior d)	Licenciatura em Medicina Veterinária			1		
		Assistente técnico	Administrativo				1	
			Administrativo/Atendimento			1	2	
		Assistente técnico a)	Administrativo				1	
			Administrativo/Atendimento				2	
		Encarregado operacional da carreira de assistente operacional e)	-				1	
		Assistente operacional e)	Tratador/Apanhador de animais			9	9	
		Fiscal b)	-			2		
Divisão de Bem-estar Animal (DBA) Total				**2**		**15**	**24**	
			Antropologia			1		
			Ciência Política				1	
			Ciência Política e Relações Internacionais				1	
		Técnico superior	Ciências Sociais				1	
			Licenciatura em Direito				2	
			Sociologia				1	
Núcleo de Apoio à Assembleia Municipal (NAAM)	As previstas no artigo 143.º do ROSMLRS		Tradução e Interpretação				1	
			Ciências Políticas e Cidadania				1	
		Coordenador técnico da carreira de assistente técnico	-				2	
		Assistente técnico	Administrativo			3	7	
		Assistente operacional	-				1	
			Motorista				1	
Núcleo de Apoio à Assembleia Municipal (NAAM) Total						**4**	**19**	
				87	**6**	**677**	**2940**	**3**

trabalho correspondente à área de tesouraria ou cobrança, com manuseamento ou guarda de valores;
speciais, carreiras subsistentes e/ou não revistas;
trabalho com funções de coordenação de projetos ou atividades;
trabalho com funções de Médico Veterinário Municipal;
trabalho que implica o exercício de funções com nível alto de insalubridade ou penosidade.

ANEXO À PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO N.º 408/2026

1ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA
AOS
DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2026

SIMAR – SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DOS MUNICÍPIOS DE LOURES E ODIVELAS

SIMAR
LOURES | ODIVELAS
SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS

1ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA DOCUMENTOS PREVISIONAIS 2026

Princípio do Equilíbrio Orçamental

De acordo com o estipulado no artigo 40.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro,republicado pela Lei 51/2018, de 16 de agosto, apresenta-se o cálculo do equilíbrio orçamental à data.

EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

RECEITA CORRENTE BRUTA+SALDO DE GERÊNCIA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL APLICADO NA DESPESA CORRENTE >= [DESPESA CORRENTE + MÉDIA DAS AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS DE M/L PRAZOS]

	1ª Alteração Modificativa - Ano 2026	
RECEITA CORRENTE BRUTA	119 536 066,00	(1)
SALDO DA GERÊNCIA DE 2025 - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL APLICADO NA DESPESA CORRENTE DE 2025	708 525,44	(2)
TOTAL (1) + (2)	120 244 591,44	(3)
DESPESA CORRENTE	106 748 434,44	(4)
MÉDIA DAS AMORTIZAÇÕES	1 153 321,00	(5)
DESPESA CORRENTE + MÉDIA DAS AMORTIZAÇÕES	107 901 755,44	(6)
EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL [(3) - (6)]	12 342 836,00	(7)
MONTANTE MÁXIMO DAS DESPESAS CORRENTES A CONSIDERAR	119 091 270,44	(4)+(7)
RÁCIO [(3) / (6)]	1,11	

DOCUMENTOS PREVISIONAIS
1ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA

2026

SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DE LOURES E ODIVELAS

Ano: 2026

ORÇAMENTO 2026

Alteração Permutativa nº:

RECEITA

Alteração Modificativa nº: 1

(Unidade: euro)

Rubrica						Tipo*	Descrição	Receita			Obs.
								Modificações orçamentais			
								Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais	
							RECEITAS CORRENTES				
04							**Taxas, multas e outras penalidades**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	
04	**01**						**Taxas**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	
04	01	23					Taxas específicas das Autarquias Locais				
04	01	23	99				Outras				
04	01	23	99	03			Taxa Gestão Resíduos - TGR	0,00	0,00		
04	01	23	99	99			Outras				
04	01	23	99	99	01		Taxa Recursos Hídricos - Água	0,00	0,00		
04	01	23	99	99	02		Taxa Recursos Hídricos - AR	0,00	0,00		
04	**02**						**Multas e outras penalidades**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	
04	02	01					Juros de mora	0,00	0,00		
04	02	04					Coimas e penalidades por contra-ordenações	0,00	0,00		
04	02	99					Multas e penalidades diversas	0,00	0,00		
05							**Rendimentos de propriedade**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	
05	**02**						**Juros - Sociedades financeiras**				
05	02	01					Bancos e outras instituições bancárias	0,00	0,00		
05	**10**						**Rendas**				
05	10	99					Outros	0,00	0,00		

SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DE LOURES E ODIVELAS

Ano: **2026**

ORÇAMENTO 2026

Alteração Permutativa nº:

RECEITA

Alteração Modificativa nº: **1**

(Unidade: euro)

Rubrica	Tipo*	Descrição	Receita			Obs.
			Modificações orçamentais			
			Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais	
06		**Transferências correntes**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	
06 03		**Administração central**				
06 03 01		Estado	0,00	0,00		
06 05		**Administração local**				
06 05 01		Continente	0,00	0,00		
07		**Venda de bens e serviços correntes**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	
07 01		**Venda de bens**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	
07 01 08		Mercadorias				
07 01 08 02		Água	0,00	0,00	0,00	
07 01 08 99		Outros	0,00	0,00	0,00	
07 02		**Serviços**				
07 02 01		Aluguer de espaços e equipamentos	0,00	0,00	0,00	
07 02 03		Vistorias e ensaios	0,00	0,00	0,00	
07 02 04		Serviços de laboratório	0,00	0,00	0,00	
07 02 07		Alimentação e alojamento	0,00	0,00	0,00	
07 02 09		**Serviços específicos das autarquias**				
07 02 09 01		Saneamento	0,00	0,00	0,00	
07 02 09 02		Resíduos Sólidos	0,00	0,00	0,00	
07 02 09 03		Transporte Coletivos				
07 02 09 03 99		Outros	0,00	0,00	0,00	
07 02 09 99		Outros	0,00	0,00	0,00	

SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DE LOURES E ODIVELAS

Ano: 2026

ORÇAMENTO 2026

Alteração Permutativa nº:

RECEITA

Alteração Modificativa nº: 1

(Unidade: euro)

Rubrica	Tipo*	Descrição	Receita			Obs.
			Modificações orçamentais			
			Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais	
08		**Outras receitas correntes**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	
08 01		**Outras**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	
08 01 99		Outras				
08 01 99 01		Indeminações por deterioração, roubo e extravio de bens patrimoniais (nova)	0,00	0,00		
08 01 99 02		Indemnizações de estragos provocados por outrém em viaturas ou em quaisquer outros equipamentos pertencentes às autarquias locais	0,00	0,00		
08 01 99 03		IVA reembolsado	0,00	0,00		
08 01 99 04		Iva inversão da liquidação	0,00	0,00		
08 01 99 99		Diversas	0,00	0,00		
		TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	

SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DE LOURES E ODIVELAS

Ano: **2026**

ORÇAMENTO 2026

Alteração Permutativa nº:

RECEITA

Alteração Modificativa nº: **1**

(Unidade: euro)

Rubrica	Tipo*	Descrição	Receita			Obs.
			Modificações orçamentais			
			Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais	
		RECEITAS DE CAPITAL				
09		**Venda de bens de investimento**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	
09 04		**Outros bens de investimento**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	
09 04 06		Administração Pública - Adm.Local - Continente				
09 04 06 01		Equipamento de transporte	0,00	0,00		
09 04 06 02		Maquinaria e equipamento	0,00	0,00		
09 04 06 03		Outros	0,00	0,00		
10		**Transferências de capital**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	
10 03		**Administração central**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	
10 03 01		Estado	0,00	0,00	0,00	
10 03 07		Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados	0,00	0,00	0,00	
10 05		**Administração local**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	
10 05 01		Continente	0,00	0,00	0,00	
12		**Passivos financeiros**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	
12 05		**Empréstimos a curto prazo**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	
12 05 02		Sociedades financeiras	0,00	0,00	0,00	
12 06		**Empréstimos a médio e longo prazos**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	
12 06 02		Sociedades financeiras	0,00	0,00	0,00	
12 06 06		Administração Pública - Administração local - Continente	0,00	0,00	0,00	

SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DE LOURES E ODIVELAS

Ano **2026**

ORÇAMENTO 2026

Alteração Permutativa nº

RECEITA

Alteração Modificativa nº **1**

(Unidade: euro)

Rubrica	Tipo*	Descrição	Receita			Obs.
			Modificações orçamentais			
			Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais	
12 07		**Outros passivos financeiros**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	
12 07 06		Administração Pública - Administração Local - Continente	0,00	0,00	0,00	
13		**Outras receitas de capital**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	
13 01		**Outras**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	
13 01 01		Indemnizações	0,00	0,00	0,00	
13 01 99		Outras	0,00	0,00	0,00	
		TOTAL DE RECEITAS CAPITAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	
16		**Saldo da Gerência Anterior**	**708 525,44**	**0,00**	**0,00**	
16 01	M	**Saldo Orçamental**	708 525,44	0,00	0,00	

*M - Modificativa

SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DE LOURES E ODIVELAS

Ano: 2026

ORÇAMENTO 2026

Alteração Permutativa nº:

DESPESA

Alteração Modificativa nº: 1

(Unidade: euro)

Rubrica	Tipo*	Descrição	Despesa			Obs.
			Alterações orçamentais			
			Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais	
		DESPESAS CORRENTES				
01		**Despesas com o pessoal**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	
01 01		**Remunerações certas e permanentes**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	
01 01 01		*Titulares de Órgãos de Soberania e Membros Órgãos Autárquicos*	0,00	0,00	0,00	
01 01 04		*Pessoal dos quadros - Regime de contrato individual de trabalho*				
01 01 04 01		*Pessoal em funções*	0,00	0,00	0,00	
01 01 04 02		*Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório*	0,00	0,00	0,00	
01 01 04 03		*Alterações facultativas de posicionamento remuneratório*	0,00	0,00	0,00	
01 01 04 04		*Recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho*	0,00	0,00	0,00	
01 01 05		*Pessoal além dos quadros*	0,00	0,00	0,00	
01 01 06		*Pessoal contratado a termo*				
01 01 06 01		*Pessoal em funções*	0,00	0,00	0,00	
01 01 07		*Pessoal em regime de tarefa ou avença*	0,00	0,00	0,00	
01 01 09		*Pessoal em Q.Outra Situação*	0,00	0,00	0,00	
01 01 10		*Gratificações*	0,00	0,00	0,00	
01 01 11		*Representação*	0,00	0,00	0,00	
01 01 12		*Suplementos e Prémios*	0,00	0,00	0,00	
01 01 13		*Subsídio de Refeição*	0,00	0,00	0,00	
01 01 14		*Subsídio de Férias e de Natal*	0,00	0,00	0,00	
01 01 15		*Remunerações por doença e maternidade / paternidade*	0,00	0,00	0,00	
01 02		**Abonos variáveis ou eventuais**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	
01 02 02		*Horas extraordinárias*	0,00	0,00	0,00	
01 02 04		*Ajudas de custo*	0,00	0,00	0,00	
01 02 05		*Abono para falhas*	0,00	0,00	0,00	
01 02 06		*Formação*	0,00	0,00	0,00	
01 02 07		*Colaboração Técnica e Especializada*	0,00	0,00	0,00	
01 02 10		*Subsídio de trabalho nocturno*	0,00	0,00	0,00	
01 02 11		*Subsídio de turno*	0,00	0,00	0,00	
01 02 12		Indeminações por cessão de funções	0,00	0,00	0,00	
01 02 13		*Outros suplementos e prémios*				
01 02 13 01		*Prémios de desempenho*	0,00	0,00	0,00	

SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DE LOURES E ODIVELAS

Ano **2026**

ORÇAMENTO 2026

Alteração Permutativa nº

DESPESA

Alteração Modificativa nº **1**

(Unidade: euro)

Rubrica						Tipo*	Descrição	Despesa			Obs.
								Alterações orçamentais			
								Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais	
01	02	13	02				*Outros Suplementos*	0,00	0,00	0,00	
01	02	14					*Outros abonos em numerário ou espécie*	0,00	0,00	0,00	
01	**03**						**Segurança social**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	
01	03	01					*Encargos com a saúde*	0,00	0,00	0,00	
01	03	02					*Outros encargos com a saúde*	0,00	0,00	0,00	
01	03	03					*Subsídio familiar a crianças e jovens*	0,00	0,00	0,00	
01	03	04					*Outras prestações familiares*	0,00	0,00	0,00	
01	03	05					*Contribuições para a segurança social*				
01	03	05	01				*Assistência na doença dos funcionários (ADSE)*	0,00	0,00	0,00	
01	03	05	02				*Segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP)*	0,00	0,00	0,00	
01	03	05	02	01			*Caixa Geral de Aposentações*	0,00	0,00	0,00	
01	03	05	02	02			*Segurança Social - Regime Geral*	0,00	0,00	0,00	
01	03	05	03				*Outros*	0,00	0,00	0,00	
01	03	06					*Acidentes em serviço e doenças profissionais*	0,00	0,00	0,00	
01	03	08					*Outras pensões*	0,00	0,00	0,00	
01	03	09					*Seguros*				
01	03	09	01				*Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais*	0,00	0,00	0,00	
01	03	09	02				*Seguros de saúde*	0,00	0,00	0,00	
01	03	10					*Outras despesas de segurança social*				
01	03	10	99				*Outras despesas de segurança social*	0,00	0,00	0,00	

SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DE LOURES E ODIVELAS

Ano: **2026**

ORÇAMENTO 2026

Alteração Permutativa nº:

DESPESA

Alteração Modificativa nº: **1**

(Unidade: euro)

Rubrica						Tipo*	Descrição	Despesa			Obs.
								Alterações orçamentais			
								Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais	
02							**Aquisição de bens e serviços**	**524 525,44**	**0,00**	**0,00**	
02	**01**						**Aquisição de bens**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	
02	01	01					*Matérias-primas e subsidiárias*	0,00	0,00	0,00	
02	01	02					*Combustíveis e lubrificantes*				
02	01	02	01				Gasolina	0,00	0,00	0,00	
02	01	02	02				Gasóleo	0,00	0,00	0,00	
02	01	02	99				Outros				
02	01	02	99	01			Gás natural para viaturas	0,00	0,00	0,00	
02	01	02	99	99			Outros	0,00	0,00	0,00	
02	01	04					*Limpeza e higiene*	0,00	0,00	0,00	
02	01	05					*Alimentação - Refeições confeccionadas*	0,00	0,00	0,00	
02	01	06					*Alimentação - Géneros para confeccionar*	0,00	0,00	0,00	
02	01	07					*Vestuário e artigos pessoais*	0,00	0,00	0,00	
02	01	08					*Material de escritório*	0,00	0,00	0,00	
02	01	11					*Material de consumo clinico*	0,00	0,00	0,00	
02	01	12					*Material de transporte - Peças*	0,00	0,00	0,00	
02	01	14					*Outro material - Peças*	0,00	0,00	0,00	
02	01	15					*Prémios, condecorações e ofertas*	0,00	0,00	0,00	
02	01	16					*Mercadorias para venda*				
02	01	16	01				*Água*	0,00	0,00	0,00	
02	01	17					*Ferramentas e utensílios*	0,00	0,00	0,00	
02	01	18					*Livros e documentação técnica*	0,00	0,00	0,00	
02	01	21					*Outros bens*	0,00	0,00	0,00	
02	**02**						**Aquisição de serviços**	**524 525,44**	**0,00**	**0,00**	
02	02	01					*Encargos das instalações*	0,00	0,00	0,00	
02	02	02					*Limpeza e higiene*	0,00	0,00	0,00	
02	02	03					*Conservação de bens*	0,00	0,00	0,00	
02	02	04					*Locação de edifícios*	0,00	0,00	0,00	
02	02	06					*Locação de material de transporte*	0,00	0,00	0,00	
02	02	08					*Locação de outros bens*	0,00	0,00	0,00	
02	02	09					*Comunicações*	0,00	0,00	0,00	
02	02	10					*Transportes*	0,00	0,00	0,00	

SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DE LOURES E ODIVELAS

Ano: **2026**

ORÇAMENTO 2026

Alteração Permutativa nº:

DESPESA

Alteração Modificativa nº: **1**

(Unidade: euro)

Rubrica						Tipo*	Descrição	Despesa			Obs.
								Alterações orçamentais			
								Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais	
02	02	11					*Representação dos serviços*	0,00	0,00	0,00	
02	02	12					*Seguros*	0,00	0,00	0,00	
02	02	13					*Deslocações e estadas*	0,00	0,00	0,00	
02	02	14					*Estudos, pareceres, projectos e consultadoria*	0,00	0,00	0,00	
02	02	15					*Formação*	0,00	0,00	0,00	
02	02	16					*Seminários, exposições e similares*	0,00	0,00	0,00	
02	02	17					*Publicidade*	0,00	0,00	0,00	
02	02	18					*Vigilância e segurança*	0,00	0,00	0,00	
02	02	19					*Assistência técnica*	0,00	0,00	0,00	
02	02	20					*Outros trabalhos especializados*				
02	02	20	01				Tratamento Águas Residuais	0,00	0,00	0,00	
02	02	20	02			M	Deposição e Tratamento Resíduos Urbanos	524 525,44	0,00	0,00	
02	02	20	03				Gestão Comercial	0,00	0,00	0,00	
02	02	20	04				Cortes Abast.e Subst. Contadores	0,00	0,00	0,00	
02	02	20	05				Leituras	0,00	0,00	0,00	
02	02	20	06				Outros	0,00	0,00	0,00	
02	02	22					*Serviços de saúde*	0,00	0,00	0,00	
02	02	24					*Encargos de cobrança de receitas*	0,00	0,00	0,00	
02	02	25					*Outros serviços*	0,00	0,00	0,00	
03							**Juros e outros encargos**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	
03	**01**						**Juros da dívida pública**	0,00	0,00	0,00	
03	01	03					*Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições*				
03	01	03	01				Empréstimos de curto prazo	0,00	0,00	0,00	
03	01	03	02				Empréstimos de médio e longo prazos	0,00	0,00	0,00	
03	01	08					*Administração Pública Local - Continente*	0,00	0,00	0,00	

SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DE LOURES E ODIVELAS

Ano: **2026**

ORÇAMENTO 2026

Alteração Permutativa nº:

DESPESA

Alteração Modificativa nº: **1**

(Unidade: euro)

Rubrica	Tipo*	Descrição	Despesa			Obs.
			Alterações orçamentais			
			Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais	
03 02		**Outros encargos correntes da dívida pública**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	
03 02 01		*Despesas diversas*	0,00	0,00	0,00	
03 03		**Juros de locação financeira**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	
03 03 05		*Material de transporte*	0,00	0,00	0,00	
03 03 07		*Maquinaria e Equipamento*	0,00	0,00	0,00	
03 04		**Juros tributários**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	
03 04 01		*Indemnizatórios*	0,00	0,00	0,00	
03 04 02		*Outros*	0,00	0,00	0,00	
03 05		**Outros juros**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	
03 05 02		*Outros*				
03 05 02 01		*Despesas diversas*	0,00	0,00	0,00	
03 05 02 02		Juros de mora	0,00	0,00	0,00	
03 05 02 99		Outros	0,00	0,00	0,00	
03 06		**Outros encargos financeiros**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	
03 06 01		*Outros Encargos Financeiros*	0,00	0,00	0,00	
04		**Transferências Correntes**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	
04 06		**Segurança Social**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	
04 06 01		*Sistemas de Solidariedade e Segurança Social*	0,00	0,00	0,00	
04 06 02		*Outras Transferências*				
04 06 02 01		*Programas ocupacionais*	0,00	0,00	0,00	
04 06 02 02		Outras	0,00	0,00	0,00	

SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DE LOURES E ODIVELAS

Ano: **2026**

ORÇAMENTO 2026

Alteração Permutativa nº:

DESPESA

Alteração Modificativa nº: **1**

(Unidade: euro)

Rubrica						Tipo*	Descrição	Despesa			Obs.
								Alterações orçamentais			
								Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais	
06							**Outras Despesas Correntes**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	
06	**02**						**Diversas**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	
06	02	01					*Impostos e Taxas*				
06	02	01	01				*Impostos e taxas pagos pela Autarquia*				
06	02	01	01	01			*Taxa de gestão de resíduos - TGR*	0,00	0,00	0,00	
06	02	01	01	99			*Outras*	0,00	0,00	0,00	
06	02	01	01	99	01		*Taxa de recursos hídricos - Água*	0,00	0,00	0,00	
06	02	01	01	99	02		*Taxa de recursos Hídricos - AR*	0,00	0,00	0,00	
06	02	01	01	99	99		*Outras*	0,00	0,00	0,00	
06	02	01	02				Restituições de impostos ou taxas cobrados	0,00	0,00	0,00	
06	02	03					*Outras*				
06	02	03	01				Outras Restituições	0,00	0,00	0,00	
06	02	03	02				IVA a pagar	0,00	0,00	0,00	
06	02	03	03				Diferenças de Câmbio	0,00	0,00	0,00	
06	02	03	04				Serviços Bancários	0,00	0,00	0,00	
06	02	03	05				Outras	0,00	0,00	0,00	
							TOTAL DE DESPESAS CORRENTES	**524 525,44**	**0,00**	**0,00**	

SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DE LOURES E ODIVELAS

Ano: **2026**

ORÇAMENTO 2026

Alteração Permutativa nº:

DESPESA

Alteração Modificativa nº: 1

(Unidade: euro)

Rubrica						Tipo*	Descrição	Despesa			Obs.
								Alterações orçamentais			
								Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais	
							DESPESAS DE CAPITAL				
07							**Aquisição de Bens de Capital**	**184 000,00**	**0,00**	**0,00**	
07	**01**						**Investimentos**	**184 000,00**	**0,00**	**0,00**	
07	01	01					*Terrenos*	0,00	0,00	0,00	
07	01	03					*Edifícios*	0,00			
07	01	03	01				Instalações de Serviços	0,00	0,00	0,00	
07	01	03	07				Outros			0,00	
07	01	04					*Construções Diversas*				
07	01	04	01				Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	0,00	0,00	0,00	
07	01	04	02				Sistemas de Drenagem de Águas Residuais	0,00	0,00	0,00	
07	01	04	03				Estações de Tratamento de Águas Residuais	0,00	0,00	0,00	
07	01	04	07			M	Captação e Distribuição de Água	183 000,00	0,00	0,00	
07	01	04	13				Outros	0,00	0,00	0,00	
07	01	06					*Material de Transporte*				
07	01	06	01				Recolha de Resíduos	0,00	0,00	0,00	
07	01	06	02				Outro	0,00		0,00	
07	01	07					*Equipamento de Informática*	0,00	0,00	0,00	
07	01	08					*Software Informático*	0,00	0,00	0,00	
07	01	09					*Equipamento Administrativo*	0,00	0,00	0,00	
07	01	10					Equipamento Básico				
07	01	10	01			M	Equipamento de Recolha de Resíduos	1 000,00	0,00	0,00	
07	01	10	02				Outro	0,00	0,00	0,00	
07	01	11					*Ferramentas e Utensílios*	0,00	0,00	0,00	
07	01	13					*Investimentos Incorpóreos*	0,00	0,00	0,00	
07	01	15					*Outros Investimentos*	0,00	0,00	0,00	
07	**02**						**Locação Financeira**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	
07	02	05					*Material de Transporte*	0,00	0,00	0,00	
07	02	07					*Maquinaria e Equipamento*	0,00	0,00	0,00	

SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DE LOURES E ODIVELAS

Ano: **2026**

ORÇAMENTO 2026

Alteração Permutativa nº:

DESPESA

Alteração Modificativa nº: **1**

(Unidade: euro)

Rubrica						Tipo*	Descrição	Despesa			Obs.
								Alterações orçamentais			
								Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais	
10							**Passivos Financeiros**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	
10	**05**						**Empréstimos a Curto Prazo**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	
10	05	03					*Sociedades Financeiras - Bancos e Outras Instituições*	0,00	0,00	0,00	
10	**06**						**Empréstimos a Médio e Longo Prazos**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	
10	06	03					*Sociedades Financeiras - Bancos e Outras Instituições*	0,00	0,00	0,00	
10	06	08					*Administração Pública Local - Continente*	0,00	0,00	0,00	
11							**Outras Despesas de Capital**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	
11	**02**						**Diversas**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	
11	02	01					*Restituições*	0,00	0,00	0,00	
11	02	99					*Outras*	0,00	0,00	0,00	
							TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL	**184 000,00**	**0,00**	**0,00**	

*M - Modificativa

ORÇAMENTO CORRIGIDO APÓS
1ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA

2026

SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DE LOURES E ODIVELAS

Ano **2026**

ORÇAMENTO 2026

Alteração Permutativa nº

RECEITA

Alteração Modificativa nº **1**

(Unidade: euro)

Rubricas	Tipo *	Descrição	Receita					Obs.
			Previsões Iniciais	Alterações orçamentais			Previsões Corrigidas	
				Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais		
		RECEITAS CORRENTES						
04		**Taxas, multas e outras penalidades**	**4 389 303,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4 389 303,00**	
04 01		**Taxas**	**4 103 978,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4 103 978,00**	
04 01 23		*Taxas específicas das Autarquias Locais*						
04 01 23 99		Outras	4 103 978,00				4 103 978,00	
04 01 23 99 03		Taxa de Gestão de Resíduos - TGR	1 680 175,00				1 680 175,00	
04 01 23 99 99		Outras	2 423 803,00				2 423 803,00	
04 01 23 99 99 01		Taxa de Recursos Hídricos - Água	1 490 510,00				1 490 510,00	
04 01 23 99 99 02		Taxa de Recursos Hídricos - AR	933 293,00				933 293,00	
04 02		**Multas e outras penalidades**	**285 325,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**285 325,00**	
04 02 01		*Juros de mora*	139 713,00				139 713,00	
04 02 04		*Coimas e penalidades por contra-ordenações*	122 709,00				122 709,00	
04 02 99		*Multas e penalidades diversas*	22 903,00				22 903,00	
05		**Rendimentos da propriedade**	**2,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2,00**	
05 02		**Juros - Sociedades financeiras**	**1,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1,00**	
05 02 01		*Bancos e outras instituições financeiras*	1,00				1,00	
05 10		**Rendas**	**1,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1,00**	
05 10 99		*Outros*	1,00				1,00	

SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DE LOURES E ODIVELAS

Ano **2026**

ORÇAMENTO 2026

Alteração Permutativa nº

RECEITA

Alteração Modificativa nº **1**

(Unidade: euro)

Rubricas	Tipo *	Descrição	Receita					Obs.
			Previsões Iniciais	Alterações orçamentais			Previsões Corrigidas	
				Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais		
06		**Transferências Correntes**	**947 240,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**947 240,00**	
06 03		**Administração Central**	**1,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1,00**	
06 03 01		*Estado*	1,00				1,00	
06 05		**Administração Local**	**947 239,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**947 239,00**	
06 05 01		*Continente*	947 239,00				947 239,00	
07		**Venda de bens e serviços correntes**	**113 474 810,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**113 474 810,00**	
07 01		**Venda de bens**	**43 902 481,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**43 902 481,00**	
07 01 08		*Mercadorias*	*43 902 481,00*				43 902 481,00	
07 01 08 02		Água	43 902 480,00				43 902 480,00	
07 01 08 99		Outros	1,00				1,00	
07 02		**Serviços**	**69 572 329,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**69 572 329,00**	
07 02 01		*Aluguer de espaços e equipamentos*	19 791,00				19 791,00	
07 02 03		*Vistorias e ensaios*	*1,00*				1,00	
07 02 04		*Serviços de laboratório*	*203 576,00*				203 576,00	
07 02 07		*Alimentação e alojamento*	66 107,00				66 107,00	
07 02 09		*Serviços específicos das autarquias*	*69 282 854,00*				*69 282 854,00*	
07 02 09 01		Saneamento	*29 744 719,00*				*29 744 719,00*	
07 02 09 02		Resíduos Sólidos	*37 025 229,00*				*37 025 229,00*	
07 02 09 03		Transportes coletivos de pessoas e mercadorias	*1,00*				*1,00*	
07 02 09 03 99		Outros	1,00				*1,00*	
07 02 09 99		Outros	*2 512 905,00*				*2 512 905,00*	

SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DE LOURES E ODIVELAS

Ano **2026**

ORÇAMENTO 2026

Alteração Permutativa nº

RECEITA

Alteração Modificativa nº **1**

(Unidade: euro)

Rubricas	Tipo *	Descrição	Receita					Obs.
			Previsões Iniciais	Alterações orçamentais			Previsões Corrigidas	
				Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais		
08		**Outras receitas correntes**	**724 711,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**724 711,00**	
08 01		**Outras**	**724 711,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**724 711,00**	
08 01 99		*Outras*	724 711,00				724 711,00	
08 01 99 01		Indemnizações por deterioração, roubo e extravio de bens patrimoniais	141 605,00				141 605,00	
08 01 99 02		Indemnizações de estragos provocados por outrém em viaturas ou em quaisquer outros equipamentos pertencentes às autarquias locais	1 451,00				1 451,00	
08 01 99 03		Iva reembolsado	1,00				1,00	
08 01 99 04		Iva inversão da liquidação	450 000,00				450 000,00	
08 01 99 99		Diversas	131 654,00				131 654,00	
		TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**119 536 066,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**119 536 066,00**	

SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DE LOURES E ODIVELAS

Ano **2026**

ORÇAMENTO 2026

Alteração Permutativa nº

RECEITA

Alteração Modificativa nº **1**

(Unidade: euro)

Rubricas	Tipo *	Descrição	Receita					Obs.
			Previsões Iniciais	Alterações orçamentais			Previsões Corrigidas	
				Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais		
		RECEITAS DE CAPITAL						
09		**Venda de bens de investimento**	**145 527,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**145 527,00**	
09 04		**Outros bens de investimento**	**145 527,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**145 527,00**	
09 04 06		*Administração Pública-Adm.Local-Continente*	145 527,00				145 527,00	
09 04 06 01		Equipamento de transporte	1,00				1,00	
09 04 06 02		Maquinaria e equipamento	145 525,00				145 525,00	
09 04 06 03		Outros	1,00				1,00	
10		**Transferências de capital**	**501 839,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**501 839,00**	
10 03		**Administração central**	**501 838,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**501 838,00**	
10 03 01		*Estado*	1,00				1,00	
10 03 07		*Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados*	501 837,00				501 837,00	
10 05		**Administração local**	**1,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1,00**	
10 05 01		*Continente*	1,00				1,00	
12		**Passivos financeiros**	**4,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4,00**	
12 05		**Empréstimos a curto prazo**	**1,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1,00**	
12 05 02		*Sociedades financeiras*	1,00				1,00	
12 06		**Empréstimos a médio e longo prazos**	**2,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2,00**	
12 06 02		*Sociedades financeiras*	1,00				1,00	
12 06 06		*Administração Pública - Administração Local - Continente*	1,00				1,00	

SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DE LOURES E ODIVELAS

Ano **2026**

ORÇAMENTO 2026

Alteração Permutativa nº

RECEITA

Alteração Modificativa nº **1**

(Unidade: euro)

Rubricas	Tipo *	Descrição	Receita					Obs.
			Previsões Iniciais	Alterações orçamentais			Previsões Corrigidas	
				Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais		
12 07		**Outros passivos financeiros**	**1,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1,00**	
12 07 06		*Administração Pública - Administração Local - Continente*	1,00				1,00	
13		**Outras receitas de capital**	**2,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2,00**	
13 01		**Outras**	**2,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2,00**	
13 01 01		*Indemnizações*	1,00				1,00	
13 01 99		*Outras*	1,00				1,00	
		TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	**647 372,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**647 372,00**	
16		**Saldo da Gerência Anterior**		**708 525,44**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	
16 01	M	**Saldo Orçamental**		708 525,44	0,00	0,00	0,00	

*M - Modificativa

Órgão Executivo

Em de de 2026

Órgão Deliberativo

Em de de 2026

SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DE LOURES E ODIVELAS

Ano: 2026

ORÇAMENTO 2026

Alteração Permutativa nº:

DESPESA

Alteração Modificativa nº: 1

(Unidade: euro)

Rubricas	Tipo *	Descrição	Despesa					Obs.
			Dotações iniciais	Alterações orçamentais			Dotações Corrigidas	
				Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais		
(1)		(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(4)-(5)+(6)	(8)
		DESPESAS CORRENTES						
01		**Despesas com o pessoal**	**31 790 274,00**	**414 400,00**	**362 400,00**	**0,00**	**31 842 274,00**	
01 01		**Remunerações certas e permanentes**	**20 926 622,00**	**162 400,00**	**360 000,00**	**0,00**	**20 729 022,00**	
01 01 01		*Titulares de Órgãos de Soberania e Membros Órgãos Autárquicos*	112 000,00				112 000,00	
01 01 04		*Pessoal dos quadros - Regime de contrato individual de trabalho*						
01 01 04 01		*Pessoal em funções*	13 353 000,00		360 000,00		12 993 000,00	
01 01 04 02		*Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório*	120 000,00				120 000,00	
01 01 04 03		*Alterações facultativas de posicionamento remuneratório*	130 000,00				130 000,00	
01 01 04 04		*Recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho*	2 453 123,00				2 453 123,00	
01 01 05		*Pessoal além dos quadros*	1,00				1,00	
01 01 06		*Pessoal contratado a termo*						
01 01 06 01		*Pessoal em funções*	1,00				1,00	
01 01 07		*Pessoal em regime de tarefa ou avença*	1,00				1,00	
01 01 09		*Pessoal em Q. Outra Situação*	6 400,00	2 400,00			8 800,00	
01 01 10		*Gratificações*	1,00				1,00	
01 01 11		*Representação*	105 000,00				105 000,00	
01 01 12		*Suplementos e Prémios*	13 500,00	50 000,00			63 500,00	
01 01 13		*Subsidio de Refeição*	1 777 444,00				1 777 444,00	
01 01 14		*Subsídio de Férias e de Natal*	2 706 151,00				2 706 151,00	
01 01 15		*Remunerações por doença e maternidade / paternidade*	150 000,00	110 000,00			260 000,00	
01 02		**Abonos variáveis ou eventuais**	**3 566 604,00**	**200 000,00**	**0,00**	**0,00**	**3 766 604,00**	
01 02 02		*Horas extraordinárias*	1 600 000,00	80 000,00			1 680 000,00	
01 02 03		*Alimentação e alojamento*	1,00				1,00	
01 02 04		*Ajudas de custo*	1 500,00				1 500,00	
01 02 05		*Abono para falhas*	40 000,00				40 000,00	
01 02 06		*Formação*	100,00				100,00	
01 02 07		*Colaboração Técnica e Especializada*	1,00				1,00	
01 02 10		*Subsídio de trabalho nocturno*	300 000,00	20 000,00			320 000,00	
01 02 11		*Subsídio de turno*	950 000,00	100 000,00			1 050 000,00	
01 02 12		*Indemnizações por cessação de funções*	1,00				1,00	

SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DE LOURES E ODIVELAS

Ano: 2026

ORÇAMENTO 2026

Alteração Permutativa nº:

DESPESA

Alteração Modificativa nº: 1

(Unidade: euro)

Rubricas	Tipo *	Descrição	Despesa					Obs.
			Dotações iniciais	Alterações orçamentais			Dotações Corrigidas	
				Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais		
(1)		(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(4)-(5)+(6)	(8)
01 02 13		*Outros suplementos e prémios*						
01 02 13 01		*Prémios de desempenho*	25 000,00				25 000,00	
01 02 13 02		*Outros Suplementos*	650 000,00				650 000,00	
01 02 14		*Outros abonos em numerário ou espécie*	1,00				1,00	
01 03		**Segurança social**	**7 297 048,00**	**52 000,00**	**2 400,00**	**0,00**	**7 346 648,00**	
01 03 01		*Encargos com a saúde*	425 000,00				425 000,00	
01 03 02		*Outros encargos com a saúde*	1,00				1,00	
01 03 03		*Subsídio familiar a crianças e jovens*	60 000,00				60 000,00	
01 03 04		*Outras prestações familiares*	25 000,00				25 000,00	
01 03 05		*Contribuições para a segurança social*						
01 03 05 01		*Assistência na doença dos funcionários (ADSE)*	1,00				1,00	
01 03 05 02		*Segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP)*						
01 03 05 02 01		*Caixa Geral de Aposentações*	2 582 400,00				2 582 400,00	
01 03 05 02 02		*Segurança Social - Regime geral*	3 304 642,00				3 304 642,00	
01 03 05 03		*Outros*	1,00				1,00	
01 03 06		*Acidentes em serviço e doenças profissionais (nova)*	1,00				1,00	
01 03 08		*Outras pensões*	100 000,00		2 400,00		97 600,00	
01 03 09		*Seguros*						
01 03 09 01		*Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais*	800 000,00	52 000,00			852 000,00	
01 03 09 02		*Seguros de saúde*	1,00				1,00	
01 03 10		*Outras despesas de segurança social*						
01 03 10 99		*Outras despesas de segurança social*	1,00				1,00	
02		**Aquisição de bens e serviços**	**67 207 652,00**	**3 873 225,44**	**770 200,00**	**0,00**	**70 310 677,44**	
02 01		**Aquisição de bens**	**25 553 500,00**	**1 315 000,00**	**232 200,00**	**0,00**	**26 636 300,00**	
02 01 01		*Matérias-primas e subsidiárias*	1 250 000,00		3 000,00		1 247 000,00	
02 01 02		*Combustíveis e lubrificantes*						
02 01 02 01		Gasolina	100 000,00		2 200,00		97 800,00	
02 01 02 02		Gasóleo	1 100 000,00				1 100 000,00	
02 01 02 99		Outros						

SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DE LOURES E ODIVELAS

Ano: 2026

ORÇAMENTO 2026

Alteração Permutativa nº:

DESPESA

Alteração Modificativa nº: 1

(Unidade: euro)

Rubricas	Tipo *	Descrição	Despesa					Obs.
			Dotações iniciais	Alterações orçamentais			Dotações Corrigidas	
				Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais		
(1)		(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(4)-(5)+(6)	(8)
02 01 02 99 01		Gás natural para viaturas	1 000 000,00				1 000 000,00	
02 01 02 99 99		Outros	150 000,00	17 800,00			167 800,00	
02 01 04		*Limpeza e higiene*	160 000,00				160 000,00	
02 01 05		*Alimentação - Refeições confeccionadas*	12 000,00				12 000,00	
02 01 06		*Alimentação - Géneros para confeccionar*	200 000,00				200 000,00	
02 01 07		*Vestuário e artigos pessoais*	400 000,00	150 000,00			550 000,00	
02 01 08		*Material de escritório*	90 000,00				90 000,00	
02 01 11		*Material de consumo clinico*	5 000,00				5 000,00	
02 01 12		*Material de transporte - Peças*	800 000,00		50 000,00		750 000,00	
02 01 14		*Outro material - Peças*	10 000,00				10 000,00	
02 01 15		*Prémios, condecorações e ofertas*	40 000,00				40 000,00	
02 01 16		*Mercadorias para venda*						
02 01 16 01		*Água*	20 000 000,00	1 087 000,00	177 000,00		20 910 000,00	
02 01 17		*Ferramentas e utensílios*	84 500,00	10 200,00			94 700,00	
02 01 18		*Livros e documentação técnica*	2 000,00				2 000,00	
02 01 21		*Outros bens*	150 000,00	50 000,00			200 000,00	
02 02		**Aquisição de serviços**	**41 654 152,00**	**2 558 225,44**	**538 000,00**	**0,00**	**43 674 377,44**	
02 02 01		*Encargos das instalações*	2 600 000,00		315 000,00		2 285 000,00	
02 02 02		*Limpeza e higiene*	2 000 000,00				2 000 000,00	
02 02 03		*Conservação de bens*	4 000 000,00	9 200,00	26 000,00		3 983 200,00	
02 02 04		*Locação de edifícios*	77 000,00				77 000,00	
02 02 06		*Locação de material de transporte*	600 000,00		152 000,00		448 000,00	
02 02 08		*Locação de outros bens*	25 000,00				25 000,00	
02 02 09		*Comunicações*	1 500 000,00				1 500 000,00	
02 02 10		*Transportes*	15 000,00	1 000,00			16 000,00	
02 02 11		*Representação dos serviços*	3 000,00				3 000,00	
02 02 12		*Seguros*	500 000,00	70 000,00			570 000,00	
02 02 13		*Deslocações e estadas*	6 500,00				6 500,00	
02 02 14		*Estudos, pareceres, projectos e consultadoria*	141 100,00				141 100,00	
02 02 15		*Formação*	60 000,00				60 000,00	
02 02 16		*Seminários, exposições e similares*	1,00				1,00	

SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DE LOURES E ODIVELAS

Ano: 2026

ORÇAMENTO 2026

Alteração Permutativa nº:

DESPESA

Alteração Modificativa nº: 1

(Unidade: euro)

Rubricas	Tipo *	Descrição	Despesa					Obs.
			Dotações iniciais	Alterações orçamentais			Dotações Corrigidas	
				Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais		
(1)		(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(4)-(5)+(6)	(8)
02 02 17		*Publicidade*	150 000,00				150 000,00	
02 02 18		*Vigilância e segurança*	700 000,00	15 000,00			715 000,00	
02 02 19		*Assistência técnica*	180 000,00				180 000,00	
02 02 20		*Outros trabalhos especializados*						
02 02 20 01		Tratamento Águas Residuais	13 231 540,00	708 000,00			13 939 540,00	
02 02 20 02	M	Deposição e Tratamento Resíduos Urbanos	8 250 000,00	1 654 525,44			9 904 525,44	
02 02 20 03		Gestão Comercial	350 000,00	45 000,00			395 000,00	
02 02 20 04		Cortes Abast.e Subst. Contadores	500 000,00				500 000,00	
02 02 20 05		Leituras	300 000,00		45 000,00		255 000,00	
02 02 20 06		Outros	5 500 000,00	53 000,00			5 553 000,00	
02 02 22		*Serviços de saúde*	300 000,00				300 000,00	
02 02 24		*Encargos de cobrança de receitas*	650 011,00				650 011,00	
02 02 25		*Outros serviços*	15 000,00	2 500,00			17 500,00	
03		**Juros e outros encargos**	**302 009,00**	**2 500,00**	**0,00**	**0,00**	**304 509,00**	
03 01		**Juros da dívida pública**	**300 002,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**300 002,00**	
03 01 03		*Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras*						
03 01 03 01		Empréstimos de curto prazo	1,00				1,00	
03 01 03 02		Empréstimos de médio e longo prazos	300 000,00				300 000,00	
03 01 08		Administração Pública Local - Continente	1,00				1,00	
03 02		**Outros encargos correntes da dívida pública**	**1,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1,00**	
03 02 01		*Despesas diversas*	1,00				1,00	
03 03		**Juros de locação financeira**	**2,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2,00**	
03 03 05		*Material de transporte*	1,00				1,00	
03 03 07		*Maquinaria e Equipamento*	1,00				1,00	
03 04		**Juros tributários**	**2,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2,00**	
03 04 01		*Indemnizatórios*	1,00				1,00	
03 04 02		*Outros*	1,00				1,00	

SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DE LOURES E ODIVELAS

Ano: 2026

ORÇAMENTO 2026

Alteração Permutativa nº:

DESPESA

Alteração Modificativa nº: 1

(Unidade: euro)

Rubricas	Tipo *	Descrição	Despesa					Obs.
			Dotações iniciais	Alterações orçamentais			Dotações Corrigidas	
				Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais		
(1)		(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(4)-(5)+(6)	(8)
03 05		**Outros juros**	**1 002,00**	**2 500,00**	**0,00**	**0,00**	**3 502,00**	
03 05 02		*Outros*						
03 05 02 01		Despesas diversas	1,00				1,00	
03 05 02 02		Juros de mora	1 000,00	2 500,00			3 500,00	
03 05 02 99		Outros	1,00				1,00	
03 06		**Outros encargos financeiros**	**1 000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1 000,00**	
03 06 01		*Outros encargos financeiros*	1 000,00				1 000,00	
04		**Transferências Correntes**	**120 972,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**120 972,00**	
04 06		**Segurança social**	**120 972,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**120 972,00**	
04 06 01		*Sistemas de solidariedade e segurança social*	120 970,00				120 970,00	
04 06 02		*Outras transferências*						
04 06 02 01		Programas ocupacionais	1,00				1,00	
04 06 02 02		Outras	1,00				1,00	
06		**Outras Despesas Correntes**	**4 170 002,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4 170 002,00**	
06 02		**Diversas**	**4 170 002,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4 170 002,00**	
06 02 01		*Impostos e Taxas*					**2 785 001,00**	
06 02 01 01		Impostos e taxas pagos pela Autarquia					1 050 000,00	
06 02 01 01 01		Taxa de gestão de resíduos	1 050 000,00				1 050 000,00	
06 02 01 01 99		Outras					1 735 000,00	
06 02 01 01 99 01		Taxa de recursos hídricos - Agua	1 180 000,00				1 180 000,00	
06 02 01 01 99 02		Taxa de recursos hídricos - AR	480 000,00				480 000,00	
06 02 01 01 99 99		Outras	75 000,00				75 000,00	
06 02 01 02		Restituições de impostos ou taxas cobrados	1,00				1,00	
06 02 03		*Outras*					**1 385 001,00**	
06 02 03 01		Outras Restituições	500 000,00				500 000,00	
06 02 03 02		IVA a pagar	425 000,00				425 000,00	

SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DE LOURES E ODIVELAS

Ano: 2026

ORÇAMENTO 2026

Alteração Permutativa nº:

DESPESA

Alteração Modificativa nº: 1

(Unidade: euro)

Rubricas	Tipo *	Descrição	Despesa					Obs.
			Dotações iniciais	Alterações orçamentais			Dotações Corrigidas	
				Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais		
(1)		(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(4)-(5)+(6)	(8)
06 02 03 03		Diferenças de Câmbio	1,00				1,00	
06 02 03 04		Serviços Bancários	10 000,00				10 000,00	
06 02 03 05		Outras	450 000,00				450 000,00	
		TOTAL DE DESPESAS CORRENTES	**103 590 909,00**	**4 290 125,44**	**1 132 600,00**	**0,00**	**106 748 434,44**	
		DESPESAS DE CAPITAL						
07		**Aquisição de Bens de Capital**	**15 439 205,00**	**1 853 000,00**	**4 302 000,00**	**0,00**	**12 990 205,00**	
07 01		**Investimentos**	**15 439 203,00**	**1 853 000,00**	**4 302 000,00**	**0,00**	**12 990 203,00**	
07 01 01		*Terrenos*	1,00				1,00	
07 01 03		*Edifícios*						
07 01 03 01		Instalações de Serviços	1 091 200,00		386 000,00		705 200,00	
07 01 03 07		Outros	1,00				1,00	
07 01 04		*Construções Diversas*						
07 01 04 01		Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	1,00	25 000,00			25 001,00	
07 01 04 02		Sistemas de Drenagem de Águas Residuais	1 820 500,00	1 230 000,00	240 000,00		2 810 500,00	
07 01 04 07	M	Captação e Distribuição de Água	4 807 000,00	364 000,00	1 545 000,00		3 626 000,00	
07 01 04 13		Outros	396 000,00	50 000,00			446 000,00	
07 01 06		*Material de Transporte*						
07 01 06 01		Recolha de Resíduos	2 896 800,00		1 147 000,00		1 749 800,00	
07 01 06 02		Outro	1 005 200,00	24 500,00	771 000,00		258 700,00	
07 01 07		*Equipamento de Informática*	270 500,00				270 500,00	
07 01 08		*Software Informático*	57 500,00				57 500,00	
07 01 09		*Equipamento Administrativo*	126 500,00	14 000,00	5 000,00		135 500,00	
07 01 10		Equipamento Básico						
07 01 10 01	M	Equipamento de Recolha de Resíduos	1 072 400,00	13 500,00			1 085 900,00	
07 01 10 02		Outro	1 396 500,00	127 000,00	70 000,00		1 453 500,00	
07 01 11		*Ferramentas e Utensílios*	81 400,00	5 000,00			86 400,00	
07 01 13		*Investimentos Incorpóreos*	325 000,00		138 000,00		187 000,00	
07 01 15		*Outros Investimentos*	92 700,00				92 700,00	

SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DE LOURES E ODIVELAS

Ano: 2026

ORÇAMENTO 2026

Alteração Permutativa nº:

DESPESA

Alteração Modificativa nº: 1

(Unidade: euro)

Rubricas	Tipo *	Descrição	Despesa					Obs.
			Dotações iniciais	Alterações orçamentais			Dotações Corrigidas	
				Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais		
(1)		(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(4)-(5)+(6)	(8)
07 02		**Locação Financeira**	**2,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2,00**	
07 02 05		*Material de Transporte*	1,00				1,00	
07 02 07		*Maquinaria e Equipamento*	1,00				1,00	
10		**Passivos Financeiros**	**1 153 322,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1 153 322,00**	
10 05		**Empréstimos a Curto Prazo**	**1,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1,00**	
10 05 03		*Sociedades Financeiras - Bancos e Outras Instituições Financeiras*	1,00				1,00	
10 06		**Empréstimos a Médio e Longo Prazos**	**1 153 321,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1 153 321,00**	
10 06 03		*Sociedades Financeiras - Bancos e Outras Instituições Financeiras*	1 153 320,00				1 153 320,00	
10 06 08		*Administração Pública Local - Continente*	1,00				1,00	
11		**Outras Despesas de Capital**	**2,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2,00**	
11 02		**Diversas**	**2,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2,00**	
11 02 01		*Restituições*	1,00				1,00	
11 02 99		*Outras*	1,00				1,00	
		TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL	**16 592 529,00**	**1 853 000,00**	**4 302 000,00**	**0,00**	**14 143 529,00**	

*M - Modificativa

Órgão Executivo

Em de de 2026

Órgão Deliberativo

Em de de 2026

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

1ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA

2026

SIMAR

SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DE LOURES E ODIVELAS

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

ANO 2026

ALTERAÇÃO PERMUTATIVA Nº

ALTERAÇÃO MODIFICATIVA Nº 1

EUROS

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	OBJETIVO	PAGAMENTOS							MODIFICAÇÃO
		2026		PERÍODOS SEGUINTES					
		DOTAÇÃO ATUAL	DOTAÇÃO CORRIGIDA	2027	2028	2029	2030	OUTROS	(+/-)
		(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)=(7)-(6)
244	- ÁGUA DE ABASTECIMENTO	4 605 500,00	4 788 500,00	11 200 000,00	11 935 000,00	14 674 125,00	15 645 000,00	11 113 116,00	183 000,00
243	- ÁGUAS RESIDUAIS	2 847 000,00	2 847 000,00	2 830 000,00	3 187 921,00	3 338 136,00	3 178 312,00	5 069 365,00	0,00
430	- ÁGUA / ÁGUAS RESIDUAIS	546 000,00	546 000,00	500 000,00	500 000,00	500 000,00	500 000,00	800 000,00	0,00
245	- RESÍDUOS URBANOS	2 902 200,00	2 903 200,00	4 236 890,00	2 454 400,00	676 000,00	331 000,00	309 200,00	1 000,00
430	- SERVIÇOS COMPLEMENTARES	1 349 300,00	1 349 300,00	2 196 100,00	1 104 100,00	1 106 600,00	906 600,00	906 500,00	0,00
111	- ADMINISTRAÇÃO GERAL	556 200,00	556 200,00	586 200,00	557 200,00	511 200,00	488 200,00	482 500,00	0,00
TOTAL PLANO		**12 806 200,00**	**12 990 200,00**	**21 549 190,00**	**19 738 621,00**	**20 808 063,00**	**21 049 112,00**	**18 680 681,00**	**184 000,00**

ÓRGÃO EXECUTIVO

EM _____ DE _____ DE 2026

_____

ÓRGÃO DELIBERATIVO

EM _____ DE _____ DE 2026

_____

ÁGUA DE ABASTECIMENTO

SIMAR

SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DE LOURES E ODIVELAS

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

ANO: 2026

ALTERAÇÃO PERMUTATIVA Nº:

ALTERAÇÃO MODIFICATIVA Nº: 1

EUROS

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	CÓDIDO DO OBJETIVO/PROGRAMA	PROGRAMA	PAGAMENTOS							MODIFICAÇÃO
			2026		PERÍODOS SEGUINTES					
			DOTAÇÃO ATUAL (6)	DOTAÇÃO CORRIGIDA (7)	2027 (18)	2028 (19)	2029 (20)	2030 (21)	OUTROS (22)	(+/-) (13)=(7)-(6)
244	11	- CONSTRUÇÃO E REMODELAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS	3 257 600,00	3 440 600,00	10 260 000,00	11 135 000,00	13 704 125,00	14 675 000,00	10 293 116,00	183 000,00
244	12	- TRATAMENTO E CONTROLE DA QUALIDADE	119 500,00	119 500,00	140 000,00	70 000,00	40 000,00	40 000,00	0,00	0,00
244	13	- ESTUDOS GERAIS	66 000,00	66 000,00	60 000,00	60 000,00	60 000,00	60 000,00	60 000,00	0,00
244	14	- EQUIPAMENTOS	1 162 400,00	1 162 400,00	740 000,00	670 000,00	870 000,00	870 000,00	760 000,00	0,00
TOTAL ÁGUA DE ABASTECIMENTO			**4 605 500,00**	**4 788 500,00**	**11 200 000,00**	**11 935 000,00**	**14 674 125,00**	**15 645 000,00**	**11 113 116,00**	**183 000,00**

SIMAR

SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DE LOURES E ODIVELAS

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

ANO

ALTERAÇÃO PERMUTATIVA Nº

ALTERAÇÃO MODIFICATIVA Nº 1

EUROS

OBJE-TIVO	Nº PROJETO	DESIGNAÇÃO DO PROJETO	CÓD.CLAS.ECON.	RESPONSÁVEL	PAGAMENTOS									MODIFICAÇÃO
					INÍCIO	FIM	2026		PERÍODOS SEGUINTES					
							DOTAÇÃO ATUAL	DOTAÇÃO CORRIGIDA	2027	2028	2029	2030	OUTROS	(+/-)
(1)	(2)	(3)			(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)=(7)-(6)
244	11	- CONSTRUÇÃO E REMODELAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS												
244	11.01	- CARRICHE / ODIVELAS / CANEÇAS (ODIVELAS)												
244	11.01.05	- RESERVATÓRIO AMOREIRA (Z.B.)	07.01.04.07	DEA	1º T./29	4º T./31	0,00	0,00	0,00	0,00	200 000,00	200 000,00	100 000,00	0,00
244	11.01.06	- RESERVATÓRIO AMOREIRA (Z.S.)	07.01.04.07	DEA	1º T./94	4º T./28	32 000,00	82 000,00	300 000,00	150 000,00	0,00	0,00	0,00	50 000,00
244	11.01.09	- E.E. AMOREIRA (Z.M.) - AMOREIRA (ZA)	07.01.04.07	DEA	1º T./26	4º T./31	0,00	0,00	200 000,00	150 000,00	200 000,00	200 000,00	100 000,00	0,00
244	11.01.17	- RESERVATÓRIO DE CANEÇAS (Z.M)	07.01.04.07	DEA	1º T./26	4º T./31	0,00	0,00	0,00	150 000,00	200 000,00	250 000,00	213 116,00	0,00
244	11.01.19	- ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DE CANEÇAS (ZM) - CANEÇAS (ZA)	07.01.04.07	DEA	1º T./26	4º T./31	0,00	0,00	0,00	100 000,00	100 000,00	150 000,00	150 000,00	0,00
244	11.01.47	- REMODELAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO A ODIVELAS	07.01.04.07	DEA	1º T./16	4º T./31	167 000,00	175 000,00	1 400 000,00	600 000,00	250 000,00	250 000,00	150 000,00	68 000,00
244	11.01.52	- ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DO ALVITO	07.01.04.07	DEA	1º T./27	4º T./31	0,00	0,00	75 000,00	150 000,00	150 000,00	200 000,00	200 000,00	0,00
244	11.01.54	- CONDUTA ADUTORA CASAL NOVO / CANEÇAS (ALÉM)	07.01.04.07	DEA	1º T./28	4º T./30	0,00	0,00	0,00	50 000,00	150 000,00	150 000,00	0,00	0,00
244	11.01.56	- RESERVATÓRIO, CONDUTAS ADUTORA E DISTRIBUIDORA E ESTAÇÃO ELEVATÓRIA EM VALE GRANDE	07.01.04.07	DEA	1º T./29	4º T./31	0,00	0,00	0,00	0,00	20 000,00	50 000,00	100 000,00	0,00
244	11.01.58	- SUBSTITUIÇÃO DAS CONDUTAS DE DISTRIBUIÇÃO DE CODIVEL	07.01.04.07	DEA	1º T./16	4º T./31	22 500,00	22 500,00	2 150 000,00	1 800 000,00	599 125,00	800 000,00	200 000,00	0,00
244	11.01.59	- REMODELAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO AO VALE DO FORNO	07.01.04.07	DEA	1º T./30	4º T./31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50 000,00	100 000,00	0,00
244	11.01.64	- SUBSTITUIÇÃO DE CONDUTA ELEVATÓRIA AMOREIRA (ZB)/CANEÇAS (ZB)	07.01.04.07	DEA	1º T./15	4º T./26	13 000,00	13 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
244	11.01.66	- SUBSTITUIÇÃO DE CONDUTAS EM CANEÇAS	07.01.04.07	DEA	1º T./15	4º T./31	0,00	0,00	0,00	200 000,00	500 000,00	300 000,00	200 000,00	0,00
244	11.01.67	- SUBSTITUIÇÃO DE CONDUTAS EM FAMÕES	07.01.04.07	DEA	1º T./16	4º T./31	0,00	66 000,00	400 000,00	800 000,00	500 000,00	500 000,00	200 000,00	66 000,00
244	11.01.68	- RESERVATÓRIO DOS PEDRENAIS	07.01.04.07	DEA	2º T./15	4º T./26	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
244	11.01.70	- RESERVATÓRIO DA E.E. DO ALVITO	07.01.04.07	DEA	1º T./26	4º T./31	0,00	0,00	0,00	0,00	1 100 000,00	900 000,00	200 000,00	0,00
244	11.01.71	- REMODELAÇÃO DA CONDUTA GRAVITICA DO RESERVATÓRIO DO CASAL DO BISPO	07.01.04.07	DEA	1º T./27	4º T./30	0,00	0,00	200 000,00	500 000,00	200 000,00	100 000,00	0,00	0,00
244	11.01.72	- REMODELAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DAS ZMC's DA AMOREIRA	07.01.04.07	DEA	1º T./27	4º T./31	0,00	0,00	100 000,00	100 000,00	200 000,00	200 000,00	200 000,00	0,00
244	11.01.73	- REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA E.E. CASAL DA SILVEIRA	07.01.04.07	DEA	1º T./26	4º T./31	0,00	0,00	0,00	200 000,00	400 000,00	200 000,00	200 000,00	0,00
244	11.01.74	- REMODELAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA À RAMADA	07.01.04.07	DEA	1º T./24	4º T./31	210 000,00	210 000,00	100 000,00	700 000,00	300 000,00	250 000,00	200 000,00	0,00
		TOTAL PROJETO - 01					**384 600,00**	**568 600,00**	**4 925 000,00**	**5 650 000,00**	**5 089 125,00**	**4 750 000,00**	**2 513 116,00**	**184 000,00**
244	11.02	- CARRICHE / LOURES / ZAMBUJAL												
244	11.02.07	- REMODELAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO A LOURES - LOURES	07.01.04.07	DEA	2º T/00	4º T./31	52 000,00	52 000,00	700 000,00	700 000,00	700 000,00	500 000,00	300 000,00	0,00
244	11.02.13	- REMODELAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA A STª ANTÓNIO DOS CAVALEIROS	07.01.04.07	DEA	3º T./98	4º T./31	8 500,00	8 500,00	0,00	0,00	200 000,00	500 000,00	250 000,00	0,00
244	11.02.24	- ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DE PINTÉUS (ZA)	07.01.04.07	DEA	1º T./30	4º T./31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100 000,00	100 000,00	0,00
244	11.02.26	- SUBSTITUIÇÃO DE CONDUTAS DE ÁGUA NA EN8 ENTRE OLIVAL DE BASTO E A PÓVOA DE SANTO ADRIÃO - ODIVELAS	07.01.04.07	DEA	4º T./01	4º T./31	0,00	0,00	0,00	100 000,00	200 000,00	200 000,00	200 000,00	0,00

SIMAR

SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DE LOURES E ODIVELAS

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

ANO

ALTERAÇÃO PERMUTATIVA Nº

ALTERAÇÃO MODIFICATIVA Nº 1

EUROS

OBJE-TIVO	Nº PROJETO	DESIGNAÇÃO DO PROJETO	CÓD.CLAS.ECON.	RESPONSÁVEL	PAGAMENTOS									MODIFICAÇÃO
					INÍCIO	FIM	2026		PERÍODOS SEGUINTES					
							DOTAÇÃO ATUAL	DOTAÇÃO CORRIGIDA	2027	2028	2029	2030	OUTROS	(+/-)
(1)	(2)	(3)			(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)=(7)-(6)
044	11.02.27	- SUBSTITUIÇÃO DE CONDUTAS DE ÁGUA NA EN 8 ENTRE A NOVA DE STª ADRIÃO E LOURES - LOURES	07.01.04.07	DEA	4º T./01	4º T./31	0,00	0,00	0,00	100 000,00	200 000,00	200 000,00	200 000,00	0,00
044	11.02.40	- RESERVATÓRIO E CONDUTAS ADUTORA E DISTRIBUIDORA DO INFANTADO	07.01.04.07	DEA	1º T./20	4º T./31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50 000,00	0,00
044	11.02.41	- RESERVATÓRIO, CONDUTAS ADUTORA E DISTRIBUIDORA E ESTAÇÃO ELEVATÓRIA NA MANJOEIRA/ PINTÉUS (ZM)	07.01.04.07	DEA	1º T./29	4º T./31	0,00	0,00	0,00	0,00	50 000,00	100 000,00	100 000,00	0,00
044	11.02.43	- TELEGESTÃO DA ZONA NORTE	07.01.04.07	DEA	1º T./15	4º T./31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20 000,00	20 000,00	0,00
044	11.02.44	- REMODELAÇÃO DA ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DE STº ANTÓNIO DOS CAVALEIROS	07.01.04.07	DEA	1º T./28	4º T./31	0,00	0,00	0,00	100 000,00	500 000,00	500 000,00	200 000,00	0,00
044	11.02.46	- REMODELAÇÃO DA CONDUTA ADUTORA EN 115	07.01.04.07	DEA	1º T./29	4º T./31	0,00	0,00	0,00	0,00	100 000,00	300 000,00	300 000,00	0,00
044	11.02.47	- REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DE A-DAS-LEBRES ZB	07.01.04.07	DEA	1º T./29	4º T./31	0,00	0,00	0,00	0,00	50 000,00	100 000,00	100 000,00	0,00
TOTAL PROJETO - 02							**60 500,00**	**60 500,00**	**700 000,00**	**1 000 000,00**	**2 000 000,00**	**2 520 000,00**	**1 820 000,00**	**0,00**
044	**11.04**	**- CAMARATE / UNHOS / APELAÇÃO (LOURES)**												
044	11.04.03	- RESERVATÓRIO DE CAMARATE (ZA), EST. ELEV. CAMARATE (ZB/ZA) E COND.ELEVATÓRIA (ZB/ZA)	07.01.04.07	DEA	1º T./29	4º T./31	0,00	0,00	0,00	0,00	100 000,00	500 000,00	300 000,00	0,00
044	11.04.07	- AMPLIAÇÃO E REFORÇO DA REDE DA ZONA ALTA/ CATUJAL	07.01.04.07	DEA	1º T./27	4º T./31	0,00	0,00	250 000,00	250 000,00	250 000,00	250 000,00	250 000,00	0,00
044	11.04.08	- RESERVATÓRIO DO CATUJAL (Z.M.)	07.01.04.07	DEA	1º T./29	4º T./31	0,00	0,00	0,00	0,00	75 000,00	250 000,00	250 000,00	0,00
044	11.04.11	- REMODELAÇÃO DA ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DO GALVÃO	07.01.04.07	DEA	1º T./28	4º T./30	0,00	0,00	0,00	75 000,00	100 000,00	250 000,00	0,00	0,00
044	11.04.13	- RESERVATÓRIO ELEVADO, CONDUTA ELEVATÓRIA E DISTRIBUIDORA E ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DO CATUJAL	07.01.04.07	DEA	1º T./30	4º T./31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100 000,00	300 000,00	0,00
044	11.04.14	- SUBSTITUIÇÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE CAMARATE	07.01.04.07	DEA	1º T./18	4º T./31	0,00	0,00	100 000,00	150 000,00	250 000,00	250 000,00	250 000,00	0,00
044	11.04.15	- ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DE CAMARATE (ZA) - CAMARATE (ZS)	07.01.04.07	DEA	1º T./30	4º T./31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75 000,00	250 000,00	0,00
044	11.04.16	- REMODELAÇÃO DA CONDUTA DISTRIBUIDORA A UNHOS	07.01.04.07	DEA	1º T./27	4º T./31	0,00	0,00	75 000,00	250 000,00	250 000,00	250 000,00	250 000,00	0,00
TOTAL PROJETO - 04							**0,00**	**0,00**	**425 000,00**	**725 000,00**	**1 025 000,00**	**1 925 000,00**	**1 850 000,00**	**0,00**
044	**11.05**	**- SACAVÉM, PORTELA E PRIOR VELHO**												
044	11.05.02	- RESERVATÓRIO DO PRIOR VELHO	07.01.04.07	DEA	1º T./30	4º T./31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100 000,00	250 000,00	0,00
044	11.05.03	- REMODELAÇÃO DA REDE DE ABAST. A SACAVÉM - 1ª FASE	07.01.04.07	DEA	3º T./94	4º T./31	0,00	0,00	0,00	0,00	100 000,00	250 000,00	250 000,00	0,00
044	11.05.05	- ESTAÇÃO ELEVATÓRIA ANEXA AO RESERVATÓRIO DA PORTELA	07.01.04.07	DEA	1º T./30	4º T./31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20 000,00	50 000,00	0,00
044	11.05.13	- SUBSTITUIÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM PRIOR VELHO	07.01.04.07	DEA	1º T./28	4º T./31	0,00	0,00	0,00	100 000,00	250 000,00	250 000,00	250 000,00	0,00
044	11.05.14	- SUBSTITUIÇÃO DA CONDUTA ADUTORA AO RESERVATÓRIO DA PORTELA	07.01.04.07	DEA	1º T./26	4º T./28	0,00	0,00	900 000,00	300 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL PROJETO - 05							**0,00**	**0,00**	**900 000,00**	**400 000,00**	**350 000,00**	**620 000,00**	**800 000,00**	**0,00**

SIMAR

SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DE LOURES E ODIVELAS

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

ANO

ALTERAÇÃO PERMUTATIVA Nº

ALTERAÇÃO MODIFICATIVA Nº 1

EUROS

OBJE-TIVO	Nº PROJETO	DESIGNAÇÃO DO PROJETO	CÓD.CLAS.ECON.	RESPONSÁVEL	PAGAMENTOS								MODIFICAÇÃO
					INÍCIO	FIM	2026		PERÍODOS SEGUINTES				
							DOTAÇÃO ATUAL	DOTAÇÃO CORRIGIDA	2027	2028	2029	2030	OUTROS	(+/-)
(1)	(2)	(3)			(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)=(7)-(6)
244	11.07	- STª IRIA AZOIA / S.JOÃO DA TALHA (LOURES)												
244	11.07.09	- REFORÇO DE ABASTECIMENTO A BOBADELA	07.01.04.07	DEA	3º T./07	4º T./31	0,00	0,00	100 000,00	250 000,00	250 000,00	250 000,00	250 000,00	0,00
244	11.07.11	- SUBSTITUIÇÃO DE CONDUTAS EM STª IRIA	07.01.04.07	DEA	1º T./27	4º T./31	0,00	0,00	100 000,00	250 000,00	250 000,00	250 000,00	250 000,00	0,00
244	11.07.12	- SUBSTITUIÇÃO DE CONDUTAS EM S. JOÃO DA TALHA	07.01.04.07	DEA	1º T./25	4º T./31	74 000,00	74 000,00	100 000,00	250 000,00	250 000,00	250 000,00	250 000,00	0,00
		TOTAL PROJETO - 07					**74 000,00**	**74 000,00**	**300 000,00**	**750 000,00**	**750 000,00**	**750 000,00**	**750 000,00**	**0,00**
244	11.08	- BUCELAS												
244	11.08.02	- SUBSTITUIÇÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO EM BUCELAS	07.01.04.07	DEA	3º T./07	4º T./31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250 000,00	0,00
244	11.08.18	- CONSTRUÇÃO RESERVATÓRIO DO CABEÇO DA ROSA - BUCELAS	07.01.04.07	DEA	2º T./19	4º T./31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100 000,00	0,00
244	11.08.19	- CONDUTA DISTRIBUIDORA CABEÇO DA ROSA - BUCELAS	07.01.04.07	DEA	2º T./19	4º T./31	0,00	0,00	0,00	0,00	100 000,00	300 000,00	300 000,00	0,00
244	11.08.20	- REMODELAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO A TORRE DOS TROTES - MURTEIRA	07.01.04.07	DEA	1º T./24	4º T./31	224 000,00	224 000,00	150 000,00	300 000,00	600 000,00	600 000,00	200 000,00	0,00
		TOTAL PROJETO - 08					**224 000,00**	**224 000,00**	**150 000,00**	**300 000,00**	**700 000,00**	**900 000,00**	**850 000,00**	**0,00**
244	11.11	- SISTEMAS DE ABASTECIMENTO GERAL												
244	11.11.02	- OUTRAS OBRAS	07.01.04.07	DEA	....	....	125 000,00	125 000,00	200 000,00	400 000,00	600 000,00	600 000,00	400 000,00	0,00
244	11.11.03	- AUMENTO OU REDUÇÃO DE POTÊNCIA DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	07.01.13	DRAL	....	....	10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	0,00
244	11.11.04	- PROLONGAMENTOS E RAMAIS	07.01.04.07	DEA	....	....	714 000,00	713 000,00	900 000,00	800 000,00	1 100 000,00	500 000,00	200 000,00	- 1 000,00
244	11.11.10	- SUBSTITUIÇÃO DE CONDUTAS	07.01.04.07	DEA	1º T./13	4º T./31	889 000,00	889 000,00	500 000,00	600 000,00	800 000,00	800 000,00	400 000,00	0,00
244	11.11.13	- CONTROLO DE CONSUMOS EM ZONAS DE MONOTORIZAÇÃO E CONTROLO	07.01.04.07	DEA	2º T./16	4º T./31	500,00	500,00	50 000,00	50 000,00	50 000,00	50 000,00	50 000,00	0,00
244	11.11.14	- BENEFICIAÇÕES DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	07.01.04.07	DEA	1º T./26	4º T./31	576 000,00	576 000,00	500 000,00	100 000,00	800 000,00	800 000,00	300 000,00	0,00
244	11.11.15	- DESATIVAÇÃO DE CONDUTAS	07.01.04.07	DEA	1º T./26	4º T./31	200 000,00	200 000,00	650 000,00	300 000,00	400 000,00	400 000,00	300 000,00	0,00
244	11.11.16	- BENEFICIAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE ÁGUA	07.01.04.07	DEA	1º T./27	4º T./31	0,00	0,00	50 000,00	50 000,00	50 000,00	50 000,00	50 000,00	0,00
		TOTAL PROJETO - 11					**2 514 500,00**	**2 513 500,00**	**2 860 000,00**	**2 310 000,00**	**3 810 000,00**	**3 210 000,00**	**1 710 000,00**	**- 1 000,00**
		TOTAL PROGRAMA - 01					**3 257 600,00**	**3 440 600,00**	**10 260 000,00**	**11 135 000,00**	**13 704 125,00**	**14 675 000,00**	**10 293 116,00**	**183 000,00**
244	12	- TRATAMENTO E CONTROLE DA QUALIDADE												
244	12.01	- EQUIPAMENTO PARA TRATAMENTO E CONTROLE DA QUALIDADE												
244	12.01.01	- EQUIPAMENTO LABORATÓRIO	07.01.10.02	DLQ	....	....	106 500,00	106 500,00	100 000,00	50 000,00	20 000,00	20 000,00	0,00	0,00
244	12.01.02	- EQUIPAMENTO PARA REFORÇO DO TRATAMENTO DA ÁGUA	07.01.10.02	DLQ	....	....	13 000,00	13 000,00	40 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00	0,00	0,00
		TOTAL PROJETO - 01					**119 500,00**	**119 500,00**	**140 000,00**	**70 000,00**	**40 000,00**	**40 000,00**	**0,00**	**0,00**
		TOTAL PROGRAMA - 02					**119 500,00**	**119 500,00**	**140 000,00**	**70 000,00**	**40 000,00**	**40 000,00**	**0,00**	**0,00**

SIMAR

SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DE LOURES E ODIVELAS

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

ANO

ALTERAÇÃO PERMUTATIVA Nº

ALTERAÇÃO MODIFICATIVA Nº 1

EUROS

OBJE-TIVO	Nº PROJETO	DESIGNAÇÃO DO PROJETO	CÓD.CLAS.ECON.	RESPONSÁVEL	PAGAMENTOS								MODIFICAÇÃO
					INÍCIO	FIM	2026		PERÍODOS SEGUINTES				
							DOTAÇÃO ATUAL	DOTAÇÃO CORRIGIDA	2027	2028	2029	2030	OUTROS	(+/-)
(1)	(2)	(3)			(4)	(5)	(6)	(7)	(9)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)=(7)-(6)
044	13	- ESTUDOS GERAIS												
044	13.01	- ESTUDOS E PROJETOS												
044	13.01.13	- ESTUDOS E PROJETOS DE EXECUÇÃO	07.01.13	DCEP/DRAL	....	....	66 000,00	66 000,00	60 000,00	60 000,00	60 000,00	60 000,00	60 000,00	0,00
TOTAL PROGRAMA - 03							**66 000,00**	**66 000,00**	**60 000,00**	**60 000,00**	**60 000,00**	**60 000,00**	**60 000,00**	**0,00**
044	14	- EQUIPAMENTOS												
044	14.01	- CONTADORES E ACESSÓRIOS DE COMBATE ÀS PERDAS DE ÁGUA	07.01.10.02	DC	....	....	924 000,00	924 000,00	570 000,00	500 000,00	700 000,00	700 000,00	700 000,00	0,00
044	14.02	- TELEMETRIA NO CONCELHO DE LOURES E ODIVELAS	07.01.10.02	DC	....	....	0,00	0,00	70 000,00	70 000,00	70 000,00	70 000,00	0,00	0,00
TOTAL PROJETO - 01							**924 000,00**	**924 000,00**	**640 000,00**	**570 000,00**	**770 000,00**	**770 000,00**	**700 000,00**	**0,00**
044	14.03	- EQUIPAMENTO BÁSICO												
044	14.03.01	- EQUIPAMENTO DIVERSO	07.01.10.02	DEA/DRAL	....	....	238 400,00	238 400,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	60 000,00	0,00
TOTAL PROJETO - 03							**238 400,00**	**238 400,00**	**100 000,00**	**100 000,00**	**100 000,00**	**100 000,00**	**60 000,00**	**0,00**
TOTAL PROGRAMA - 04							**1 162 400,00**	**1 162 400,00**	**740 000,00**	**670 000,00**	**870 000,00**	**870 000,00**	**760 000,00**	**0,00**
TOTAL ÁGUA DE ABASTECIMENTO							**4 605 500,00**	**4 788 500,00**	**11 200 000,00**	**11 935 000,00**	**14 674 125,00**	**15 645 000,00**	**11 113 116,00**	**183 000,00**

ÁGUAS RESIDUAIS

SIMAR

SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DE LOURES E ODIVELAS

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

ANO: 2026

ALTERAÇÃO PERMUTATIVA Nº:

ALTERAÇÃO MODIFICATIVA Nº: 1

EUROS

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	CÓDIDO DO OBJETIVO/PROGRAMA	PROGRAMA	PAGAMENTOS							MODIFICAÇÃO
			2026		PERÍODOS SEGUINTES					
			DOTAÇÃO ATUAL	DOTAÇÃO CORRIGIDA	2027	2028	2029	2030	OUTROS	(+/-)
			(6)	(7)	(18)	(19)	(20)	(21)	(22)	(13)=(7)-(6)
243	21	- CONSTRUÇÃO E REMODELAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS	2 820 500,00	2 820 500,00	2 760 000,00	3 117 921,00	3 268 138,00	3 108 312,00	5 049 365,00	0,00
243	23	- ESTUDOS GERAIS	0,00	0,00	50 000,00	50 000,00	50 000,00	50 000,00	0,00	0,00
243	24	- EQUIPAMENTOS	26 500,00	26 500,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00	0,00
TOTAL ÁGUAS RESIDUAIS			**2 847 000,00**	**2 847 000,00**	**2 830 000,00**	**3 187 921,00**	**3 338 138,00**	**3 178 312,00**	**5 069 365,00**	**0,00**

SIMAR

SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DE LOURES E ODIVELAS

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

ANO

ALTERAÇÃO PERMUTATIVA Nº

ALTERAÇÃO MODIFICATIVA Nº 1

EUROS

OBJE-TIVO	Nº PROJETO	DESIGNAÇÃO DO PROJETO	CÓD.CLAS.ECON.	RESPONSÁVEL	PAGAMENTOS								MODIFICAÇÃO
					INÍCIO	FIM	2026		PERÍODOS SEGUINTES				
							DOTAÇÃO ATUAL	DOTAÇÃO CORRIGIDA	2027	2028	2029	2030	OUTROS	(+/-)
(1)	(2)	(3)			(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)=(7)-(6)
043	21	**- CONSTRUÇÃO E REMODELAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS**												
043	21.01	**- SUB-SISTEMA DE FRIELAS**												
043	21.01.06	- SISTEMA DE ESGOTOS DA PONTINHA	07.01.04.02	DEA	3º T./00	4º T./31	0,00	0,00	0,00	0,00	100 000,00	100 000,00	400 000,00	0,00
043	21.01.15	- CONSTRUÇÃO DO SISTEMA MONTEMOR/LOURES - CONCLUSÃO E REABILITAÇÃO DA REDE DE MONTEMOR E FUNCHEIRA E LIGAÇÃO AO EIXO DE LOUSA	07.01.04.02	DEA		4º T./31	0,00	0,00	100 000,00	150 000,00	0,00	0,00	200 000,00	0,00
043	21.01.24	- BENEFICIAÇÃO / REABILITAÇÃO DA REDE STº ANTÓNIO CAVALEIROS	07.01.04.02	DEA	1º T./28	4º T./31	0,00	0,00	0,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	300 000,00	0,00
043	21.01.56	- LIGAÇÃO DAS ÁGUAS RESÍDUAIS DOMÉSTICAS DE FREIXEIRA - LOUSA	07.01.04.02	DEA	1º T./22	4º T./29	0,00	0,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	0,00	0,00	0,00
043	21.01.68	- REMODELAÇÃO DA REDE DE ÁGUAS RESIDUAIS NA CIDADE DE LOURES	07.01.04.02	DEA	1º T./11	4º T./29	0,00	0,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	0,00	0,00	0,00
043	21.01.77	- REMODELAÇÃO DO COLETOR NA RUA HERÓIS DE CHAIMITE	07.01.04.02	DEA	1º T./27	4º T./29	0,00	0,00	200 000,00	200 000,00	200 000,00	0,00	0,00	0,00
043	21.01.79	- EXECUÇÃO DE COLETOR EM GUERREIROS	07.01.04.02	DEA	1º T./29	4º T./31	0,00	0,00	0,00	0,00	100 000,00	100 000,00	600 000,00	0,00
043	21.01.83	- DESATIVAÇÃO DA FOSSA DE MONINHOS	07.01.04.02	DEA	1º T./21	4º T./26	11 000,00	11 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
043	21.01.84	- DESATIVAÇÃO DA ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DE ÁGUAS RESIDUAIS DO INFANTADO	07.01.04.02	DEA	1º T./27	4º T./28	0,00	0,00	200 000,00	100 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
043	21.01.85	- EXECUÇÃO DE REDE NA QUINTA DA VÁRZEA	07.01.04.02	DEA	1º T./16	4º T./31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100 000,00	600 000,00	0,00
043	21.01.87	- LIGAÇÃO DA POVOAÇÃO DO CARRASCAL AO INTERCEPTOR DE LOUSA	07.01.04.02	DEA	1º T./26	4º T./30	0,00	0,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	0,00	0,00
043	21.01.88	- EXECUÇÃO DE COLETOR EM MONTEMOR	07.01.04.02	DEA	1º T./27	4º T./28	0,00	0,00	100 000,00	100 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
043	21.01.89	- DESATIVAÇÃO DA FOSSA DE FAMÕES	07.01.04.02	DEA	1º T./28	4º T./29	0,00	0,00	0,00	100 000,00	100 000,00	0,00	0,00	0,00
043	21.01.90	- EXECUÇÃO DE COLETOR ESTRADA LUGAR D'ALEM	07.01.04.02	DEA	1º T./30	4º T./31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100 000,00	400 000,00	0,00
043	21.01.91	- REMODELAÇÃO DE COLETORES NA POVOA DE STº ADRIÃO	07.01.04.02	DEA	1º T./25	4º T./31	8 500,00	8 500,00	300 000,00	300 000,00	300 000,00	670 215,00	600 000,00	0,00
		TOTAL PROJETO - 01					**19 500,00**	**19 500,00**	**1 200 000,00**	**1 350 000,00**	**1 200 000,00**	**1 270 215,00**	**3 100 000,00**	**0,00**
043	21.02	**- SUB-SISTEMA DE SÃO JOÃO DA TALHA**												
043	21.02.15	- REMODELAÇÃO DA REDE EM SÃO JOÃO DA TALHA	07.01.04.02	DEA	1º T./28	4º T./29	0,00	0,00	0,00	100 000,00	100 000,00	0,00	0,00	0,00
043	21.02.17	- EXECUÇÃO DE COLETOR NA AV. BRASILIA (SUB-SISTEMA S.J.TALHA)	07.01.04.02	DEA	1º T./27	4º T./29	0,00	0,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	0,00	0,00	0,00
		TOTAL PROJETO - 02					**0,00**	**0,00**	**100 000,00**	**200 000,00**	**200 000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

SIMAR

SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DE LOURES E ODIVELAS

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

ANO

ALTERAÇÃO PERMUTATIVA Nº

ALTERAÇÃO MODIFICATIVA Nº 1

EUROS

OBJE-TIVO	Nº PROJETO	DESIGNAÇÃO DO PROJETO	CÓD.CLAS.ECON.	RESPONSÁVEL	PAGAMENTOS									MODIFICAÇÃO
					INÍCIO	FIM	2026		PERÍODOS SEGUINTES					
							DOTAÇÃO ATUAL	DOTAÇÃO CORRIGIDA	2027	2028	2029	2030	OUTROS	(+/-)
(1)	(2)	(3)			(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)=(7)-(6)
43	**21.03**	**- SUB-SISTEMA DE BEIROLAS**												
43	21.03.20	- REMODELAÇÃO DO SISTEMA DE TELEGESTÃO E TELEMEDIDA DOS COLETORES DO SUB-SISTEMA DE BEIROLAS	07.01.04.02	DEA	1º T./28	4º T./29	0,00	0,00	0,00	50 000,00	50 000,00	0,00	0,00	0,00
43	21.03.21	- SEPARAÇÃO DE COLETORES DOMÉSTICOS E PLUVIAIS NO SUB-SISTEMA DE BEIROLAS	07.01.04.02	DEA	1º T./21	4º T./31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	339 365,00	0,00
43	21.03.27	- SUBSTITUIÇÃO DOS COLETORES DA AV. BRASÍLIA - APELAÇÃO	07.01.04.02	DEA	2º T./17	4º T./28	0,00	0,00	100 000,00	100 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43	21.03.28	- EXECUÇÃO DE EMISSÁRIO EM UNHOS	07.01.04.02	DEA	1º T./19	4º T./27	0,00	0,00	100 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43	21.03.29	- EXECUÇÃO DE EMISSÁRIO EM CAMARATE	07.01.04.02	DEA	1º T./29	4º T./31	0,00	0,00	0,00	0,00	100 000,00	100 000,00	300 000,00	0,00
		TOTAL PROJETO - 03					**0,00**	**0,00**	**200 000,00**	**150 000,00**	**150 000,00**	**100 000,00**	**639 365,00**	**0,00**
43	**21.04**	**-SISTEMAS DE DRENAGEM / GERAL**												
43	21.04.02	- OUTRAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO E REABILITAÇÃO	07.01.04.02	DEA	....	....	2 441 000,00	2 441 000,00	800 000,00	1 000 000,00	908 138,00	928 097,00	700 000,00	0,00
43	21.04.03	- CONSTRUÇÃO DE RAMAIS E PROLONGAMENTOS DE REDE	07.01.04.02	DEA	....	....	350 000,00	350 000,00	450 000,00	357 921,00	700 000,00	700 000,00	300 000,00	0,00
43	21.04.05	- RAMAIS DE ELETRICIDADE	07.01.13	DRAL	....	....	10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	0,00
43	21.04.06	- TELEGESTÃO DE ÁGUAS RESIDUAIS	07.01.04.02	DEA	1º T./16	4º T./28	0,00	0,00	0,00	50 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		TOTAL PROJETO - 04					**2 801 000,00**	**2 801 000,00**	**1 260 000,00**	**1 417 921,00**	**1 618 138,00**	**1 638 097,00**	**1 010 000,00**	**0,00**
43	**21.05**	**- SUB-SISTEMA DE BUCELAS**												
43	21.05. 09	- RENOVAÇÃO / REMODELAÇÃO DAS REDES DE DRENAGEM DA FREGUESIA DE BUCELAS	07.01.04.02	DEA	1º T./29	4º T./31	0,00	0,00	0,00	0,00	100 000,00	100 000,00	300 000,00	0,00
		TOTAL PROJETO - 05					**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**100 000,00**	**100 000,00**	**300 000,00**	**0,00**
		TOTAL PROGRAMA - 01					**2 820 500,00**	**2 820 500,00**	**2 760 000,00**	**3 117 921,00**	**3 268 138,00**	**3 108 312,00**	**5 049 365,00**	**0,00**
43	**23**	**- ESTUDOS GERAIS**												
43	**23.01**	**- ESTUDOS E PROJETOS**												
43	23.01.01	- ESTUDOS E PROJETOS DE EXECUÇÃO	07.01.13	DCEP	....	....	0,00	0,00	50 000,00	50 000,00	50 000,00	50 000,00	0,00	0,00
		TOTAL PROGRAMA - 04					**0,00**	**0,00**	**50 000,00**	**50 000,00**	**50 000,00**	**50 000,00**	**0,00**	**0,00**
43	**24**	**- EQUIPAMENTOS**												
43	**24.01**	**- EQUIPAMENTO / OBRAS E LIMPEZA DE COLETORES**												
43	24.01.01	- EQUIPAMENTO BÁSICO	07.01.10.02	DEA/DRAL	....	....	26 000,00	26 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00	0,00
43	24.01.02	- VIATURAS PESADAS	07.01.06.02	DEA	....	....	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		TOTAL PROGRAMA - 04					**26 500,00**	**26 500,00**	**20 000,00**	**20 000,00**	**20 000,00**	**20 000,00**	**20 000,00**	**0,00**
		TOTAL ÁGUAS RESIDUAIS					**2 847 000,00**	**2 847 000,00**	**2 830 000,00**	**3 187 921,00**	**3 338 138,00**	**3 178 312,00**	**5 069 365,00**	**0,00**

ÁGUA / ÁGUAS RESIDUAIS

SIMAR

SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DE LOURES E ODIVELAS

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

ANO

ALTERAÇÃO PERMUTATIVA Nº

ALTERAÇÃO MODIFICATIVA Nº 1

EUROS

OBJE-TIVO	Nº PROJETO	DESIGNAÇÃO DO PROJETO	CÓD.CLAS.ECON.	RESPONSÁVEL	PAGAMENTOS								MODIFICAÇÃO
					INÍCIO	FIM	2026		PERÍODOS SEGUINTES				
							DOTAÇÃO ATUAL	DOTAÇÃO CORRIGIDA	2027	2028	2029	2030	OUTROS	(+/-)
(1)	(2)	(3)			(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)=(7)-(6)
430	41.05	- ESTUDOS GERAIS												
430	41.05.01	- ESTUDOS E PROJETOS DE EXECUÇÃO	07.01.13	DECEP	....		100 000,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	0,00
TOTAL PROJETO - 05							100 000,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	0,00
TOTAL PROGRAMA - 01							100 000,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	0,00
430	43	- OUTROS												
430	43.01	- REPOSIÇÃO DE PAVIMENTOS	07.01.04.13	DEA	....	....	446 000,00	446 000,00	400 000,00	400 000,00	400 000,00	400 000,00	700 000,00	0,00
TOTAL PROGRAMA - 03							446 000,00	446 000,00	400 000,00	400 000,00	400 000,00	400 000,00	700 000,00	0,00
TOTAL ÁGUA/ÁGUAS RESIDUAIS							546 000,00	546 000,00	500 000,00	500 000,00	500 000,00	500 000,00	800 000,00	0,00

RESÍDUOS URBANOS

SIMAR

SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DE LOURES E ODIVELAS

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

ANO: 2026

ALTERAÇÃO PERMUTATIVA Nº:

ALTERAÇÃO MODIFICATIVA Nº: 1

EUROS

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	CÓDIDO DO OBJETIVO/PROGRAMA	PROGRAMA	PAGAMENTOS							MODIFICAÇÃO
			2026		PERÍODOS SEGUINTES					
			DOTAÇÃO ATUAL	DOTAÇÃO CORRIGIDA	2027	2028	2029	2030	OUTROS	(+/-)
			(6)	(7)	(18)	(19)	(20)	(21)	(22)	(13)=(7)-(6)
245	51	- DEPOSIÇÃO / RECOLHA DE RESÍDUOS URBANOS	1 089 900,00	1 090 900,00	1 440 500,00	1 419 400,00	678 000,00	331 000,00	309 200,00	1 000,00
245	53	- RECICLAGEM	0,00	0,00	920 000,00	800 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
245	54	- ESTUDOS	500,00	500,00	106 000,00	35 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
245	58	- EQUIPAMENTOS	62 000,00	62 000,00	160 390,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
245	59	- RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS URBANOS	1 749 800,00	1 749 800,00	1 610 000,00	200 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RESÍDUOS URBANOS			**2 902 200,00**	**2 903 200,00**	**4 236 890,00**	**2 454 400,00**	**678 000,00**	**331 000,00**	**309 200,00**	**1 000,00**

SIMAR

SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DE LOURES E ODIVELAS

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

ANO

ALTERAÇÃO PERMUTATIVA Nº

ALTERAÇÃO MODIFICATIVA Nº 1

EUROS

OBJE-TIVO (1)	Nº PROJETO (2)	DESIGNAÇÃO DO PROJETO (3)	CÓD.CLAS.ECON.	RESPONSÁVEL	PAGAMENTOS								MODIFICAÇÃO (+/-) (12)=(7)-(6)
					INÍCIO (4)	FIM (5)	2026		PERÍODOS SEGUINTES				
							DOTAÇÃO ATUAL (6)	DOTAÇÃO CORRIGIDA (7)	2027 (8)	2028 (9)	2029 (10)	2030 (11)	OUTROS (12)
245	**51**	**- DEPOSIÇÃO / RECOLHA DE RESÍDUOS URBANOS**											
245	**51.01**	**- EQUIPAMENTOS**											
245	51.01.01	- EQUIPAMENTO DE DEPOSIÇÃO INDEFERENCIADA - CONTENTORES	07.01.10.01	DRAL	....	....	412 500,00	412 500,00	700 000,00	700 000,00	220 000,00	220 000,00	220 000,00	0,00
245	51.01.05	- OBRAS NO ÂMBITO DOS RESÍDUOS URBANOS	07.01.10.02	DRAL	....	....	5 000,00	5 000,00	100 000,00	50 000,00	25 000,00	25 000,00	25 000,00	0,00
245	51.01.06	- EQUIPAMENTO DE DEPOSIÇÃO - RECOLHA PORTA A PORTA	07.01.10.01	DRAL	....	....	137 100,00	137 100,00	159 500,00	144 500,00	85 000,00	25 000,00	0,00	0,00
245	51.01.07	- EQUIPAMENTO DE DEPOSIÇÃO SELETIVA	07.01.10.01	DRAL	....	....	1 000,00	1 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
245	51.01.10	- EQUIPAMENTO DE DEPOSIÇÃO - BIORRESÍDUOS	07.01.10.01	DRAL	....	....	534 300,00	535 300,00	481 000,00	524 900,00	348 000,00	61 000,00	64 200,00	1 000,00
TOTAL PROGRAMA - 01							**1 089 900,00**	**1 090 900,00**	**1 440 500,00**	**1 419 400,00**	**678 000,00**	**331 000,00**	**309 200,00**	**1 000,00**
	53	**- RECICLAGEM**											
245	**53.03**	**- ECOCENTROS**											
245	53.03.01	- CONSTRUÇÃO DE ECOCENTROS	07.01.04.13	DRAL	....	....	0,00	0,00	920 000,00	800 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL PROJETO - 03							**0,00**	**0,00**	**920 000,00**	**800 000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL PROGRAMA - 03							**0,00**	**0,00**	**920 000,00**	**800 000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
245	**54**	**- ESTUDOS**											
245	**54.01**	**- ESTUDOS GERAIS**											
245	54.01.01	- ESTUDOS NO ÂMBITO DOS RESÍDUOS URBANOS	07.01.13	DRAL	....	....	500,00	500,00	105 000,00	35 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
245	54.01.03	- PLANO INTERMUNICIPAL DE RESIDUOS URBANOS	07.01.13	DRAL	....	....	0,00	0,00	1 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL PROGRAMA - 04							**500,00**	**500,00**	**106 000,00**	**35 000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
245	**58**	**- EQUIPAMENTOS**											
245	**58.02**	**- OUTROS EQUIPAMENTOS**	07.01.10.02	DRAL	....	....	62 000,00	62 000,00	160 390,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL PROGRAMA - 08							**62 000,00**	**62 000,00**	**160 390,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
245	**59**	**- RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS URBANOS**											
245	**59.01**	**- EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE**											
245	59.01.01	- VIATURAS PESADAS	07.01.06.01	DRAL	....	....	1 749 700,00	1 749 700,00	1 610 000,00	200 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
245	59.01.02	- VIATURAS LIGEIRAS	07.01.06.01	DRAL	....	....	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL PROGRAMA - 09							**1 749 800,00**	**1 749 800,00**	**1 610 000,00**	**200 000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL RESÍDUOS URBANOS							**2 902 200,00**	**2 903 200,00**	**4 236 890,00**	**2 454 400,00**	**678 000,00**	**331 000,00**	**309 200,00**	**1 000,00**

SERVIÇOS COMPLEMENTARES

SIMAR

SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DE LOURES E ODIVELAS

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

ANO: 2026

ALTERAÇÃO PERMUTATIVA Nº:

ALTERAÇÃO MODIFICATIVA Nº: 1

EUROS

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	CÓDIDO DO OBJETIVO/PROGRAMA	PROGRAMA	PAGAMENTOS							MODIFICAÇÃO
			2026		PERÍODOS SEGUINTES					
			DOTAÇÃO ATUAL	DOTAÇÃO CORRIGIDA	2027	2028	2029	2030	OUTROS	(+/-)
			(6)	(7)	(18)	(19)	(20)	(21)	(22)	(13)=(7)-(6)
430	31	- INSTALAÇÕES	926 100,00	926 100,00	1 142 000,00	810 000,00	758 000,00	758 000,00	758 000,00	0,00
430	32	- TERRENOS	0,00	0,00	1 000,00	1 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
430	33	- EQUIPAMENTO E MAQUINARIA	423 200,00	423 200,00	1 053 100,00	293 100,00	348 600,00	148 600,00	148 500,00	0,00
TOTAL SERVIÇOS COMPLEMENTARES			**1 349 300,00**	**1 349 300,00**	**2 196 100,00**	**1 104 100,00**	**1 106 600,00**	**906 600,00**	**906 500,00**	**0,00**

SIMAR

SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DE LOURES E ODIVELAS

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

ANO:

ALTERAÇÃO PERMUTATIVA Nº:

ALTERAÇÃO MODIFICATIVA Nº: 1

EUROS

OBJE-TIVO	Nº PROJETO	DESIGNAÇÃO DO PROJETO	CÓD.CLAS.ECON.	RESPONSÁVEL	PAGAMENTOS									MODIFICAÇÃO
					INÍCIO	FIM	2026		PERÍODOS SEGUINTES					
							DOTAÇÃO ATUAL	DOTAÇÃO CORRIGIDA	2027	2028	2029	2030	OUTROS	(+/-)
(1)	(2)	(3)			(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)=(7)-(6)
430	31	- INSTALAÇÕES												
430	31.01	- EDIFÍCIO SEDE												
430	31.01.01	- AQUISICÕES	07.01.03.01	DRAL	....	....	0,00	0,00	1 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
430	31.01.05	- INSTALAÇÕES CONTÍGUAS AO EDIFÍCIO SEDE	07.01.03.01	DRAL	....	....	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	0,00
430	31.01.13	- REMODELAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO EDIFÍCIO SEDE	07.01.03.01	DRAL	1º T./09	4º T./31	13 000,00	13 000,00	110 000,00	110 000,00	60 000,00	60 000,00	60 000,00	0,00
		TOTAL PROJETO - 01					**18 000,00**	**18 000,00**	**116 000,00**	**115 000,00**	**65 000,00**	**65 000,00**	**65 000,00**	**0,00**
430	31.02	- FANQUEIRO												
430	31.02.11	- REMODELAÇÃO / REESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO DA FERRAMENTARIA	07.01.03.01	DRAL	2º T./27	4º T./31	0,00	0,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	0,00
430	31.02.14	- REMODELAÇÃO DAS INSTALAÇÕES	07.01.03.01	DRAL	1º T. /08	4º T./31	45 000,00	45 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	0,00
		TOTAL PROJETO - 02					**45 000,00**	**45 000,00**	**2 000,00**	**2 000,00**	**2 000,00**	**2 000,00**	**2 000,00**	**0,00**
430	31.03	- SETE CASAS												
430	31.03.01	- LABORATÓRIO DE TRATAMENTO E CONTROLO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS	07.01.03.01	DRAL	...	4º T./31	33 500,00	33 500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	0,00
430	31.03.12	- REFEITÓRIO	07.01.03.01	DRAL	1º T./08	4º T./31	40 000,00	40 000,00	2 000,00	2 000,00	2 000,00	2 000,00	2 000,00	0,00
430	31.03.17	- POSTO DE COMBUSTÍVEL	07.01.04.01	DRAL	1º T./08	4º T./27	25 000,00	25 000,00	1 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
430	31.03.19	- INSTALAÇÕES JUNCAL	07.01.03.01	DRAL	2º T./09	4º T./27	237 600,00	237 600,00	330 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
430	31.03.22	- REMODELAÇÃO NAS INSTALAÇÕES DO EDÍFICIO DE TELEGESTÃO	07.01.03.01	DRAL	1º T./18	4º T./31	60 000,00	60 000,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	0,00
430	31.03.23	- REMODELAÇÃO DAS INSTALAÇÕES	07.01.03.01	DRAL	1º T./16	4º T./31	160 500,00	160 500,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	0,00
430	31.03.24	- PARQUE DE ESTACIONAMENTO PARA UTILIZAÇÃO DOS TRABALHADORES	07.01.03.01	DRAL	1º T./25	4º T./26	10 000,00	10 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		TOTAL PROJETO - 03					**566 600,00**	**566 600,00**	**344 000,00**	**13 000,00**	**13 000,00**	**13 000,00**	**13 000,00**	**0,00**
430	31.04	- BALCÕES DE ATENDIMENTO												
430	31.04.02	- BALCÃO DE MOSCAVIDE	07.01.03.01	DRAL	...	...	0,00	0,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	0,00
430	31.04.04	- OUTROS BALCÕES DE ATENDIMENTO	07.01.03.01	DRAL	...	...	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	0,00
		TOTAL PROJETO - 04					**1 000,00**	**1 000,00**	**2 000,00**	**2 000,00**	**2 000,00**	**2 000,00**	**2 000,00**	**0,00**
430	31.05	- OUTROS EDIFÍCIOS												
430	31.05.11	- OUTRAS OBRAS	07.01.03.01	DRAL	...	...	94 600,00	94 600,00	260 000,00	260 000,00	260 000,00	260 000,00	260 000,00	0,00
430	31.05.15	- RAMAIS DE ELETRICIDADE	07.01.13	DRAL	...	...	500,00	500,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	0,00

SIMAR

SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DE LOURES E ODIVELAS

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

ANO

ALTERAÇÃO PERMUTATIVA Nº

ALTERAÇÃO MODIFICATIVA Nº 1

EUROS

OBJE-TIVO	Nº PROJETO	DESIGNAÇÃO DO PROJETO	CÓD.CLAS.ECON.	RESPONSÁVEL	PAGAMENTOS								MODIFICAÇÃO
					INÍCIO	FIM	2026		PERÍODOS SEGUINTES				
							DOTAÇÃO ATUAL	DOTAÇÃO CORRIGIDA	2027	2028	2029	2030	OUTROS	(+/-)
(1)	(2)	(3)			(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)=(7)-(6)
430	31.05.20	- AQUISIÇÃO DE EDIFÍCIOS	07.01.03.01	DRAL	...	...	0,00	0,00	1 000,00	1 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
430	31.05.24	- OBRAS DE REMODELAÇÃO NOS EDIFÍCIOS DOS SERVIÇOS	07.01.03.01	DRAL	...	...	5 000,00	5 000,00	30 000,00	30 000,00	30 000,00	30 000,00	30 000,00	0,00
430	31.05.25	- BENEFICIAÇÕES NOS RESERVATÓRIOS DE ÁGUA POTÁVEL	07.01.04.07	DRAL	...	...	195 400,00	195 400,00	365 000,00	365 000,00	365 000,00	365 000,00	365 000,00	0,00
430	31.05.27	- CONSTRUÇÃO DE ESTALEIRO PARA APOIO A DIVERSAS UNIDADES ORGÂNICAS	07.01.03.01	DRAL	...	...	0,00	0,00	1 000,00	1 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
430	31.05.28	- EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DAS INSTALAÇÕES DOS SIMAR	07.01.10.02	DRAL	...	...	0,00	0,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00	0,00
TOTAL PROJETO - 05							**295 500,00**	**295 500,00**	**678 000,00**	**678 000,00**	**676 000,00**	**676 000,00**	**676 000,00**	**0,00**
TOTAL PROGRAMA - 01							**926 100,00**	**926 100,00**	**1 142 000,00**	**810 000,00**	**758 000,00**	**758 000,00**	**758 000,00**	**0,00**
430	32	- **TERRENOS**												
430	32.01	- TERRENO PARA INSTALAÇÕES	07.01.01	DRAL	....	...	0,00	0,00	1 000,00	1 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL PROGRAMA - 02							**0,00**	**0,00**	**1 000,00**	**1 000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
430	33	- **EQUIPAMENTO E MAQUINARIA**												
430	33.01	- **EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE**												
430	33.01.01	- VIATURAS LIGEIRAS	07.01.06.02 07.02.05	DRAL	...	...	258 200,00	258 200,00	70 000,00	35 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
430	33.01.02	- VIATURAS PESADAS	07.01.06.02 07.02.05	DRAL	...	...	0,00	0,00	270 000,00	70 000,00	200 000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL PROJETO - 01							**258 200,00**	**258 200,00**	**340 000,00**	**105 000,00**	**200 000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
430	33.02	- **MÁQUINAS**												
430	33.02.01	- MÁQUINAS - GERAL	07.01.10.02 07.02.07	DRAL	...	...	0,00	0,00	440 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL AÇÃO - 01							**0,00**	**0,00**	**440 000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
430	33.02.02	- OUTRAS MÁQUINAS	07.01.10.02	DEA/DRAL	...	...	78 600,00	78 600,00	155 500,00	97 500,00	90 000,00	90 000,00	90 000,00	0,00
TOTAL AÇÃO - 02							**78 600,00**	**78 600,00**	**155 500,00**	**97 500,00**	**90 000,00**	**90 000,00**	**90 000,00**	**0,00**
TOTAL PROJETO - 02							**78 600,00**	**78 600,00**	**595 500,00**	**97 500,00**	**90 000,00**	**90 000,00**	**90 000,00**	**0,00**
430	33.03	- **EQUIPAMENTO OFICINAL / FERRAMENTAS**	07.01.11	VÁRIAS U.O.	...	...	86 400,00	86 400,00	117 600,00	90 600,00	58 600,00	58 600,00	58 500,00	0,00
TOTAL PROJETO - 03							**86 400,00**	**86 400,00**	**117 600,00**	**90 600,00**	**58 600,00**	**58 600,00**	**58 500,00**	**0,00**
TOTAL PROGRAMA - 03							**423 200,00**	**423 200,00**	**1 053 100,00**	**293 100,00**	**348 600,00**	**148 600,00**	**148 500,00**	**0,00**
TOTAL SERVIÇOS COMPLEMENTARES							**1 349 300,00**	**1 349 300,00**	**2 196 100,00**	**1 104 100,00**	**1 106 600,00**	**906 600,00**	**906 500,00**	**0,00**

ADMINISTRAÇÃO GERAL

SIMAR

SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DE LOURES E ODIVELAS

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

ANO: 2026

ALTERAÇÃO PERMUTATIVA Nº:

ALTERAÇÃO MODIFICATIVA Nº: 1

EUROS

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	CÓDIDO DO OBJETIVO/PROGRAMA	PROGRAMA	PAGAMENTOS							MODIFICAÇÃO
			2026		PERÍODOS SEGUINTES					
			DOTAÇÃO ATUAL	DOTAÇÃO CORRIGIDA	2027	2028	2029	2030	OUTROS	(+/-)
			(6)	(7)	(18)	(19)	(20)	(21)	(22)	(13)=(7)-(6)
111	33	- EQUIPAMENTO	228 200,00	228 200,00	165 200,00	142 200,00	146 200,00	143 200,00	137 500,00	0,00
111	34	- INFORMÁTICA	328 000,00	328 000,00	421 000,00	415 000,00	365 000,00	345 000,00	345 000,00	0,00
TOTAL ADMINISTRAÇÃO GERAL			**556 200,00**	**556 200,00**	**586 200,00**	**557 200,00**	**511 200,00**	**488 200,00**	**482 500,00**	**0,00**

SIMAR

SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DE LOURES E ODIVELAS

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

ANO

ALTERAÇÃO PERMUTATIVA Nº

ALTERAÇÃO MODIFICATIVA Nº 1

EUROS

OBJE-TIVO (1)	Nº PROJETO (2)	DESIGNAÇÃO DO PROJETO (3)	CÓD.CLAS.ECON.	RESPONSÁVEL	PAGAMENTOS								MODIFICAÇÃO (+/-) (12)=(7)-(6)
					INÍCIO (4)	FIM (5)	2026		PERÍODOS SEGUINTES				
							DOTAÇÃO ATUAL (6)	DOTAÇÃO CORRIGIDA (7)	2027 (8)	2028 (9)	2029 (10)	2030 (11)	OUTROS (12)	
111	33	- EQUIPAMENTO												
111	33.04	- EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO												
111	33.04.01	- MOBILIÁRIO DE ESCRITÓRIO	07.01.09	VÁRIAS U.O.	...	...	18 000,00	18 000,00	11 100,00	11 100,00	11 100,00	11 100,00	11 000,00	0,00
TOTAL AÇÃO - 01							**18 000,00**	**18 000,00**	**11 100,00**	**11 100,00**	**11 100,00**	**11 100,00**	**11 000,00**	**0,00**
111	33.04.02	- EQUIPAMENTO DE ESCRITÓRIO	07.01.09	VÁRIAS U.O.	...	...	50 500,00	50 500,00	52 000,00	32 000,00	32 000,00	32 000,00	30 000,00	0,00
TOTAL AÇÃO - 02							**50 500,00**	**50 500,00**	**52 000,00**	**32 000,00**	**32 000,00**	**32 000,00**	**30 000,00**	**0,00**
111	33.04.03	- EQUIPAMENTO SOCIAL	07.01.09	VÁRIAS U.O.	...	...	67 000,00	67 000,00	38 500,00	39 000,00	39 500,00	40 000,00	33 000,00	0,00
TOTAL AÇÃO - 03							**67 000,00**	**67 000,00**	**38 500,00**	**39 000,00**	**39 500,00**	**40 000,00**	**33 000,00**	**0,00**
TOTAL PROJETO - 04							**135 500,00**	**135 500,00**	**101 600,00**	**82 100,00**	**82 600,00**	**83 100,00**	**74 000,00**	**0,00**
111	33.05	- OUTROS EQUIPAMENTOS	07.01.15	VÁRIAS U.O.	...	...	92 700,00	92 700,00	63 600,00	60 100,00	63 600,00	60 100,00	63 500,00	0,00
TOTAL PROJETO - 05							**92 700,00**	**92 700,00**	**63 600,00**	**60 100,00**	**63 600,00**	**60 100,00**	**63 500,00**	**0,00**
TOTAL PROGRAMA - 03							**228 200,00**	**228 200,00**	**165 200,00**	**142 200,00**	**146 200,00**	**143 200,00**	**137 500,00**	**0,00**
111	34	- INFORMÁTICA												
111	34.01	- INFORMÁTICA GERAL												
111	34.01.01	- HARDWARE / SOFTWARE	07.01.07	GTC	...	...	270 500,00	270 500,00	371 000,00	365 000,00	365 000,00	345 000,00	345 000,00	0,00
111	34.01.02	- SOFTWARE	07.01.08	GTC	...	...	57 500,00	57 500,00	50 000,00	50 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL PROJETO - 01							**328 000,00**	**328 000,00**	**421 000,00**	**415 000,00**	**365 000,00**	**345 000,00**	**345 000,00**	**0,00**
TOTAL PROGRAMA - 04							**328 000,00**	**328 000,00**	**421 000,00**	**415 000,00**	**365 000,00**	**345 000,00**	**345 000,00**	**0,00**
TOTAL ADMINISTRAÇÃO GERAL							**556 200,00**	**556 200,00**	**586 200,00**	**557 200,00**	**511 200,00**	**488 200,00**	**482 500,00**	**0,00**

SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DE LOURES E ODIVELAS

ORÇAMENTO 2026

RESUMO 1ª Alteração Modificativa

(Unidade: euro)

Receitas		Despesas	
Correntes.....	119 536 066,00	Correntes.....	106 748 434,44
Capital.....	647 372,00	Capital.....	14 143 529,00
Total	**120 183 438,00**	**Total .....**	**120 891 963,44**
Saldo da Gerência Anterior.....	708 525,44		
Total geral.....	**120 891 963,44**	**Total geral.....**	**120 891 963,44**

Órgão Executivo

Em de de 2026

Órgão Deliberativo

Em de de 2026

PLANO PLURIANUAL DE ATIVIDADES

1ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA

2026

PPA ORÇAMENTO 2026

SIMAR - Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas

PLANO PLURIANUAL DE ATIVIDADES - Despesas correntes (Aquisição de bens e serviços (rub 02), Outras pensões (01 03 08) e Seguros de acidentes de trabalho (01 03 09))

(nos termos do artº 12º do Decreto Lei nº 127/2012 de 12 de junho, para efeitos de cumprimento da alínea c) do artº 6º da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro e artº 22º do Decreto Lei nº 197/99 de 8 de junho)

(Unid: euro)

Código da classificação económica	Designação	Dotação							Valor total previsto
		Dotação Inicial 2026	Dotação corrigida após 1ª. Alteração Modificativa	Anos seguintes					
				2027	2028	2029	2030	Outros	
			(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)
	ADMINISTRAÇÃO	**150 000,00**	**113 100,00**	**180 000,00**	**190 000,00**	**200 000,00**	**210 000,00**	**220 000,00**	**1 113 100,00**
02 02 20 06	Outros trabalhos especializados - (prestação serviços consultadoria)	150 000,00	113 100,00	180 000,00	190 000,00	200 000,00	210 000,00	220 000,00	1 113 100,00
	DIRETOR DELEGADO	**2 641 736,00**	**2 700 636,00**	**3 182 842,00**	**2 726 127,00**	**2 176 002,00**	**2 151 002,00**	**2 111 002,00**	**15 047 611,00**
	DD	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
02 02 20 06	Outros trabalhos especializados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	GACCG	***40 200,00***	***40 200,00***	***30 200,00***	***23 200,00***	***23 200,00***	***23 200,00***	***23 200,00***	***163 200,00***
02 01 18	Livros e documentação técnica	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	1 200,00
02 02 14	Estudos, pareceres, projetos, consultadoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02 02 20 06	Outros trabalhos especializados - (prestação serviços consultadoria)	40 000,00	40 000,00	30 000,00	23 000,00	23 000,00	23 000,00	23 000,00	162 000,00
	GTIC	***1 705 965,00***	***1 705 965,00***	***2 294 600,00***	***1 878 600,00***	***1 438 600,00***	***1 413 600,00***	***1 413 600,00***	***10 144 965,00***
02 01 01	Matérias primas e subsidiárias	1 000,00	1 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	26 000,00
02 01 04	Limpeza e higiene	0,00	0,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	2 500,00
02 01 08	Material de escritório - (consumíveis informática)	3 000,00	3 000,00	2 000,00	2 000,00	2 000,00	2 000,00	2 000,00	13 000,00
02 01 14	Outro material - peças	1 000,00	1 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	26 000,00
02 02 03	Conservação de bens - *(reparação/manutenção de equipamentos)*	7 600,00	7 600,00	7 000,00	7 000,00	7 000,00	7 000,00	7 000,00	42 600,00
02 02 08	Locação de outros bens	6 411,00	6 411,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	56 411,00

PPA ORÇAMENTO 2026

SIMAR - Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas

PLANO PLURIANUAL DE ATIVIDADES - Despesas correntes (Aquisição de bens e serviços (rub 02), Outras pensões (01 03 08) e Seguros de acidentes de trabalho (01 03 09))

(nos termos do artº 12º do Decreto Lei nº 127/2012 de 12 de junho, para efeitos de cumprimento da alínea c) do artº 6º da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro e artº 22º do Decreto Lei nº 197/99 de 8 de junho)

(Unid: euro)

Código da classificação económica	Designação	Dotação							Valor total previsto
		Dotação Inicial 2026	Dotação corrigida após 1ª. Alteração Modificativa	Anos seguintes					
				2027	2028	2029	2030	Outros	
			(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)
02 02 09	Comunicações - (comunicações integradas, telem., telegestão, rede VPN, Anacom)	481 954,00	481 954,00	528 000,00	528 000,00	275 000,00	250 000,00	250 000,00	2 312 954,00
02 02 14	Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	15 000,00	15 000,00	15 000,00	15 000,00	15 000,00	15 000,00	15 000,00	90 000,00
02 02 20 06	Outros trabalhos especializados - (manutenção sist informát, myAQUA, fotocopiadoras)	1 190 000,00	1 190 000,00	1 722 100,00	1 306 100,00	1 119 100,00	1 119 100,00	1 119 100,00	7 575 500,00
	GIC	***416 951,00***	***416 951,00***	***326 002,00***	***326 002,00***	***326 002,00***	***326 002,00***	***326 002,00***	***2 046 961,00***
02 01 02 99 99	Outros - (Combustíveis e lubrificantes,oleos, gás)	0,00	0,00	*500,00*	*500,00*	500,00	500,00	500,00	2 500,00
02 01 08	Material de escritório	3 000,00	3 000,00	*2 000,00*	*2 000,00*	2 000,00	2 000,00	2 000,00	13 000,00
02 01 15	Prémios, condecorações e ofertas	20 000,00	20 000,00	*30 000,00*	*30 000,00*	30 000,00	30 000,00	30 000,00	170 000,00
02 01 17	Ferramentas e utensílios	0,00	0,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	2 500,00
02 01 21	Outros bens	0,00	0,00	*1,00*	*1,00*	1,00	1,00	1,00	5,00
02 02 03	Conservação de bens - *(reparação/manutenção de equipamentos)*	0,00	0,00	*2 000,00*	*2 000,00*	2 000,00	2 000,00	2 000,00	10 000,00
02 02 08	Locação de outros bens - (aluguer de espaços)	5 000,00	5 000,00	*5 000,00*	*5 000,00*	5 000,00	5 000,00	5 000,00	30 000,00
02 02 09	Comunicações	15 000,00	15 000,00	15 000,00	15 000,00	15 000,00	15 000,00	15 000,00	90 000,00
02 02 13	Deslocações e estadas - *(participação em feiras /exposições /campanhas)*	1 000,00	1 000,00	*1 000,00*	*1 000,00*	1 000,00	1 000,00	1 000,00	6 000,00
02 02 16	Seminários, exposições e similares	1,00	1,00	*1,00*	*1,00*	1,00	1,00	1,00	6,00
02 02 17	Publicidade - *(anúncios, campanhas publicitárias, material promocional)*	132 950,00	132 950,00	*70 000,00*	*70 000,00*	70 000,00	70 000,00	70 000,00	482 950,00
02 02 20 06	Outros trabalhos especializados - (distribuição comunicados e trabalhos tipográficos)	240 000,00	240 000,00	*200 000,00*	*200 000,00*	200 000,00	200 000,00	200 000,00	1 240 000,00
	GJ	***31 500,00***	***32 400,00***	***30 000,00***	***30 000,00***	***30 000,00***	***30 000,00***	***30 000,00***	***182 400,00***
02 01 18	Livros e documentação técnica	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	3 000,00

PPA ORÇAMENTO 2026

SIMAR - Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas

PLANO PLURIANUAL DE ATIVIDADES - Despesas correntes (Aquisição de bens e serviços (rub 02), Outras pensões (01 03 08) e Seguros de acidentes de trabalho (01 03 09))

(nos termos do artº 12º do Decreto Lei nº 127/2012 de 12 de junho, para efeitos de cumprimento da alínea c) do artº 6º da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro e artº 22º do Decreto Lei nº 197/99 de 8 de junho)

[Unid: euro]

Código da classificação económica	Designação	Dotação							Valor total previsto
		Dotação Inicial 2026	Dotação corrigida após 1ª. Alteração Modificativa	Anos seguintes					
				2027	2028	2029	2030	Outros	
			(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)
02 02 20 03	*Finishing*	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02 02 20 06	Outros trabalhos especializados - *(consultadoria e assessoria jurídica)*	30 000,00	30 900,00	27 000,00	27 000,00	27 000,00	27 000,00	27 000,00	165 900,00
02 02 25	Outros serviços - *(pagamentos ag,exec.,estado)*	1 000,00	1 000,00	2 500,00	2 500,00	2 500,00	2 500,00	2 500,00	13 500,00
	DCEP	***150 000,00***	***150 000,00***	***150 000,00***	***150 000,00***	***150 000,00***	***150 000,00***	***150 000,00***	***900 000,00***
02 01 17	Ferramentas e utensílios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02 02 03	Conservação de bens - *(reparação/manutenção de equipamentos)*	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02 02 14	Estudos,pareceres e consultadoria	100 000,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	600 000,00
02 02 18	Vigilância e segurança - (serviços prestados pela PSP/GNR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02 02 20 06	Outros trabalhos especializados - *(levantamento de cadastro das redes)*	50 000,00	50 000,00	50 000,00	50 000,00	50 000,00	50 000,00	50 000,00	300 000,00
	DLQ	***192 600,00***	***200 600,00***	***153 900,00***	***133 100,00***	***132 200,00***	***132 200,00***	***92 200,00***	***844 200,00***
02 01 01	Matérias primas e subsidiárias - *(reagentes)*	24 500,00	21 500,00	25 000,00	25 000,00	25 000,00	25 000,00	5 000,00	126 500,00
02 01 04	Limpeza e higiene - *(materiais e produtos)*	2 500,00	2 500,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	7 500,00
02 01 14	Outro material - peças	8 500,00	8 500,00	8 000,00	8 000,00	8 000,00	8 000,00	8 000,00	48 500,00
02 01 17	Ferramentas e utensílios	47 300,00	55 300,00	37 350,00	32 750,00	32 750,00	32 750,00	12 750,00	203 650,00
02 01 18	Livros e documentação técnica	500,00	500,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	1 750,00
02 02 03	Conservação de bens - (reparação/manutenção de equipamentos)	40 000,00	35 000,00	30 600,00	20 400,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00	146 000,00
02 02 09	Comunicações - *(portes de envio de ensaios interlaboratoriais)*	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	600,00
02 02 14	Estudos, pareceres, projetos, consultadoria	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	600,00

PPA ORÇAMENTO 2026

SIMAR - Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas

PLANO PLURIANUAL DE ATIVIDADES - Despesas correntes (Aquisição de bens e serviços (rub 02), Outras pensões (01 03 08) e Seguros de acidentes de trabalho (01 03 09))

(nos termos do artº 12º do Decreto Lei nº 127/2012 de 12 de junho, para efeitos de cumprimento da alínea c) do artº 6º da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro e artº 22º do Decreto Lei nº 197/99 de 8 de junho)

(Unid: euro)

Código da classificação económica	Designação	Dotação							Valor total previsto
		Dotação Inicial 2026	Dotação corrigida após 1ª. Alteração Modificativa	Anos seguintes					
				2027	2028	2029	2030	Outros	
			(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)
02 02 19	Assistência técnica	35 100,00	35 100,00	22 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00	137 100,00
02 02 20 06	Outros trabalhos especializados - (auditorias e subcontratação ensaios/análises)	34 000,00	42 000,00	29 500,00	25 500,00	25 000,00	25 000,00	25 000,00	172 000,00
	DFISC	***104 520,00***	***154 520,00***	***198 140,00***	***185 225,00***	***76 000,00***	***76 000,00***	***76 000,00***	***765 885,00***
02 01 17	Ferramentas e utensílios	1 000,00	1 000,00	2 000,00	2 000,00	2 000,00	2 000,00	2 000,00	11 000,00
02 02 03	Conservação de bens - (reparação/manutenção de equipamentos)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02 02 20 06	Outros trabalhos especializados - (coordenação de segurança em obras)	103 520,00	153 520,00	196 140,00	183 225,00	74 000,00	74 000,00	74 000,00	754 885,00
	DEPARTAMENTO DE EXPLORAÇÃO DE ÁGUAS	**35 370 175,00**	**36 854 175,00**	**34 666 671,00**	**35 147 100,00**	**35 914 076,00**	**36 644 395,00**	**37 363 807,00**	**216 590 224,00**
02 01 16 01	Água	20 000 000,00	20 910 000,00	20 260 000,00	20 668 000,00	21 184 160,00	21 608 650,00	22 081 617,00	126 712 427,00
02 02 19	Assistência técnica - (contratos)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02 02 20 01	Tratamento de águas residuais	13 231 540,00	13 939 540,00	13 496 171,00	13 766 100,00	14 041 416,00	14 322 245,00	14 608 690,00	84 174 162,00
02 02 20 06	Outros trabalhos especializados - (medição de caudal em coletores e outros trabalhos)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	DERA	***82 685,00***	***82 685,00***	***108 000,00***	***62 500,00***	***58 000,00***	***53 000,00***	***43 000,00***	***407 185,00***
02 01 01	Matérias primas e subsidiárias	0,00	0,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	50 000,00
02 01 17	Ferramentas e utensílios	0,00	0,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	0,00	0,00	15 000,00
02 02 02	Limpeza e higiene - (serviços de lavagem de reservatórios água)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02 02 03	Conservação de bens - (manutenção/reparação de equip; limpeza e desob. Coletores;manutenção corretiva)	16 685,00	16 685,00	17 000,00	17 000,00	18 000,00	18 000,00	18 000,00	104 685,00

PPA ORÇAMENTO 2026

SIMAR - Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas

PLANO PLURIANUAL DE ATIVIDADES - Despesas correntes (Aquisição de bens e serviços (rub 02), Outras pensões (01 03 08) e Seguros de acidentes de trabalho (01 03 09))

(nos termos do artº 12º do Decreto Lei nº 127/2012 de 12 de junho, para efeitos de cumprimento da alínea c) do artº 6º da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro e artº 22º do Decreto Lei nº 197/99 de 8 de junho)

(Unid: euro)

Código da classificação económica	Designação	Dotação							Valor total previsto
		Dotação Inicial 2026	Dotação corrigida após 1ª. Alteração Modificativa	Anos seguintes					
				2027	2028	2029	2030	Outros	
			(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)
02 02 18	Vigilância e segurança - (materiais de segurança)	0,00	0,00	10 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	30 000,00
02 02 19	Assistência técnica - (contratos)	66 000,00	66 000,00	56 000,00	15 500,00	10 000,00	10 000,00	0,00	157 500,00
02 02 20 06	Outros trabalhos especializados - (medição de caudal em coletores e prest.serv.deteção fugas)	0,00	0,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	50 000,00
	DRM	***2 055 950,00***	***1 921 950,00***	***802 500,00***	***650 500,00***	***630 500,00***	***660 500,00***	***630 500,00***	***5 296 450,00***
02 01 01	Matérias primas e subsidiárias - (massas asfálticas quentes e frias)	136 650,00	136 650,00	93 000,00	50 000,00	50 000,00	50 000,00	50 000,00	429 650,00
02 01 08	Material escritório	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	3 000,00
02 01 17	Ferramentas e utensílios	0,00	0,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00	100 000,00
02 02 02	Limpeza e higiene - (serviços de desbaratizações)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02 02 03	Conservação de bens - (manutenção/reparação de equip; limpeza e desob. Coletores, Emp.Reparação Ruturas)	1 740 000,00	1 590 000,00	569 000,00	500 000,00	500 000,00	500 000,00	500 000,00	4 159 000,00
02 02 18	Vigilância e segurança - (serviços prestados pela PSP/GNR e materiais de segurança)	132 300,00	132 300,00	100 000,00	50 000,00	50 000,00	80 000,00	50 000,00	462 300,00
02 02 20 06	Outros trabalhos especializados - (aluguer maq.com condutor)	46 500,00	62 500,00	20 000,00	30 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	142 500,00
	DEPARTAMENTO DE RESÍDUOS E APOIO LOGÍSTICO	**20 428 597,00**	**21 863 978,94**	**20 178 846,00**	**20 492 281,00**	**20 520 066,00**	**20 898 166,00**	**21 548 767,00**	**125 502 104,94**
02 01 08	Material de escritório	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02 01 21	Outros bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02 02 20 06	Outros trabalhos especializados - (auditorias)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PPA ORÇAMENTO 2026

SIMAR - Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas

PLANO PLURIANUAL DE ATIVIDADES - Despesas correntes (Aquisição de bens e serviços (rub 02), Outras pensões (01 03 08) e Seguros de acidentes de trabalho (01 03 09))

(nos termos do artº 12º do Decreto Lei nº 127/2012 de 12 de junho, para efeitos de cumprimento da alínea c) do artº 6º da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro e artº 22º do Decreto Lei nº 197/99 de 8 de junho)

(Unid: euro)

Código da classificação económica	Designação	Dotação							Valor total previsto
		Dotação Inicial 2026	Dotação corrigida após 1ª. Alteração Modificativa	Anos seguintes					
				2027	2028	2029	2030	Outros	
			(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)
	DRU	***12 254 700,00***	***13 879 025,44***	***11 391 150,00***	***11 823 950,00***	***11 999 616,00***	***12 279 716,00***	***12 958 317,00***	***74 331 774,44***
02 01 01	Matérias primas e subsidiárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02 01 04	Limpeza e higiene - (materiais e produtos de limpeza)	9 000,00	9 000,00	28 000,00	41 000,00	52 000,00	52 000,00	52 000,00	234 000,00
02 01 17	Ferramentas e utensílios	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	3 000,00
02 01 21	Outros bens - (acessórios para contentores-peças, pivots, tampas)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02 02 02	Limpeza e higiene - *(serviço de lavagem contentores)*	873 900,00	873 900,00	900 000,00	976 000,00	1 017 000,00	1 067 000,00	1 067 000,00	5 900 900,00
02 02 03	Conservação de bens - (reparação de equipamentos)	225 000,00	220 000,00	85 400,00	85 400,00	85 400,00	35 400,00	35 400,00	547 000,00
02 02 10	Transportes - (reboques, portagens, bolsas estacionamento)	1 000,00	800,00	1 250,00	1 250,00	1 250,00	1 250,00	1 250,00	7 050,00
02 02 14	Estudos, pareceres, projetos, consultadoria	25 000,00	25 000,00	25 000,00	25 000,00	25 000,00	25 000,00	25 000,00	150 000,00
02 02 15	Formação	0,00	0,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00	100 000,00
02 02 17	Publicidade	0,00	0,00	273 000,00	290 500,00	142 500,00	147 500,00	147 500,00	1 001 000,00
02 02 19	Assistência técnica - (contratos)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02 02 20 02	Deposição e tratamento de resíduos urbanos	8 250 000,00	9 904 525,44	8 129 000,00	7 843 300,00	8 114 966,00	8 930 066,00	9 108 667,00	52 030 524,44
02 02 20 06	Outros trabalhos especializados - (prestação serv.recolha, transp. resíduos, aluguer viat.coom condutor)	2 869 300,00	2 844 300,00	1 928 000,00	2 540 000,00	2 540 000,00	2 000 000,00	2 500 000,00	14 352 300,00
02 02 25	Outros serviços	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	6 000,00
	DAL	***3 697 155,00***	***3 508 011,50***	***3 608 966,00***	***3 538 831,00***	***3 390 950,00***	***3 488 950,00***	***3 460 950,00***	***20 996 658,50***
02 01 01	Matérias primas e subsidiárias - (material elétrico, rolamentos, material const civil)	25 000,00	25 000,00	32 380,00	25 150,00	27 150,00	27 150,00	27 150,00	163 980,00
02 01 02 99 99	Outros - (Combustiveis e lubrificantes,oleos, gás instalações)	61 500,00	79 656,50	50 000,00	51 000,00	51 000,00	52 000,00	52 000,00	335 656,50
02 01 04	Limpeza e higiene	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02 01 14	Outro material - peças	0,00	0,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	50 000,00

PPA ORÇAMENTO 2026

SIMAR - Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas

PLANO PLURIANUAL DE ATIVIDADES - Despesas correntes (Aquisição de bens e serviços (rub 02), Outras pensões (01 03 08) e Seguros de acidentes de trabalho (01 03 09))

(nos termos do artº 12º do Decreto Lei nº 127/2012 de 12 de junho, para efeitos de cumprimento da alínea c) do artº 6º da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro e artº 22º do Decreto Lei nº 197/99 de 8 de junho)

(Unid: euro)

Código da classificação económica	Designação	Dotação							Valor total previsto
		Dotação Inicial 2026	Dotação corrigida após 1ª. Alteração Modificativa	Anos seguintes					
				2027	2028	2029	2030	Outros	
			(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)
02 01 17	Ferramentas e utensílios	2 000,00	2 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00	102 000,00
02 01 21	Outros bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02 02 01	Encargos das instalações - *(eletricidade)*	2 590 000,00	2 273 500,00	2 465 000,00	2 357 000,00	2 345 000,00	2 345 000,00	2 345 000,00	14 130 500,00
02 02 02	Limpeza e higiene - (limpeza instalações oficinais)	1 000,00	1 000,00	15 000,00	15 000,00	15 000,00	15 000,00	15 000,00	76 000,00
02 02 03	Conservação de bens - (reparação/ manutenção de equipamentos)	421 700,00	398 900,00	296 700,00	335 696,00	303 800,00	210 300,00	218 300,00	1 763 696,00
02 02 08	Locação de outros bens - (outros alugueres)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02 02 14	Estudos, pareceres, projetos, consultadoria	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	6 000,00
02 02 17	Publicidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02 02 18	Vigilância e segurança - (sinalização, espelhos parabólicos e sinalética)	308 000,00	410 000,00	335 000,00	335 000,00	270 000,00	420 000,00	420 000,00	2 190 000,00
02 02 19	Assistência técnica - (contratos)	56 955,00	56 955,00	142 486,00	152 285,00	148 000,00	138 500,00	102 500,00	740 726,00
02 02 20 06	Outros trabalhos especializados - (inspeções elev., certif. Inst. elétrica, alien terras, etc)	230 000,00	260 000,00	241 400,00	236 700,00	200 000,00	250 000,00	250 000,00	1 438 100,00
02 02 25	Outros serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	DGF	***4 476 742,00***	***4 476 942,00***	***5 178 730,00***	***5 129 500,00***	***5 129 500,00***	***5 129 500,00***	***5 129 500,00***	***30 173 672,00***
02 01 02 01	Gasolina	99 800,00	97 600,00	71 230,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	568 830,00
02 01 02 02	Gasóleo	1 099 800,00	1 099 800,00	1 250 000,00	1 200 000,00	1 200 000,00	1 200 000,00	1 200 000,00	7 149 800,00
02 01 02 99 01	Gás natural para viaturas	1 000 000,00	1 000 000,00	900 000,00	900 000,00	900 000,00	900 000,00	900 000,00	5 500 000,00
02 01 02 99 99	Outros - (gás,oleos e lubrificantes)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02 01 04	Limpeza e higiene - (produto lavagem viaturas)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02 01 12	Material de transporte - peças - (pneus e peças)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02 01 14	Outro material - peças	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PPA ORÇAMENTO 2026

SIMAR - Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas

PLANO PLURIANUAL DE ATIVIDADES - Despesas correntes (Aquisição de bens e serviços (rub 02), Outras pensões (01 03 08) e Seguros de acidentes de trabalho (01 03 09))

(nos termos do artº 12º do Decreto Lei nº 127/2012 de 12 de junho, para efeitos de cumprimento da alínea c) do artº 6º da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro e artº 22º do Decreto Lei nº 197/99 de 8 de junho)

(Unid: euro)

Código da classificação económica	Designação	Dotação							Valor total previsto
		Dotação Inicial 2026	Dotação corrigida após 1ª. Alteração Modificativa	Anos seguintes					
				2027	2028	2029	2030	Outros	
			(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)
02 01 17	Ferramentas e utensílios	0,00	2 200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 200,00
02 01 21	Outros bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02 02 02	Limpeza e higiene	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02 02 03	Conservação de bens - (reparação/lubrificação viaturas)	1 506 708,00	1 667 708,00	2 000 000,00	2 000 000,00	2 000 000,00	2 000 000,00	2 000 000,00	11 667 708,00
02 02 06	Locação de material de transporte - *(aluguer operacional de viaturas)*	600 000,00	448 000,00	800 000,00	800 000,00	800 000,00	800 000,00	800 000,00	4 448 000,00
02 02 08	Locação de outros bens - (outros alugueres)	4 134,00	4 134,00	2 500,00	2 500,00	2 500,00	2 500,00	2 500,00	16 634,00
02 02 10	Transportes - (reboques, portagens, bolsas estacionamento)	13 500,00	14 700,00	12 000,00	12 000,00	12 000,00	12 000,00	12 000,00	74 700,00
02 02 14	Estudos, pareceres, projetos, consultadoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02 02 19	Assistência técnica - (contratos)	0,00	0,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	25 000,00
02 02 20 06	Outros trabalhos especializados - (inspeções, aluguer viaturas, sistema gestão frota)	142 800,00	132 800,00	128 000,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	660 800,00
02 02 25	Outros serviços - (multas e coimas)	10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	60 000,00
	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO	**6 193 811,00**	**6 355 454,50**	**4 943 655,00**	**4 641 565,00**	**4 636 675,00**	**4 914 769,00**	**5 070 666,00**	**30 562 784,50**
02 02 20 06	Outros trabalhos especializados	9 840,00	9 840,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	59 840,00
	DRH	***675 965,00***	***700 965,00***	***624 999,00***	***589 159,00***	***576 335,00***	***590 629,00***	***605 326,00***	***3 687 413,00***
01 03 08	Outras pensões	100 000,00	97 600,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	597 600,00
01 03 09 01	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	250,00	250,00	260,00	270,00	280,00	290,00	300,00	1 650,00
02 01 04	Limpeza e higiene - (produtos e materiais de limpeza)	17 000,00	17 000,00	10 250,00	10 500,00	10 700,00	11 000,00	11 300,00	70 750,00
02 01 05	Alimentação - refeições confecionadas	12 000,00	12 000,00	14 675,00	8 700,00	7 550,00	7 730,00	7 920,00	58 575,00

PPA ORÇAMENTO 2026

SIMAR - Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas

PLANO PLURIANUAL DE ATIVIDADES - Despesas correntes (Aquisição de bens e serviços (rub 02), Outras pensões (01 03 08) e Seguros de acidentes de trabalho (01 03 09))

(nos termos do artº 12º do Decreto Lei nº 127/2012 de 12 de junho, para efeitos de cumprimento da alínea c) do artº 6º da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro e artº 22º do Decreto Lei nº 197/99 de 8 de junho)

(Unid: euro)

Código da classificação económica	Designação	Dotação							Valor total previsto
		Dotação Inicial 2026	Dotação corrigida após 1ª. Alteração Modificativa	Anos seguintes					
				2027	2028	2029	2030	Outros	
			(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)
02 01 06	Alimentação - géneros para confecionar	199 250,00	199 250,00	217 750,00	179 600,00	161 600,00	165 572,00	169 711,00	1 093 483,00
02 01 08	Material de escritório - (cartões de ponto, tinteiros)	2 000,00	2 000,00	1 025,00	1 050,00	1 077,00	1 104,00	1 132,00	7 388,00
02 01 11	Material de consumo clínico	5 000,00	5 000,00	12 300,00	12 600,00	12 900,00	13 200,00	13 500,00	69 500,00
02 01 15	Prémios, condecorações e ofertas - (Festa do Trabalhador, Dia Mulher, Aposentados)	20 000,00	20 000,00	10 250,00	10 500,00	10 750,00	11 000,00	11 250,00	73 750,00
02 01 17	Ferramentas e utensílios	3 000,00	3 000,00	6 150,00	6 300,00	6 450,00	6 600,00	6 750,00	35 250,00
02 01 18	Livros e documentação técnica	0,00	0,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	1 000,00
02 02 02	Limpeza e higiene - (serviços de desinfestação)	0,00	0,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	5,00
02 02 03	Conservação de bens - (manutenção/conservação de equip.)	1 665,00	6 665,00	3 075,00	3 150,00	3 230,00	3 300,00	3 375,00	22 795,00
02 02 10	Transportes	0,00	0,00	2 050,00	2 101,00	2 150,00	2 207,00	2 260,00	10 768,00
02 02 13	Deslocações e estadas	5 000,00	5 000,00	5 125,00	5 250,00	5 385,00	5 520,00	5 658,00	31 938,00
02 02 15	Formação	60 000,00	60 000,00	52 300,00	52 530,00	53 845,00	55 190,00	56 570,00	330 435,00
02 02 17	Publicidade - (anúncios em jornais)	2 050,00	2 050,00	2 100,00	2 150,00	2 200,00	2 250,00	2 300,00	13 050,00
02 02 18	Vigilância e segurança - (óculos proteção, sinalização, revisão/manutenção extintores)	15 000,00	15 000,00	15 375,00	15 759,00	16 153,00	16 558,00	16 971,00	95 816,00
02 02 19	Assistência técnica	10 000,00	10 000,00	10 250,00	10 506,00	10 769,00	11 038,00	11 314,00	63 877,00
02 02 20 06	Outros trabalhos especializados - (certificação refeitório, análises clínicas, ATM)	22 000,00	42 000,00	44 823,00	45 530,00	43 075,00	44 152,00	45 256,00	264 836,00
02 02 22	Serviços de saúde - (medicina no trabalho, clínica geral e ortopedia, análises, vacinas pneumenia)	300 000,00	300 000,00	215 250,00	220 631,00	226 147,00	231 800,00	237 595,00	1 431 423,00
02 02 25	Outros serviços - (quotas anuais APDA, APESB,RELACRE)	2 000,00	2 000,00	2 050,00	2 101,00	2 153,00	2 207,00	2 263,00	12 774,00
	DF	**1 205 411,00**	**1 277 891,00**	**1 575 700,00**	**1 751 800,00**	**1 952 400,00**	**2 052 400,00**	**2 203 600,00**	**10 813 791,00**
01 03 09 01	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	799 750,00	851 750,00	900 000,00	1 000 000,00	1 100 000,00	1 200 000,00	1 300 000,00	6 351 750,00

PPA ORÇAMENTO 2026

SIMAR - Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas

PLANO PLURIANUAL DE ATIVIDADES - Despesas correntes (Aquisição de bens e serviços (rub 02), Outras pensões (01 03 08) e Seguros de acidentes de trabalho (01 03 09))

(nos termos do artº 12º do Decreto Lei nº 127/2012 de 12 de junho, para efeitos de cumprimento da alínea c) do artº 6º da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro e artº 22º do Decreto Lei nº 197/99 de 8 de junho)

(Unid: euro)

Código da classificação económica	Designação	Dotação							Valor total previsto
		Dotação Inicial 2026	Dotação corrigida após 1ª. Alteração Modificativa	Anos seguintes					
				2027	2028	2029	2030	Outros	
			(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)
02 01 08	Material de escritório	1 000,00	1 000,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	3 500,00
02 01 18	Livros e documentação técnica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02 01 21	Outros bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02 02 02	Limpeza e higiene - (serviços de desinfestação)	14 500,00	14 500,00	15 000,00	15 000,00	15 000,00	15 000,00	15 500,00	90 000,00
02 02 03	Conservação de bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02 02 04	Locação de edifícios	4 100,00	4 100,00	4 200,00	4 300,00	4 400,00	4 400,00	4 500,00	25 900,00
02 02 10	Transportes - (transporte de bens)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02 02 11	Representação dos Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02 02 12	Seguros - *(viaturas, responsabilidade civil, instalações, ambiental)*	500 000,00	570 000,00	600 000,00	700 000,00	800 000,00	900 000,00	950 000,00	4 520 000,00
02 02 14	Estudos, pareceres, projetos, consultadoria - (assessoria e serviços contabilidade)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02 02 20 06	Outros trabalhos especializados - (auditoria e certificação legal de contas)	35 300,00	35 280,00	30 500,00	31 000,00	31 500,00	31 500,00	32 000,00	191 780,00
02 02 24	Encargos de cobrança - (débitos diretos, serviços bancários, Payshop, CTT)	650 011,00	650 011,00	925 000,00	1 000 000,00	1 100 000,00	1 100 000,00	1 200 000,00	5 975 011,00
02 02 25	Outros serviços	500,00	3 000,00	500,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 100,00	7 600,00
	DA	***2 730 895,00***	***2 880 558,50***	***1 198 740,00***	***1 106 890,00***	***974 940,00***	***1 138 740,00***	***1 128 740,00***	***8 428 608,50***
02 01 01	Matérias primas e subsidiárias	1 061 350,00	1 061 350,00	420 000,00	360 000,00	300 000,00	300 000,00	300 000,00	2 741 350,00
02 01 02 99 99	Outros - (Combustíveis e lubrificantes (gás e óleos))	88 500,00	88 143,50	55 000,00	55 000,00	21 000,00	40 000,00	40 000,00	299 143,50
02 01 04	Limpeza e higiene - *(produtos e materias de limpeza)*	131 300,00	131 300,00	95 000,00	63 150,00	5 000,00	70 000,00	60 000,00	424 450,00
02 01 07	Vestuário e artigos pessoais	400 000,00	550 000,00	95 000,00	95 000,00	80 000,00	150 000,00	150 000,00	1 120 000,00
02 01 08	Material de escritório	500,00	500,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	1 000,00

PPA ORÇAMENTO 2026

SIMAR - Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas

PLANO PLURIANUAL DE ATIVIDADES - Despesas correntes (Aquisição de bens e serviços (rub 02), Outras pensões (01 03 08) e Seguros de acidentes de trabalho (01 03 09))

(nos termos do artº 12º do Decreto Lei nº 127/2012 de 12 de junho, para efeitos de cumprimento da alínea c) do artº 6º da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro e artº 22º do Decreto Lei nº 197/99 de 8 de junho)

Unid: euro

Código da classificação económica	Designação	Dotação							Valor total previsto
		Dotação Inicial 2026	Dotação corrigida após 1ª. Alteração Modificativa	Anos seguintes					
				2027	2028	2029	2030	Outros	
			(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)
02 01 12	Material de transporte - peças - (pneus e peças)	800 000,00	750 000,00	300 000,00	300 000,00	350 000,00	350 000,00	350 000,00	2 400 000,00
02 01 17	Ferramentas e utensilios	29 950,00	29 950,00	26 800,00	26 800,00	17 300,00	30 000,00	30 000,00	160 850,00
02 01 21	Outros bens - (peças para contentores)	148 500,00	198 500,00	175 000,00	175 000,00	175 200,00	175 000,00	175 000,00	1 073 700,00
02 02 03	Conservação de bens	33 900,00	33 900,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	83 900,00
02 02 08	Locação de outros bens - (vasilhame)	9 455,00	9 455,00	3 000,00	3 000,00	3 000,00	3 000,00	3 000,00	24 455,00
02 02 17	Publicidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02 02 18	Vigilância e segurança	15 700,00	15 700,00	10 200,00	10 200,00	4 700,00	2 000,00	2 000,00	44 800,00
02 02 19	Assistência técnica - (contratos)	3 500,00	3 500,00	2 000,00	2 000,00	2 000,00	2 000,00	2 000,00	13 500,00
02 02 20 06	Outros trabalhos especializados - (plataforma eletrónica contratação pública)	8 240,00	8 260,00	6 640,00	6 640,00	6 640,00	6 640,00	6 640,00	41 460,00
	DAD	***1 571 700,00***	***1 486 200,00***	***1 534 216,00***	***1 183 716,00***	***1 123 000,00***	***1 123 000,00***	***1 123 000,00***	***7 573 132,00***
02 01 08	Material de escritório - (material economato)	77 000,00	77 000,00	79 500,00	70 000,00	70 000,00	70 000,00	70 000,00	436 500,00
02 01 14	Outro material - peças	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02 01 18	Livros e documentação técnica	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	3 000,00
02 01 21	Outros bens	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	6 000,00
02 02 01	Encargos das instalações - (despesas condominio)	10 000,00	11 500,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	61 500,00
02 02 02	Limpeza e higiene - (limp. instalações, serviços sanitários)	1 110 600,00	1 110 600,00	1 027 716,00	709 716,00	600 000,00	600 000,00	600 000,00	4 648 032,00
02 02 03	Conservação de bens	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	6 000,00
02 02 04	Locação de edifícios - (renda arquivo municipal)	35 000,00	35 000,00	35 000,00	35 000,00	35 000,00	35 000,00	35 000,00	210 000,00
02 02 09	Comunicações - (avenças ctt)	0,00	0,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	500 000,00

PPA ORÇAMENTO 2026

SIMAR - Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas

PLANO PLURIANUAL DE ATIVIDADES - Despesas correntes (Aquisição de bens e serviços (rub 02), Outras pensões (01 03 08) e Seguros de acidentes de trabalho (01 03 09))

(nos termos do artº 12º do Decreto Lei nº 127/2012 de 12 de junho, para efeitos de cumprimento da alínea c) do artº 6º da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro e artº 22º do Decreto Lei nº 197/99 de 8 de junho)

(Unid: euro)

Código da classificação económica	Designação	Dotação							Valor total previsto
		Dotação Inicial 2026	Dotação corrigida após 1ª. Alteração Modificativa	Anos seguintes					
				2027	2028	2029	2030	Outros	
			(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)
02 02 10	Transportes	0,00	0,00	2 500,00	2 500,00	2 500,00	2 500,00	2 500,00	12 500,00
02 02 17	Publicidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02 02 18	Vigilância e segurança - (serviços vigilância)	229 000,00	142 000,00	115 000,00	115 000,00	200 000,00	200 000,00	200 000,00	972 000,00
02 02 19	Assistência técnica - (contratos)	3 600,00	3 600,00	3 000,00	3 000,00	3 000,00	3 000,00	3 000,00	18 600,00
02 02 20 06	Outros trabalhos especializados	104 000,00	104 000,00	159 000,00	136 000,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	699 000,00
	DEPARTAMENTO COMERCIAL	**2 396 633,00**	**2 396 633,00**	**2 071 782,00**	**2 127 696,00**	**2 072 000,00**	**2 072 000,00**	**2 072 000,00**	**12 812 111,00**
02 01 08	Material de escritório	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02 01 18	Livros e documentação técnica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02 02 03	Conservação de bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02 02 14	Estudos, pareceres, projetos, consultadoria - (serviços consultadoria)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02 02 20 03	Gestão comercial - (finishing)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02 02 20 06	Outros trabalhos especializados - (serviços informáticos)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	DFCC	***2 067 500,00***	***2 067 500,00***	***1 783 000,00***	***1 893 000,00***	***1 893 000,00***	***1 893 000,00***	***1 893 000,00***	***11 422 500,00***
02 01 08	Material de escritório	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02 02 03	Conservação de bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02 02 09	Comunicações - (avenças CTT)	1 000 000,00	1 000 000,00	1 000 000,00	1 000 000,00	1 000 000,00	1 000 000,00	1 000 000,00	6 000 000,00
02 02 20 03	Gestão comercial - (finishing)	350 000,00	395 000,00	150 000,00	150 000,00	150 000,00	150 000,00	150 000,00	1 145 000,00
02 02 20 04	**Cortes de abastecimento** e substituição de contadores	401 000,00	401 000,00	430 000,00	430 000,00	430 000,00	430 000,00	430 000,00	2 551 000,00

PPA ORÇAMENTO 2026

SIMAR - Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas

PLANO PLURIANUAL DE ATIVIDADES - Despesas correntes (Aquisição de bens e serviços (rub 02), Outras pensões (01 03 08) e Seguros de acidentes de trabalho (01 03 09))

(nos termos do artº 12º do Decreto Lei nº 127/2012 de 12 de junho, para efeitos de cumprimento da alínea c) do artº 6º da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro e artº 22º do Decreto Lei nº 197/99 de 8 de junho)

Unid: euro

Código da classificação económica	Designação	Dotação							
		Dotação Inicial 2026	Dotação corrigida após 1ª. Alteração Modificativa	Anos seguintes					Valor total previsto
				2027	2028	2029	2030	Outros	
			(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)
02 02 20 05	Leituras de contadores	300 000,00	255 000,00	190 000,00	300 000,00	300 000,00	300 000,00	300 000,00	1 645 000,00
02 02 20 06	Outros trabalhos especializados - (Renovação software MyAQUA)	16 500,00	16 500,00	13 000,00	13 000,00	13 000,00	13 000,00	13 000,00	81 500,00
	DAGC	***329 133,00***	***329 133,00***	***288 782,00***	***234 696,00***	***179 000,00***	***179 000,00***	***179 000,00***	***1 389 611,00***
02 01 08	Material de escritório	2 000,00	2 000,00	2 000,00	2 000,00	2 000,00	2 000,00	2 000,00	12 000,00
02 01 18	Livros e documentação técnica	100,00	100,00	2 000,00	2 000,00	2 000,00	2 000,00	2 000,00	10 100,00
02 02 03	Conservação de bens - (verificação extraordinária de contadores)	4 742,00	4 742,00	2 000,00	2 000,00	2 000,00	2 000,00	2 000,00	14 742,00
02 02 04	Locação de edifícios - *(loja do cidadão Odivelas - AMA e R A.Marques*	37 900,00	37 900,00	40 000,00	40 000,00	40 000,00	40 000,00	40 000,00	237 900,00
02 02 09	Comunicações - (envio SMS)	2 546,00	2 546,00	10 782,00	10 196,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	53 524,00
02 02 19	Assistência técnica - *(manutenção das certificadoras e conta notas)*	4 845,00	4 845,00	3 000,00	3 000,00	3 000,00	3 000,00	3 000,00	19 845,00
02 02 20 04	Cortes de abastecimento e **substituição de contadores**	99 000,00	99 000,00	120 000,00	75 000,00	60 000,00	60 000,00	60 000,00	474 000,00
02 02 20 06	Outros trabalhos especializados (Prest.Serv.CALL CENTER)	178 000,00	178 000,00	109 000,00	100 500,00	60 000,00	60 000,00	60 000,00	567 500,00

PPA ORÇAMENTO 2026

SIMAR - Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas

PLANO PLURIANUAL DE ATIVIDADES - Despesas correntes (Aquisição de bens e serviços (rub 02), Outras pensões (01 03 08) e Seguros de acidentes de trabalho (01 03 09))

(nos termos do artº 12º do Decreto Lei nº 127/2012 de 12 de junho, para efeitos de cumprimento da alínea c) do artº 6º da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro e artº 22º do Decreto Lei nº 197/99 de 8 de junho)

(Unid: euro)

Código da classificação económica	Designação	Dotação							Valor total previsto
		Dotação Inicial 2026	Dotação corrigida após 1ª. Alteração Modificativa	Anos seguintes					
				2027	2028	2029	2030	Outros	
			(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)
	FUNDO DE MANEIO	**26 700,00**	**26 700,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**26 700,00**
02 01 01	Matérias primas e subsidiárias	1 500,00	1 500,00						
02 01 02 01	Combustíveis e lubrificantes - Gasolina	200,00	200,00						
02 01 02 02	Combustíveis e lubrificantes - Gasóleo	200,00	200,00						
02 01 04	Limpeza e higiene	200,00	200,00						
02 01 06	Alimentação- Gnéneros p/confecionar	750,00	750,00						
02 01 08	Material de escritório	1 000,00	1 000,00						
02 01 14	Outro material -peças	500,00	500,00						
02 01 17	Ferramentas e utensílios	750,00	750,00						
02 01 18	Livros e documentação técnica	200,00	200,00						
02 01 21	Outros bens	500,00	500,00						
02 02 03	Conservação de bens	1 000,00	1 000,00						
02 02 09	Comunicações	400,00	400,00						
02 02 10	Transportes	500,00	500,00						
02 02 11	Representação dos serviços	3 000,00	3 000,00						
02 02 13	Deslocações e estadas	500,00	500,00						
02 02 17	Publicidade	15 000,00	15 000,00						
02 02 25	Outros serviços	500,00	500,00						
	TOTAL GERAL	**67 207 652,00**	**70 310 677,44**	**65 223 796,00**	**65 324 769,00**	**65 518 819,00**	**66 890 332,00**	**68 386 242,00**	**401 654 635,44**

valor sem conta 010308 e 01030901

ANEXO À PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO N.º 497/2026

RELATÓRIO
DE
PONDERAÇÃO

E

PROPOSTA
DE
CLASSIFICAÇÃO

DA

RESERVA NATURAL LOCAL DO PAUL DAS CANICEIRAS

LOURES
CÂMARA MUNICIPAL

RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO

Discussão Pública da proposta de Classificação da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras (de 23 de fevereiro a 6 de abril de 2026)

Maio 2026

ÍNDICE

1 – Enquadramento..... 3

2 – Documentos Publicados e Locais de Consulta..... 6

3 – Critérios de Ponderação das Participações..... 13

4 – Ponderação das Participações..... 13

1- ENQUADRAMENTO

A área proposta, que adiante se apresenta para constituir a Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras, localiza-se junto a Santo Antão do Tojal, à entrada da várzea de Loures, ocupando uma mancha de solos aluvionares, encontrando-se entre a Ribeira de Fanhões, a oeste, e um afluente desta, a leste, ocupando uma área de 16,45 ha em terrenos privados.

As zonas húmidas constituem dos mais ricos e produtivos ecossistemas da biosfera, fornecendo uma variedade de serviços ecossistémicos ao homem, na sua maioria indispensáveis, mas pouco valorizados: serviços de aprovisionamento, serviços de regulação, serviços de suporte, identidade territorial, valores estéticos, espirituais e religiosos, de lazer e recreio, sendo imperativo o seu uso racional e sustentável. Para além destes serviços, as zonas húmidas são muitas vezes referenciadas como hotspots de biodiversidade, uma vez que albergam milhares de espécies de animais e vegetais, com especial destaque para as aves e peixes, que aí, encontram abrigo e alimento, permitindo assegurar a propagação genética através da preservação das gerações futuras, com impactos diretos no estado das populações à escala global.

A área proposta, que adiante se apresenta para constituir a Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras, apresenta continuidade ecológica com a ZPE (Zona de Proteção Especial - Rede Natura 2000) e a IBA (Área Importante para Aves e Biodiversidade) do Estuário do Tejo, constitui um magnífico ecossistema e um verdadeiro santuário de avifauna, sendo local de nidificação, refúgio e alimentação de inúmeras espécies de aves, algumas delas em risco de extinção.

De acordo com o artigo 32.º do Plano Diretor Municipal de Loures em vigor, esta área está definida como espaço natural. A importância do Paul das Caniceiras como um habitat de aves prioritárias em termos de conservação encontra-se reconhecida também ao nível do Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (estudos de fundamentação técnica).

A proposta de integração desta zona húmida na delimitação da Reserva Ecológica Nacional obteve aprovação na 13.ª reunião de Câmara em 9 julho de 2002 e na 2ª reunião extraordinária da Assembleia Municipal de Loures realizada em 25 de julho de 2002. Após esta delimitação procedeu-se à integração do limite do Paul das Caniceiras em projeto SIG, tendo sido também delimitada a faixa de proteção de 100 metros em seu redor.

A área alberga uma grande diversidade de espécies, tendo sido já identificadas mais de 119 espécies de aves, algumas constantes no anexo I da Diretiva das Aves 79/409/CEE de 2 abril 1979, sendo o local de reprodução de várias espécies de aves aquáticas, como o mergulhão-pequeno (*Tachybaptus ruficollis*), o pato-real (*Anas platyrhynchos*), a galinha-d´agua (*Gallinula chloropus*), o galeirão (*Fulica atra*), o garçote (*Botaurus minutus*) e a águia-sapeira (*Circus aeruginosus*). Durante a migração outonal esta área assume especial relevância pelo grande número de passeriformes que utilizam as áreas de caniço do paul para descanso e restabelecimento energético. Neste período são particularmente abundantes, os piscos-de-peito-azul (*Luscinia svecica*), os rouxinóis-dos-caniços (*Acrocephalus scirpaceus* e *Acrocephalus arundinaceus*) e as felosas-musicais (*Phylloscopus trochilus*).

De acordo com alguns estudos, podemos também encontrar a garça-vermelha (*Ardea purpurea*), o goraz (*Nycticorax nycticorax*) a garça-branca-pequena (*Egretta garzetta*), a cegonha-branca (*Ciconia ciconia)*, o guarda-rios-comum (*Alcedo atthis*) e o caimão (*Porphyrio porphyrio*), considerando-se que a sua importância para a avifauna justifica também a sua conservação e proteção. As espécies mencionadas nesse anexo (Anexo I da Diretiva das Aves) são objeto de medidas de conservação especiais respeitantes ao seu habitat de modo a garantir a sua sobrevivência e reprodução na sua área de distribuição.

As espécies acima referidas estão também referenciadas na Lista Vermelha das Aves de Portugal Continental, estando o garçote e a garça-vermelha classificadas como espécies vulneráveis, dado o seu declínio populacional recente e a vulnerabilidade dos habitats de que dependem. Alguns estudos têm demonstrado que mamíferos como a lontra (*Lutra lutra*), a raposa (*Vulpes vulpes*) e o saca-rabos (*Herpestes ichneumon*) tornaram-se também razoavelmente abundantes nas últimas décadas.

Além da longa lista de espécies de aves e de alguns mamíferos, há a acrescentar outros grupos como anfíbios, répteis e peixes, onde se destaca a boga-de-boca-arqueada-de-lisboa (*Iberochondrostoma olisiponense*), um leuciscídeo (família de peixes de água doce) endémico do Baixo Tejo, altamente ameaçado, sendo classificado pelo Livro Vermelho dos Peixes Dulciaquícolas e Diádromos de Portugal Continental e pela IUCN como "Em Perigo", que por esta razão assume o papel principal na lista de espécies da biodiversidade do paul, considerando-se que a presença desta espécie e a sua conservação, deverão ser a bandeira e a base justificativa da classificação do Paul das Caniceiras como Área Protegida de Âmbito Local.

Assim, a regulamentação pretende dotar o Município com um conjunto de normas e regras que responsabilizem não só os munícipes, bem como todas as entidades, públicas ou privadas, com competência para fiscalizar, investigar e participar as infrações a este quadro regulamentar, bem como regular contraordenações e fixar as respetivas coimas, sempre que se verifiquem ações que não se encontrem consentâneas com as boas práticas de atuação sobre o presente projeto de regulamento que visa a conservação dos valores naturais únicos existentes no paul.

Foi aprovada na 84.ª Reunião Ordinária, de 19 de fevereiro de 2025, sob a proposta n.º 134/2025, para:

- Aprovar a proposta de Classificação da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras e tomar conhecimento do documento técnico que suporta a sua classificação e criação;

- Aprovar o início do procedimento de elaboração do Projeto de Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras, a fixação do prazo de 10 dias úteis para a constituição de interessados e apresentação, por escrito, de contributos; a publicitação do início do procedimento, em cumprimento do disposto pelo CPA.

Fixado o período de 07 a 20 de março de 2025 para a constituição de interessados e para a apresentação, por escrito, de contributos para o procedimento de classificação da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras.

Findo o prazo fixado, não foram registados interessados e contributos para o procedimento de classificação da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras.

A Câmara Municipal, através da deliberação sobre a Proposta n.º 20/2026, na 4.ª Reunião de Câmara, realizada no dia 15/01/2026, determinou a discussão pública da Proposta de Classificação da Área Protegida de Âmbito Local, denominada Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras e do seu Projeto de Regulamento, decidindo proceder a:

- **abertura do período de consulta pública** para a Classificação da Área Protegida de Âmbito Local, denominada Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras e do seu Projeto de Regulamento;

- **fixar o prazo de 30 dias úteis a contar do 10º dia seguinte ao da publicação do respetivo Aviso** na 2ª serie do DR., para consulta pública e apresentação por escrito de sugestões à proposta de Classificação da Área Protegida de Âmbito Local e do seu Projeto de Regulamento;

- **publicitar as propostas de Classificação da área protegida de âmbito local denominada Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras e do seu Projeto de Regulamento** para consulta pública no Diário da República, no Boletim de Deliberações e Despachos, na internet e no sitio institucional do Município;

- **aceitar como válidas as propostas rececionadas no período em que decorreu a consulta pública do Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras** na sequência da publicação do Aviso n.º 18829/2025/2, da 2ª Série do Diário da República que decorreu entre 28 julho e 8 de setembro 2025.

Tal foi concluído através de AVISO no Diário da Republica, conforme **Aviso (extrato) n.º 3069/2026/2, publicado no Diário Da República, 2ª série, n.º30, datado de 12 de fevereiro de 2026** "Consulta pública da Proposta de Classificação da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras e seu Projeto de Regulamento Municipal (DA/REG/1/2025)", mencionando a "Proposta de Classificação da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras e seu Projeto de Regulamento Municipal". O prazo útil iniciou a 23 de fevereiro de 2026 e teve o seu término no dia 6 de abril de 2026.

O presente documento constitui o relatório de análise e ponderação das participações recebidas no âmbito da Discussão Pública sobre a Proposta de Classificação da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro.

2- DOCUMENTOS PUBLICADOS E LOCAIS DE CONSULTA

O período de discussão pública, com duração de 30 dias úteis, decorreu de dia 23 de fevereiro a 06 de abril de 2026, tendo a Proposta de Classificação da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras e seu Projeto de Regulamento Municipal sido publicados no *Loures Municipal* – Boletim de Deliberações e Despachos, Edição n.º1, de 19 de janeiro de 2026 (aqui, anexo no

final) e publicitado em Diário da República, conforme Aviso ilustrado abaixo – N.º3069 /2026/2, publicado em 12 de fevereiro no Diário da República, 2.ª série, N.º 30 (aqui).

A Proposta de Classificação da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras e Projeto de Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras foram disponibilizados para consulta no Departamento de Ambiente da Câmara Municipal de Loures, Rua do Funchal n.º 45, 2670-364 Loures, nos dias úteis entre as 9h00 e as 17h30 e na União de Freguesias de Santo Antão e São Julião do Tojal e nos Paços do Município, nos dias úteis entre as 9h00 e as 13h00 e as 14h00 e as 17h30.

Foi ainda afixado Edital Nº.112/2026, no Departamento de Ambiente da Câmara Municipal de Loures e na União de Freguesias de Santo Antão e São Julião do Tojal e nos Paços do Município, sobre a consulta pública da Proposta de Classificação da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras e seu Projeto de Regulamento Municipal **(DA/REG/1/2025).**

2.1 – Constituição dos interessados no procedimento de Classificação da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras – acessível em: https://www.cm-loures.pt/Conteudo.aspx?DisplayId=16476.



Município
Notícias

Mais Notícias

Ouvir

ATÉ 20 DE MARÇO

Constituição de interessados no procedimento de classificação da Reserva natural Local do Paul das Caniceiras

10.03.2025

Está a decorrer, até dia 20 de março, o prazo previsto para a constituição de interessados no procedimento de classificação da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras, em Santo Antão do Tojal, e na elaboração do Projeto de Regulamento Municipal da Reserva Local.

A constituição como interessado depende de declaração escrita, dirigida ao presidente da Câmara Municipal de Loures, e enviada, preferencialmente, para o endereço de correio eletrónico da@cm-loures.pt, ou remetida, via postal para Praça da Liberdade, 2670-501 Loures.

Consulte **aqui** o aviso.



Aviso



Aviso

2.2 - Proposta de Classificação da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras e Projeto de Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras, publicado no Loures Municipal – Boletim de Deliberações e Despachos, Edição 1, de 19 de Janeiro de 2026 (acessível em: https://www.cm-loures.pt/Media/Documentos/Boletim%20Municipal/2026/Loures%20Muncipal-1.%C2%AA%20Edi%C3%A7%C3%A3o%20de%2019%20de%20janeiro%20de%202026.pdf).


ISSN 1646-7027

Loures MUNICIPAL

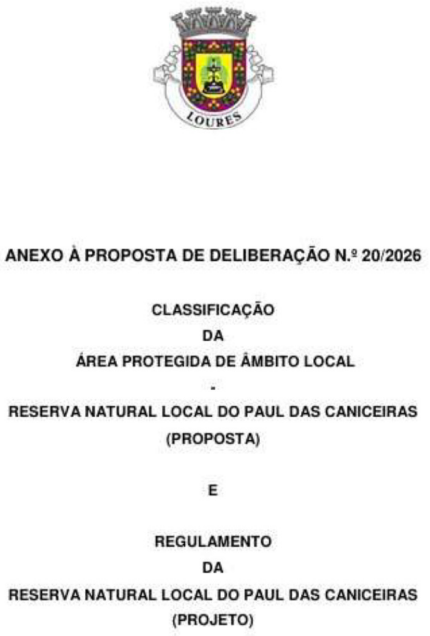
BOLETIM DE DELIBERAÇÕES E DESPACHOS

Edição n.º 1
19 de janeiro de 2026

SUMÁRIO

CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES


ANEXO À PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO N.º 20/2026

CLASSIFICAÇÃO
DA
ÁREA PROTEGIDA DE ÂMBITO LOCAL
-
RESERVA NATURAL LOCAL DO PAUL DAS CANICEIRAS
(PROPOSTA)

E

REGULAMENTO
DA
RESERVA NATURAL LOCAL DO PAUL DAS CANICEIRAS
(PROJETO)

2.3 - Proposta de Classificação da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras e Projeto de Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras, publicado no Diário da República, conforme Aviso N.º 3069/2026/2, publicado em 12 de fevereiro no Diário da República, 2.ª série, N.º 30 (acessível em: https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/aviso-extrato/3069-2026-1047287078).

DIÁRIO DA REPÚBLICA

2.ª série
N.º 30
12-02-2026

MUNICÍPIO DE LOURES

Aviso (extrato) n.º 3069/2026/2

Sumário: Consulta pública da proposta de classificação da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras e seu projeto de regulamento municipal [DA/REG/1/2025].

Nuno Ricardo Conceição Dias, Vereador do Departamento de Ambiente da Câmara Municipal de Loures, torna público que, na sequência da deliberação da Câmara Municipal que aprovou a proposta 20/2026, tomada na 4.ª Reunião Ordinária realizada em 15 de janeiro de 2026 e publicada no Boletim de Deliberações e Despachos "Loures Municipal" n.º 1, de 19 de janeiro de 2026, determino, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 julho, na sua redação atual, no artigo 101.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua redação atual, e no art. 56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua redação atual, a abertura do período de consulta pública sobre a "Proposta de Classificação da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras e seu Projeto de Regulamento Municipal", pelo período de 30 dias úteis contados a partir do 10.º dia a seguir à data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

Durante esse período, a Proposta de Classificação da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras e o Projeto de Regulamento Municipal encontram-se disponíveis para consulta no Departamento de Ambiente da Câmara Municipal de Loures, Rua do Funchal n.º 45, 2670-364 Loures, nos dias úteis entre as 9h00 m e as 17h30 m e na Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santo Antão e São Julião do Tojal, nos dias úteis entre as 9h00 m e as 12h30 m e as 14h00 e as 17h30 m, bem como na página da internet, no sítio institucional do Município de Loures em www.cm-loures.pt e no Boletim de Deliberações e Despachos "Loures Municipal".

Eventuais sugestões, reclamações ou observações deverão ser formalizadas, por escrito, contendo a referência expressa à consulta pública em causa, e enviadas através de correio postal ou por correio eletrónico, para o endereço eletrónico da@cm-loures.pt, dando, neste caso, o consentimento para que o respetivo endereço eletrónico seja utilizado para efeitos da alínea c) do n.º 1, do artigo 112.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, ou, entregues, presencialmente, no atendimento da Câmara Municipal de Loures, Praça da Liberdade 2674-501 Loures, nos dias úteis entre as 9h00 m e as 17h30 m até ao 30.º dia útil contado a partir do 10.º dia a seguir à data da publicação do aviso de abertura da presente consulta no *Diário da República*.

2 de fevereiro de 2026. — O Vereador do Departamento de Ambiente, Nuno Ricardo Conceição Dias.

319959885

Aviso (extrato) n.º 3069/2026/2

2.4 - Edital Nº.112/2026, afixado Departamento de Ambiente da Câmara Municipal de Loures e na União de Freguesias de Santo Antão e São Julião do Tojal e nos Paços do Município, sobre a consulta pública da Proposta de Classificação da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras e do seu Projeto de Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras (acessível em: https://www.cm-loures.pt/media/pdf/PDF20260219111238321.pdf).

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL

Nº.112/2026

Assunto: Consulta Pública da Proposta de Classificação da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras e seu Projeto de Regulamento Municipal, [**DA/REG/1/2025**].

Nuno Ricardo Conceição Dias, Vereador do Departamento de Ambiente da Câmara Municipal de Loures, torna publico que, a Câmara Municipal, na sequência da deliberação que aprovou a proposta 20/2026, tomada na 4ª Reunião Ordinária realizada em 15 de janeiro de 2026 e publicada no Boletim de Deliberações e Despachos "Loures Municipal" n.º1, de 19 de janeiro de 2026 e nos termos e para efeitos do disposto no n.º3 do artigo 15.º do Decreto-Lei 142/2008, de 24 julho, na sua redação atual, no artigo 101.º do Decreto-Lein.º4/2015 de 7 de janeiro, na sua redação atual, e no art.56º do anexo I da Lei nº75/2013, de 12 de setembro na sua redação atual, deliberou submeter a consulta pública, pelo prazo de 30 dias uteis, a contar do 10º dia seguinte ao da publicação do Aviso n.º 3069/2026/2, na 2ª série, n.º30 do Diário da República, datado de 12-02-2026, **a Proposta de Classificação da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras e seu Projeto de Regulamento Municipal.**

Durante esse período, a Proposta de Classificação da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras e o Projeto de Regulamento Municipal, encontram-se disponíveis para consulta no Departamento de Ambiente da Câmara Municipal de Loures, Rua do Funchal n.º 45, 2670-364 Loures, nos dias úteis entre as 9h00m e as 17h30m e na Junta de Freguesia da União de Freguesias de Santo Antão e São Julião do Tojal, nos dias úteis entre as 9h00m e as 12h30m e as 14h00 e as 17h30m, bem como na página da Internet, no sítio institucional do Município de Loures em www.cm-loures.pt e no Boletim de Deliberações e Despachos "Loures Municipal".

Os interessados poderão dirigir por escrito, as eventuais sugestões, reclamações ou observações contendo a referência expressa à consulta pública em causa, e enviadas, através de correio postal para a Praça da Liberdade, 2674-501 Loures, por correio eletrónico para: da@cm-loures.pt; geral@cm-loures.pt, dando, neste caso, o consentimento para que o respetivo endereço eletrónico seja utilizado para efeitos da alínea c) do n.º 1 do artigo 112.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro ou ainda presencialmente no atendimento da Câmara Municipal, Praça Liberdade 2674-501 Loures, nos dias úteis entre as 9h00m e as 17h30m até ao dia 06 de abril de 2026.

Para constar se publica o presente edital, que vai autenticado com o selo oficial em uso no Município de Loures, constituído por 2 páginas, no sítio institucional da Câmara Municipal de Loures em www.cm-loures.pt e na entrada de serviço por onde corre o procedimento administrativo - Departamento de Ambiente, no Edifício da Cooperativa Agrícola de Loures, sito na Rua do Funchal, 45, em Loures, bem como na sede da União de Freguesias de Santo Antão e São Julião do Tojal.

Loures, 19 de fevereiro de 2026

O Vereador

Nuno Ricardo Conceição Dias

Os elementos disponibilizados para consulta durante o período de discussão pública, consistiram na Proposta de Classificação da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras e no seu Projeto de Regulamento.

Durante o período de discussão pública qualquer interessado pôde apresentar propostas, sugestões e contributos, bem como pedidos de esclarecimentos, sobre a Proposta de Classificação da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras e o seu Projeto de Regulamento em discussão pública, através de exposição por escrito, remetida para o endereço de correio eletrónico do Departamento de Ambiente, da@cm-loures.pt, ou ainda enviada por correio para o Departamento de Ambiente, sito na Rua do Funchal, n.º 49, 2674-501 Loures.

2.5 – Atividades de educação ambiental

Foram ainda realizadas, ao abrigo do programa **Caniceiras, conhecer para proteger**, e de modo gratuito, várias atividades temáticas no local, com o objetivo de divulgar e promover os valores naturais, culturais e paisagísticos presentes naquela área, assim como a necessidade de proceder à sua classificação e conservação.



3- CRITÉRIOS DE PONDERAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES

As participações serão analisadas e ponderadas de acordo com os instrumentos de gestão e planeamento em vigor bem como a aplicação das boas práticas de modelos mais eficientes e sustentáveis em termos ambientais.

4 - PONDERAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES

Durante os períodos de consulta pública não foram rececionados pela Câmara Municipal de Loures quaisquer participações.

CONCLUSÃO:

Após o período de discussão pública e não tendo sido recebidos contributos, a Proposta de Classificação da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras, entendeu-se ser pertinente introduzir uma alteração de pormenor ao texto da Proposta de Classificação tornando, assim, mais coerente a representação gráfica e com a respetiva delimitação geográfica, de acordo com a já representada no Documento Técnico de fundamentação para a classificação do Paul das Caniceiras como Área Protegida de Âmbito Local, produzindo um documento final mais coeso e adequado.

O presente relatório reflete o procedimento de discussão pública e funcionará como ferramenta fundamental no processo de conclusão da classificação da área em causa, que será novamente submetida a deliberação em Reunião de Câmara e, posteriormente, em Assembleia Municipal.

Posteriormente, a Classificação da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras e o seu Regulamento, serão enviados para publicação em Diário da República.

CÂMARA MUNICIPAL

PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO

DA

RESERVA NATURAL LOCAL DO PAUL DAS CANICEIRAS

Contribuinte: 501 294 996 – Praça da Liberdade, 2674-501 Loures – Telefone: 211 150 100 – Faxe: 211 151 709 – geral@cm-loures.pt

CÂMARA MUNICIPAL

PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO DA RESERVA NATURAL LOCAL DO PAUL DAS CANICEIRAS

O Paul das Caniceiras:

O paul das Caniceiras é uma área húmida de pequena dimensão, localizada na União das Freguesias de Santo Antão e São Julião do Tojal, aproximadamente no centro geográfico do concelho de Loures e tal como o nome indica, trata-se de uma área alagadiça de água parada.

Considerando a história e a navegabilidade da Várzea de Loures até meados do seculo XVIII ser uma realidade até Santo Antão do Tojal, onde muitos navios entravam pelo rio trancão para recolher os produtos hortícolas e citrinos para abastecer a região de Lisboa, a várzea sofreu ao longo dos séculos muitas transformações geológicas e depressão, com um sistema hidrográfico bastante complexo rodeada por encostas com declives e vários cursos de água que por elas descem, arrastando vários sedimentos que se depositam na várzea, cortando a corrente das águas e promovendo o assoreamento do leito dos rios. Também as marés que entravam pelo estuário do tejo originavam a mistura de água salgada junto com a água doce.

Mais tarde com o terramoto de 1755, surgiu uma alteração do relevo e consequentemente, elevações e rebaixamentos do solo, que deram origem a várias cheias quando a precipitação era intensa. As cheias saturaram o solo com água, resultando em zonas permanentemente alagadas durante o Inverno e do constante alagamento da várzea nasceu um permanente encharcamento do solo.

A produtividade diminuiu de forma acentuada, pois tornou-se impossível cultivar um solo que permanecia constantemente encharcado e também devido à ação das marés e elevada salinidade dos solos, o que levou a existência de várias salinas no local. Para além do transporte fluvial existiram várias marinhas ou salinas na várzea:

Contribuinte: 501 294 996 – Praça da Liberdade, 2674-501 Loures – Telefone: 211 150 100 – Faxe: 211 151 709 – geral@cm-loures.pt

Santo Antão do Tojal, Frielas e marnotas, cujos vestígios constituem depressões no terreno de forma retangular e delimitadas por muretes são ainda hoje possíveis de observar. No século XX essas depressões têm desaparecido e deram lugar a hortas e prédios urbanos.

As culturas agrícolas impõem o regadio e para além das chuvas, a abertura de poços tornou-se o recurso fundamental de sustentabilidade da atividade, pelo qual se retirava a água através das noras e picotas. Mas por motivos de saúde na década de 30 procedeu-se à construção de canais para formação de leitos rebaixados para escoar as águas de vários rios que desciam as encostas da várzea. A construção destes canais levou a um melhor aproveitamento agrícola, pois as terras conquistaram espaço à água, sendo fundamental a manutenção desses canais ser assegurada de forma continua e regular devido ao constante assoreamento e às chuvas, as quais originam elevação dos leitos e aparecimento das cheias. Devido a este problema é constituída a ABL - Associação dos Beneficiários de Loures com principal função de manutenção desses canais. Uma entidade fundamental e imprescindível nos dias de hoje, e que mantém um protocolo com o Município de Loures para a sustentabilidade de defesa e proteção da várzea e de todo o ecossistema envolvente.

Baseado em "Redescobrir a Várzea de Loures" – Edição do Museu Municipal de Loures – 31/10/2001 a 30/04/2002

O desenvolvimento deste ecossistema muito particular é subsidiário da intervenção humana na Várzea de Loures, tudo indicando que resulta, primeiro da criação de bacias de retenção que se destinavam a enfrentar e a minimizar as poderosas e recorrentes cheias que assolavam a várzea e, depois do abandono a que foram votadas essas obras-primas da engenharia hidráulica da época.

Importância ecológica atual:

No Paul das Caniceiras foram já identificadas mais de uma centena de espécies de aves, algumas constantes no anexo I da Diretiva das Aves, considerando-se que a sua importância para a avifauna justifica por si só a sua conservação e proteção. A zona possui ainda um interesse como local de migração outonal de passeriformes.

Mamíferos como a lontra, a raposa, o saca-rabos, entre outros, tornaram-se também razoavelmente abundantes nas últimas décadas.

A proximidade do paul ao estuário do Tejo, leva a que muitas aves se movimentem diariamente entre o paul e o ecossistema estuarino, servindo de ligação a esta grande área protegida, sendo a proteção destas zonas de ligação fundamental para prevenir a fragmentação de habitats.

A Boga-de-boca-arqueada-de-Lisboa:

Além da longa lista de espécies de aves e de alguns mamíferos, há a acrescentar outros grupos como anfíbios, répteis e peixes, mas onde se destaca a Boga-de-boca-arqueada-de-Lisboa (Iberochondrostoma olisiponensis).

Este pequeno peixe de água-doce, foi descoberto apenas em 2006 e descrito como uma nova espécie para a ciência em 2007, por uma equipa de investigadores constituída por Hugo Gante, David Santos e Judite Alves. A separação desta espécie do parente mais próximo foi estimada como tendo ocorrido no Miocénico médio-superior, ou seja, há cerca de 10 milhões de anos, período em que o baixo Tejo formava uma bacia lagunar fechada para o oceano.

Devido ao seu muito pequeno efetivo populacional é uma espécie classificada como "criticamente em perigo" pela IUCN. Acresce ainda que nos locais de ocorrência, as áreas de habitat estão sujeitas a um grande impacto humano sobre os recursos hídricos (exploração agrícola, descargas de efluentes, introdução de espécies exóticas, drenagem de zonas húmidas) fatores que colocam ainda mais em risco a sua sobrevivência.

Pelas circunstâncias descritas, a possível extinção da Boga-de-boca-arqueada-de-Lisboa na próxima década, é um cenário realista caso não se tomem medidas urgentes para evitar os efeitos das secas estivais, previsivelmente mais frequentes e prolongadas nos próximos anos. A população do Trancão é um dos casos mais preocupantes, dada a sua reduzida área de ocorrência.

Pretensão do Município de Loures:

CÂMARA MUNICIPAL

A Câmara Municipal de Loures pretende classificar a área do Paul das Caniceiras como **Área Protegida de Âmbito Local**, tendo como objetivo conceder-lhe um estatuto legal de proteção adequado à manutenção da sua frágil biodiversidade, dos serviços dos ecossistemas, bem como à valorização da paisagem. Esta classificação irá permitir a implementação das medidas de conservação urgentes que evitem a extinção da boga de Lisboa, assim como a preservação de outras espécies com estatuto de ameaça desfavorável, como o esgana-gata e a enguia-europeia, e a valorização do restante património natural como a rica comunidade de avifauna e a vegetação aquática.

A classificação do paul como área protegida de âmbito local e a elaboração do respetivo Regulamento, deverão, face ao objetivo de conservação da boga, garantir a implementação das seguintes medidas de conservação:

- **Aprofundamento e manutenção dos poços existentes no paul** que servem de refúgio estival aos peixes, garantindo que não haja intrusão salina. Esta intervenção deverá ser realizada por fases e sempre com ações de monitorização das comunidades piscícolas e da qualidade da água, sobretudo a sua salinidade;

- **Plantação de vegetação arbustiva/arbórea nas margens dos poços intervencionados**, permitindo controlar o aumento de temperatura da água, a qual provoca uma elevada mortalidade dos peixes. Deverão ser utilizadas espécies já existentes no local, como bastantes salgueiros (*Salix* spp), de crescimento rápido, intercalados com algumas plantas de freixo (*Fraxinus angustifolia*), de crescimento lento e que atingem grandes dimensões.

- Gestão da água do paul com a redução da extração de água do paul entre o mês de Maio e as primeiras chuvas de Outono;

- **Fiscalização semanal** entre Julho e o final de Setembro para identificação de actividades de pesca ilegal no paul na época de estiagem, garantindo a aplicação das devidas coimas estabelecidas por lei. A pesca é feita sobretudo com redes de arrasto, que provocam elevada mortalidade dos peixes, como aumentam a turbidez da água, podendo causar a morte à totalidade dos peixes do poço por falta de oxigénio. A fiscalização regular também terá um efeito dissuasor na deposição de resíduos vários no paul;

- Implementação **de campanhas regulares de exclusão de espécies piscícolas não-nativas**.

Medidas de conservação realizadas e resultados:

No final de 2019 foi produzida a informação pelos técnicos do Departamento de Ambiente ao Executivo, propondo iniciar um conjunto de ações e medidas com vista à classificação do Paul como Área Protegida de Âmbito Local. Desde essa data até ao presente, elencam-se as principais ações:

- **Reuniões do grupo de trabalho** para coordenação dos trabalhos a realizar;

- Consulta e **compilação dos estudos** já realizados sobre o Paul das Caniceiras;

- **Identificação de proprietários** das parcelas que compõem o Paul;

- Saídas de campo para **inventariação das espécies de fauna e flora** existentes, **acompanhamento da monitorização da Boga-de-Lisboa** através de pesca elétrica realizada pelos investigadores do MARE – Centro de Ciências do Mar e do Ambiente, **colocação de trapcams** (câmaras de filmagem/fotografia) para identificação de biodiversidade;

- Colheitas de água para **caracterização do estado físico-químico e bacteriológico da massa de água**, entregues no laboratório dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas (SIMAR) para análise;

- Contactos com o **ICNF, para apoio no processo de classificação**;

- Contactos com o **MARE** – Centro de Ciências do Mar e do Ambiente, para apoio no processo de classificação enquanto parceiro;

- Apoio técnico a uma intervenção para conservação da boga de Lisboa, no **aprofundamento de dois poços** para garantir a presença de água durante todo o período da estação seca;

- **Reuniões com os proprietários** do Paul para apresentação e esclarecimentos com os proprietários, sobre o projeto de classificação do paul como Área Protegida de Âmbito Local;

- **Reuniões/saídas ao Paul** – Com a **equipa de estudo da Boga** para monitorização da comunidade piscícola do Paul.

- **Reunião com a Agência Portuguesa do Ambiente** – Enquadramento legal das captações existentes (poços e charcas). Aferição da existência de **títulos de utilização emitidos pela APA para as captações existentes** no Paul (apenas um título de utilização emitido para a PECBOM (vacaria)).

- Em **2020**, foram intervencionados **dois poços,** os quais foram **aprofundados, ligados através de um canal** e, posteriormente, foram plantados alguns salgueiros na margem.

Desta intervenção resultou um **período muito mais alargado de permanência de água nos poços**, e verificou-se, posteriormente, uma **grande quantidade de peixe, nestes poços, relativamente às outras zonas do Paul**. De acordo com a equipa que estuda a boga, talvez isto se deva ao facto da **restante zona alagada do Paul ser menos profunda e mais quente**. A **temperatura da água, nestes poços intervencionados, será um pouco mais baixa, o que faz com que haja uma maior concentração de peixes aí**.

- Em setembro de **2021**, foram **intervencionados mais cinco poços** de diversos proprietários, os quais foram também **aprofundados** e foi feito mais um **canal de ligação entre dois poços**.

- Desde 2020, foram intervencionados 7 poços e criados 2 canais de ligação entre poços.

- Têm sido realizadas saídas de monitorização da comunidade piscícola do Paul, pelo grupo de investigadores que estuda a boga-de-boca-arqueada-de-Lisboa, que afirmam não haver dúvidas que **o afundamento dos poços tem sido uma medida crucial para o aumento do período de disponibilidade de água nos poços, o qual se reflete num enorme incremento no número de indivíduos desta espécie, e de outras espécies nativas de peixes**, verificado desde então.

- Um estudo de 2023, sobre as comunidades piscícolas das zonas húmidas de água doce do Baixo Tejo, evidenciou que, **de entre as 11 zonas húmidas estudadas, apenas as Caniceiras e outra não eram dominadas por espécies exóticas**. Aliás, **as Caniceiras**, sendo pouco profunda e mantendo alguma conectividade com a rede hidrográfica em eventos de cheia, a**presentou mesmo o maior número de espécies nativas**, incluindo não só a enguia-europeia e a boga-de-boca-arqueada-de-Lisboa, mas também o verdemã-comum.

CÂMARA MUNICIPAL

- Em 2024, desenvolveu-se um programa de atividades "**Caniceiras, conhecer para proteger**" para a sensibilização da população para a defesa do Paul das Caniceiras, através de um programa de saídas de campo de divulgação da sua biodiversidade, dedicado às aves, flora, peixes, insetos e outros, o qual trouxe mais pessoas ao Paul, dando a conhecer o seu património natural e a importância da sua conservação.

- Em 2025 foi entregue o documento técnico de fundamentação para a classificação do Paul das Caniceiras, onde constam todos **os valores naturais presentes e a caracterização exaustiva da área**, pela equipa da NOVA Faculdade de Ciências e Tecnologia.

- Estas características únicas e raras do Paul das Caniceiras, de valor cientifico, ecológico, social e cénico relevantes consubstanciam requisitos fundamentais para serem integrados como área protegida ao abrigo do artigo 10.º do Decreto-Lei 142/2008 de 24 de julho com a sua última redação pelo Decreto-Lei 11/2023 de 10 de fevereiro.

- Sendo certo, que essa classificação permitirá a conservação e a proteção de todo o ecossistema conforme estipulado pelo artigo 18.º do supracitado Decreto-Lei.

Os objetivos primordiais, são a preservação deste magnifico ecossistema único, a proteção das espécies ameaçadas e a instalação num futuro próximo de um centro pedagógico de observação de Aves e para isso temos de **assegurar a classificação do paul das Caniceiras como Reserva Natural Local**, obter a colaboração dos proprietários dos terrenos para o desenvolvimento do projeto e **fazer a instalação e desenvolvimento de um centro de interpretação da Avifauna**; procurando obter apoios e parcerias junto do Ministério do Ambiente para a sustentabilidade do projeto.

A natureza tem uma enorme capacidade regeneradora se tivermos oportunidade de reparar os erros que temos vindo a cometer.

A proposta de classificação que agora se apresenta e cujo objetivo principal é a proteção da fauna e da flora natural aí existente e evitar a sua degradação progressiva devido a vários fatores teve como base de trabalho a auscultação dos investigadores conceituados e de conhecimentos técnicos municipais, privilegiando os seus contributos e a especificidade, para todo o território do concelho.

CÂMARA MUNICIPAL

A Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras, contempla uma área total de 16,45 hectares na União das Freguesias de Santo Antão e São Julião do Tojal, no Município de Loures, de acordo com a delimitação geográfica que a seguir se publica.



Contribuinte: 501 294 996 – Praça da Liberdade, 2674-501 Loures – Telefone: 211 150 100 – Faxe: 211 151 709 – geral@cm-loures.pt

ANEXO À PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO N.º 498/2026

RELATÓRIO
DE
PONDERAÇÃO

E

PROPOSTA
DE
REGULAMENTO MUNICIPAL

DA

RESERVA NATURAL LOCAL DO PAUL DAS CANICEIRAS

(documento anonimizado nos termos do RGPD)

LOURES
CÂMARA MUNICIPAL

RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO

Discussão Pública do projeto de Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras (de 23 de fevereiro a 6 de abril de 2026)

Maio 2026

ÍNDICE

1 – Enquadramento..... 3

2 – Documentos Publicados e Locais de Consulta..... 7

3 – Critérios de Ponderação das Participações..... 15

4 – Ponderação das Participações..... 15

1- ENQUADRAMENTO

A área proposta, que adiante se apresenta para constituir a Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras, localiza-se junto a Santo Antão do Tojal, à entrada da várzea de Loures, ocupando uma mancha de solos aluvionares, encontrando-se entre a Ribeira de Fanhões, a oeste, e um afluente desta, a leste, ocupando uma área de 16,45 ha em terrenos privados.

As zonas húmidas constituem dos mais ricos e produtivos ecossistemas da biosfera, fornecendo uma variedade de serviços ecossistémicos ao homem, na sua maioria indispensáveis, mas pouco valorizados: serviços de aprovisionamento, serviços de regulação, serviços de suporte, identidade territorial, valores estéticos, espirituais e religiosos, de lazer e recreio, sendo imperativo o seu uso racional e sustentável. Para além destes serviços, as zonas húmidas são muitas vezes referenciadas como hotspots de biodiversidade, uma vez que albergam milhares de espécies de animais e vegetais, com especial destaque para as aves e peixes, que aí, encontram abrigo e alimento, permitindo assegurar a propagação genética através da preservação das gerações futuras, com impactos diretos no estado das populações à escala global.

A área proposta, que adiante se apresenta para constituir a Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras, apresenta continuidade ecológica com a ZPE (Zona de Proteção Especial - Rede Natura 2000) e a IBA (Área Importante para Aves e Biodiversidade) do Estuário do Tejo, constitui um magnífico ecossistema e um verdadeiro santuário de avifauna, sendo local de nidificação, refúgio e alimentação de inúmeras espécies de aves, algumas delas em risco de extinção.

De acordo com o artigo 32.º do Plano Diretor Municipal de Loures em vigor, esta área está definida como espaço natural. A importância do Paul das Caniceiras como um habitat de aves prioritárias em termos de conservação encontra-se reconhecida também ao nível do Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (estudos de fundamentação técnica).

A proposta de integração desta zona húmida na delimitação da Reserva Ecológica Nacional obteve aprovação na 13.ª reunião de Câmara em 9 julho de 2002 e na 2ª reunião extraordinária da Assembleia Municipal de Loures realizada em 25 de julho de 2002. Após esta delimitação procedeu-se à integração do limite do Paul das Caniceiras em projeto SIG, tendo sido também delimitada a faixa de proteção de 100 metros em seu redor.

A área alberga uma grande diversidade de espécies, tendo sido já identificadas mais de 119 espécies de aves, algumas constantes no anexo I da Diretiva das Aves 79/409/CEE de 2 abril 1979, sendo o local de reprodução de várias espécies de aves aquáticas, como o mergulhão-pequeno (*Tachybaptus ruficollis*), o pato-real (*Anas platyrhynchos*), a galinha-d´agua (*Gallinula chloropus*), o galeirão (*Fulica atra*), o garçote (*Botaurus minutus*) e a águia-sapeira (*Circus aeruginosus*). Durante a migração outonal esta área assume especial relevância pelo grande número de passeriformes que utilizam as áreas de caniço do paul para descanso e restabelecimento energético. Neste período são particularmente abundantes, os piscos-de-peito-azul (*Luscinia svecica*), os rouxinóis-dos-caniços (*Acrocephalus scirpaceus* e *Acrocephalus arundinaceus*) e as felosas-musicais (*Phylloscopus trochilus*).

De acordo com alguns estudos, podemos também encontrar a garça-vermelha (*Ardea purpurea*), o goraz (*Nycticorax nycticorax*) a garça-branca-pequena (*Egretta garzetta*), a cegonha-branca (*Ciconia ciconia)*, o guarda-rios-comum (*Alcedo atthis*) e o caimão (*Porphyrio porphyrio*), considerando-se que a sua importância para a avifauna justifica também a sua conservação e proteção. As espécies mencionadas nesse anexo (Anexo I da Diretiva das Aves) são objeto de medidas de conservação especiais respeitantes ao seu habitat de modo a garantir a sua sobrevivência e reprodução na sua área de distribuição.

As espécies acima referidas estão também referenciadas na Lista Vermelha das Aves de Portugal Continental, estando o garçote e a garça-vermelha classificadas como espécies vulneráveis, dado o seu declínio populacional recente e a vulnerabilidade dos habitats de que dependem. Alguns estudos têm demonstrado que mamíferos como a lontra (*Lutra lutra*), a raposa (*Vulpes vulpes*) e o saca-rabos (*Herpestes ichneumon*) tornaram-se também razoavelmente abundantes nas últimas décadas.

Além da longa lista de espécies de aves e de alguns mamíferos, há a acrescentar outros grupos como anfíbios, répteis e peixes, onde se destaca a boga-de-boca-arqueada-de-lisboa (*Iberochondrostoma olisiponense*), um leuciscídeo (família de peixes de água doce) endémico do Baixo Tejo, altamente ameaçado, sendo classificado pelo Livro Vermelho dos Peixes Dulciaquícolas e Diádromos de Portugal Continental e pela IUCN como "Em Perigo", que por esta razão assume o papel principal na lista de espécies da biodiversidade do paul, considerando-se que a presença desta espécie e a sua conservação, deverão ser a bandeira e a base justificativa da classificação do Paul das Caniceiras como Área Protegida de Âmbito Local.

Assim, a regulamentação pretende dotar o Município com um conjunto de normas e regras que responsabilizem não só os munícipes, bem como todas as entidades, públicas ou privadas, com competência para fiscalizar, investigar e participar as infrações a este quadro regulamentar, bem como regular contraordenações e fixar as respetivas coimas, sempre que se verifiquem ações que não se encontrem consentâneas com as boas práticas de atuação sobre o presente projeto de regulamento que visa a conservação dos valores naturais únicos existentes no paul.

Foi aprovada na 84.ª Reunião Ordinária, de 19 de fevereiro de 2025, sob a proposta n.º 134/2025, o início do procedimento administrativo com vista à elaboração do Regulamento Municipal da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras.

O início do procedimento administrativo, fixou o período de 07 a 20 de março de 2025 para a constituição de interessados e para a apresentação, por escrito, de contributos para a elaboração do regulamento.

Findo o prazo fixado, não foram registados interessados e contributos para a elaboração do Projeto de Regulamento Municipal da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras.

A Câmara Municipal, através da deliberação sobre a Proposta n.º 382/2025, na 92.ª Reunião de Câmara, realizada no dia 11/06/2025, determinou a discussão pública do projeto de Regulamento Municipal da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras.

Em sequência, o projeto foi submetido a consulta pública, nos termos dos artigos 101.º do Código do Procedimento Administrativo, a qual decorreu entre os dias 28 de julho a 08 de setembro de 2025 para recolha de sugestões, procedendo-se, para o efeito, à publicação do Projeto de Regulamento no *Loures Municipal* – Boletim de Deliberações e Despachos, disponível no sitio institucional do Município (aqui) e à sua divulgação nas redes sociais da Câmara Municipal de Loures.

No âmbito da consulta pública e dentro do prazo concedido para o efeito, chegaram ao Município e respetivo Departamento de Ambiente, três contributos para o projeto de Regulamento, nomeadamente, efetuadas pela ADAL - Associação de Defesa do Ambiente de Loures (registo webdoc E/132269/2025), por , (registo webdoc nº E/141507/2025) e pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de

Lisboa (registo webdoc E/143003/2025) subscrito pelos Professores e biólogos (, investigador da NOVA FCT, , biólogo; , investigador da Universidade de Lisboa; , investigador do MARE; , investigador da Universidade de Lisboa; , investigador da Universidade de Lisboa; , Professor na Katholieke Universiteit Leuven na Bélgica; , investigadora no Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos; , investigadora no Museu Nacional de História Natural e da Ciência, cujo o acolhimento e resposta estão registados no presente Relatório de Ponderação.

Na sequência do acolhimento dos contributos recebidos, o texto inicial do projeto de regulamento, foi pontualmente alterado mantendo-se, no geral, todos os considerandos mencionados na proposta n.º 382/2025 que justificam e fundamentam a necessidade do presente regulamento.

Posteriormente, verificou-se um lapso na proposta 382/2025 colocada a deliberação de Câmara e, consequentemente, na formalização da consulta pública, na medida em que não foi expressamente mencionado que a consulta pública abrangia também a Proposta de Classificação da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras, apesar de implicitamente descrito no Projeto de Regulamento. Assim, na 4ª Reunião Ordinária de 15 janeiro de 2026, a Câmara Municipal, através da aprovação por unanimidade da **Proposta de Deliberação nº 20/2026** decidiu proceder de novo a:

- **abertura do período de consulta pública** para a Classificação da Área Protegida de Âmbito Local, denominada Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras e do seu Projeto de Regulamento;

- **fixar o prazo de 30 dias úteis a contar do 10º dia seguinte ao da publicação do respetivo Aviso** na 2ª serie do DR., para consulta pública e apresentação por escrito de sugestões à proposta de Classificação da Área Protegida de Âmbito Local e do seu Projeto de Regulamento;

- **publicitar as propostas de Classificação da área protegida de âmbito local denominada Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras e do seu Projeto de Regulamento** para consulta pública no Diário da República, no Boletim de Deliberações e Despachos, na internet e no sitio institucional do Município;

- **aceitar como válidas as propostas rececionadas no período em que decorreu a consulta publica do Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras** na sequência da publicação do Aviso n.º 18829/2025/2, da 2ª Série do Diário da República que decorreu entre 28 julho e 8 de setembro 2025.

Tal foi concluído através de AVISO no Diário da Republica, conforme **Aviso (extrato) n.º 3069/2026/2, publicado no Diário Da República, 2ª série, n.º30, datado de 12 de fevereiro de 2026** "Consulta pública da Proposta de Classificação da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras e seu Projeto de Regulamento Municipal (DA/REG/1/2025)", mencionando a "Proposta de Classificação da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras e seu Projeto de Regulamento Municipal". O prazo útil iniciou a 23 de fevereiro de 2026 e teve o seu término no dia 6 de abril de 2026.

O presente documento constitui o relatório de análise e ponderação das participações recebidas no âmbito da Discussão Pública sobre o projeto de Regulamento Municipal de Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro.

2- DOCUMENTOS PUBLICADOS E LOCAIS DE CONSULTA

O período de discussão pública, com duração de 30 dias úteis, decorreu de dia 28 de julho a 08 de setembro de 2025, tendo o Projeto de Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras, sido publicado no *Loures Municipal* – Boletim de Deliberações e Despachos, Edição 12, de 16 de Junho de 2025 (aqui, anexo no final) e publicitado em Diário da República, conforme Aviso ilustrado abaixo – N.º 18829/2025/2, publicado em 28 de julho no Diário da República, 2.ª série, N.º 143 (aqui).

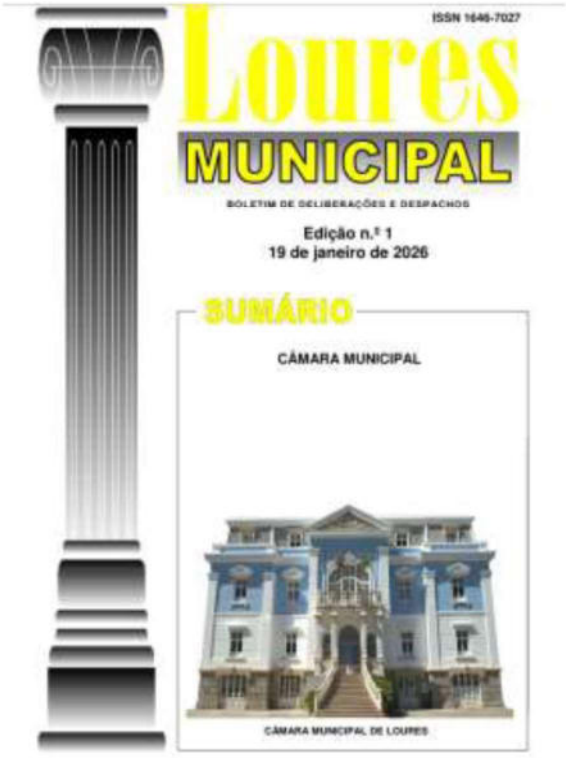
O regulamento foi disponibilizado para consulta no Departamento de Ambiente da Câmara Municipal de Loures, Rua do Funchal n.º 45, 2670-364 Loures, nos dias úteis entre as 9h:00 e as 17h:30 e na União de Freguesias de Santo Antão e São Julião do Tojal, nos dias úteis entre as 9h:00 e as 13h:00 e as 14h:00 e as 17h:30, bem como no site do Município em www.cm-loures.pt (aqui) e nas redes sociais da Câmara Municipal de Loures (Facebook e Instagram).

O segundo período de discussão pública, com duração de 30 dias úteis, decorreu de dia 23 de fevereiro a 06 de abril de 2026, tendo a Proposta de Classificação da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras e seu Projeto de Regulamento Municipal sido publicados no *Loures Municipal* – Boletim de Deliberações e Despachos, Edição n.º1, de 19 de janeiro de 2026 (aqui, anexo no final) e publicitado em Diário da República, conforme Aviso ilustrado abaixo – N.º3069 /2026/2, publicado em 12 de fevereiro no Diário da República, 2.ª série, N.º 30 (aqui).

A Proposta de Classificação da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras e Projeto de Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras foram disponibilizados para consulta no Departamento de Ambiente da Câmara Municipal de Loures, Rua do Funchal n.º 45, 2670-364 Loures, nos dias úteis entre as 9h:00 e as 17h:30 e na União de Freguesias de Santo Antão e São Julião do Tojal e nos Paços do Município, nos dias úteis entre as 9h:00 e as 13h:00 e as 14h:00 e as 17h:30.

Foi ainda afixado Edital Nº.112/2026, no Departamento de Ambiente da Câmara Municipal de Loures e na União de Freguesias de Santo Antão e São Julião do Tojal e nos Paços do Município, sobre a consulta pública da Proposta de Classificação da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras e seu Projeto de Regulamento Municipal **(DA/REG/1/2025).**

2.1 - Proposta de Classificação da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras e Projeto de Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras, publicado no Loures Municipal – Boletim de Deliberações e Despachos, Edição 1, de 19 de Janeiro de 2026 (acessível em: https://www.cm-loures.pt/Media/Documentos/Boletim%20Municipal/2026/Loures%20Muncipal-1.%C2%AA%20Edi%C3%A7%C3%A3o%20de%2019%20de%20janeiro%20de%202026.pdf).


ISSN 1646-7027

Loures MUNICIPAL

BOLETIM DE DELIBERAÇÕES E DESPACHOS

Edição n.º 1
19 de janeiro de 2026

SUMÁRIO

CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES


ANEXO À PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO N.º 20/2026

CLASSIFICAÇÃO
DA
ÁREA PROTEGIDA DE ÂMBITO LOCAL
-
RESERVA NATURAL LOCAL DO PAUL DAS CANICEIRAS
(PROPOSTA)

E

REGULAMENTO
DA
RESERVA NATURAL LOCAL DO PAUL DAS CANICEIRAS
(PROJETO)

2.2 - Proposta de Classificação da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras e Projeto de Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras, publicado no Diário da República, conforme Aviso N.º 3069/2026/2, publicado em 12 de fevereiro no Diário da República, 2.ª série, N.º 30 (acessível em: https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/aviso-extrato/3069-2026-1047287078).

DIÁRIO DA REPÚBLICA

2.ª série
N.º 30
12-02-2026

MUNICÍPIO DE LOURES

Aviso (extrato) n.º 3069/2026/2

Sumário: Consulta pública da proposta de classificação da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras e seu projeto de regulamento municipal [DA/REG/1/2025].

Nuno Ricardo Conceição Dias, Vereador do Departamento de Ambiente da Câmara Municipal de Loures, torna público que, na sequência da deliberação da Câmara Municipal que aprovou a proposta 20/2026, tomada na 4.ª Reunião Ordinária realizada em 15 de janeiro de 2026 e publicada no Boletim de Deliberações e Despachos "Loures Municipal" n.º 1, de 19 de janeiro de 2026, determino, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 julho, na sua redação atual, no artigo 101.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua redação atual, e no art. 56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua redação atual, a abertura do período de consulta pública sobre a "Proposta de Classificação da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras e seu Projeto de Regulamento Municipal", pelo período de 30 dias úteis contados a partir do 10.º dia a seguir à data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

Durante esse período, a Proposta de Classificação da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras e o Projeto de Regulamento Municipal encontram-se disponíveis para consulta no Departamento de Ambiente da Câmara Municipal de Loures, Rua do Funchal n.º 45, 2670-364 Loures, nos dias úteis entre as 9h00 m e as 17h30 m e na Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santo Antão e São Julião do Tojal, nos dias úteis entre as 9h00 m e as 12h30 m e as 14h00 e as 17h30 m, bem como na página da internet, no sítio institucional do Município de Loures em www.cm-loures.pt e no Boletim de Deliberações e Despachos "Loures Municipal".

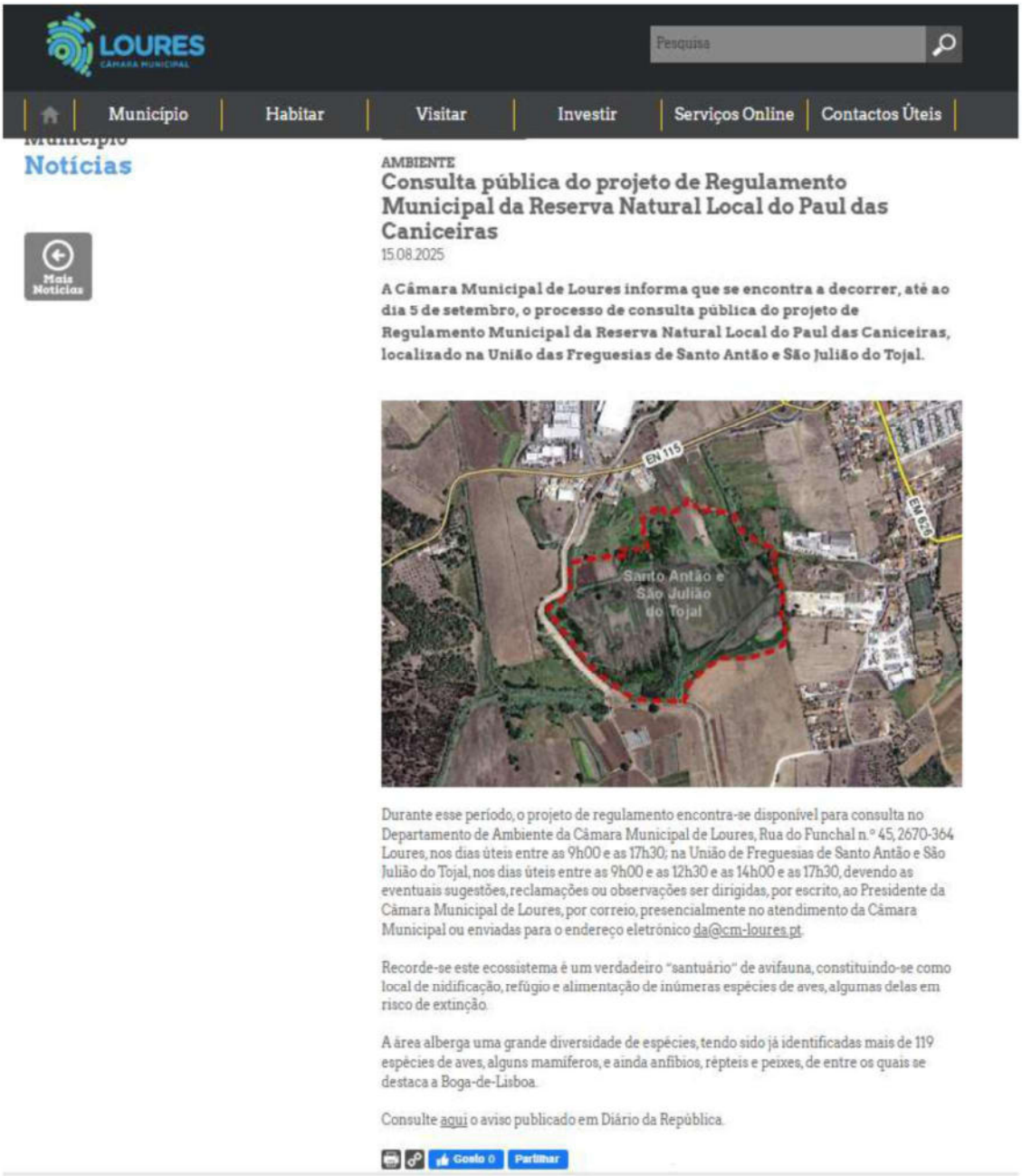
Eventuais sugestões, reclamações ou observações deverão ser formalizadas, por escrito, contendo a referência expressa à consulta pública em causa, e enviadas através de correio postal ou por correio eletrónico, para o endereço eletrónico da@cm-loures.pt, dando, neste caso, o consentimento para que o respetivo endereço eletrónico seja utilizado para efeitos da alínea c) do n.º 1, do artigo 112.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, ou, entregues, presencialmente, no atendimento da Câmara Municipal de Loures, Praça da Liberdade 2674-501 Loures, nos dias úteis entre as 9h00 m e as 17h30 m até ao 30.º dia útil contado a partir do 10.º dia a seguir à data da publicação do aviso de abertura da presente consulta no *Diário da República*.

2 de fevereiro de 2026. — O Vereador do Departamento de Ambiente, Nuno Ricardo Conceição Dias.

319959885

Aviso (extrato) n.º 3069/2026/2

2.3 - Projeto de Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras, publicado no site do Município em www.cm-loures.pt (acessível em https://www.cm-loures.pt/Conteudo.aspx?DisplayId=16791).



LOURES
CÂMARA MUNICIPAL

Pesquisa

Município | Habitar | Visitar | Investir | Serviços Online | Contactos Úteis

Notícias

Mais Notícias

AMBIENTE

Consulta pública do projeto de Regulamento Municipal da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras

15.08.2025

A Câmara Municipal de Loures informa que se encontra a decorrer, até ao dia 5 de setembro, o processo de consulta pública do projeto de Regulamento Municipal da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras, localizado na União das Freguesias de Santo Antão e São Julião do Tojal.

Durante esse período, o projeto de regulamento encontra-se disponível para consulta no Departamento de Ambiente da Câmara Municipal de Loures, Rua do Funchal n.º 45, 2670-364 Loures, nos dias úteis entre as 9h00 e as 17h30; na União de Freguesias de Santo Antão e São Julião do Tojal, nos dias úteis entre as 9h00 e as 12h30 e as 14h00 e as 17h30, devendo as eventuais sugestões, reclamações ou observações ser dirigidas, por escrito, ao Presidente da Câmara Municipal de Loures, por correio, presencialmente no atendimento da Câmara Municipal ou enviadas para o endereço eletrónico da@cm-loures.pt.

Recorde-se este ecossistema é um verdadeiro "santuário" de avifauna, constituindo-se como local de nidificação, refúgio e alimentação de inúmeras espécies de aves, algumas delas em risco de extinção.

A área alberga uma grande diversidade de espécies, tendo sido já identificadas mais de 119 espécies de aves, alguns mamíferos, e ainda anfíbios, répteis e peixes, de entre os quais se destaca a Boga-de-Lisboa.

Consulte aqui o aviso publicado em Diário da República.

Gosto 0 Partilhar

2.4 - Projeto de Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras, publicado nas redes sociais da Câmara Municipal de Loures (Facebook acessível em: https://www.facebook.com/story.php?story_fbid=1179880544175106&id=100064595143209&rdid=pga0eJMjLWxRfXOu e Instagram acessível em https://www.instagram.com/p/DNkpvBJSlEv/?igsh=X2RDZnZ6UUhQ).





2.5 - Edital Nº.112/2026, afixado Departamento de Ambiente da Câmara Municipal de Loures e na União de Freguesias de Santo Antão e São Julião do Tojal e nos Paços do Município, sobre a consulta pública da Proposta de Classificação da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras e do Projeto de Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras.

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL

Nº.112/2026

Assunto: Consulta Pública da Proposta de Classificação da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras e seu Projeto de Regulamento Municipal, [**DA/REG/1/2025**].

Nuno Ricardo Conceição Dias, Vereador do Departamento de Ambiente da Câmara Municipal de Loures, torna publico que, a Câmara Municipal, na sequência da deliberação que aprovou a proposta 20/2026, tomada na 4ª Reunião Ordinária realizada em 15 de janeiro de 2026 e publicada no Boletim de Deliberações e Despachos "Loures Municipal" n.º1, de 19 de janeiro de 2026 e nos termos e para efeitos do disposto no n.º3 do artigo 15.º do Decreto-Lei 142/2008, de 24 julho, na sua redação atual, no artigo 101.º do Decreto-Lein.º4/2015 de 7 de janeiro, na sua redação atual, e no art.56º do anexo I da Lei nº75/2013, de 12 de setembro na sua redação atual, deliberou submeter a consulta pública, pelo prazo de 30 dias uteis, a contar do 10º dia seguinte ao da publicação do Aviso n.º 3069/2026/2, na 2ª série, n.º30 do Diário da República, datado de 12-02-2026, **a Proposta de Classificação da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras e seu Projeto de Regulamento Municipal.**

Durante esse período, a Proposta de Classificação da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras e o Projeto de Regulamento Municipal, encontram-se disponíveis para consulta no Departamento de Ambiente da Câmara Municipal de Loures, Rua do Funchal n.º 45, 2670-364 Loures, nos dias úteis entre as 9h00m e as 17h30m e na Junta de Freguesia da União de Freguesias de Santo Antão e São Julião do Tojal, nos dias úteis entre as 9h00m e as 12h30m e as 14h00 e as 17h30m, bem como na página da Internet, no sítio institucional do Município de Loures em www.cm-loures.pt e no Boletim de Deliberações e Despachos "Loures Municipal".

Os interessados poderão dirigir por escrito, as eventuais sugestões, reclamações ou observações contendo a referência expressa à consulta pública em causa, e enviadas, através de correio postal para a Praça da Liberdade, 2674-501 Loures, por correio eletrónico para: da@cm-loures.pt; geral@cm-loures.pt, dando, neste caso, o consentimento para que o respetivo endereço eletrónico seja utilizado para efeitos da alínea c) do n.º 1 do artigo 112.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro ou ainda presencialmente no atendimento da Câmara Municipal, Praça Liberdade 2674-501 Loures, nos dias úteis entre as 9h00m e as 17h30m até ao dia 06 de abril de 2026.

Para constar se publica o presente edital, que vai autenticado com o selo oficial em uso no Município de Loures, constituído por 2 páginas, no sítio institucional da Câmara Municipal de Loures em www.cm-loures.pt e na entrada do serviço por onde corre o procedimento administrativo - Departamento de Ambiente, no Edifício da Cooperativa Agrícola de Loures, sito na Rua do Funchal, 45, em Loures, bem como na sede da União de Freguesias de Santo Antão e São Julião do Tojal.

Loures, 19 de fevereiro de 2026

O Vereador

Nuno Ricardo Conceição Dias

Assim, os elementos disponibilizados para consulta durante o período de discussão pública, consistiram na Proposta de Classificação da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras e no seu Projeto de Regulamento.

Durante o período de discussão pública qualquer interessado pôde apresentar propostas, sugestões e contributos, bem como pedidos de esclarecimentos, sobre a Proposta de Classificação da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras e o seu Projeto de Regulamento em discussão pública, através de exposição por escrito, remetida para o endereço de correio eletrónico do Departamento de Ambiente, da@cm-loures.pt, ou ainda enviada por correio para o Departamento de Ambiente, sito na Rua do Funchal, n.º 49, 2674-501 Loures.

2.6 – Atividades de educação ambiental

Foram ainda realizadas, ao abrigo do programa **Caniceiras, conhecer para proteger**, e de modo gratuito, várias atividades temáticas no local, com o objetivo de divulgar e promover os valores naturais, culturais e paisagísticos presentes naquela área, assim como a necessidade de proceder à sua classificação e conservação.



3- CRITÉRIOS DE PONDERAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES

As participações apresentadas foram analisadas e ponderadas de acordo com os instrumentos de gestão e planeamento em vigor bem como a aplicação das boas práticas de modelos mais eficientes e sustentáveis em termos ambientais.

4 - PONDERAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES

Durante os períodos de consulta pública foram rececionados pela Câmara Municipal de Loures três participações, que se discriminam em baixo:

- **Participação 01** - ADAL (Associação de Defesa do Ambiente de Loures) - Registo n.º E/132269/2025 datado de 7 de agosto de 2025 (cujo o Documento se junta em Anexo I a este registo de webdoc e cujo o conteúdo se dá por integralmente reproduzido);

- Participação 02 - registo nº E/141507/2025, datado de 28 de Agosto de 2025 , corresponde ao contributo de (cujo o Documento se junta em Anexo II a este registo de webdoc e cujo o conteúdo se dá por integralmente reproduzido);

- Participação 03 - registo n.º E/143003/2025 ; datado de 29 de agosto de 2025, corresponde ao parecer de – Professor Assistente – NOVA School of Science and Technology, NOVA University Lisbon, Department of Environmental Sciences and Engineering; – biólogo; , investigador na Universidade de Lisboa, , investigador na Universidade de Lisboa; , investigador na Universidade de Lisboa, , investigador na Universidade de Lisboa, MARE, cE3c; , Professor na Katholieke Universiteit Leuven, , investigadora no Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos e , investigadora no Museu Nacional de História Natural e da Ciência (cujo o Documento se junta em Anexo III a este registo de webdoc e cujo o conteúdo se dá por integralmente reproduzido).

Participação:

Participação 1	Identificação: E/132269/2025/1 ADAL – Associação de Defesa do Ambiente de Loures
Tipologia Comentário	1ª Sugestão Página 2, (...) considerando-se que a presença desta espécie e a sua conservação, deverão ser a bandeira e a base justificativa da classificação

	do Paul das Caniceiras como Área Protegida de Âmbito Local. *Se se considera dever ser a base justificativa, não deveria integrar o artº 2º e ajudar a fundamentar o artigo da "Criação"?*
Ponderação	Notada a sugestão. Foi corrigido para a redação proposta passando o número 2 do artigo 2.º a constar o seguinte conteúdo: 2. Esta área natural húmida comporta um ecossistema de valores faunísticos e florísticos de relevante interesse ecológico, com destaque para a boga-de-boca-arqueada-de-lisboa, peixe que só existe na região do Baixo Tejo e que tem no paul o principal núcleo da Bacia do Rio Trancão, localizada junto da localidade de Santo Antão do Tojal, União das freguesias de Santo Antão do Tojal e São Julião do Tojal, concelho de Loures. De salientar também a importância deste local para a nidificação, alimentação e conservação de aves aquáticas.
Efeito Produzido	Com produção direta de efeitos no corpo do projeto de Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras.

Tipologia Comentário	2ª Sugestão Artº 2º 2 — Uma área natural húmida comportando um ecossistema de valores faunísticos e florísticos de relevante interesse ecológico, designadamente para a nidificação, alimentação e conservação de aves aquáticas, localizada junto da localidade de Santo Antão do Tojal, União das freguesias de Santo Antão do Tojal e São Julião do Tojal, concelho de Loures. *Não deveria ser feita referência à Boga de Lisboa, nesta caracterização?*
Ponderação	Notada a sugestão. Foi corrigido para a redação proposta na 1ª sugestão.
Efeito Produzido	Com produção direta de efeitos no corpo do projeto de Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras.

Tipologia Comentário	3ª Sugestão Artº 2º 3 — A área da RNLPC encontra-se coberta por manchas de caniço, manchas de tabua-estreita, manchas de lírio amarelo dos pântanos, com clareiras de água livre, choupos, freixos e salgueiros e nas orlas húmidas a congossa e a erva pinheira.

	Justifica-se neste número 3 uma tal precisão florística?
Ponderação	Sem enquadramento. Foi corrigido para a redação proposta por outra participação de investigadores que se considerou ser a mais correta, passando o número 3 do artigo 2.º, a constar o seguinte conteúdo: 3 - A área da RNLPC encontra-se coberta por manchas de caniço, manchas de tabua-larga, junquilho, com clareiras de água livre, freixos e salgueiros e nas orlas húmidas a corriola-das-sebes, epilóbio-maior e salgueirinha.
Efeito Produzido	Sem produção direta de efeitos no corpo do projeto de Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras.

Tipologia Comentário	4ª Sugestão Artº 4º e) A criação de áreas de recreio ao nível local, promovendo o repouso e atividades ao ar livre, em equilíbrio com os valores naturais salvaguardados; *Se o "outro" é nomeado pela União das Freguesias, e se é só um, a que rotatividade se refere esta disposição?*
Ponderação	Sem enquadramento. A proposta de alteração não se encontra bem formulada.
Efeito Produzido	Sem produção direta de efeitos no corpo do projeto de Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras.

Tipologia Comentário	5ª Sugestão Artº 7º 4 — Um dos vogais é designado pela Câmara Municipal de Loures, o qual substitui o presidente da Comissão Diretiva nas suas faltas e impedimentos, e o outro assumirá o cargo em regime de rotatividade, sendo nomeado pela União das Freguesias de Santo Antão e São Julião do Tojal. *Se o "outro" é nomeado pela União das Freguesias, e se é só um, a que rotatividade se refere esta disposição?*
Ponderação	Notada a sugestão. Foi corrigido para a redação proposta passando o número 4 do artigo 7.º, agora o número 3 do artigo 7.º a constar o seguinte conteúdo: 4 - Um dos vogais é designado pela Câmara Municipal de Loures, o qual substitui o presidente da Comissão Diretiva nas suas faltas e impedimentos, e o outro é nomeado pela União das Freguesias de Santo Antão e São Julião do Tojal.

Efeito Produzido	Com produção direta de efeitos no corpo do projeto de Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras.

Tipologia Comentário	6ª Sugestão Artº 9º Alínea a acrescentar *Providenciar secretariado para registo das reuniões do Conselho Consultivo*
Ponderação	Notada a sugestão. Foi previsto no n.º2 do Artigo 11.º, a constar o seguinte conteúdo: 2 – O Conselho Consultivo é apoiado no desenvolvimento da sua atividade por um secretariado técnico assegurado pelo Município, designadamente, o Departamento de Ambiente.
Efeito Produzido	Com produção direta de efeitos no corpo do projeto de Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras.

Tipologia Comentário	7ª Sugestão Artº 9º b) Autorizar atividades condicionadas na RNLPC em conformidade com o presente regulamento e plano de gestão. *A ADAL considera que uma tal autoridade não deve constituir competência própria do Presidente, mas antes, da Comissão Directiva, podendo esta delegar ou não delegar no seu Presidente.*
Ponderação	Notada a sugestão. Já estava previsto na alínea d) do nº3 do Artigo 8.º, tendo sido retirado da alínea b) do Artigo 9.º, passando a constar o seguinte conteúdo: Artigo 9.º Competências do Presidente da Comissão Diretiva Compete ao presidente da Comissão Diretiva: a) Representar a RNLPC; b) Submeter à Câmara Municipal e ao Conselho Consultivo, dando conhecimento ao ICNF, o plano de gestão, as propostas de planos e programas anuais e plurianuais de gestão e investimento, os relatórios anuais e plurianuais de atividades, os relatórios científicos e culturais sobre o estado da RNLPC e o relatório anual sobre o estado de conservação da RNLPC; c) Fiscalizar o exercício de atividades na RNLPC em conformidade com as normas constantes no presente regulamento e no plano de gestão; d) Cobrar receitas e autorizar as despesas para que seja competente.
Efeito Produzido	Com produção direta de efeitos no corpo do projeto de Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras.

Tipologia Comentário	8ª Sugestão Artº 9º e) Cobrar receitas e autorizar as despesas para que seja competente. *A ADAL considera que, igualmente, não deve constituir competência própria do Presidente, mas antes, da Comissão Directiva, podendo esta delegar ou não delegar no seu Presidente.*
Ponderação	Sem enquadramento. Considerando que a Comissão Diretiva é composta pelo seu Presidente e dois Vogais, sendo o Presidente o órgão máximo da mesma, deve essa competência estar centralizada no próprio.
Efeito Produzido	Sem produção direta de efeitos no corpo do projeto de Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras.

Tipologia Comentário	9ª Sugestão Artº 10º c) União das Freguesias de Santo Antão e São Julião do Tojal; *Propõe-se que no Conselho Consultivo a União de Freguesias detenha dois representantes, um representando o Executivo, outro, representando a Assembleia de Freguesia*
Ponderação	Sem enquadramento. Todas as restantes entidades têm apenas um representante.
Efeito Produzido	Sem produção direta de efeitos no corpo do projeto de Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras.

Tipologia Comentário	10ª Sugestão Artº 10º *Propõe-se que toda a Comissão Directiva integre o Conselho Consultivo*
Ponderação	Sem enquadramento. O Presidente da Comissão Diretiva já integra o Conselho Consultivo, assim como um representante da Câmara Municipal de Loures e um representante da União de Freguesias de Santo Antão e São Julião do Tojal.
Efeito Produzido	Sem produção direta de efeitos no corpo do projeto de Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras.

Tipologia Comentário	11ªSugestão Artº 10º h) Entidade gestora ou concessionária dos sistemas de abastecimento e distribuição de água para consumo público e de saneamento de águas *A ADAL discorda, em absoluto que possa ser considerada uma concessionária privada para integrar este órgão, pelo que sugere a reformulação do artigo de modo a clarificar inequivocamente a questão.*

Ponderação	Notada a sugestão. Foi retirada a alínea h).
Efeito Produzido	Com produção direta de efeitos no corpo do projeto de Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras.

Tipologia Comentário	12ª Sugestão Artº 10º i) Estabelecimentos de ensino superior com intervenção na área da RNLPC, considerados em conjunto e em sistema rotativo, com o mandato de um ano; *Concorda-se, evidentemente, com a participação de estabelecimentos de ensino superior, mas entendemos não ser adequada uma rotatividade anual que não permitiria um bom contacto com a evolução da RNLPC. A haver uma rotatividade que seja a cada mandato e que cada instituição esteja um mandato completo.*
Ponderação	Notada a sugestão. Foi corrigido para a redação proposta, passando a constar o seguinte conteúdo: g) Estabelecimentos de ensino superior com intervenção na área da RNLPC, considerados em conjunto e em sistema rotativo, com o mandato de quatro anos;
Efeito Produzido	Com produção direta de efeitos no corpo do projeto de Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras.

Tipologia Comentário	13ª Sugestão Artº 10º l) Organizações não governamentais de ambiente de âmbito local com intervenção na área da RNLPC consideradas em conjunto e em sistema rotativo, com o mandato de um ano e outras associações não governamentais, apartidárias e sem fins lucrativos sediadas no concelho de Loures, cuja causa compreenda a defesa e valorização do ambiente, do património natural e construído; *Considera-se que a disposição identificada com l) não está devidamente formulada. A nossa proposta é a seguinte, com uma nova alínea indicando os seguintes representantes:* *l) Organizações não governamentais de ambiente de âmbito local pelo período de um mandato, com rotatividade, de 4 em 4 anos;* *m) Associações de acção cívica ou social, não partidárias, sediadas no Concelho de Loures, pelo período de um mandato, com rotatividade, de 4 em 4 anos;*
Ponderação	Notada a sugestão. Foi corrigido parcialmente para a redação proposta, passando a constar o seguinte conteúdo: i) Organizações não governamentais de ambiente, de âmbito local com intervenção na área da RNLPC e outras associações não governamentais, apartidárias e sem fins lucrativos sediadas no concelho de Loures, cuja causa compreenda a defesa e valorização do ambiente, do património

	natural e construído, considerados em conjunto e em sistema rotativo, com o mandato de quatro anos;
Efeito Produzido	Com produção direta de efeitos no corpo do projeto de Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras.

Tipologia Comentário	14ª Sugestão Artº 10º p) Um representante dos proprietários dos terrenos. *Propõe-se que os proprietários contem com dois representantes, procurando assegurar-se que pelo menos um estará sempre presente.*
Ponderação	Notada a sugestão. Foi corrigido para a redação proposta, passando a constar o seguinte conteúdo, agora por alínea l): l) Dois representantes dos proprietários dos terrenos.
Efeito Produzido	Com produção direta de efeitos no corpo do projeto de Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras.

Tipologia Comentário	15ª Sugestão Artº 10º 2 — O Conselho Consultivo pode ouvir outras entidades representativas com intervenção na área de reserva local, as quais podem participar nas reuniões com o estatuto de observador sob proposta dos mesmos, do Presidente do Conselho Consultivo ou de qualquer outro membro nele representado, devendo a sua presença ser apreciada e aprovada em reunião do conselho consultivo. *Propõe-se a seguinte formulação:* *O Conselho Consultivo pode ouvir outras entidades a pedido destas ou por proposta de qualquer entidade representada no Conselho, que poderão participar nas reuniões com estatuto de convidado para uma participação pontual ou com estatuto de observador para acompanhamento de um projecto.* *O Presidente do Conselho consultivo pode decidir sobre participações pontuais. Outras participações requerem consulta prévia ao Conselho.*
Ponderação	Sem enquadramento. A proposta apresentada pela ADAL não especifica que tipo de entidades se deve privilegiar, abrindo o leque a quaisquer entidades fora do âmbito de intervenção na área da reserva local. Também diferencia dois tipos de participação (de observador e de convidado), podendo o observador ter uma participação mais regular. Pretende concentrar o poder do Presidente do Conselho Consultivo decidindo sobre todas as participações pontuais e separando outro tipo de participações que não especifica quais, delegando tais matérias numa consulta prévia ao Conselho.
Efeito Produzido	Sem produção direta de efeitos no corpo do projeto de Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras.

Tipologia Comentário	16ª Sugestão Artº 11º Competências do Conselho Consultivo Compete ao Conselho Consultivo, em geral, a apreciação das atividades desenvolvidas na RNLPC e, em especial: *Propõe-se a seguinte redação para as alíneas:* *b) Emitir parecer sobre o plano de gestão;* *c) Emitir parecer as propostas de planos, os programas anuais e plurianuais de gestão e investimento;* *d) Emitir parecer sobre os relatórios anuais e plurianuais de atividades, bem como o relatório anual de contas de gerência;*
Ponderação	Não tem enquadramento. Considera-se que de acordo com a sua principal função de apreciação, não se justifica a emissão de pareceres.
Efeito Produzido	Sem produção direta de efeitos no corpo do projeto de Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras.

Tipologia Comentário	17ª Sugestão Artº 11º e) Apreciar os relatórios científicos e culturais sobre o estado da RNLPC; *Que tipo de relatórios culturais se pretende apreciar ?*
Ponderação	Notada a sugestão. Foi corrigido para a redação proposta, passando a constar o seguinte conteúdo: e) Apreciar os relatórios de qualquer âmbito sobre o estado da RNLPC;
Efeito Produzido	Com produção direta de efeitos no corpo do projeto de Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras.

Tipologia Comentário	18.ª Sugestão Artº 11º A manutenção e extração de água mantendo um nível crítico e sustentável da água; *Na opinião da ADAL, tal matéria não deve ser competência do Conselho Consultivo, mas sim responsabilidade da Comissão Directiva com uma formulação do tipo:* *"Cabe à Comissão Directiva monitorizar permanentemente o nível de água no Paul de modo a assegurar o seu nível sustentável e conveniente."*
Ponderação	Notada a sugestão. Foi enquadrado parcialmente, uma vez que o número 2 do Artigo 14.º, foi alterado passando a constar o seguinte conteúdo: 2 — Os atos e atividades condicionadas referidas na alínea f) do artigo 11.º, carecem, adicionalmente, de parecer vinculativo, dado pelo Conselho Consultivo, nomeadamente: a) A manutenção e extração de água mantendo um nível crítico e sustentável da água;

Efeito Produzido	Com produção direta de efeitos no corpo do projeto de Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras.

Tipologia Comentário	19.ª Sugestão Artº 11º A instalação de painéis e outros suportes publicitários temporários ou permanentes, de cariz comercial ou não, incluindo a colocação de meios amovíveis com exceção das ações de promovidas pelos órgãos de gestão da RNLPC; *Propõe-se a seguinte redacção: "cabe ao Conselho Consultivo, decisão vinculativa sobre a instalação de painéis e outros suportes publicitários temporários ou permanentes, de cariz comercial ou não, incluindo a colocação de meios amovíveis."*
Ponderação	Notada a sugestão. Foi enquadrado parcialmente, uma vez que o número 2 do Artigo 14.º, foi alterado passando a constar o seguinte conteúdo: 2 — Os atos e atividades condicionadas referidas na alínea f) do artigo 11.º, carecem, adicionalmente, de parecer vinculativo, dado pelo Conselho Consultivo, nomeadamente: b) A instalação de painéis e outros suportes publicitários temporários ou permanentes, de cariz comercial ou não, incluindo a colocação de meios amovíveis com exceção das ações promovidas pelos órgãos de gestão da RNLPC;
Efeito Produzido	Com produção direta de efeitos no corpo do projeto de Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras.

Tipologia Comentário	20.ª Sugestão Artº 11º O sobrevoo por aeronaves com motor abaixo de 1000 pés, fora dos casos para fins agrícolas, ações de fiscalização, de operações de socorro e de controlo para fins de manutenção e segurança, tal como de monitorização e mitigação e trabalhos científicos autorizados por parte dos órgãos de gestão da RNLPC; *Na opinião da ADAL, trata-se de uma matéria com carácter operativo pelo que a responsabilidade deve caber à Comissão Directiva*
Ponderação	Notada a sugestão. Foi enquadrado parcialmente, uma vez que o número 2 do Artigo 14.º, foi alterado passando a constar o seguinte conteúdo: 2 — Os atos e atividades condicionadas referidas na alínea f) do artigo 11.º, carecem, adicionalmente, de parecer vinculativo, dado pelo Conselho Consultivo, nomeadamente: c) O sobrevoo por aeronaves com motor abaixo de 1000 pés, fora dos casos para fins agrícolas, ações de fiscalização, de operações de socorro e de controlo para fins de manutenção e segurança, tal como de monitorização e mitigação e trabalhos científicos autorizados por parte dos órgãos de gestão da RNLPC;

Efeito Produzido	Com produção direta de efeitos no corpo do projeto de Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras.

Tipologia Comentário	21.ª Sugestão Artº 11º Filmagens ou fotografias para fins comerciais ou publicitários que impliquem a colocação de equipamentos especiais *Na opinião da ADAL, trata-se de uma matéria com carácter operativo pelo que a responsabilidade deve caber à Comissão Directiva*
Ponderação	Notada a sugestão. Foi enquadrado parcialmente, uma vez que o número 2 do Artigo 14.º, foi alterado passando a constar o seguinte conteúdo: 2 — Os atos e atividades condicionadas referidas na alínea f) do artigo 11.º, carecem, adicionalmente, de parecer vinculativo, dado pelo Conselho Consultivo, nomeadamente: d) Filmagens ou fotografias para fins comerciais ou publicitários que impliquem a colocação de equipamentos especiais;
Efeito Produzido	Com produção direta de efeitos no corpo do projeto de Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras.

Tipologia Comentário	22.ª Sugestão Artº 11º Realização de ações de monitorização, investigação e sensibilização ambiental, bem como ações de conservação da natureza. *Na opinião da ADAL, deveria ter a seguinte redacção:* *Emitir pareceres ou resoluções de autorização ou não autorização sobre a realização de ações de monitorização, investigação e sensibilização ambiental, bem como ações de conservação da natureza.*
Ponderação	Notada a sugestão. Foi enquadrado parcialmente, uma vez que o número 2 do Artigo 14.º, foi alterado passando a constar o seguinte conteúdo: 2 — Os atos e atividades condicionadas referidas na alínea f) do artigo 11.º, carecem, adicionalmente, de parecer vinculativo, dado pelo Conselho Consultivo, nomeadamente: e) A realização de ações de monitorização, investigação e sensibilização ambiental, bem como ações de conservação da natureza.
Efeito Produzido	Com produção direta de efeitos no corpo do projeto de Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras.

Tipologia Comentário	23.ª Sugestão Artº 12º a) Respeitar a lei e as normas administrativas em vigor, designadamente o presente regulamento, acatando as ordens e indicações das

	autoridades, não se colocando a si e aos outros em situação de perigo ou risco enquanto permanecerem na área da RNLPC; *Propõe-se a seguinte redacção:* *a) Respeitar a lei e as normas administrativas em vigor, designadamente, o presente regulamento, acatando as orientações das autoridades, do conselho directivo e dos trabalhadores municipais afectos ao funcionamento da RNLPC.*
Ponderação	Sem enquadramento. Não está previsto a afetação de trabalhadores efetivos à RNLPC
Efeito Produzido	Sem produção direta de efeitos no corpo do projeto de Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras.

Tipologia Comentário	24.ª Sugestão Artº 12º c) Dispor de equipamento adequado e usá-lo em condições de segurança no desenvolvimento de atividades autorizadas ou condicionadas em cumprimento integral do presente regulamento; *Propõe-se a clarificação sobre quais são os equipamentos ou tipo de equipamentos em causa.*
Ponderação	Sem enquadramento. A lista de equipamentos adequados será longa e será avaliado caso a caso, no que concerne aos atos e atividades condicionadas.
Efeito Produzido	Sem produção direta de efeitos no corpo do projeto de Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras.

Tipologia Comentário	25.ª Sugestão Artº 12º e) Usar as papeleiras, caixotes do lixo, ecopontos, cinzeiros e os demais locais próprios para depositar os resíduos e o lixo que produzirem; *Sugere-se que não seja feita qualquer referência a cinzeiros e defende-se que o Regulamento deve estipular a proibição de fumar ou foguear na RNLPC.*
Ponderação	Notada a sugestão. Foi corrigido parcialmente. Quanto ao risco de incêndio, já se encontra previsto na alínea h) do Artigo 13.º do respetivo regulamento, não havendo necessidade de acrescentar mais alíneas. Assim, foi alterado para a redação proposta, passando a constar o seguinte conteúdo: e) Usar as papeleiras, caixotes do lixo, ecopontos e os demais locais próprios para depositar os resíduos e o lixo que produzirem;
Efeito Produzido	Com produção direta de efeitos no corpo do projeto de Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras.

Tipologia Comentário	26.ª Sugestão Artº 12º f) Pagar as taxas e tarifas em vigor exigíveis para a utilização dos espaços, infraestruturas e equipamentos. *A ADAL considera que não se justifica nenhuma cobrança de tarifas desde já e que essa matéria deve ser deixada para futura revisão do Regulamento.*
Ponderação	Sem enquadramento. Considera-se que, não existindo taxas a cobrar, nada será cobrado. Se futuramente houver, já se encontra previsto em regulamento, não sendo necessário fazer a sua revisão.
Efeito Produzido	Sem produção direta de efeitos no corpo do projeto de Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras.

Tipologia Comentário	27.ª Sugestão Art 13.º Interdições Dentro dos limites da Reserva Natural são interditos os seguintes atos e atividades: *Sugere-se a introdução de uma nova alínea que estipule ser proibido fumar ou foguear*
Ponderação	Sem enquadramento. Presentemente, os terrenos não são propriedade municipal, são terrenos privados, pelo que tal proibição não se justifica. Quanto ao risco de incêndio, já se encontra previsto na alínea h) do Artigo 13.º do respetivo regulamento, não havendo necessidade de acrescentar mais alíneas.
Efeito Produzido	Sem produção direta de efeitos no corpo do projeto de Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras.

Tipologia Comentário	28.ª Sugestão Art 14.º 1 — Sem prejuízo dos restantes condicionalismos legais, ficam sujeitos a autorização ou parecer prévios da Comissão Diretiva da RNLPC os seguintes atos e atividades a desenvolver na área de proteção da RNLPC. *Propõe-se a seguinte redacção:* *1 — Sem prejuízo dos restantes condicionalismos legais, ficam sujeitos a autorização ou parecer prévios da Comissão Diretiva e do Conselho Consultivo da RNLPC os seguintes atos e atividades a desenvolver na área de proteção da Reserva.*
Ponderação	Sem enquadramento. Compete à Comissão Diretiva autorizar, fiscalizar e dar parecer sobre atos ou atividades condicionadas na RNLPC, em conformidade com as normas constantes no Decreto-Lei 142/2008 de 24

	de Julho e com o disposto no presente Regulamento, conforme a alínea d), do N.º3 do Artigo 8.º. Ao Conselho Consultivo compete dar parecer vinculativo sobre qualquer assunto com interesse para a RNLPC, estando elencados na alínea f) do Artigo 11.º
Efeito Produzido	Sem produção direta de efeitos no corpo do projeto de Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras.

Tipologia Comentário	29.ª Sugestão Art 14.º 2 — Excetuam-se do n.º 1, os atos e atividades condicionadas referidas na alínea f) do artigo 11.º, aos quais é suficiente o parecer dado pelo Conselho Consultivo, nomeadamente: *A ADAL considera que as alíneas a), c) e d), pelo seu carácter operativo, devem ser responsabilidade da Comissão Directiva, porque será quem pode dispor de meios de acompanhamento e verificação.*
Ponderação	Notada a sugestão. Foi enquadrado parcialmente, contemplando o parecer dos dois órgãos, da Comissão Diretiva e do Conselho Consultivo, conforme nº2 do Artigo 14.º do Projeto de Regulamento. Assim, foi alterado para a redação proposta, passando a constar o seguinte conteúdo: *2 — Os atos e atividades condicionadas referidas na alínea f) do artigo 11.º, carecem, adicionalmente, de parecer vinculativo, dado pelo Conselho Consultivo, nomeadamente...*
Efeito Produzido	Com produção direta de efeitos no corpo do projeto de Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras.

Tipologia Comentário	30.ª Sugestão Art 14.º 4 — Os pareceres e autorizações emitidos pela Comissão Diretiva da RNLPC ao abrigo do presente diploma caducam decorridos dois anos sobre a data da sua emissão, salvo se nesse prazo as entidades competentes tiverem procedido ao respetivo licenciamento. *A ADAL considera que devem ser salvaguardados os seguintes aspectos:* *1)A Comissão Directiva emite autorizações mediante a sua própria esfera de decisão e respeitantes às deliberações tomadas pelo Conselho Consultivo.* *2)Os pareceres não estão sujeitos a validade.* *3)Em caso nenhum as autoridades administrativas devem licenciar o que quer que seja para a área da Reserva sem o Parecer do Conselho Consultivo.*
Ponderação	Sem enquadramento. A sugestão está mal redigida, uma vez que o texto remete para o ponto 4 do Artigo 15.º e não para o Artigo 14º conforme

	expresso. No entanto, esclarece-se que, no que concerne ao ponto 4 do Artigo 15.º, a Comissão Diretiva emite autorizações e pareceres relativamente aos Atos e Atividades Condicionados elencados no artigo 14.º, estas autorizações e pareceres, não são licenciamentos. Relativamente à validade dos pareceres e autorizações com vista à obtenção de um licenciamento, estes são válidos por dois anos, o que significa que, chegando ao término de dois anos do pedido de autorização ou parecer, se a entidade requerente obteve licenciamento, está concluído, se a entidade não obteve o devido licenciamento durante dois anos, terá que fazer novo pedido de autorização ou parecer para esse licenciamento, pois o parecer ou autorização que lhe foi concedido há mais de dois anos, considera-se caducado.
Efeito Produzido	Sem produção direta de efeitos no corpo do projeto de Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras.

Tipologia Comentário	31.ª Sugestão Art 16º 3 — Constitui, ainda, contraordenação ambiental grave, punível nos termos da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, a prática dos seguintes atos e atividades proibidos ou interditos: ADAL propõe uma nova alínea que considere contraordenação ambiental grave "fumar ou foguear".
Ponderação	Sem enquadramento. Quanto à interdição de foguear, já se encontra previsto na alínea h) do Artigo 13.º do respetivo regulamento, não havendo necessidade de acrescentar esta situação. No que respeita à proibição de fumar, realça-se que os terrenos da RNLPC se encontram em terrenos privados, considerando-se abusiva essa proibição aos proprietários, não obstante as diretrizes e proibições emitidas pelo Governo em períodos de maior risco de incêndio.
Efeito Produzido	Sem produção direta de efeitos no corpo do projeto de Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras.

Tipologia Comentário	32.ª Sugestão Art 20º (...) e das Florestas), à CCDR-LVT (Comissão de Coordenação e de Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo) competente, às autoridades policiais e demais entidades competentes, nos termos legais da legislação em vigor. *Da CCDR-LVT "competente" ????* *Deverá ser lapso.*
Ponderação	Notada a sugestão. Foi corrigido para a redação proposta, passando a constar o seguinte conteúdo:

	As funções de fiscalização para os efeitos do disposto no presente diploma e legislação complementar aplicável competem à Câmara Municipal, ao ICNF, I.P. (Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas), à CCDR-LVT (Comissão de Coordenação e de Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo), às autoridades policiais e demais entidades competentes, nos termos legais da legislação em vigor.
Efeito Produzido	Com produção direta de efeitos no corpo do projeto de Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras.

Tipologia Comentário	33.ª Sugestão *Conscientes de que este Regulamento é uma primeira experiência do tipo, ao qual faltará, necessariamente, a experiência que o tempo trará, recomendamos adicionalmente que o próprio Regulamento preveja um prazo de revisão, por exemplo, no início de cada mandato dos Orgãos da RNLPC.* *Suscitadas as dúvidas, formuladas as sugestões à proposta de Regulamento, reiteramos a nossa disponibilidade para prosseguir a colaboração com os serviços municipais e os futuros órgãos da Reserva Natural.* *Nesse sentido, permitimo-nos recomendar, desde já, que a Comissão Directiva desencandei um estudo sobre medidas de mitigação a tomar quanto às alterações climáticas para adopção das que se justifiquem, visando a protecção da Reserva Natural e da sua biodiversidade.*
Ponderação	Sem enquadramento. O presente Regulamento é suscetível de sofrer uma revisão sempre que existam fundamentos credíveis que o justifiquem. Relativamente ao estudo sobre medidas de mitigação a tomar quanto às alterações climáticas, o Município de Loures já tem um vasto estudo elaborado no âmbito do Plano de Ação Climática de Loures – Mitigação Municipal, considerando-se que não se justifica mais estudos neste âmbito.
Efeito Produzido	Sem produção direta de efeitos no corpo do projeto de Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras.

Participação 2	Identificação: E/141507/2025
Tipologia Comentário	1ª Sugestão *Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Loures,* *Na sequência da consulta pública do projecto de Regulamento Municipal da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras, venho expor e sugerir o seguinte.* *A criação da Reserva Natural é bem-vinda.*

	Deveria a meu ver ser mencionado algo sobre as canas "Arundo donax", espécie não nativa, declaradas na lei como invasoras (anexo II do Decreto-Lei nº 92/2019, de 10 julho), forte consumidoras de água, bastante presentes no Paul das Caniceiras, o dever de serem extintas e substituídas por espécies nativas, por exemplo, plantação de caniços e vimes que são plantas nativas. *Não faz sentido haver uma preocupação em conservar a água no Paul em especial nos meses de verão, proibindo certas ações no regulamento e ao mesmo tempo permitir e nada escrever dando a " bênção" á existência de canas "Arundo donax" forte consumidoras de água no local da reserva.*
Ponderação	Sem enquadramento. O Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras, de acordo com o seu Artigo 1.º, relativo ao objeto e âmbito de aplicação, pretende estabelecer os objetivos específicos da criação da área protegida, os órgãos de gestão, sua composição e competências, os meios financeiros, materiais e humanos afetos à gestão da mesma, bem como os atos e atividades interditos e condicionados, as normas de fiscalização e o respetivo regime contraordenacional. No que concerne ao controle de espécies invasoras existentes no Paul das Caniceiras, será elaborado o Plano de Gestão da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras, posteriormente à criação da Reserva e à aprovação do seu Regulamento, não tendo esta temática enquadramento no documento que está em projeto, discussão e aprovação. Mais importa esclarecer que a questão das canas *Arundo donax* foi identificada no estudo base à proposta de classificação do Paul das Caniceiras como Área Protegida de Âmbito Local, onde foi referido que essa espécie "*constitui uma grave ameaça para o correto funcionamento das comunidades presentes no paul. A cana é uma espécie de introdução antiga, que ocorre nas margens perturbadas de linhas de água e outras massas de água. A sua erradicação constitui um grande desafio, sendo de prever, no entanto, que o aumento do ensombramento, resultante do desenvolvimento dos freixiais e salgueirais, possa constituir uma forma de controlo da espécie.*"
Efeito Produzido	Sem produção direta de efeitos no corpo do projeto de Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras.

Participação 3	Identificação: E/143003/2025 – Professor Assistente – Investigador da NOVA FCT, – Biólogo; - Investigador na Universidade de Lisboa; - Investigador na Universidade de Lisboa;

	- Investigador na Universidade de Lisboa; - Investigador na Universidade de Lisboa, MARE, cE3c; – Professor na Katholieke Universiteit Leuven; – Investigadora no Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos; – Investigadora no Museu Nacional de História Natural e da Ciência.
Tipologia Comentário	1ª Sugestão Página 1, 1º parágrafo: O Paul não se encontra na confluência de dois afluentes da Ribeira de Fanhões, mas sim entre a Ribeira de Fanhões, a oeste, e um afluente desta, a leste.
Ponderação	Notada a sugestão. Foi corrigido para a redação proposta passando o novo parágrafo a constar o seguinte conteúdo: A área proposta, que adiante se apresenta para constituir a Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras, localiza-se junto a Santo Antão do Tojal, à entrada da várzea de Loures, ocupa uma mancha de solos aluvionares, encontrando-se entre a Ribeira de Fanhões, a oeste, e um afluente desta, a leste, ocupando uma área de 16,45 ha em terrenos privados.
Efeito Produzido	Com produção direta de efeitos no corpo do projeto de Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras.

Tipologia Comentário	2ª Sugestão Página 1, 1º parágrafo: Oeste de Sto. Antão do Tojal" deve passar a "a oeste de Sto. Antão do Tojal.
Ponderação	Sem enquadramento, foi corrigido na alínea anterior.
Efeito Produzido	Sem produção direta de efeitos no corpo do projeto de Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras.

Tipologia Comentário	3ª Sugestão Página 1, 2º parágrafo: A frase que lista os serviços ecossitémicos é excessivamente longa, faltando parenteses e confundindo-se vírgula com ponto e vírgula, tornando-se difícil de ler. Sugere-se uma revisão de pontuação e da construção frásica.
Ponderação	Notada a sugestão. Foi corrigido para a redação proposta passando o novo parágrafo a constar o seguinte conteúdo: As zonas húmidas constituem dos mais ricos e produtivos ecossistemas da biosfera, fornecendo uma variedade de serviços ecossistémicos ao homem, na sua maioria indispensáveis, mas pouco valorizados: serviços

	de aprovisionamento, serviços de regulação, serviços de suporte, identidade territorial, valores estéticos, espirituais e religiosos, de lazer e recreio, sendo imperativo o seu uso racional e sustentável. Para além destes serviços, as zonas húmidas são muitas vezes referenciadas como hotspots de biodiversidade, uma vez que albergam milhares de espécies de animais e vegetais, com especial destaque para as aves e peixes, que aí, encontram abrigo e alimento, permitindo assegurar a propagação genética através da preservação das gerações futuras, com impactos diretos no estado das populações à escala global.
Efeito Produzido	Com produção direta de efeitos no corpo do projeto de Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras.

Tipologia Comentário	4ª Sugestão Página 1, 3º parágrafo: O Paul das Caniceiras não está efetivamente integrado na IBA do Estuário do Tejo. Sugere-se a seguinte redação: A área proposta, que adiante se apresenta para constituir a Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras, que apresenta continuidade ecológica com a ZPE (Zona de Proteção Especial – Rede Natura 2000) e a IBA – (Área importante para Aves e Biodiversidade) do estuário do Tejo,...
Ponderação	Notada a sugestão. Foi corrigido para a redação proposta passando o novo parágrafo a constar o seguinte conteúdo: A área proposta, que adiante se apresenta para constituir a Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras, apresenta continuidade ecológica com a ZPE (Zona de Proteção Especial - Rede Natura 2000) e a IBA (Área Importante para Aves e Biodiversidade) do Estuário do Tejo, constitui um magnífico ecossistema e um verdadeiro santuário de avifauna, sendo local de nidificação, refúgio e alimentação de inúmeras espécies de aves, algumas delas em risco de extinção.
Efeito Produzido	Com produção direta de efeitos no corpo do projeto de Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras

Tipologia Comentário	5ª Sugestão Página 2: São apresentadas citações a vários estudos que não estão referenciados no documento (e.g. Santos 2003).

Ponderação	Notada a sugestão. Foi corrigido para a redação proposta passando o novo parágrafo a constar o seguinte conteúdo: A área alberga uma grande diversidade de espécies, tendo sido já identificadas mais de 119 espécies de aves, algumas constantes no anexo I da Diretiva das Aves 79/409/CEE de 2 abril 1979, sendo o local de reprodução de várias espécies de aves aquáticas, como o mergulhão-pequeno (*Tachybaptus ruficollis*), o pato-real (*Anas platyrhynchos*), a galinha-d´agua (*Gallinula chloropus*), o galeirão (*Fulica atra*), o garçote (*Botaurus minutus*) e a águia-sapeira (*Circus aeruginosus*). Durante a migração outonal esta área assume especial relevância pelo grande número de passeriformes que utilizam as áreas de caniço do paul para descanso e restabelecimento energético. Neste período são particularmente abundantes, os piscos-de-peito-azul (*Luscinia svecica*), os rouxinóis-dos-caniços (*Acrocephalus scirpaceus* e *Acrocephalus arundinaceus*) e as felosas-musicais (*Phylloscopus trochilus*). De acordo com alguns estudos, podemos também encontrar a garça-vermelha (*Ardea purpurea*), o goraz (*Nycticorax nycticorax*) a garça-branca-pequena (*Egretta garzetta*), a cegonha-branca (*Ciconia ciconia)*, o guarda-rios-comum (*Alcedo atthis*) e o caimão (*Porphyrio porphyrio*), considerando-se que a sua importância para a avifauna justifica também a sua conservação e proteção. As espécies mencionadas nesse anexo (Anexo I da Diretiva das Aves) são objeto de medidas de conservação especiais respeitantes ao seu habitat de modo a garantir a sua sobrevivência e reprodução na sua área de distribuição. As espécies acima referidas estão também referenciadas na Lista Vermelha das Aves de Portugal Continental, estando o garçote e a garça-vermelha classificadas como espécies vulneráveis, dado o seu declínio populacional recente e a vulnerabilidade dos habitats de que dependem. Alguns estudos têm demonstrado que mamíferos como a lontra (*Lutra lutra*), a raposa (*Vulpes vulpes*) e o saca-rabos (*Herpestes ichneumon*) tornaram-se também razoavelmente abundantes nas últimas décadas.
Efeito Produzido	Com produção direta de efeitos no corpo do projeto de Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras

Tipologia	6ª Sugestão
Comentário	Página 2: Existem algumas gralhas nos nomes das espécies, sendo que os nomes comuns zoológicos e botânicos compostos devem escrever-se com hifenes e os nomes próprios neles incluídos grafam-se com minúscula inicial. Em adição, alguns nomes científicos requerem atualização. Sugerimos as seguintes correções:

	Galinha-d´agua (*Gallinula chloropus*): "chloropus" em letra minúscula; Garçote (*Botaurus minutos*); Águia-sapeira (*Circus aeruginosus*): uniformizar o nome comum Garça-vermelha (*Ardea-purpurea*); Boga-de-boca-arqueada-de-lisboa *Iberochondrostoma olisiponense*: Embora o nome comum "boga-de-lisboa" seja frequentemente usado, o nome correto é "boga-de-boca-arqueada-de-lisboa". O nome científico atual é *Iberochondrostoma olisiponense*, e não *Iberochondrostoma olisiponensis*.
Ponderação	Notada a sugestão. Foi corrigido para a redação proposta passando o novo parágrafo a constar o seguinte conteúdo: A área alberga uma grande diversidade de espécies, tendo sido já identificadas mais de 119 espécies de aves, algumas constantes no anexo I da Diretiva das Aves 79/409/CEE de 2 abril 1979, sendo o local de reprodução de várias espécies de aves aquáticas, como o mergulhão-pequeno (*Tachybaptus ruficollis*), o pato-real (*Anas platyrhynchos*), a galinha-d´agua (*Gallinula chloropus*), o galeirão (*Fulica atra*), o garçote (*Botaurus minutus*) e a águia-sapeira (*Circus aeruginosus*). Durante a migração outonal esta área assume especial relevância pelo grande número de passeriformes que utilizam as áreas de caniço do paul para descanso e restabelecimento energético. Neste período são particularmente abundantes, os piscos-de-peito-azul (*Luscinia svecica*), os rouxinóis-dos-caniços (*Acrocephalus scirpaceus* e *Acrocephalus arundinaceus*) e as felosas-musicais (*Phylloscopus trochilus*). De acordo com alguns estudos, podemos também encontrar a garça-vermelha (*Ardea purpurea*), o goraz (*Nycticorax nycticorax*) a garça-branca-pequena (*Egretta garzetta*), a cegonha-branca (*Ciconia ciconia)*, o guarda-rios-comum (*Alcedo atthis*) e o caimão (*Porphyrio porphyrio*), considerando-se que a sua importância para a avifauna justifica também a sua conservação e proteção. As espécies mencionadas nesse anexo (Anexo I da Diretiva das Aves) são objeto de medidas de conservação especiais respeitantes ao seu habitat de modo a garantir a sua sobrevivência e reprodução na sua área de distribuição. As espécies acima referidas estão também referenciadas na Lista Vermelha das Aves de Portugal Continental, estando o garçote e a garça-vermelha classificadas como espécies vulneráveis, dado o seu declínio populacional recente e a vulnerabilidade dos habitats de que dependem. Alguns estudos têm demonstrado que mamíferos como a lontra (*Lutra lutra*), a raposa (*Vulpes vulpes*) e o saca-rabos (*Herpestes ichneumon*) tornaram-se também razoavelmente abundantes nas últimas décadas. Além da longa lista de espécies de aves e de alguns mamíferos, há a acrescentar outros grupos como anfíbios, répteis e peixes, onde se destaca a boga-de-boca-arqueada-de-lisboa (*Iberochondrostoma*

	olisiponense), um leuciscídeo (família de peixes de água doce) endémico do Baixo Tejo, altamente ameaçado, sendo classificado pela Internacional Union for Conservation of Nature (IUCN) como "Em Perigo", que por esta razão assume o papel principal na lista de espécies da biodiversidade do paul, considerando-se que a presença desta espécie e a sua conservação, deverão ser a bandeira e a base justificativa da classificação do Paul das Caniceiras como Área Protegida de Âmbito Local.
Efeito Produzido	Com produção direta de efeitos no corpo do projeto de Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras

Tipologia Comentário	7ª Sugestão Página 2, 5º parágrafo: Na primeira frase existem várias espécies já citadas no parágrafo anterior. Sugerimos a seguinte redação: Podemos também encontrar a garça-vermelha (*Ardea purpúrea*), o goraz (*Nycticorax nycticorax*), a garça-branca-pequena (*Egretta garzetta*), a cegonha-branca (*Ciconia ciconia*), o guarda-rios-comum (*Alcedo atthis*) e o caimão (*Porphyria porphyrio*)… Na última frase, deve ser clarificado que o anexo referido é o Anexo I da Diretiva das Aves.
Ponderação	Notada a sugestão. Foi corrigido para a redação proposta passando o novo parágrafo a constar o seguinte conteúdo: De acordo com alguns estudos, podemos também encontrar a garça-vermelha (*Ardea purpurea*), o goraz (*Nycticorax nycticorax*) a garça-branca-pequena (*Egretta garzetta*), a cegonha-branca (*Ciconia ciconia)*, o guarda-rios-comum (*Alcedo atthis*) e o caimão (*Porphyrio porphyrio*), considerando-se que a sua importância para a avifauna justifica também a sua conservação e proteção. As espécies mencionadas nesse anexo (Anexo I da Diretiva das Aves) são objeto de medidas de conservação especiais respeitantes ao seu habitat de modo a garantir a sua sobrevivência e reprodução na sua área de distribuição.
Efeito Produzido	Com produção direta de efeitos no corpo do projeto de Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras

Tipologia Comentário	8ª Sugestão Página 2, 6º parágrafo: Existem algumas inconsistências em relação à atual versão da Lista Vermelha das Aves de Portugal Continental.

	Sugerimos a seguinte redação para a primeira frase: As espécies acima referidas estão também referenciadas na Lista Vermelha das Aves de Portugal Continental, estando o garçote e a garça-vermelha classificadas como espécies vulneráveis, dado o seu declínio populacional recente e a vulnerabilidade dos habitats de que dependem. A segunda frase deve ser removida. A narceja, enquanto população invernante, não apresenta um estatuto de ameaça preocupante na Lista Vermelha das Aves de Portugal Continental.
Ponderação	Notada a sugestão. Foi corrigido para a redação proposta passando o novo parágrafo a constar o seguinte conteúdo: As espécies acima referidas estão também referenciadas na Lista Vermelha das Aves de Portugal Continental, estando o garçote e a garça-vermelha classificadas como espécies vulneráveis, dado o seu declínio populacional recente e a vulnerabilidade dos habitats de que dependem. Alguns estudos têm demonstrado que mamíferos como a lontra (*Lutra lutra*), a raposa (*Vulpes vulpes*), o saca-rabos (*Herpestes ichneumon*) tornaram-se também razoavelmente abundantes nas últimas décadas.
Efeito Produzido	Com produção direta de efeitos no corpo do projeto de Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras

Tipologia Comentário	9ª Sugestão Página 2, 7º parágrafo: “ciprinídeo” deve ser substituído por “leuciscídeo”.
Ponderação	Notada a sugestão. Foi corrigido para a redação proposta passando o novo parágrafo a constar o seguinte conteúdo: Além da longa lista de espécies de aves e de alguns mamíferos, há a acrescentar outros grupos como anfíbios, répteis e peixes, onde se destaca a boga-de-boca-arqueada-de-lisboa (*Iberochondrostoma olisiponense*), um leuciscídeo (família de peixes de água doce) endémico do Baixo Tejo…
Efeito Produzido	Com produção direta de efeitos no corpo do projeto de Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras

Tipologia Comentário	10ª Sugestão Página 2, 7º e 8º parágrafos: Também no caso da boga-de-boca-arqueada-de-lisboa houve uma atualização recente do seu estatuto de ameaça, sendo atualmente classificada pelo Livro Vermelho dos Peixes

	Dulciaquícolas e Diádromos de Portugal Continental e pela IUCN como "Em Perigo".
Ponderação	Notada a sugestão. Foi corrigido para a redação proposta passando o novo parágrafo a constar o seguinte conteúdo: … um leuciscídeo (família de peixes de água doce) endémico do Baixo Tejo, altamente ameaçado, sendo classificado pelo Livro Vermelho dos Peixes Dulciaquícolas e Diádromos de Portugal Continental e pela IUCN como "Em Perigo", que por esta razão assume o papel principal na lista de espécies da biodiversidade do paul, considerando-se que a presença desta espécie e a sua conservação, deverão ser a bandeira e a base justificativa da classificação do Paul das Caniceiras como Área Protegida de Âmbito Local.
Efeito Produzido	Com produção direta de efeitos no corpo do projeto de Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras

Tipologia Comentário	11ª Sugestão Página 2, 8º parágrafo: Seguidamente à frase "…disponibilidade de água". Sugere-se o seguinte complemento: Há ainda a destacar a presença regular de enguia-europeia (*Anguilla anguilla*) e esgana-gata(*Gasterosteus aculeatus*), ambos classificados como "Em Perigo" pelo Livro Vermelho dos Peixes Dulciaquícolas e Diádromos de Portugal Continental. Caso esta edição seja acatada, no último parágrafo desta frase a palavra "endémicos" deve ser substituída por "ameaçados".
Ponderação	Notada a sugestão. Foi corrigido para a redação proposta passando o novo parágrafo a constar o seguinte conteúdo: A situação da Boga de Lisboa é preocupante, tendo sido classificada como "Em Perigo" pela IUCN, sendo uma das espécies de peixes de água doce com menor área a nível nacional, e cuja população do Paul das Caniceiras enfrenta uma grande variabilidade sazonal na disponibilidade de água. Há ainda a destacar a presença regular de enguia-europeia (*Anguilla anguilla*) e esgana-gata (*Gasterosteus aculeatus*), ambos classificados como "Em Perigo" pelo Livro Vermelho dos Peixes Dulciaquícolas e Diádromos de Portugal Continental. O facto desta área natural se localizar numa região densamente povoada e com uma significativa degradação ambiental, aliado a um elevado potencial de contacto privilegiado das populações com a natureza, constituem mais um fator que justifica a classificação e proteção desta área. Face à ocorrência de secas mais prolongadas, e assumindo a continuidade das pressões humanas sobre este sistema aquático, populações inteiras destes peixes ameaçados podem extinguir-se no paul, num só Verão.

Efeito Produzido	Com produção direta de efeitos no corpo do projeto de Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras

Tipologia Comentário	12ª Sugestão Página 3, Artigo 2º, ponto 2: dado que a presença da boga-de-boca-arqueada-de-lisboa é uma das principais razões para a criação da reserva, sugere-se acrescentar, depois de "aves aquáticas", "e onde ocorrem espécies de peixes com elevado estatuto de ameaça".
Ponderação	Notada a sugestão. Foi corrigido para a redação proposta passando o número 2 do artigo 2.º, a constar o seguinte conteúdo: 2. Esta área natural húmida comporta um ecossistema de valores faunísticos e florísticos de relevante interesse ecológico, com destaque para a boga-de-boca-arqueada-de-lisboa, peixe que só existe na região do Baixo Tejo e que tem no paul o principal núcleo da Bacia do Rio Trancão, localizada junto da localidade de Santo Antão do Tojal, União das freguesias de Santo Antão do Tojal e São Julião do Tojal, concelho de Loures. De salientar também a importância deste local para a nidificação, alimentação e conservação de aves aquáticas.
Efeito Produzido	Com produção direta de efeitos no corpo do projeto de Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras

Tipologia Comentário	13ª Sugestão Página 3, Artigo 2º, ponto 3: Deve corrigir-se "tabua estreita" para "tabúa larga". O lírio-amarelo-dos-pântanos ocorre no paul, mas não é abundante nem forma grandes manchas; sugerimos que, em vez desta espécie, seja referido o junquilho. Deve remover-se a referência aos choupos; efectivamente, havia no paul alguns choupos mas não resistiram ao acentuado encharcamento do solo observado na ultima década. Quanto às espécies referidas para as orlas húmidas "congossa e erva-pinheira), sugerimos substituir por corriola-das-sebes, epilóbio-maior e salgueirinha, considerando os resultados do último levantamento florístico, realizado em 2024.
Ponderação	Notada a sugestão. Foi corrigido para a redação proposta passando o número 3 do artigo 2.º, a constar o seguinte conteúdo: 3. A área da RNLPC encontra-se coberta por manchas de caniço, manchas de tabua-larga, junquilho, com clareiras de água livre, freixos e salgueiros e nas orlas húmidas a corriola-das-sebes, epilóbio-maior e salgueirinha.

Efeito Produzido	Com produção direta de efeitos no corpo do projeto de Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras

Tipologia Comentário	14ª Sugestão Página 4, Artigo 3º, ponto 2: Fazemos notar que a cartografia à escala 1:25.000 tem resolução inferior à do anexo I. Em adição, consideramos importante que a cartografia do anexo I seja mais informativa e tenha maior detalhe do paul. Sugerimos que seja composto um anexo com duas imagens. Na primeira deverá constar a localização do paul à escala do concelho de Loures, mostrando o limite geográfico deste. A segunda, deverá mostrar o paul com a máxima resolução possível, sem preocupação de evidenciar a sua localização geográfica num contexto mais abrangente.
Ponderação	Notada a sugestão. Foi corrigido o Anexo I do projeto de Regulamento.
Efeito Produzido	Com produção direta de efeitos no corpo do projeto de Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras.

Tipologia Comentário	15ª Sugestão Página 4, Artigo 4º, alínea e): Achamos importante clarificar que as áreas de recreio devem ser periféricas à área demarcada, para evitar a perturbação das espécies selvagens. Para esse tipo de uso poderá considerar-se a faixa de proteção de 100 metros no entorno do paul, demarcada no PDM, garantindo, no entanto, que não haverá perturbação da zona húmida. A titulo de exemplo, poderá ser interessante para ações de educação ambiental a colocação de um observatório para aves e/ou um centro de interpretação na faixa de proteção. Para esta alínea sugerimos a seguinte redação: e) A Criação de áreas de recreio periféricas (e.g. na faixa de proteção), promovendo o repouso e atividades ao ar livre, em equilíbrio com os valores naturais salvaguardados.
Ponderação	Notada a sugestão. Foi corrigido para a redação proposta passando a alínea e) do artigo 4.º, a constar o seguinte conteúdo: e) A criação de áreas de recreio periféricas (e.g. na faixa de proteção), promovendo o repouso e atividades ao ar livre, em equilíbrio com os valores naturais salvaguardados;

Efeito Produzido	Com produção direta de efeitos no corpo do projeto de Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras.

Tipologia Comentário	16ª Sugestão Página 4, Artigo 4º, alínea i): Sugerimos a substituição de "habitantes locais" por "proprietários e usufrutuários".
Ponderação	Notada a sugestão. Foi corrigido para a redação proposta passando a alínea e) do artigo 4.º, a constar o seguinte conteúdo: i) O fomento e a adoção de boas práticas quer dos proprietários e usufrutuários (usos do solo) quer dos visitantes (pisoteio, perturbação de espécies, poluição) num contexto de valorização da paisagem;
Efeito Produzido	Com produção direta de efeitos no corpo do projeto de Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras.

Tipologia Comentário	17ª Sugestão Página 5, Artigo 7º, os pontos 2 e 3 parecem estar em contradição. Sugerimos uma revisão procurando coerência entre estes dois pontos.
Ponderação	Notada a sugestão. Foi retirado o ponto 3 e corrigido o ponto 2 passando a constar o seguinte conteúdo: 2 - O (A) Presidente da Comissão Diretiva é designado pela Câmara Municipal, podendo, para o efeito, ser escolhido entre os membros do executivo do Município.
Efeito Produzido	Com produção direta de efeitos no corpo do projeto de Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras.

Tipologia Comentário	18ª Sugestão Página 6, Artigo 10º, ponto 1: Sugerimos uma diminuição do número de membros permanentes do Conselho Consultivo, visando maior celeridade e eficácia nas suas deliberações. A abrangência da participação por parte de outras entidades interessadas é assegurada pelo ponto 2 deste artigo. Neste contexto, sugerimos a remoção das seguintes entidades: Região de Turismo de Lisboa, Agrupamento de Escolas João Villaret, Polícia de Segurança Pública, Associação Humanitária dos Bombeiros do Zambujal. Por outro lado, parece-nos essencial a inclusão, nesta lista, a Associação de Beneficiários de Loures.

Ponderação	Notada a sugestão. Foi corrigido para a redação proposta, passando o Artigo 10º, ponto 1, a constar do seguinte conteúdo: 1 - O Conselho Consultivo é composto pelo presidente da Comissão Diretiva e por um representante de cada uma das seguintes entidades: a) Câmara Municipal de Loures; b) Assembleia Municipal de Loures; c) União das Freguesias de Santo Antão e São Julião do Tojal; d) Instituto de Conservação da Natureza e Florestas I.P.; e) Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo; f) Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo; g) Estabelecimentos de ensino superior com intervenção na área da RNLPC, considerados em conjunto e em sistema rotativo, com o mandato de quatro anos; h) ABL – Associação de Beneficiários de Loures; i) Organizações não governamentais de ambiente, de âmbito local com intervenção na área da RNLPC e outras associações não governamentais, apartidárias e sem fins lucrativos sediadas no concelho de Loures, cuja causa compreenda a defesa e valorização do ambiente, do património natural e construído, considerados em conjunto e em sistema rotativo, com o mandato de quatro anos; j) Um representante da Guarda Nacional Republicana; l) Dois representantes dos proprietários dos terrenos.
Efeito Produzido	Com produção direta de efeitos no corpo do projeto de Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras.

Tipologia Comentário	19ª Sugestão Página 6, Artigo 10º, ponto 1, alínea l): Não é claro se as "outras associações não governamentais" farão parte do sistema rotativo.
Ponderação	Notada a sugestão. Foi corrigido, passando o Artigo 10º, ponto 1, alínea i) a constar do seguinte conteúdo: i) Organizações não governamentais de ambiente, de âmbito local com intervenção na área da RNLPC e outras associações não governamentais, apartidárias e sem fins lucrativos sediadas no concelho de Loures, cuja causa compreenda a defesa e valorização do ambiente, do património natural e construído, considerados em conjunto e em sistema rotativo, com o mandato de quatro anos;
Efeito Produzido	Com produção direta de efeitos no corpo do projeto de Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras.

Tipologia Comentário	20ª Sugestão Página 9, Artigo 13º, alínea j): Consideramos que esta interdição deve ser aplicada a todas as espécies selvagens, não só às protegidas e ameaçadas. Caso a redação desta alínea seja alterada, o mesmo deverá suceder na alínea j) do Artigo 16.º.
Ponderação	Notada a sugestão. Foi corrigido, passando o Artigo 13º, alínea j) a constar do seguinte conteúdo: j) A colheita, captura, apanha, abate, detenção, transporte ou comercialização de indivíduos ou parte de indivíduos de quaisquer espécies vegetais ou animais, em qualquer fase do seu ciclo biológico, incluindo a destruição de ninhos ou a apanha de ovos, a perturbação ou a destruição dos seus habitats, com exceção das ações a desenvolver pelos órgãos de gestão da RNLPC;
Efeito Produzido	Com produção direta de efeitos no corpo do projeto de Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras.

Tipologia Comentário	21ª Sugestão Página 10, Artigo 14º, ponto 1, alínea i): Está em falta um parêntese.
Ponderação	Notada a sugestão. Foi corrigido, passando o Artigo 14º, ponto 1, alínea i) a constar do seguinte conteúdo: i) A instalação de novas atividades económicas (industriais, comerciais, agrícolas, florestais ou pecuárias), com carácter intensivo, quando isentas de controlo prévio urbanístico, nomeadamente aquicultura e estufas não permanentes;
Efeito Produzido	Com produção direta de efeitos no corpo do projeto de Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras.

Conclusão:

Assim, após os períodos de discussão pública, análise, ponderação e consideração dos contributos recebidos, a proposta de Regulamento agora reformulada, constitui um documento mais coeso e adequado, tendo sido considerados pequenos ajustes e melhorias ao longo de todo o documento, ainda que estes não alterem o teor do mesmo.

Foram analisadas todas as sugestões, tendo o texto do Regulamento sido alterado em conformidade, assim como analisados e integrados, todos os pareceres, os quais foram fundamentais na análise, retificação e elaboração do documento final.

O presente relatório reflete o procedimento de discussão pública e funcionará como ferramenta fundamental no processo de conclusão da classificação da área em causa, que será novamente submetido a deliberação em Reunião de Câmara e, posteriormente, em Assembleia Municipal, sobre a aprovação da ponderação da participação pública no projeto de Regulamento da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras.

Posteriormente o Regulamento, a par da Classificação, será enviado para publicação em Diário da República.

CÂMARA MUNICIPAL

PROJETO

DE REGULAMENTO MUNICIPAL

DA RESERVA NATURAL LOCAL DO PAUL DAS CANICEIRAS

PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DA

RESERVA NATURAL LOCAL DO PAUL DAS CANICEIRAS

Nota justificativa

A área proposta, que adiante se apresenta para constituir a Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras, localiza-se junto a Santo Antão do Tojal, à entrada da várzea de Loures, ocupa uma mancha de solos aluvionares, encontrando-se entre a Ribeira de Fanhões, a oeste, e um afluente desta, a leste, ocupando uma área de 16,45 ha em terrenos privados.

As zonas húmidas constituem dos mais ricos e produtivos ecossistemas da biosfera, fornecendo uma variedade de serviços ecossistémicos ao homem, na sua maioria indispensáveis, mas pouco valorizados: serviços de aprovisionamento, serviços de regulação, serviços de suporte, identidade territorial, valores estéticos, espirituais e religiosos, de lazer e recreio, sendo imperativo o seu uso racional e sustentável. Para além destes serviços, as zonas húmidas são muitas vezes referenciadas como hotspots de biodiversidade, uma vez que albergam milhares de espécies de animais e vegetais, com especial destaque para as aves e peixes, que aí, encontram abrigo e alimento, permitindo assegurar a propagação genética através da preservação das gerações futuras, com impactos diretos no estado das populações à escala global.

A área proposta, que adiante se apresenta para constituir a Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras, apresenta continuidade ecológica com a ZPE (Zona de Proteção Especial - Rede Natura 2000) e a IBA (Área Importante para Aves e Biodiversidade) do Estuário do Tejo, constitui um magnífico ecossistema e um verdadeiro santuário de avifauna, sendo local de nidificação, refúgio e alimentação de inúmeras espécies de aves, algumas delas em risco de extinção.

De acordo com o artigo 32.º do Plano Diretor Municipal de Loures em vigor, esta área está definida como espaço natural. A importância do Paul das Caniceiras como um habitat de aves prioritárias em termos de conservação encontra-se

reconhecida também ao nível do Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (estudos de fundamentação técnica).

A proposta de integração desta zona húmida na delimitação da Reserva Ecológica Nacional obteve aprovação na 13.ª reunião de Câmara em 9 julho de 2002 e na 2ª reunião extraordinária da Assembleia Municipal de Loures realizada em 25 de julho de 2002. Após delimitação procedeu-se à integração do limite do Paul das Caniceiras em projeto SIG, tendo sido também delimitada a faixa de proteção de 100 metros em seu redor.

Este paul é uma bacia artificial de retenção de águas, que resultou das obras de drenagem da várzea, num projeto de enxugo dos Campos de Loures, iniciado pela Divisão da Hidráulica Agrícola do Ministério da Agricultura, para fins agrícolas, na primeira metade do século XX.

A área alberga uma grande diversidade de espécies, tendo sido já identificadas mais de 119 espécies de aves, algumas constantes no anexo I da Diretiva das Aves 79/409/CEE de 2 abril 1979, sendo o local de reprodução de várias espécies de aves aquáticas, como o mergulhão-pequeno (*Tachybaptus ruficollis*), o pato-real (*Anas platyrhynchos*), a galinha-d´agua (*Gallinula chloropus*), o galeirão (*Fulica atra*), o garçote (*Botaurus minutus*) e a águia-sapeira (*Circus aeruginosus*). Durante a migração outonal esta área assume especial relevância pelo grande número de passeriformes que utilizam as áreas de caniço do paul para descanso e restabelecimento energético. Neste período são particularmente abundantes, os piscos-de-peito-azul (*Luscinia svecica*), os rouxinóis-dos-caniços (*Acrocephalus scirpaceus* e *Acrocephalus arundinaceus*) e as felosas-musicais (*Phylloscopus trochilus*).

De acordo com alguns estudos, podemos também encontrar a garça-vermelha (*Ardea purpurea*), o goraz (*Nycticorax nycticorax*) a garça-branca-pequena (*Egretta garzetta*), a cegonha-branca (*Ciconia ciconia)*, o guarda-rios-comum (*Alcedo atthis*) e o caimão (*Porphyrio porphyrio*), considerando-se que a sua importância para a avifauna justifica também a sua conservação e proteção. As espécies mencionadas nesse anexo (Anexo I da Diretiva das Aves) são objeto

de medidas de conservação especiais respeitantes ao seu habitat de modo a garantir a sua sobrevivência e reprodução na sua área de distribuição.

As espécies acima referidas estão também referenciadas na Lista Vermelha das Aves de Portugal Continental, estando o garçote e a garça-vermelha classificadas como espécies vulneráveis, dado o seu declínio populacional recente e a vulnerabilidade dos habitats de que dependem. Alguns estudos têm demonstrado que mamíferos como a lontra (*Lutra lutra*), a raposa (*Vulpes vulpes*) e o saca-rabos (*Herpestes ichneumon*) tornaram-se também razoavelmente abundantes nas últimas décadas.

Além da longa lista de espécies de aves e de alguns mamíferos, há a acrescentar outros grupos como anfíbios, répteis e peixes, onde se destaca a boga-de-boca-arqueada-de-lisboa (*Iberochondrostoma olisiponense*), um leuciscídeo (família de peixes de água doce) endémico do Baixo Tejo, altamente ameaçado, sendo classificado pelo Livro Vermelho dos Peixes Dulciaquícolas e Diádromos de Portugal Continental e pela IUCN como “Em Perigo”, que por esta razão assume o papel principal na lista de espécies da biodiversidade do paul, considerando-se que a presença desta espécie e a sua conservação, deverão ser a bandeira e a base justificativa da classificação do Paul das Caniceiras como Área Protegida de Âmbito Local.

A situação da Boga de Lisboa é preocupante, tendo sido classificada como “Em Perigo” pela IUCN, sendo uma das espécies de peixes de água doce com menor área a nível nacional, e cuja população do Paul das Caniceiras enfrenta uma grande variabilidade sazonal na disponibilidade de água. Há ainda a destacar a presença regular de enguia-europeia (*Anguilla anguilla*) e esgana-gata (*Gasterosteus aculeatus*), ambos classificados como “Em Perigo” pelo Livro Vermelho dos Peixes Dulciaquícolas e Diádromos de Portugal Continental.

O facto desta área natural se localizar numa região densamente povoada e com uma significativa degradação ambiental, aliado a um elevado potencial de contacto privilegiado das populações com a natureza, constituem mais um fator que justifica a classificação e proteção desta área.

Face à ocorrência de secas mais prolongadas, e assumindo a continuidade das pressões humanas sobre este sistema aquático, populações inteiras destes peixes ameaçados podem extinguir-se no paul, num só Verão.

Seguindo os objetivos da Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030 (Resolução do Conselho de Ministros nº55/2018, publicado no Diário da Republica, 1ª série, n.º 87 de 7 de maio, o Município pretende assumir uma gestão integrada e transversal desta área privilegiando a proteção e valorização dos recursos e dos sistemas naturais, salvaguardando a biodiversidade do local bem como a preservação dos valores paisagísticos, culturais e sociais.

É inequívoca a sua importância pela conexão a zonas húmidas de maior dimensão, como o Estuário do Tejo, contribuindo assim para o desenvolvimento de corredores ecológicos, indispensáveis à dinâmica de equilíbrio dos ecossistemas.

Deve assim a criação desta Reserva intentar o desenvolvimento sustentável do território num contexto de conservação e valorização dos recursos naturais, da água e do solo, bem como salvaguardar sistemas e processos biofísicos associados ao ciclo hidrológico terrestre, que assegurem bens e serviços indispensáveis ao desenvolvimento das atividades humanas.

Lei Habilitante

1 – O presente regulamento é elaborado ao abrigo do disposto nos artigos 112.º n.º7 e 241.º da Constituição da República Portuguesa, nos artigos 135.º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo, nos artigos 8.º alínea c), 13.º n.º3 e 15 n.º6 do Decreto-Lei 142/2008 de 24 de julho na sua redação atual e no uso das competências previstas nas alíneas g) do n.º1 do artigo 25.º k) e ee) do n.º1 do artigo 33.º, todos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei nº75/2013 de 12 de setembro, todos nas redações atuais.

2 – O presente Regulamento é, ainda, elaborado ao abrigo do disposto no artigo 10º, alínea d) e f) da Lei de Bases da Política de Ambiente (Lei 19/2014 de 14 de abril) da Lei Quadro das Contraordenações Ambientais (Lei 50/2006 de 29 de agosto) e do artigo 90.º B do Regime Financeiro das Autarquias Locais (Lei nº73/2013 de 3 de setembro), nas redações atuais.

CAPITULO I

Disposições Gerais

Artigo 1º

Objeto e âmbito de aplicação

Por deliberação da Assembleia Municipal de Loures, procedeu-se à criação e classificação da área protegida de âmbito local denominada Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras (RNLPC) nos termos do regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade.

O presente regulamento de gestão estabelece os objetivos específicos da criação da área protegida, os órgãos de gestão, a sua composição e competências, os meios financeiros, materiais e humanos afetos à gestão da mesma, bem como os atos e atividades interditos e condicionados, as normas de fiscalização e o respetivo regime contraordenacional.

Artigo 2.º

Criação

1. É criada a Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras, adiante designada por RNLPC, como área protegida de âmbito local nos termos do artigo 15.º do DL142/2008 de 24 de julho.

2. Esta área natural húmida comporta um ecossistema de valores faunísticos e florísticos de relevante interesse ecológico, com destaque para a boga-de-boca-

arqueada-de-lisboa, peixe que só existe na região do Baixo Tejo e que tem no paul o principal núcleo da Bacia do Rio Trancão, localizada junto da localidade de Santo Antão do Tojal, União das freguesias de Santo Antão do Tojal e São Julião do Tojal, concelho de Loures. De salientar também a importância deste local para a nidificação, alimentação e conservação de aves aquáticas.

3. A área da RNLPC encontra-se coberta por manchas de caniço, manchas de tabua-larga, junquilho, com clareiras de água livre, freixos e salgueiros e nas orlas húmidas a corriola-das-sebes, epilóbio-maior e salgueirinha.

Artigo 3.º

Limites geográficos

1 – Os limites da área da Reserva Natural Local do Paul das Caniceiras são fixados na carta que constitui **o anexo I** do presente diploma, do qual faz parte integrante.

2 – As dúvidas eventualmente suscitadas pela leitura da carta são resolvidas pela consulta do original, na escala de 1/25 000, arquivado para o efeito, na Câmara Municipal de Loures.

Artigo 4.º

Objetivos específicos

Sem prejuízo do disposto no artigo 18.º do Decreto-Lei 142/2008 de 24 de julho, na sua atual redação, constituem objetivos específicos da presente Reserva Natural:

a) A conservação da natureza e da biodiversidade e a valorização do património natural e paisagístico da RNLPC como pressupostos de um desenvolvimento sustentável;
b) A promoção das atividades de educação ambiental como pressuposto de uma relação mais harmoniosa entre o homem e o ambiente;

c) A promoção da investigação científica indispensável ao conhecimento dos valores naturais em presença, numa perspetiva de educação ambiental;
d) Promoção da monitorização de espécies e habitats e dos processos hidrológicos, biofísicos, climáticos, geológicos, ecológicos e socioeconómicos mais relevantes no contexto da RNLPC;
e) A criação de áreas de recreio periféricas (e.g. na faixa de proteção), promovendo o repouso e atividades ao ar livre, em equilíbrio com os valores naturais salvaguardados;
f) A proteção dos valores naturais existentes, assegurando que as gerações futuras terão oportunidade de desfrutar e compreender o valor das zonas que permaneceram pouco alteradas pela atividade humana durante um prolongado período de tempo;
g) A execução das ações necessárias para a manutenção e recuperação das espécies, dos habitats e dos geossítios em estado de conservação favorável;
h) O condicionamento da visitação a um regime que garanta níveis mínimos de perturbação do ambiente natural;
i) O fomento e a adoção de boas práticas quer dos proprietários e usufrutuários (usos do solo) quer dos visitantes (pisoteio, perturbação de espécies, poluição) num contexto de valorização da paisagem;
j) A limitação da utilização dos recursos, assegurando a manutenção dos atributos e das qualidades naturais essenciais da área objeto de classificação;
k) Promoção de uma gestão integrada e participativa da área da Reserva Natural.

CAPITULO II

Artigo 5.º

Gestão

A RNLPC é gerida pela Câmara Municipal de Loures, adiante designada por Câmara Municipal, sem prejuízo de poderem ser celebrados protocolos ou contratos com pessoas singulares ou coletivas, públicas ou privadas, nomeadamente para a dinamização da RNLPC.

A gestão da Reserva Natural efetua-se de acordo com o plano de atividades aprovado anualmente pela Comissão Diretiva e Conselho Consultivo, no quadro das opções de ordenamento consagradas pelo instrumento de gestão territorial legalmente eficaz.

Artigo 6.º

Órgãos de gestão

A RNLPC dispõe dos seguintes órgãos:

a) A Comissão Diretiva;

b) O Conselho Consultivo.

Artigo 7.º

Comissão Diretiva

1- A Comissão Diretiva é o órgão executivo da RNLPC e é composta por um (a) presidente e dois (duas) vogais.

2 - O (A) Presidente da Comissão Diretiva é designado pela Câmara Municipal, podendo, para o efeito, ser escolhido de entre os membros do executivo do Município.

3 - Um dos vogais é designado pela Câmara Municipal de Loures, o qual substitui o presidente da Comissão Diretiva nas suas faltas e impedimentos, e o outro é nomeado pela União das Freguesias de Santo Antão e São Julião do Tojal.

4 - O mandato dos titulares da Comissão Diretiva é de quatro anos.

5 - Nas deliberações da Comissão Diretiva, em caso de empate, o(a) seu (sua) presidente exerce o voto de qualidade.

6 - A Comissão Diretiva reúne ordinariamente de 3 em 3 meses e extraordinariamente sempre que convocada pelo seu presidente, por sua iniciativa ou por solicitação de um dos vogais.

7 - A Comissão Diretiva será auxiliada pelos serviços municipais competentes.

Artigo 8.º

Competências da Comissão Diretiva

1 - Compete à Comissão Diretiva, em geral, a administração dos interesses específicos da RNLPC, executando as medidas contidas nos instrumentos de gestão e assegurando o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis.

2 - A Comissão é apoiada no desenvolvimento da sua atividade por um secretariado técnico assegurado pelo Município, designadamente, o Departamento de Ambiente.

3 - Compete, em especial, à Comissão Diretiva:

a) Diligenciar a preparação, elaboração e execução, do plano de gestão e dos programas de investimento, submetendo-os previamente à apreciação do Conselho Consultivo;

b) Elaborar os relatórios anuais e plurianuais de atividades, bem como o relatório anual de contas de gerência, submetendo-os previamente à apreciação do Conselho Consultivo;

c) Decidir sobre a elaboração periódica de relatórios de qualquer âmbito sobre o estado da RNLPC;

d) Autorizar, fiscalizar e dar parecer sobre atos ou atividades condicionadas na RNLPC em conformidade com as normas constantes no Decreto-Lei 142/2008 de 24 de Julho e com o disposto no presente Regulamento e no plano de gestão;

e) Coadjuvar o presidente da Comissão Diretiva no exercício das suas competências;

f) Executar as medidas administrativas de reposição previstas no artigo 19.º do presente regulamento;

g) Propor à Câmara Municipal o embargo e a demolição de obras ilegais, bem como fazer cessar outras ações realizadas em violação do presente regulamento e demais legislação aplicável.

Artigo 9.º

Competências do Presidente da Comissão Diretiva

Compete ao presidente da Comissão Diretiva:

a) Representar a RNLPC;

b) Submeter à Câmara Municipal e ao Conselho Consultivo, dando conhecimento ao ICNF, o plano de gestão, as propostas de planos e programas anuais e plurianuais de gestão e investimento, os relatórios anuais e plurianuais de atividades, os relatórios de qualquer âmbito sobre o estado da RNLPC e o relatório anual sobre o estado de conservação da RNLPC;

c) Fiscalizar o exercício de atividades na RNLPC em conformidade com as normas constantes no presente regulamento e no plano de gestão;

d) Cobrar receitas e autorizar as despesas para que seja competente.

Artigo 10.º

Composição e funcionamento do Conselho Consultivo

1 - O Conselho Consultivo é composto pelo presidente da Comissão Diretiva e por um representante de cada uma das seguintes entidades:

a) Câmara Municipal de Loures;

b) Assembleia Municipal de Loures;

c) União das Freguesias de Santo Antão e São Julião do Tojal;

d) Instituto de Conservação da Natureza e Florestas I.P.;

e) Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo;

f) Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo;

g) Estabelecimentos de ensino superior com intervenção na área da RNLPC, considerados em conjunto e em sistema rotativo, com o mandato de quatro anos;

h) ABL – Associação de Beneficiários de Loures;

i) Organizações não governamentais de ambiente, de âmbito local com intervenção na área da RNLPC e outras associações não governamentais, apartidárias e sem fins lucrativos sediadas no concelho de Loures, cuja causa compreenda a defesa e valorização do ambiente, do património natural e construído, considerados em conjunto e em sistema rotativo, com o mandato de quatro anos;

j) Um representante da Guarda Nacional Republicana;

l) Dois representantes dos proprietários dos terrenos.

2 - O Conselho Consultivo pode ouvir outras entidades representativas com intervenção na área de reserva local, as quais podem participar nas reuniões com o estatuto de observador sob proposta dos mesmos, do Presidente do Conselho Consultivo ou de qualquer outro membro nele representado, devendo a sua presença ser apreciada e aprovada em reunião do conselho consultivo.

3 - A referência constante no número 1 às denominações de membros que, entretanto, venham a ser alteradas, considera-se automaticamente feita para as novas denominações adotadas por esses membros ou dos que lhes sucederem nas respetivas competências.

4 - O Conselho Consultivo só pode deliberar quando esteja presente a maioria dos seus membros.

5 - Quando não se verifique na primeira convocação o quórum previsto no número anterior, deve ser convocada nova reunião, com um intervalo mínimo de 24 horas.

6 - Sempre que não disponha de forma diferente, os membros reunidos em segunda convocatória podem deliberar desde que esteja presente um terço dos seus membros.

7 - O Conselho Consultivo reúne ordinariamente duas vezes por ano e extraordinariamente sempre que convocado pelo respetivo presidente, por sua iniciativa ou a solicitação de, pelo menos, um terço dos seus membros.

Artigo 11.º

Competências do Conselho Consultivo

1 - Compete ao Conselho Consultivo, em geral, a apreciação das atividades desenvolvidas na RNLPC e, em especial:

a) Eleger o respetivo presidente e aprovar o regimento interno de funcionamento;

b) Apreciar o plano de gestão;

c) Apreciar as propostas de planos, os programas anuais e plurianuais de gestão e investimento;

d) Apreciar os relatórios anuais e plurianuais de atividades, bem como o relatório anual de contas de gerência;

e) Apreciar os relatórios de qualquer âmbito sobre o estado da RNLPC;

f) Dar parecer vinculativo sobre qualquer assunto com interesse para a RNLPC, nomeadamente as seguintes matérias:

- A manutenção e extração de água mantendo um nível crítico e sustentável da água;

- A instalação de painéis e outros suportes publicitários temporários ou permanentes, de cariz comercial ou não, incluindo a colocação de meios amovíveis com exceção das ações de promovidas pelos órgãos de gestão da RNLPC;

- O sobrevoo por aeronaves com motor abaixo de 1000 pés, fora dos casos para fins agrícolas, ações de fiscalização, de operações de socorro e de controlo para fins de manutenção e segurança, tal como de monitorização e mitigação e trabalhos científicos autorizados por parte dos órgãos de gestão da RNLPC;

- Filmagens ou fotografias para fins comerciais ou publicitários que impliquem a colocação de equipamentos especiais;

- Realização de ações de monitorização, investigação e sensibilização ambiental, bem como ações de conservação da natureza.

2 – O Conselho Consultivo é apoiado no desenvolvimento da sua atividade por um secretariado técnico assegurado pelo Município, designadamente, o Departamento de Ambiente.

CAPITULO III

Utilização

Artigo 12.º

Deveres gerais

Os utilizadores dos espaços, infraestruturas e equipamentos da RNLPC devem:

a) Respeitar a lei e as normas administrativas em vigor, designadamente o presente regulamento, acatando as ordens e os conselhos das autoridades, não se colocando a si e aos outros em situação de perigo ou risco enquanto permanecerem na área da RNLPC;
b) Usufruir dos espaços, infraestruturas e equipamentos respeitando o seu fim, não modificando as suas características nem causando danos;
c) Dispor de equipamento adequado e usá-lo em condições de segurança no desenvolvimento de atividades autorizadas ou condicionadas em cumprimento integral do presente regulamento;
d) Manter um ambiente tranquilo, de modo a não perturbar o ecossistema existente nem o usufruto dos demais utilizadores;
e) Usar as papeleiras, caixotes do lixo, ecopontos e os demais locais próprios para depositar os resíduos e o lixo que produzirem;
f) Pagar as taxas e tarifas em vigor exigíveis para a utilização dos espaços, infraestruturas e equipamentos.

Artigo 13.º

Interdições

Dentro dos limites da Reserva Natural são interditos os seguintes atos e atividades:

a) A alteração à morfologia do solo com exceção das ações previstas no Sistema Nacional de Defesa das Florestas contra Incêndios, particularmente pontos de água destinados a combate a incêndios florestais, e das ações a desenvolver pelos órgãos de gestão da RNLPC;

b) A modificação do coberto vegetal, com exceção das situações devidamente ajustados em instrumentos válidos de planeamento e ordenamento florestal bem como medidas e ações de proteção fitossanitária e operações de manutenção e limpeza de faixas de proteção a infraestruturas de suporte a atividades de interesse geral, decorrente da aplicação de disposições legais e regulamentares, bem como de ações promovidas pelos órgãos de gestão da RNLPC;

c) O depósito ou lançamento de águas residuais industriais ou domésticas na água, no solo ou no subsolo, sem tratamento adequado ou de forma suscetível de causar efeitos negativos no ambiente;

d) O corte, extração e pesquisa ou exploração de recursos geológicos nomeadamente de massas minerais e inertes com exceção de ações promovidas pelos órgãos de gestão da RNLPC;

e) A captação, o armazenamento, o desvio ou a condução de águas, bem como a drenagem, a impermeabilização ou a inundação de terrenos, e demais alterações à rede de drenagem ou ao caudal ou à qualidade das águas superficiais ou subterrâneas, com exceção das ações promovidas pelos órgãos de gestão da RNLPC;

f) O desenvolvimento de atividades económicas;

g) A destruição ou delapidação de bens culturais inventariados;

h) A realização de queimadas ou outros fogos e o lançamento de foguetes ou balões com mecha acesa, bem como outras atividades pirotécnicas;

i) O exercício de caça ou de pesca;

j) A colheita, captura, apanha, abate, detenção, transporte ou comercialização de indivíduos ou parte de indivíduos de quaisquer espécies vegetais ou animais, em qualquer fase do seu ciclo biológico, incluindo a destruição de ninhos ou a apanha de ovos, a perturbação ou a destruição dos seus habitats, com exceção das ações a desenvolver pelos órgãos de gestão da RNLPC;

l) A introdução no estado selvagem de espécies botânicas ou zoológicas exóticas ou estranhas ao ambiente;

m) A prática de atividades turísticas motorizadas ou desportivas motorizadas; suscetíveis de provocarem poluição sonora ou aquática ou que pela sua natureza específica ponham em risco objetivo os valores naturais presentes na área protegida;

n) A prática de campismo ou caravanismo, bem como qualquer forma de pernoita;

o) A instalação ou ampliação de depósitos de ferro velho, de sucata, de veículos, de areia ou inertes ou de outros resíduos sólidos que causem impacto visual negativo no ambiente ou efeitos negativos no ambiente;

p) O abandono, depósito ou vazamento de entulhos ou sucatas ou quaisquer outros resíduos;

q) Alteração da configuração ou topologia das zonas húmidas;

r) A circulação de animais domésticos e domesticados, sem trela ou açaimo funcional (encontrando-se os cães de assistência dispensados deste último utensílio), nos termos da legislação vigente;

s) A prática de quaisquer atos que perturbem a fauna selvagem incluindo a prestação de alimentos;

t) A prática de atividades ruidosas, nomeadamente a utilização de aparelhos de som portáteis;

u) A remoção, alteração ou modificação de placas ou tabuletas com indicações para o público ou com informações úteis, nomeadamente orientações ou referências para conhecimento dos utilizadores, avisos e normas de utilização e indicadores de circuitos;

v) A colheita, a detenção e o transporte de amostras de recursos geológicos, nomeadamente minerais, rochas e fósseis;

x) A destruição ou desmantelamento de muros, divisórias ou outras construções que integrem o valor natural paisagístico classificado;

z) A realização de mercados ou feiras;

aa) A prática de atividades desportivas não motorizadas, designadamente mergulho, e de atividades turísticas suscetíveis de deteriorarem os valores naturais da área;

bb) Abertura de poços, furos e captações subterrâneas de água;

cc) A utilização de técnicas não licenciadas pela DRAP-LVT e/ou o uso de produtos fertilizantes e fitofarmacêuticos não homologados pela União Europeia;

dd) O furto, a destruição ou danificação de equipamentos e infraestruturas de suporte e apoio à gestão da RNLPC.

Artigo 14.º

Atos e atividades condicionados

1 - Sem prejuízo dos restantes condicionalismos legais, ficam sujeitos a autorização ou parecer prévios da Comissão Diretiva da RNLPC os seguintes atos e atividades a desenvolver na área de proteção da RNLPC:

a) A obstrução de qualquer tipo de passagem nos caminhos públicos e de acesso às linhas ou aos planos de água, com exceção das ações promovidas pelos órgãos de gestão da RNLPC;

b) A instalação de estruturas construídas com materiais ligeiros, designadamente prefabricados, que permitam a sua fácil desmontagem e remoção;

c) A abertura de novas estradas municipais, caminhos ou acessos, bem como o alargamento ou modificação dos existentes;

d) A realização de obras de construção civil, designadamente novos edifícios;

e) A realização de fogos controlados e a realização de queimadas efetuados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro;

f) As atividades de Turismo de Natureza;

g) A instalação de infraestruturas elétricas e telefónicas aéreas e subterrâneas, de telecomunicações, de gás natural, de saneamento básico e de aproveitamento de energias renováveis;

h) A instalação de novas atividades industriais, nomeadamente extração de inertes;

i) A instalação de novas atividades económicas (industriais, comerciais, agrícolas, florestais ou pecuárias), com carácter intensivo, quando isentas de controlo prévio urbanístico, nomeadamente aquicultura e estufas não permanentes;

2 — Os atos e atividades condicionadas referidas na alínea f) do artigo 11.º, carecem, adicionalmente, de parecer vinculativo, dado pelo Conselho Consultivo, nomeadamente:

a) A manutenção e extração de água mantendo um nível crítico e sustentável da água;

b) A instalação de painéis e outros suportes publicitários temporários ou permanentes, de cariz comercial ou não, incluindo a colocação de meios amovíveis com exceção das ações promovidas pelos órgãos de gestão da RNLPC;

c) O sobrevoo por aeronaves com motor abaixo de 1000 pés, fora dos casos para fins agrícolas, ações de fiscalização, de operações de socorro e de controlo para fins de manutenção e segurança, tal como de monitorização e mitigação e trabalhos científicos autorizados por parte dos órgãos de gestão da RNLPC;

d) Filmagens ou fotografias para fins comerciais ou publicitários que impliquem a colocação de equipamentos especiais;

e) A realização de ações de monitorização, investigação e sensibilização ambiental, bem como ações de conservação da natureza.

Artigo 15.º

Autorizações e pareceres

1 - Os pedidos de autorização ou emissão de pareceres para realização de atividades previstas no número anterior deverão ser apresentados com uma

antecedência mínima de 20 dias úteis antes da data prevista para a sua realização.

2 - Salvo disposição em contrário, os pareceres emitidos pela Comissão Diretiva da RNLPC são vinculativos, mas não dispensam outros pareceres, os quais serão dados obrigatoriamente pelo Conselho Consultivo, quando se trata de regularização e advertência sobre níveis dos caudais de água no paul, autorizações ou licenças que legalmente forem devidos.

3 - Na falta de disposição especial aplicável, o prazo para a emissão dos pareceres e autorizações pela Comissão Diretiva da RNLPC é de 15 dias úteis.

4 - Os pareceres e autorizações emitidos pela Comissão Diretiva da RNLPC ao abrigo do presente diploma caducam decorridos dois anos sobre a data da sua emissão, salvo se nesse prazo as entidades competentes tiverem procedido ao respetivo licenciamento.

5 - São nulas e de nenhum efeito as licenças municipais ou outras concedidas com violação do regime instituído neste regulamento.

CAPITULO IV

Artigo 16.º

Contraordenações e coimas

1 — Constitui contraordenação ambiental **muito grave**, punível nos termos da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, por remissão do art.º43 do DL 142/2008 de 24 de junho, a prática dos seguintes atos e atividades quando previstos como **proibidos ou interditos** no presente regulamento:

a) A alteração à morfologia do solo e do coberto vegetal em violação da alínea a) do artigo 13º;

b) A instalação ou ampliação de depósitos de ferro-velho, de sucata, de veículos, de areia ou inertes ou de outros resíduos sólidos e o abandono, depósito ou vazamento de entulhos ou sucatas em violação das alíneas o) e p) do artigo 13.º;

c) A alteração da configuração ou topologia das zonas húmidas através do depósito ou lançamento de águas residuais industriais ou domésticas na água, no solo ou no subsolo, sem tratamento em violação da alínea q) do artigo 13.º;

d) O corte, extração, pesquisa ou exploração de recursos geológicos, nomeadamente de massas minerais e inertes em violação da alínea d) do artigo 13.º;

e) A captação, o armazenamento, o desvio ou a condução de águas, bem como a drenagem, a impermeabilização ou a inundação de terrenos, e demais alterações à rede de drenagem, ou ao caudal, ou à qualidade das águas superficiais ou subterrâneas; em violação da alínea e) do artigo 13.º;

f) A remoção ou danificação de quaisquer substratos em violação das alíneas d) e v) do artigo 13.º;

g) A instalação de atividades económicas, em violação da alínea f) do artigo 13.º;

h) A destruição ou delapidação de bens culturais inventariados ou geossítios em violação da alínea g) do artigo 13.º;

i) A realização de queimadas ou outros fogos, exceto nas áreas com infraestruturas a isso destinadas ou para prevenção de fogos (fogos prescritos ou controlados), e o lançamento de foguetes ou balões com mecha acesa, bem como outras atividades pirotécnicas em violação da alínea h) do artigo 13.º;

j) A colheita, captura, apanha, abate, detenção, transporte ou comercialização de indivíduos ou parte de indivíduos de quaisquer espécies vegetais ou animais, em qualquer fase do seu ciclo biológico, incluindo a destruição de ninhos ou a apanha de ovos, a perturbação ou a destruição dos seus habitats em violação da alínea j) do artigo 13.º;

l) A introdução de espécies não indígenas invasoras em violação da alínea l) do artigo 13.º.

2 — Constitui contraordenação ambiental **grave**, punível nos termos da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, a prática não autorizada dos atos e atividades condicionados previstos nos artigos 14.º e 15.º do presente regulamento.

3 — Constitui, ainda, contraordenação ambiental **grave**, punível nos termos da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, a prática dos seguintes atos e atividades **proibidos ou interditos**:

a) A prática de atividades turísticas ou desportivas motorizadas suscetíveis de provocarem poluição sonora ou aquática ou que pela sua natureza específica ponham em risco objetivo os valores naturais presentes na área protegida em violação da alínea m) do artigo 13.º;

b) O exercício de caça ou de pesca em violação da alínea i) do artigo 13.º;

c) A introdução de espécies não indígenas e a reintrodução de espécies indígenas da fauna ou flora selvagens em violação das alíneas l) do artigo 13.º.

4 - Constitui contraordenação ambiental **leve,** punível nos termos da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, a prática dos seguintes atos e atividades proibidos ou interditos e a prática não autorizada dos seguintes **atos e atividades condicionados**, previstos no regulamento de gestão das áreas protegidas:

a) Alínea b) do n. º2 do artigo 14.º (instalação, afixação, inscrição ou pintura mural de mensagens de publicidade ou propaganda, temporárias ou permanentes, de cariz comercial ou não, incluindo a colocação de meios amovíveis);

b) Alínea r) do artigo 13.º (circulação de animais domésticos e domesticados, sem trela ou açaimo funcional (encontrando-se os cães de assistência dispensados deste último utensílio), nos termos da legislação vigente);

c) Alínea n) do artigo 13.º (prática de campismo ou caravanismo, bem como qualquer forma de pernoita);

d) Alínea p) do artigo 13.º (abandono, depósito ou vazamento de resíduos sólidos urbanos);

e) Alínea b) do n. º1 do artigo 14.º (instalação de estruturas construídas com materiais ligeiros, designadamente prefabricados, que permitam a sua fácil desmontagem e remoção);

f) Alínea d) do n. º2 do artigo 14º, (filmagens ou fotografias para fins comerciais ou publicitários que impliquem a colocação de equipamentos especiais);

g) Alínea s) do artigo 13º (prática de quaisquer atos que perturbem a fauna selvagem, incluindo a prestação de alimentos);

h) Alínea c) do n. º2 artigo 14.º (O sobrevoo de aeronaves com motor abaixo de 1000 pés, fora dos casos de trabalhos agrícolas, ações de fiscalização, de socorro ou de controlo para fins de manutenção e segurança por parte dos órgãos de gestão da RNLPC);

5 - Relativamente às contraordenações ambientais previstas no presente artigo, e sem prejuízo do disposto no artigo 20.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na determinação da medida da coima a aplicar deve ser tomado em conta o estatuto de proteção atribuído ao local da prática da contraordenação, conforme estabelecido nos programas especiais e nos regulamentos de gestão das áreas protegidas.

6 - Em caso de concurso legal ou aparente entre contraordenações ambientais previstas no presente artigo e contraordenações previstas em regimes especiais, designadamente os elencados no n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, é aplicável o regime contraordenacional e sanções definidos nesses regimes.

7 - As contraordenações resultantes da violação das normas dos programas especiais relativas à transformação, uso e ocupação do solo com incidência urbanística integradas nos planos territoriais de âmbito intermunicipal e municipal são consideradas contraordenações do ordenamento do território sendo-lhes aplicável o regime previsto nos artigos 40.º -A a 40.º -D da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto.

8 - Às contraordenações muito graves correspondem as seguintes coimas:

a) se praticadas por pessoas singulares, de € 10 000 a € 100 000 em caso de negligência e de € 20.000 a € 200.000 em caso de dolo;
b) Se praticadas por pessoas coletivas, de € 24 000 a € 144 000 em caso de negligência e de € 240 000 a € 5000.000 em caso de dolo.

9 - Às contraordenações graves correspondem as seguintes coimas:

a) se praticadas por pessoas singulares, de € 2 000 a € 20 000 em caso de negligência e de € 4 000 a € 40 000 em caso de dolo;
b) Se praticadas por pessoas coletivas, de € 12 000 a € 72 000 em caso de negligência e de € 36 000 a € 216 000 em caso de dolo.

10 - Às contraordenações leves correspondem as seguintes coimas:

a) se praticadas por pessoas singulares, de € 200 a € 2 000 em caso de negligência e de € 400 a € 4 000 em caso de dolo;
b) Se praticadas por pessoas coletivas, de € 2 000 a € 18 000 em caso de negligência e de € 6 000 a € 36 000 em caso de dolo.

11 - A competência para a instrução de processos de contraordenação e para a aplicação das coimas pertence ao Presidente da Câmara Municipal, sendo passível de delegação.

Artigo 17.º

Sanções acessórias

As contraordenações previstas no artigo anterior podem ainda determinar a aplicação das sanções acessórias previstas no artigo 30.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto.

Artigo 18.º

Processos de contraordenação

Aplicação das coimas e das sanções acessórias

1 — Ao processo de contraordenação, aplicação de coimas e sanções acessórias aplica-se o disposto na Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto e no Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho.

2 — O produto das coimas aplicadas é repartido de acordo com o previsto no artigo 73.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto.

Artigo 19.º

Reposição da situação anterior

Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, a Câmara Municipal, por sua iniciativa ou sob proposta da comissão diretiva, pode ordenar que se proceda à reposição da situação anterior à infração, fixando os trabalhos ou ações que devam ser realizados e o respetivo prazo de execução, sendo aplicáveis os procedimentos previstos nos artigos 47.º e 48.º do Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, com as necessárias adaptações.

Artigo 20º

Fiscalização

As funções de fiscalização para os efeitos do disposto no presente diploma e legislação complementar aplicável competem à Câmara Municipal, ao ICNF,I.P. (Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas), à CCDR-LVT (Comissão de Coordenação e de Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo), às autoridades policiais e demais entidades competentes, nos termos legais da legislação em vigor.

Artigo 21.º

Plano de Gestão

A RNLPC será dotada de um Plano de Gestão nos termos do n.º 2 do artigo 9.º do DL 142/2008 a elaborar no prazo de um ano a contar da entrada em vigor do presente diploma.

Artigo 22.º

Contratos – programa

1 — A realização de investimentos e a comparticipação nas despesas de funcionamento poderão ser objeto de contratos-programa e acordos de colaboração, a celebrar entre a tutela do Ambiente e a Câmara Municipal.

2 -Para efeitos do número anterior, a contribuição da tutela, e da Câmara Municipal será repartida em partes a acordar, ponderado, no entanto, o volume de investimentos efetuados pela autarquia na RNLPC.

Artigo 23.º

Recursos financeiros, materiais e humanos

Os recursos financeiros, materiais e humanos serão assegurados pela Câmara Municipal de Loures, pelos contratos–programa que venham a ser realizados ao abrigo do artigo anterior e através das receitas obtidas nos termos do artigo seguinte.

Artigo 24.º

Receitas

1 - Constituem receitas da RNLPC:

a) As dotações que lhe sejam atribuídas no Orçamento do Estado e no orçamento do Município de Loures;

b) As comparticipações, subsídios e outros donativos concedidos por quaisquer entidades de direito público ou privado;

c) Quaisquer outras receitas que por lei, contrato ou a qualquer outro título lhe sejam atribuídas;

d) O produto das coimas.

2 - As receitas enumeradas no número anterior são afetas ao pagamento de despesas da RNLPC.

Artigo 25.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte após a sua publicação no Diário da República.

ANEXO I

Delimitação da Reserva Natural do Paul das Caniceiras



ANEXO À PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO N.º 526/2026

PROJETO DE ALTERAÇÃO

REGULAMENTO

TAXA MUNICIPAL TURÍSTICA DE LOURES

PROJETO DE ALTERAÇÃO
REGULAMENTO DA TAXA MUNICIPAL TURÍSTICA DE LOURES

DEPARTAMENTO FINANCEIRO E CONTROLO DE GESTÃO

…… DE 2026

PROJETO DE ALTERAÇÃO

AO

REGULAMENTO DA TAXA MUNICIPAL TURÍSTICA DE LOURES

Nota Justificativa

A presente nota justificativa é elaborada nos termos do artigo 99.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua redação vigente.

O Regulamento da Taxa Municipal Turística de Loures, aprovado através da deliberação da Assembleia Municipal de Loures tomada na 2.ª reunião da sua 2.ª sessão ordinária, realizada em 2 de maio de 2024, sob proposta da Câmara Municipal de Loures deliberada na sua 62.ª reunião ordinária, realizada em 3 de abril de 2024, ambas publicitadas nos Boletins de Deliberações e Despachos "Loures Municipal", edições n.º 7 e especial n.º 5, de 4 de abril de 2024 e de 9 de maio de 2024, respetivamente, foi publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 123, de 27 de junho de 2024, através do Aviso n.º 13114/2024/2, tendo entrado em vigor trinta dias após tal publicação.

Volvidos quase dois anos sobre a data da sua entrada em vigor, é sentida a necessidade de se efetuarem ajustamentos ao Regulamento vigente, designadamente, no âmbito das regras inerentes à liquidação, cobrança e entrega da Taxa Municipal Turística e do valor desta mesma taxa, na medida em que, por um lado, a interação entre o Município e as entidades responsáveis pela Taxa Municipal Turística, pessoas singulares ou coletivas que exploram, nos termos legais, empreendimentos turísticos e estabelecimentos de alojamento local no concelho de Loures, já se encontra consolidada, estando a plataforma eletrónica mencionada no Regulamento, designadamente no seu artigo 10.º, em pleno funcionamento, quer no âmbito do processo de liquidação, cobrança e entrega da taxa, quer no âmbito do registo e cadastro dos estabelecimentos e alojamentos, quer no âmbito da comunicação da cessação de atividade. Ademais, a solução tecnológica utilizada, no âmbito da liquidação, cobrança e entrega da Taxa Municipal Turística, integra um sistema que permite o seu pagamento de uma forma rápida e fácil, bem como uma comunicação, acompanhamento e supervisão, por parte do Município, célere e desburocratizada, podendo deixar vários procedimentos previstos no Regulamento vigente, designadamente naquele âmbito, de serem desenvolvidos pelos empreendimentos turísticos e estabelecimentos de alojamento local.

Por outro lado, a continuação do incremento de unidades hoteleiras no concelho e, consequentemente, de dormidas, face ao fácil acesso ao aeroporto e à proximidade da zona da Expo, tal como a continuação da prossecução estratégica de promoção e afirmação turística do Município de Loures, gera um acréscimo de gastos com a segurança de pessoas e bens, a limpeza e higiene urbana, a manutenção dos espaços públicos, a sinalização, entre outros, continuando a aplicação da Taxa Municipal Turística, na modalidade de dormida, a mostrar-se como uma justa repartição dos encargos públicos suportados.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, na sua redação atual, consagra a faculdade dos municípios criarem taxas nos termos do Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, na sua redação atual, constituindo instrumentos legais que permitem aos municípios a compensação, total ou parcial, dos gastos ligados às atividades por eles desenvolvidas, das quais decorrem utilidades ou benefícios prestados aos particulares.

Do Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, destaca-se a previsão da alteração dos valores das taxas, salvo quando se trate de uma mera atualização baseada na inflação e por meio do orçamento municipal anual, se efetuar mediante alteração ao regulamento de criação respetivo (artigo 9.º), aplicando-se o mesmo entendimento a qualquer outra alteração que ocorra independentemente do valor da taxa, bem como, a necessidade da fundamentação económico-financeira relativa ao valor da taxa a cobrar (artigo 8.º, n.º 2, alínea c).

Nos termos do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua redação atual, e por deliberação da Câmara Municipal de Loures tomada na sua 2.ª reunião ordinária, realizada em 4 de dezembro de 2025, e publicitada no Boletim de Deliberações e Despachos "Loures Municipal" n.º 21, de 16 de dezembro de 2025, e através do Edital n.º 2/2026 de 22, de dezembro de 2025, publicitado na página da internet da Câmara Municipal de Loures em 6 de janeiro de 2026 e no Boletim de Deliberações e Despachos "Loures Municipal" n.º 1, de 19 de janeiro de 2026, bem como afixado nas Juntas de Freguesia do Concelho e nos edifícios da Assembleia Municipal de Loures e dos Paços do Concelho da Câmara Municipal de Loures, deu-se início ao procedimento administrativo de alteração do Regulamento da Taxa Municipal Turística de Loures, definindo-se um prazo de 10 dias úteis, contados após a publicitação do citado Edital no sítio institucional da Câmara Municipal de Loures, para a constituição de interessados. Não tendo sido apresentada nenhuma pretensão.

Observando-se o disposto no artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua redação atual, o projeto de alteração ao Regulamento da Taxa Municipal Turística de Loures, em virtude da deliberação da Câmara Municipal de Loures, tomada na sua 13.ª reunião ordinária, realizada em 21 de maio de 2026, e publicitada no Boletim de Deliberações e Despachos "Loures Municipal" n.º 10, de 26 de maio de 2026, foi submetido a consulta pública. A consulta pública concretizou-se com a publicação do Aviso n.º 14257/2026/2 no Diário da República, 2.ª série, n.º 110, de 9 de junho de 2026 e com a publicitação do Edital n.º 252/2026 na página da internet da Câmara Municipal de Loures e no Boletim de Deliberações e Despachos "Loures Municipal" n.º 11, de 9 de junho de 2026, bem como com a sua afixação nas Juntas de Freguesia do Concelho e nos edifícios da Assembleia Municipal de Loures e dos Paços do Concelho da Câmara Municipal de Loures e anúncio no jornal. O período da consulta pública decorre durante 30 dias úteis, contados após a publicação do Aviso supramencionado, não tendo sido rececionada qualquer sugestão ou pronúncia.

Nestes termos e ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º e das alíneas b) e g) do n.º 1 do artigo 25.º, todos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação vigente, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprova o Estatuto das Entidades Intermunicipais, estabelece o Regime Jurídico da Transferências de Competências do Estado para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais e aprova o Regime Jurídico do Associativismo Autárquico, por deliberação da Assembleia Municipal de Loures tomada na ..... sessão ....., realizada em ....., sob proposta da Câmara Municipal de Loures deliberada na ..... reunião ....., realizada em ....., e após submissão a consulta pública, é aprovada a primeira alteração ao Regulamento da Taxa Municipal Turística de Loures.

Artigo 1.º

Lei Habilitante

O presente projeto de alteração ao Regulamento da Taxa Municipal Turística de Loures é elaborado ao abrigo e nos termos dos artigos 238.º e 241.º da Constituição da República Portuguesa, do Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e respetivas atualizações, da Lei Geral Tributária, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de dezembro, com as alterações subsequentes, do Código de Procedimento e Processo Tributário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de outubro, com as alterações que lhe foram posteriormente introduzidas, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015,

de 7 de janeiro, na sua redação vigente, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as alterações subsequentes, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprova o Estatuto das Entidades Intermunicipais, estabelece o Regime Jurídico da Transferências de Competências do Estado para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais e aprova o Regime Jurídico do Associativismo Autárquico e do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na sua redação atual, que institui o ilícito de mera ordenação social e o respetivo processo.

Artigo 2.º

Objeto

O presente projeto de alteração procede à primeira alteração ao Regulamento da Taxa Municipal Turística de Loures, aprovado através da deliberação da Assembleia Municipal de Loures tomada na 2.ª reunião da sua 2.ª sessão ordinária, realizada em 2 de maio de 2024, sob proposta da Câmara Municipal de Loures deliberada na sua 62.ª reunião ordinária, realizada em 3 de abril de 2024, ambas publicitadas nos Boletins de Deliberações e Despachos "Loures Municipal", edições n.º 7 e especial n.º 5, de 4 de abril de 2024 e de 9 de maio de 2024, respetivamente, e publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 123, de 27 de junho de 2024, através do Aviso n.º 13114/2024/2.

Artigo 3.º

Alteração ao Regulamento da Taxa Municipal Turística de Loures

1 - São alterados os artigos 5.º, 12.º, 15.º e 16.º todos do Regulamento da Taxa Municipal Turística de Loures, passando a ter a seguinte redação:

"Artigo 5.º

[…]

O valor da Taxa Municipal Turística é de 2,50€ (dois euros e cinquenta cêntimos) /dormida, fixado nos termos da fundamentação económico-financeira constante do anexo I do presente Regulamento.

Artigo 12.º

[…]

1 – […].

2 – O pagamento da Taxa Municipal Turística é devido aquando do check-in, numa única prestação. Quando a Taxa Municipal Turística resultar de protocolo entre o Município de Loures e as entidades responsáveis identificadas no artigo 9.º do presente Regulamento, esta é devida com a reserva na respetiva plataforma.

3 – [Anterior n.º 7].

4 – [Revogado].

5 – [Revogado].

6 – [Revogado].

7 – [Passa a n.º 3].

8 - [Revogado].

9 – [Revogado].

10 – [Revogado].

11 – [Revogado].

Artigo 15.º

[…]

1 – […].

2 – É reservado o direito ao Município de Loures de requerer informações às entidades responsáveis identificadas no artigo 9.º do presente Regulamento, bem como de proceder a visitas ao local diretamente ou através de entidade mandatada para o efeito.

3 – [Revogado].

Artigo 16.º

[…]

1 – […]:

a) […];

b) […];

c) [Anterior alínea f)];

d) A não cobrança da Taxa Municipal Turística pelas entidades obrigadas;

e) [Revogada];

f) [Passa a alínea c)];

g) [Revogada].

2 – […].

3 – A contraordenação prevista na alínea b) do n.º 1 do presente artigo é punível com coima de 250€ a 5.000€ para pessoas singulares e de 500€ a 10.000€ para pessoas coletivas.

4 – A contraordenação prevista na alínea c) do n.º 1 do presente artigo é punível com coima de 75€ a 1.500€ para pessoas singulares e de 150€ a 3.000€ para pessoas coletivas.

5 - A contraordenação prevista na alínea d) do n.º 1 do presente artigo é punível com coima de 500€ a 10.000€ para pessoas singulares e de 1.000€ a 20.000€ para pessoas coletivas.

6 – […].

7 - […].

8 - [...].

9 – [...].

10 – [...].

11 – [...].”

2 – É alterado o anexo I do Regulamento da Taxa Municipal Turística de Loures que passa a ter a redação constante da republicação em anexo.

Artigo 4.º

Revogação

O presente projeto de alteração procede à revogação dos n.ºs 4, 5, 6, 8, 9, 10 e 11 do artigo 12.º, do artigo 13.º, do n.º 3 do artigo 15.º, das alíneas e) e g) do n.º 1 do artigo 16.º e do artigo 21.º todos do Regulamento da Taxa Municipal Turística de Loures.

Artigo 5.º

Disposição transitória

As entidades a quem impendem os deveres de liquidação e cobrança da Taxa Municipal Turística, cujo sistema operativo não se encontre integrado, devem comunicar as verbas arrecadadas a esse título, através da plataforma eletrónica referida no artigo 10.º do Regulamento da Taxa Municipal Turística de Loures, até ao 15.º dia do mês seguinte àquele a que respeitam e a taxa ser entregue ao Município no prazo ali estipulado, determinando o incumprimento dos prazos o pagamento de juros de mora.

Artigo 6.º

Entrada em vigor

A presente alteração ao Regulamento da Taxa Municipal Turística de Loures entra em vigor 30 dias após a sua publicação no Diário da República.

Artigo 7.º

Republicação

O Regulamento da Taxa Municipal Turística de Loures, com as modificações introduzidas pelo presente projeto de alteração, é objeto de republicação em anexo.

Anexo

(a que se refere o artigo 7.º)

Republicação do Regulamento da Taxa Municipal Turística de Loures

Artigo 1.º

Lei Habilitante

O presente Regulamento é elaborado ao abrigo e nos termos dos artigos 238.º e 241.º da Constituição da República Portuguesa, do Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e respetivas atualizações, da Lei Geral Tributária, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de dezembro, com as alterações subsequentes, do Código de Procedimento e Processo Tributário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de outubro, com as alterações que lhe foram posteriormente introduzidas, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua redação vigente, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as alterações subsequentes, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprova o Estatuto das Entidades Intermunicipais, estabelece o Regime Jurídico da Transferências de Competências do Estado para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais e aprova o Regime Jurídico do Associativismo Autárquico e do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na sua redação atual, que institui o ilícito de mera ordenação social e o respetivo processo.

Artigo 2.º

Objeto

1 - O presente Regulamento estabelece o regime a que fica sujeita a incidência, liquidação, cobrança e entrega da Taxa Municipal Turística na área do Município de Loures; bem como as obrigações das pessoas singulares ou coletivas que explorem os empreendimentos turísticos ou os estabelecimentos de alojamento local no concelho de Loures e das plataformas turísticas com quem o Município de Loures estabeleça protocolo para a liquidação, cobrança e entrega da Taxa Municipal Turística.

2 – O presente Regulamento estabelece, ainda, a fundamentação económico-financeira da Taxa Municipal Turística de Loures no anexo I, a fundamentação das respetivas isenções no anexo II. Anexos, que fazem parte integrante do presente Regulamento.

Artigo 3.º

Âmbito de aplicação territorial

O presente Regulamento é aplicável a toda a área territorial do concelho de Loures.

Artigo 4.º

Taxa Municipal Turística

A Taxa Municipal Turística, prevista no presente Regulamento, é devida como contrapartida da singular fruição de um conjunto de atividades e investimentos promovidos pelo Município de Loures, relacionados com a atividade turística, nomeadamente através da melhoria e preservação ambiental do concelho, das obras de melhoramento no domínio público e privado municipal.

Artigo 5.º

Valor

O valor da Taxa Municipal Turística é de 2,50€ (dois euros e cinquenta cêntimos) /dormida, fixado nos termos da fundamentação económico-financeira constante do anexo I do presente Regulamento.

Artigo 6.º

Incidência objetiva

A Taxa Municipal Turística é devida pelas dormidas remuneradas em empreendimentos turísticos ou estabelecimentos de alojamento local, localizados no concelho de Loures, por noite, por fragmento de dia ou noite até a um máximo de 7 noites seguidas por pessoa e por estadia, independentemente da modalidade de reserva (presencial, via digital, entre outras).

Artigo 7.º

Incidência subjetiva

A Taxa Municipal Turística é devida por pessoa com idade igual ou superior a 13 anos, incluindo a data de aniversário, independentemente da sua nacionalidade e local de residência, comprovando-se a idade pela exibição do documento de identificação ou de documento equivalente nos termos do qual conste a data de nascimento.

Artigo 8.º

Isenções

Não estão sujeitos ao pagamento da Taxa Municipal Turística:

a) Aquele cuja estadia seja motivada por qualquer ato médico, designadamente, consultas, exames, tratamentos, estendendo-se esta não sujeição a um acompanhante, ainda que o doente em causa não pernoite por questões de saúde no respetivo estabelecimento, durante o período do respetivo ato médico, desde que apresente documento comprovativo de marcação/prestação de serviços médicos ou documento equivalente;
b) O portador de incapacidade igual ou superior a 60%, desde que apresente documento comprovativo desta condição, estendendo-se esta não sujeição a um acompanhante;
c) Aquele cuja estadia seja motivada por situações de despejo ou situações que impliquem o desalojamento em situações análogas, devidamente comprovadas;
d) Aquele que é temporariamente instalado pelos organismos sociais públicos do Estado e/ou municipais;
e) Aquele que, por razões de conflito e deslocados dos seus países de origem, residem temporariamente em Portugal, desde que devidamente comprovado pelos serviços responsáveis;
f) Aquele cuja estadia seja objeto de oferta pelas entidades responsáveis identificadas no artigo 9.º do presente Regulamento, mediante documento comprovativo da oferta.

Artigo 9.º

Entidades Responsáveis

São entidade responsáveis pela Taxa Municipal Turística as pessoas singulares ou coletivas que explorem, nos termos legais, os empreendimentos turísticos ou os estabelecimentos de alojamento local no concelho de Loures, bem como as plataformas turísticas com quem o Município de Loures estabeleça protocolo para a liquidação, cobrança e entrega deste tributo.

Artigo 10.º

Plataforma eletrónica

O Município de Loures disponibiliza, no seu sítio institucional, gratuitamente, uma plataforma eletrónica para interação com as entidades responsáveis identificadas no artigo 9.º do presente Regulamento no âmbito do processo de liquidação, cobrança e entrega da Taxa Municipal Turística de Loures.

Artigo 11.º

Registo e cadastro

1- As entidades responsáveis identificadas no artigo 9.º do presente Regulamento dispõem de 30 dias seguidos, após iniciarem a sua atividade, para efetuar o registo da entidade e cadastro do alojamento local ou empreendimento turístico, na plataforma eletrónica referida no artigo 10.º do presente Regulamento; bem como, para adicionar novos estabelecimentos.

2- As entidades exploradoras de alojamento local com contratos de exploração devem cadastrar esses alojamentos na sua conta na plataforma eletrónica da Taxa Municipal Turística.

Artigo 12.º

Liquidação e cobrança

1 – A liquidação e cobrança da Taxa Municipal Turística compete às entidades responsáveis identificadas no artigo 9.º do presente Regulamento.

2 – O pagamento da Taxa Municipal Turística é devido aquando do check-in, numa única prestação. Quando a Taxa Municipal Turística resultar de protocolo entre o Município de Loures e as entidades responsáveis identificadas no artigo 9.º do presente Regulamento, esta é devida com a reserva na respetiva plataforma.

3 – Não é admitido o pagamento em prestações da Taxa Municipal Turística, por o montante a entregar ao Município de Loures corresponder ao valor previamente liquidado junto dos hóspedes pelas entidades responsáveis identificadas no artigo 9.º do presente Regulamento.

4 – [Revogado].

5 – [Revogado].

6 – [Revogado].

7 – [Passou a n.º 3].

8 - [Revogado].

9 – [Revogado].

10 – [Revogado].

11 – [Revogado].

Artigo 13.º

Entrega

[Revogado]

Artigo 14.º

Cessação da atividade e atualização de dados

1 - As entidades responsáveis identificadas no artigo 9.º do presente Regulamento que procedam à cessação de atividade, sem prejuízo de outras comunicações legais ou regularmente impostas, têm de cessar a mesma na plataforma eletrónica referida no artigo 10.º do presente Regulamento, no prazo máximo de 10 dias seguidos após a sua ocorrência.

2 – A cessação de atividade não exonera as entidades responsáveis do cumprimento de todas as obrigações anteriormente assumidas.

3 - As entidades responsáveis identificadas no artigo 9.º do presente Regulamento que procedam à alteração de dados nos termos da lei ou de regulamentos em vigor para a sua atividade, têm que proceder à correspondente atualização/alteração na plataforma eletrónica mencionada no artigo 10.º do presente Regulamento.

Artigo 15.º

Fiscalização

1 - Compete ao Município de Loures efetuar a fiscalização do cumprimento do disposto no presente Regulamento, através de quaisquer meios legalmente admissíveis para o efeito.

2 – É reservado o direito ao Município de Loures de requerer informações às entidades responsáveis identificadas no artigo 9.º do presente Regulamento, bem como de proceder a visitas ao local diretamente ou através de entidade mandatada para o efeito.

3 – [Revogado].

Artigo 16.º

Contraordenações

1 – Sem prejuízo do eventual procedimento criminal e da aplicação de regras insertas em leis especiais ou regulamentos municipais, as infrações às normas do presente Regulamento constituem contraordenações sancionadas com coima:

a) a falta de registo e de cadastro da entidade na plataforma eletrónica referida no artigo 10.º do presente Regulamento, bem como do aditamento de novos alojamentos à conta da entidade, em violação do disposto no artigo 11.º;
b) a inexatidão ou falsidade dos elementos fornecidos pelos operadores para a liquidação da taxa;
c) a não comunicação da cessação de atividade em violação do artigo 14.º;
d) a não cobrança da Taxa Municipal Turística pelas entidades obrigadas;
e) [Revogada];
f) [Passou a alínea c)];
g) [Revogada].

2 – As contraordenações previstas nas alíneas a) do número anterior são puníveis com coima de 500€ a 5.000€ para pessoas singulares e de 1000€ a 10.000€ para pessoas coletivas.

3 - A contraordenação prevista na alínea b) do n.º 1 do presente artigo é punível com coima de 250€ a 5.000€ para pessoas singulares e de 500€ a 10.000€ para pessoas coletivas.

4 - A contraordenação prevista na alínea c) do n.º 1 do presente artigo é punível com coima de 75€ a 1.500€ para pessoas singulares e de 150€ a 3.000€ para pessoas coletivas.

5 – A contraordenação prevista na alínea d) do n.º 1 do presente artigo é punível com coima de 500€ a 10.000€ para pessoas singulares e de 1.000€ a 20.000€ para pessoas coletivas.

6 – As infrações previstas no n.º 1 do presente artigo são da responsabilidade das entidades identificadas no artigo 9.º do presente Regulamento.

7 – Dentro da moldura prevista, a concreta medida da coima a aplicar é determinada em função da gravidade da infração, da culpa, da situação económica do infrator, do benefício económico retirado da prática da infração, da conduta anterior e posterior do agente e das exigências de prevenção.

8 – A negligência é punível, sendo os limites mínimos e máximos das coimas aplicáveis reduzidos a metade.

9 – O pagamento das coimas previstas no presente Regulamento não dispensa os infratores do dever de reposição da legalidade.

10 – A competência para determinar a instrução dos processos de contraordenação, bem como a aplicação das coimas e de sanções acessórias, compete ao Presidente da Câmara, com faculdade de delegação.

11 – O produto da aplicação das coimas previstas no presente Regulamento reverte para o Município de Loures.

Artigo 17.º

Cobrança coerciva

O não pagamento das taxas implica a extração das respetivas certidões de dívida para efeitos de execução fiscal.

Artigo 18.º

Operacionalização de procedimentos

A operacionalização dos procedimentos previstos no presente Regulamento pode ser objeto de protocolo a celebrar entre o Município de Loures e as entidades responsáveis identificadas no artigo 9.º do presente Regulamento.

Artigo 19.º

Aplicação subsidiária

1 – Tudo quanto não se encontre especificamente regulado no presente Regulamento é supletivamente aplicável o Regulamento de Taxas do Município de Loures.

2 – Às contraordenações previstas no presente Regulamento aplica-se subsidiariamente o regime geral do ilícito de mera ordenação social constante do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na sua redação vigente.

Artigo 20.º

Dúvidas e omissões

Os casos omissos e as dúvidas que surjam na interpretação do presente Regulamento são resolvidos por decisão do Presidente da Câmara.

Artigo 21.º

Norma transitória

[Revogado]

Artigo 22.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor 30 dias após a sua publicação em Diário da República.

ANEXO I

Fundamentação económico-financeira da Taxa Municipal Turística de Loures

O presente anexo visa dar cumprimento ao estipulado na alínea c) do n.º 2 do artigo 8.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, que aprovou o Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, na sua redação atual.

Objetivos:

Constituem objetivos do presente anexo caracterizar, determinar e suportar a fundamentação económico–financeira do valor da taxa turística, designadamente os encargos financeiros, os investimentos realizados ou a realizar pelo Município de Loures.

Pressupostos da fundamentação:

O presente estudo foi efetuado de acordo com os seguintes dados estatísticos extraídos do Instituto Nacional de Estatística (INE) do ano 2024:

População Residente - Conjunto de pessoas que, independentemente de estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento no momento de observação, viveram no seu local de residência habitual por um período contínuo de, pelo menos, 12 meses anteriores ao momento de observação, ou que chegaram ao seu local de residência habitual durante o período correspondente aos 12 meses anteriores ao momento de observação, com a intenção de aí permanecer por um período mínimo de um ano.

Dormida - Permanência de um indivíduo num estabelecimento que fornece alojamento, por um período compreendido entre as 12 horas de um dia e as 12 horas do dia seguinte.

Alojamento Turístico - Tipo de alojamento para dormidas de turistas.

Metodologia:

Para a criação desta taxa foi considerada a seguinte metodologia:

Tendo em conta os últimos dados oficiais disponíveis no INE:

- ✓ População total residente no concelho de Loures (N.º) cujo período de referência corresponde ao ano de 2024 que se cifra em 209.877;

- ✓ N.º de dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico em Loures no ano de 2024 que corresponde a 297.360;
- ✓ Anuário Estatístico da Área Metropolitana de Lisboa – considerado o VAB para as atividades de alojamento e restauração e o PIB em % do total para a região da Área Metropolitana de Lisboa para o ano de 2024 correspondendo a 23,2% e 31,3%, respetivamente.

Foram utilizados os seguintes documentos de gestão:

- ✓ Orçamento e Grandes Opções do Plano 2026-2030 – considerado a totalidade dos encargos previstos para o Município e o total da dotação prevista nas GOP diretamente imputada à atividade Turismo, orçado em 356.609.896M€ e 383.000m€, respetivamente.

Entende-se, que no valor das taxas devem incidir fatores como o benefício auferido pelo particular, o impacto ambiental gerado e a qualificação urbanística/impacto social, sendo estes dois últimos fatores (impacto ambiental gerado e qualificação urbanística/impacto social) considerados como critério de incentivo e/ou desincentivo à pratica de certos atos ou operações.

O Benefício auferido pelo particular (corresponde à variável "g" da formula de cálculo):
Esta variável corresponde ao custo da atividade pública local e prende-se com o desenvolvimento económico e social acontecido e esperado do concelho, de forma a permitir majorar o benefício que advém da opção por um município desenvolvido em detrimento de outro. No apuramento desta variável são considerados como indicadores o Produto Interno Bruto (PIB), que representa a soma de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região durante um período determinado, e o Valor do Acrescentado Bruto (VAB), que é o resultado final da atividade produtiva no decurso dum período determinado.
Os indicadores mencionados no parágrafo antecedente são publicados no Anuário Estatístico da Região de Lisboa do Instituto Nacional de Estatística (estão disponíveis os de 2024).

O Incentivo/Desincentivo (corresponde à variável "h" da formula de cálculo):
Esta variável traduz-se num critério que permite incentivar/desincentivar a prática de certos atos ou operações. O valor da taxa poderá também suportar um coeficiente de incentivo ou desincentivo, consoante se pretenda estimular/retrair a ocorrência de determinada prática ou comportamento, assumindo este coeficiente valor inferior ou superior a um, respetivamente.

Os critérios subjacentes visam traduzir na valorização das taxas, de uma forma consistente, as estratégias e as políticas do Município.

Perante a aplicação dos critérios acima referidos e conforme quadro demonstrativo infra, resultou o valor unitário do custo associado a cada dormida turística no concelho de Loures de 2,5€.

Fórmula de cálculo:

MUNICÍPIO DE LOURES - TAXA TURÍSTICA

Artigo/N.º	Designação	Valor anual da despesa global do Município - exceto Turismo (€) (a)	Valor anual da despesa na área do Turismo (€) (b)	Peso médio diário do n.º de dormidas em estabelecimentos hoteleiros e outros alojamentos no total de utilizadores do concelho (turistas/residentes) (c)	Valor anual da despesa estimada associada ao Turismo (€) (d) = b + (a x c)	N.º de dormidas anuais no concelho (e)	Valor do custo por dormida (€) (f) = (d) / (e)	Coeficiente benefício (g)	Coeficiente incentivo / desincentivo (h)	Valor do custo por dormida (€) (i) = (f) x (g) x (h)	Taxa Proposta (€)
	Taxa Municipal Turística	356.226.896	383.000	0,0039	1.765.775	297.360	5,94	0,55	0,77	2,50	**2,50**

Observações:

Despesa global do Município (dotação atual GOP 2026)	356.609.896 €
Balancete GOP Turismo (dotação atual GOP 2026)	383.000 €
População residente no concelho *(dados INE 2024)*	209877
N.º Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico Loures *(dados INE 2024)*	297360
Média diária de turistas que dorme no concelho *(dados INE 2024)*	815
PIB % TOTAL Portugal AML 2024	31,3
VAB atividades de alojamento 2024	23,2
PIB+VAB	54,5
PIB+VAB%	0,545

ANEXO II

Fundamentação das isenções

O presente anexo visa dar cumprimento ao estipulado na alínea d) do n.º 2 do artigo 8.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, que aprovou o Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, na sua redação atual.

Artigo 7.º - Hóspedes com idade inferior a 13 anos:

Visa-se estabelecer um limite etário para a incidência subjetiva da taxa, na medida em que se considera que as crianças até aos 13 anos devem estar isentas do pagamento da Taxa Municipal

Turística, por forma a reduzir as despesas das famílias e a instituir um ambiente social e económico favorável às famílias. Além de que, o encargo económico se dilui no dos adultos responsáveis pelo menor.

Artigo 8.º alínea a) – Aquele cuja estadia seja motivada por qualquer ato médico, designadamente, consultas, exames, tratamentos, estendendo-se esta não sujeição a um acompanhante, ainda que o doente em causa não pernoite por questões de saúde no respetivo estabelecimento, durante o período do respetivo ato médico, desde que apresente documento comprovativo de marcação/prestação de serviços médicos ou documento equivalente:

Visa-se a não sobrecarga financeira de hospedes que vêm ao concelho de Loures para a obtenção de serviços médicos e não por razões turísticas. Pois, ter um problema de saúde compromete a qualidade de vida a nível social, profissional e pessoal. Pelo que, para minimizar estes efeitos negativos, e não onerar uma estada cuja causa difere dos motivos normalmente atribuídos aos turistas, o Município de Loures isenta os hóspedes cuja estadia seja motivada por ato médico e respetivo acompanhante.

Artigo 8.º alínea b) - Portador de incapacidade igual ou superior a 60%, desde que apresente documento comprovativo desta condição, estendendo-se esta não sujeição a um acompanhante:

Visa-se a promoção de um ambiente acessível e de inclusão das pessoas portadoras de incapacidade, respeitando-se os seus direitos. Pois, também aqui, ser portador de uma incapacidade igual ou superior a 60% afeta o dia a dia, compromete a qualidade de vida a nível social, profissional e pessoal. Para minimizar estes efeitos negativos, o Estado concede benefícios a estas pessoas. Pelo que, também, o Município de Loures, numa prática inclusiva, isenta os portadores de um grau de incapacidade igual ou superior a 60% e respetivos acompanhantes até um máximo de 1.

Artigo 8.º alínea c) - Aquele cuja estadia seja motivada por situações de despejo ou situações que impliquem o desalojamento em situações análogas, devidamente comprovadas:

Visa-se a promoção de um ambiente acessível a pessoas que se encontram numa situação de vulnerabilidade, apoiando-se os mais desprotegidos; não se onerando uma estada cuja causa difere dos motivos normalmente atribuídos aos turistas.

Artigo 8.º alínea d) - Aquele que é temporariamente instalado pelos organismos sociais públicos do Estado e/ou municipais:

Visa-se a promoção de um ambiente acessível a pessoas que se encontram numa situação de vulnerabilidade, apoiando-se os mais desprotegidos; não se onerando uma estada cuja causa difere dos motivos normalmente atribuídos aos turistas.

Artigo 8.º alínea e) - Aquele que, por razões de conflito e deslocados dos seus países de origem, residem temporariamente em Portugal, desde que devidamente comprovado pelos serviços responsáveis:

Visa-se a promoção de um ambiente acessível a pessoas que se encontram numa situação de vulnerabilidade, apoiando-se os mais desprotegidos; não se onerando uma estada cuja causa difere dos motivos normalmente atribuídos aos turistas.

Artigo 8.º alínea f) - Aquele cuja estadia seja objeto de oferta pelas entidades responsáveis identificadas no artigo 9.º do presente Regulamento, mediante documento comprovativo da oferta:

A Taxa Municipal Turística é devida pelas dormidas remuneradas. Estando, portanto, a sua liquidação relacionada com os serviços de alojamento pagos pelos hóspedes. Pelo que, a situação de oferta, não se enquadrando numa situação de dormida remunerada, torna-se excessivamente onerosa; bem como, complexa a implementação de uma forma alternativa de tributação.